

PROJETO DE MONITORAMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | PMAP-RJ



fundepag

RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL – RTS-03

VOLUME II - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E
ESTRUTURAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA
REVISÃO 00 - JUNHO /2019

Empreendedor:



PETROBRAS

Órgão Licenciador:



PROJETO DE MONITORAMENTO DA ATIVIDADE

PESQUEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PMAP-RJ

RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL – RTS-03

PMAPRJ_BR_04033027/19

VOLUME II

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESTRUTURAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA

REVISÃO 00

JUNHO/2019



E&P

CONTRATANTE:

Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Santos – UO-BS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

CONTRATADA:

FUNDEPAG – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio –
CNPJ: 50.276.237/0001-78 / Contrato E&P 2400.0101918.16.2

INTERVENIENTE / EXECUTORA:

FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

CNPJ: 31.930.852/0001-01

Controle de Alterações– BR 04033027/19**Volume II****Caracterização Socioeconômica e estrutural da atividade pesqueira**

Versão	Data	Itens atingidos/Descrição	Elaboração	Aprovação
00	10/06/2019	Documento original	Mauricio Düppré	Francyne Vieira

Aprovações do documento original

Assinatura:

Data:

Cargo:

Assinatura:

Data:

Cargo:

Arquivo eletrônico:

PMAPRJ_BR_04033027-19_RTS-03_Vol_II_Socioeconomia_Rev00.docx

Número de páginas: 188

ÍNDICE

I. LISTA DE TABELAS.....	5
II. LISTA DE FIGURAS.....	8
III. LISTA DE ANEXOS.....	15
1. APRESENTAÇÃO.....	16
1.1. ANTECEDENTES.....	18
2. METODOLOGIA.....	20
3. RESULTADOS.....	26
3.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PESCADORES.....	30
3.1.1. Composição por gênero da amostra de entrevistados.....	31
3.1.2. Composição etária.....	32
3.1.3. Escolaridade.....	35
3.1.4. Participação dos familiares na pesca.....	38
3.1.5. Pescadores e membros da família atuando na pesca como ocupação principal ou secundária.....	40
3.1.6. Renda média per capita e renda média por gênero.....	44
3.1.7. Uso e propriedade das embarcações.....	48
3.1.8. Aparelhos de pesca.....	49
3.1.8.1. Região das Baixadas Litorâneas.....	50
3.1.8.2. Região Metropolitana I.....	51
3.1.8.3. Região Metropolitana II.....	52
3.1.8.4. Região da Costa Verde.....	53
3.1.9. Destino da produção pesqueira.....	56
3.1.10. Formas de conservação do pescado comercializado.....	59
3.1.11. Formas de beneficiamento.....	63
3.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	66
3.2.1.1. Baixadas litorâneas.....	72

3.2.1.2.	Região Metropolitana I	73
3.2.1.3.	Região Metropolitana II	74
3.2.1.4.	Região da Costa verde	74
3.3.	PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	76
3.3.1.	Registro Geral da Atividade Pesqueira.....	76
3.3.2.	Seguro defeso.....	82
3.3.3.	Demais Programas de Políticas Públicas	88
3.4.	CARACTERIZAÇÃO DAS FROTAS PESQUEIRAS (ARTESANAIS E INDUSTRIAIS).....	94
3.5.	INFRAESTRUTURA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA	101
3.5.1.	Região das Baixadas Litorâneas.....	106
3.5.2.	Região Metropolitana I	108
3.5.3.	Região Metropolitana II	112
3.5.4.	Região da Costa Verde.....	114
4.	ANÁLISE COMPARATIVA.....	137
4.1.	PERFIL DOS PESCADORES E DA FAMÍLIA	139
4.2.	ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	153
4.3.	PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E REGULARIZAÇÃO	154
4.4.	CARACTERIZAÇÃO DAS FROTAS PESQUEIRAS.....	157
4.5.	INFRAESTRUTURA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA	170
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
6.	CONCLUSÃO	176
7.	EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	181
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182
9.	ANEXOS.....	184

I. LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Composição etária por gênero dos pescadores nos municípios e localidades do litoral do estado do Rio de Janeiro, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).	34
Tabela 2. Percentual da escolaridade dos pescadores e familiares do estado do Rio de Janeiro. (Continua nos Anexos).....	38
Tabela 3. Número médio de familiares que atuam na atividade pesqueira, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).....	40
Tabela 4. Percentual das ocupações primárias e secundárias dos pescadores e familiares do estado do Rio de Janeiro.	43
Tabela 5. Renda média mensal dos pescadores nos municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).	45
Tabela 6. Renda média mensal dos pescadores por gênero nos municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).....	47
Tabela 7. Percentual de utilização de aparelhos de pesca pelos pescadores artesanais nos municípios do estado do Rio de Janeiro. (Continua nos Anexos).	55
Tabela 8. Valores percentuais do destino da produção de pescado nos municípios do estado do Rio de Janeiro. (Continua nos Anexos).	59
Tabela 9. Valores percentuais dos tipos de conservação do pescado utilizados pelos pescadores nos municípios do estado do Rio de Janeiro.....	62
Tabela 10. Valores percentuais referentes às formas de beneficiamento do pescado utilizados pelos pescadores nos municípios do estado do Rio de Janeiro. (Continua nos Anexos).	66

Tabela 11. Dados cadastrais das entidades representativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro, abrangendo instituições de pesquisa, gestão, fomento e entidades de representação de classe em nível estadual, regional e municipal. (Continua nos Anexos).....	69
Tabela 12. Pescadores portadores do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) levantados nos municípios do estado do Rio de Janeiro.	81
Tabela 13. Valores percentuais do número de pescadores beneficiados pelo seguro defeso entre os anos de 2016 e 2018 nos municípios do estado do Rio de Janeiro.....	88
Tabela 14. Valores percentuais do número de pescadores beneficiados por programas de políticas públicas nos municípios do estado do Rio de Janeiro.	92
Tabela 15. Caracterização das embarcações utilizadas pela pesca artesanal nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.	96
Tabela 16. Caracterização das embarcações utilizadas pela pesca artesanal nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro II.	97
Tabela 17. Percentual de utilização de equipamentos de pesca pelos pescadores artesanais nos municípios do estado do Rio de Janeiro (Continua nos Anexos).	98
Tabela 18. Caracterização das embarcações utilizadas pela pesca industrial nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro, por frota.....	99
Tabela 19. Número total de estruturas de apoio à pesca nos municípios do estado do Rio de Janeiro.	104
Tabela 20. Caracterização das estruturas de apoio à atividade pesqueira nas localidades dos municípios do estado do Rio de Janeiro, classificadas de acordo com as categorias: abastecimento de óleo diesel (AOD); aproveitamento industrial de resíduos (AIR); beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado (BACP); embarque e desembarque (ED); fabricação e comercialização de gelo (FCG) e reparo e manutenção de embarcação e petrecho (RMEP). Já o tipo de acesso à infraestrutura está classificado em cinco	

categorias: fluvial (F); marinho (M); terrestre não pavimentado (TNP) e terrestre
pavimentado (TP) – (Continua nos Anexos). 105

II. LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região das Baixadas Litorâneas.....	28
Figura 2. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região Metropolitana I.....	29
Figura 3. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região Metropolitana II.....	29
Figura 4. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região da Costa Verde.....	30
Figura 5. Composição por gênero da amostra de entrevistados.	32
Figura 6. Composição etária por gênero da amostra de entrevistados nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.	33
Figura 7. Escolaridade dos pescadores que participam da atividade pesqueira nos municípios do estado do Rio de Janeiro.....	37
Figura 8. Escolaridade dos familiares que participam da atividade pesqueira nos municípios do estado do Rio de Janeiro.	37
Figura 9. Percentual de pescadores com membros da família que trabalham na atividade pesqueira.	39
Figura 10. Percentual de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária.	41
Figura 11. Percentual dos familiares de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária.....	42
Figura 12. Renda média por gênero em salários mínimos.	46
Figura 13. Valores percentuais do número de pescadores que utilizam embarcações na atividade de pesca nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.....	48

Figura 14. Valores percentuais do número de pescadores proprietários e/ou responsáveis por embarcações de pesca nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.	49
Figura 15. Valores percentuais do destino da produção de pescado nos municípios do estado do Rio de Janeiro.	57
Figura 16. Valores percentuais das formas de conservação do pescado informados pelos pescadores entrevistados.	61
Figura 17. Valores percentuais das formas de beneficiamento do pescado informados pelos pescadores entrevistados.	65
Figura 18. Valores percentuais do número de pescadores filiados às entidades de representação de classe (Colônia de Pescadores, Sindicatos e Associações).	67
Figura 19. Registro de pesca artesanal e industrial em 2018.....	79
Figura 20. Percentual de pescadores beneficiados com o seguro defeso em 2018.	85
Figura 21. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região das Baixadas Litorâneas.....	116
Figura 22. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região Metropolitana I.	117
Figura 23. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região Metropolitana II.	118
Figura 24. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região da Costa Verde.....	119
Figura 25. Infraestrutura do tipo aproveitamento industrial de resíduos em Tanguá.	120
Figura 26. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região das Baixadas Litorâneas.	121

Figura 27. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região Metropolitana I.....	122
Figura 28. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região Metropolitana II.....	123
Figura 29. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região da Costa Verde.....	124
Figura 30. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região das Baixadas Litorâneas.....	125
Figura 31. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região Metropolitana I.....	126
Figura 32. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região Metropolitana II.....	127
Figura 33. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região da Costa Verde.....	128
Figura 34. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região das Baixadas Litorâneas.....	129
Figura 35. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região Metropolitana I.....	130
Figura 36. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região Metropolitana II.....	131
Figura 37. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região da Costa Verde.....	132
Figura 38. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região das Baixadas Litorâneas.....	133
Figura 39. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região Metropolitana I.....	134
Figura 40. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região Metropolitana II.....	135

Figura 41. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região da Costa Verde.....	136
Figura 42. Escolaridade dos pescadores cadastrados em 2014.	140
Figura 43. Escolaridade dos pescadores cadastrados em 2018.	140
Figura 44. Escolaridade dos familiares de pescadores que participam da pesca, 2014.	141
Figura 45. Escolaridade dos familiares de pescadores que participam da pesca, 2018.	141
Figura 46. Percentual de pescadores com membros da família que trabalham na atividade pesqueira, 2014.	144
Figura 47. Percentual de pescadores com membros da família que trabalham na atividade pesqueira, 2018.	144
Figura 48. Percentual de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2014.....	145
Figura 49. Percentual de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2018.....	145
Figura 50. Percentual dos familiares de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2014.	146
Figura 51. Percentual dos familiares de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2018.	146
Figura 52. Comparativo da renda <i>per capita</i> em 2014 e 2018.	147
Figura 53. – Renda média por gênero em 2014.....	148
Figura 54. – Renda média por gênero em 2018.....	148
Figura 55. Valores percentuais do destino da produção de pescado em 2014.	150
Figura 56. Valores percentuais do destino da produção de pescado em 2018.	150

Figura 57. Valores percentuais das formas de conservação do pescado em 2014.	151
Figura 58. Valores percentuais das formas de conservação do pescado em 2018.	151
Figura 59. Valores percentuais das formas de beneficiamento do pescado em 2014.	152
Figura 60. Valores percentuais das formas de beneficiamento do pescado em 2018.	152
Figura 61. Comparativo do número de entidades cadastradas entre os anos de 2014 e 2018.	153
Figura 62. Registro de pesca artesanal e industrial em 2014.....	155
Figura 63. Registro de pesca artesanal e industrial em 2018.....	156
Figura 64. Percentual de pescadores beneficiados com o seguro defeso em 2014.	156
Figura 65. Percentual de pescadores beneficiados com o seguro defeso em 2018.	157
Figura 66. Comparativo do número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018.	158
Figura 67. Comparativo do comprimento médio, em metros, das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018.....	159
Figura 68. Comparativo da arqueação bruta das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018	159
Figura 69. Comparativo da capacidade de carga média, em quilogramas, das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018.	160
Figura 70. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 por tipo (boca aberta ou convés fechado).....	161
Figura 71. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 por tipo (boca aberta ou convés fechado).	161

Figura 72. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 que possuem ou não possuem casaria.....	162
Figura 73. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 que possuem ou não possuem casaria.....	162
Figura 74. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 que possuem ou não motor.....	163
Figura 75. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 que possuem ou não motor.....	163
Figura 76. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 por posição do motor.....	164
Figura 77. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 por posição do motor.....	164
Figura 78. Comparativo da potência média do motor, em HP, das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018.....	165
Figura 79. Composição da frota pesqueira industrial quanto aos métodos de conservação informados, para o período 2014. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva	166
Figura 80. Composição da frota pesqueira industrial quanto aos métodos de conservação informados, para o período 2017-2018. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva.	166
Figura 81. Composição da frota pesqueira industrial quanto ao material do casco da embarcação, para o período 2014. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva.....	167
Figura 82. Composição da frota pesqueira industrial quanto ao material do casco da embarcação, para o período 2017-2018. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE =	

Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva. 167

Figura 83. Diagramas de caixa apresentando as características físicas da frota pesqueira industrial atuante no estado do Rio de Janeiro, para o período 2014: a) comprimento, b) potência e c) arqueação bruta. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva. 168

Figura 84. Diagramas de caixa apresentando as características físicas da frota pesqueira industrial atuante no estado do Rio de Janeiro, para o período 2017-2018: a) comprimento, b) potência e c) arqueação bruta. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva. 169

Figura 85. Comparativo das estruturas de Abastecimento de Óleo Diesel (AOD) em 2014 e 2018. 172

Figura 86. Comparativo das estruturas de Aproveitamento Industrial de Resíduos (AIR) em 2014 e 2018. 172

Figura 87. Comparativo das estruturas de Beneficiamento, Armazenamento e Comercialização do Pescado (BAC) em 2014 e 2018. 173

Figura 88. Comparativo das estruturas de Embarque e Desembarque (ED) em 2014 e 2018. 173

Figura 89. Comparativo das estruturas de Fabricação e comercialização do Gelo (FCG) em 2014 e 2018. 174

Figura 90. Comparativo das estruturas de Reparo e Manutenção de Embarcações e Petrecho em 2014 e 2018. 174

III. LISTA DE ANEXOS

Anexo 9. 1 - Planilha Digital Tabelas Consolidadas	184
Anexo 9. 2 - Material Informativo – Políticas Públicas	184
Anexo 9. 3 - Material Informativo – Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)	184
Anexo 9. 4 - Material Informativo – Períodos de Defeso no Estado do Rio de Janeiro	184

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório Técnico - RT apresenta os resultados da Caracterização Socioeconômica e Estrutural da Atividade Pesqueira, realizada no âmbito do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro- PMAP-RJ, executado pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio FUNDEPAG e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras.

Os dados coletados entre o período de janeiro de 2018 a abril de 2019 trazem um panorama geral da socioeconomia da atividade pesqueira fluminense, artesanal e industrial, nos quinze 15 municípios da área de abrangência do projeto, a saber: Cabo Frio; Arraial do Cabo; Araruama; Saquarema; Maricá; Niterói; São Gonçalo; Itaboraí; Magé; Duque de Caxias; Rio de Janeiro; Itaguaí; Mangaratiba; Angra dos Reis; Paraty.

Os resultados aqui apresentados são uma atualização do que foi encontrado em 2014 pelo Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro – PCSPA-RJ, que precedeu o PMAP-RJ. Cabe destacar, entretanto, que ao contrário do levantamento realizado em 2014 (descrito na próxima seção), este RT não englobará os pescadores dos municípios de Guapimirim, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, bem como os ecossistemas lagunares de Araruama, Saquarema e Maricá. Da mesma forma, não foram contemplados nesse estudo os pescadores de águas interiores (lagos e rios).

Os resultados estão distribuídos ao longo de 20 tabelas e 91 figuras que serão analisados e discutidos ao longo deste relatório a partir de cinco seções temáticas, que englobam aspectos ligados ao:

I - Perfil Socioeconômico dos pescadores: dispendo de informações sobre renda, escolaridade, composição etária e de gênero; participação dos familiares na pesca; uso e propriedade da embarcação; utilização de aparelhos de pesca; destino da produção; formas de conservação e de beneficiamento do pescado.

II - Organização Social: trazendo informações sobre como os pescadores estão organizados em suas entidades representativas de classe (Colônia de Pescadores, Sindicatos e Associações) como também o mapeamento das instituições de pesquisa, gestão e fomento que desenvolvam trabalhos e/ou projetos junto ao setor pesqueiro. Essas instituições também foram classificadas conforme a finalidade de sua área de atuação (gestão pública, fiscalização, fomento, pesquisa, extensão).

III - Programas e ações governamentais: apresentando um panorama sobre como tem sido o acesso dos pescadores aos principais programas e ações governamentais voltados ao setor, tais como o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), Seguro-Defeso, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, entre outros. Além destes, foram mapeadas também os demais programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o programa Bolsa Verde.

IV - Caracterização das frotas pesqueiras (artesaniais e industriais): trazendo informações relativas às características das embarcações. No que se refere à pesca artesanal, são apresentados dados sobre comprimento médio, arqueação bruta, potência e tipo de motor, número de tripulantes e tipo de embarcação (boca aberta, convés fechado), entre outras. Já para a pesca industrial, os dados apresentados por frota, trazem informações sobre tamanho, arqueação bruta e potência do motor, tipo de casco, formas de estocagem e conservação do pescado a bordo, equipamentos eletrônicos etc.

V - Infraestrutura de apoio à atividade pesqueira: apresentando a distribuição espacial e o quantitativo das infraestruturas de apoio associadas à atividade pesqueira, com o mapeamento dos locais de embarque/desembarque; abastecimento de óleo diesel; fabricação e comercialização de gelo; beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado; aproveitamento industrial de resíduos; reparo e manutenção de embarcação e de petrechos.

Em síntese, o Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira de 2018 englobou a aplicação de 2.859 cadastros socioeconômicos de pescadores, 2.262 cadastros de embarcações, 94 cadastros de entidades e

761 cadastros de infraestrutura, cujos resultados serão apresentados nas próximas seções. O relatório apresenta dados atualizados sobre os aspectos sociais e econômicos da atividade pesqueira fluminense, que serão ser comparados ao levantamento realizado de forma similar pela FIPERJ em 2014, conforme demonstrado ao final deste documento.

1.1. ANTECEDENTES

O Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura nas Áreas de Influência dos Empreendimentos de Exploração e Produção na Bacia de Santos – PMAP-BS foi executado nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. O levantamento de dados socioeconômicos da atividade pesqueira e da aquicultura no litoral desses quatro estados foi demandado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em 2012, a partir de uma condicionante do licenciamento ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré - Sal da Bacia de Santos.

Em função desta condicionante, a PETROBRAS firmou parceria com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ e o Instituto de Pesca de São Paulo - IPSP, através da Fundação de Desenvolvimento do Agronegócio – FUNDEPAG. A FUNDEPAG foi a executora das atividades no Paraná, sob a supervisão do IPSP. No estado de Santa Catarina, o contrato para a realização deste trabalho ocorreu com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

O escopo e as respectivas diretrizes do projeto foram definidos a partir dos requisitos estabelecidos pelo Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA no 284/2012. Esses requisitos incluíam o levantamento de uma ampla gama de informações sobre as atividades de pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura em áreas costeiras e marinhas. Essas informações são classificadas pelo parecer técnico do IBAMA como “Descritores socioeconômicos” e “Descritores da atividade e dos ecossistemas associados”. O levantamento das informações e os produtos gerados pelo projeto/Petrobrás ao IBAMA deveriam ser apresentados na forma de tabelas, gráficos (figuras) e mapas.

No Rio de Janeiro, a etapa inicial desse projeto foi realizada em 2014 e o mesmo englobou 18 municípios fluminenses, incluindo as Lagoas de Araruama, Saquarema e Maricá. Neste primeiro levantamento foi mapeada também, além da atividade pesqueira, a maricultura (cultivo de organismos marinhos).

Em 2017 a Petrobras renovou o contrato com a FIPERJ e FUNDEPAG, para a execução do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro – PMAP/RJ. As coletas se iniciaram em julho de 2017, com o objetivo de realizar o monitoramento sistemático da produção pesqueira nos locais de descarga e pontos de comercialização de pescado previamente identificados pelo PCSPA. Apesar do projeto ter sido realizado em 18 municípios, o PMAP-RJ não está presente nos municípios estritamente lagunares de São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, assim como não acompanha a atividade pesqueira nas Lagunas de Araruama, Saquarema e Maricá. O município de Guapimirim também não possui nenhum local de descarga-monitorado atualmente. O PMAP-RJ contempla tanto a pesca artesanal quanto industrial em 15 municípios, sendo 176 locais de descarga agrupados em 44 localidades.

A Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro que iremos apresentar neste relatório vem sendo desenvolvido no âmbito do PMAP-RJ. Desta forma, aliando dados de produção pesqueira e dados socioeconômicos dos pescadores, será possível obter um panorama ampliado da atividade pesqueira fluminense e de seus trabalhadores. Adicionalmente, os dados gerados por este estudo poderão subsidiar os gestores públicos quanto à formulação das políticas públicas para o setor, como também os tomadores de decisão, empresas e a própria Petrobrás, em eventuais acidentes ambientais oriundos da cadeia produtiva de petróleo e gás na área de abrangência desse projeto.

2. METODOLOGIA

Nesta seção serão descritas as diversas etapas da pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos aplicados ao longo de sua execução. Este estudo se baseou exclusivamente no levantamento de dados primários, realizado entre os meses de janeiro de 2018 e abril de 2019. Os dados primários constituem a principal forma de obtenção das informações aqui apresentadas e eles se referem aos dados obtidos por meio das entrevistas (cadastros aplicados), realizadas em grande parte, pelos “agentes de campo” do projeto, como também pela equipe técnica da FIPERJ. O projeto foi realizado em quatro etapas sucessivas, quais sejam:

1. Cadastramento de Unidades Produtivas do Tipo Embarcação: A partir de julho de 2017, o PMAP-RJ deu início ao monitoramento das descargas de pescado realizadas pelas unidades produtivas nos locais monitorados pelo projeto. As embarcações foram sendo cadastradas à medida que eram identificadas pelos agentes de campo. Para isso, foram aplicados questionários (Cadastro de Embarcação) que buscavam obter informações sobre as características das embarcações: tipo, comprimento, arqueação bruta, capacidade de carga, estocagem e conservação do pescado, equipamentos utilizados (GPS, ecossonda, sonar etc.), tipos de petrechos, tripulantes etc.

2. Oficina de Capacitação dos agentes de campo: no início de 2018 foi realizada uma oficina de capacitação na sede da FIPERJ, em Niterói, com toda a equipe do projeto, incluindo coordenadores, monitores e agentes de campo, além do quadro técnico da FIPERJ. A oficina teve como foco a apresentação dos objetivos do trabalho e traçar junto com a equipe, uma estratégia metodológica de aplicação dos formulários de entrevistas. Nessa fase foi elaborado um “caderno de instruções” contendo orientações aos agentes de campo quanto ao correto preenchimento do cadastro socioeconômico do pescador.

3. Cadastramento dos Pescadores: após a oficina foram feitos inicialmente alguns testes (piloto) de acompanhamento dos agentes de campo na aplicação do formulário socioeconômico do pescador. O cadastro continha informações

sobre renda, escolaridade, formas de organização social, acesso às políticas públicas (RGP, Seguro Defeso, por exemplo), utilização de aparelhos de pesca, destino da produção, formas de conservação e de beneficiamento do pescado, entre outras. Nesta fase, os agentes de campo foram acompanhados pelos técnicos da FIPERJ e pelo monitor de socioeconomia. Passada a fase piloto, foi dado continuidade ao cadastramento dos pescadores nas localidades monitoradas pelo projeto.

4. Cadastramento de Entidades e da Infraestrutura de apoio à pesca: Uma vez concluído o cadastramento dos pescadores, em janeiro de 2019, iniciou-se a fase de cadastramento das entidades de apoio à atividade pesqueira, assim como o mapeamento da infraestrutura. Através do “Cadastro de Entidades” foi possível identificar, não somente as entidades representativas de classe, como também as instituições de pesquisa, gestão e fomento que desenvolvam trabalhos e/ou projetos junto ao setor pesqueiro. O cadastro levou em consideração informações tais como: endereço, contato telefônico, número de associados, número de pescadores e área de atuação (gestão, fomento, fiscalização, pesquisa, extensão). Para o levantamento da infraestrutura, foram aplicados os “Cadastros de Infraestrutura”. Desta forma, foi possível obter um mapeamento georreferenciado das principais infraestruturas de apoio à pesca, a saber: abastecimento de óleo diesel, aproveitamento industrial de resíduos, beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado, embarque/desembarque, fabricação e comercialização de gelo, reparo e manutenção de embarcação e de petrechos. A fase de aplicação desses cadastros (entidades e infraestrutura) foi encerrada em abril de 2019.

A Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira Fluminense teve como referência a estratégia metodológica já adotada pelo projeto PMAP-RJ, que se baseia no acompanhamento sistemático dos pescadores nos principais locais de descarga e pontos de comercialização do pescado. Neste sentido, foram considerados apenas os pescadores envolvidos na captura do pescado e cujas descargas já vinham sendo monitorados pelo PMAP-RJ. Desta forma, minimizava-se o risco de se entrevistar pessoas que não detinham vínculo com

a atividade, e principalmente, obtinha-se um perfil socioeconômico completo sobre o profissional da pesca (alinhando os dados de produção pesqueira aos de socioeconomia).

As entrevistas com os pescadores tiveram como base um plano amostral que se baseou inicialmente no número de embarcações estimadas (unidades produtivas - UPs) para cada local de descarga. Dessa forma, a partir dos registros de UPs monitorados pelo PMAP-RJ, foi possível estabelecer um quantitativo aproximado de pescadores para cada local de descarga, bem como sua respectiva localidade.

Cabe esclarecer também que, paralelamente, as equipes dos escritórios regionais da FIPERJ, em parceria com os agentes de campo locais, adotavam estratégias específicas no formato de “mutirões” visando alcançar o maior número possível de pescadores entrevistados. Isso ocorreu, sobretudo, em locais onde o universo amostral de pescadores era muito alto, ou ainda, nas localidades associadas à pesca industrial, que dispõem, quase sempre, de uma alta rotatividade de pescadores.

Vale salientar que o termo localidade pesqueira consistiu em uma unidade de análise adotada para agrupar locais de descarga, considerando as suas características ambientais e físicas, distâncias geográficas e, quando possível, a similaridade das frotas pesqueiras e atividades de pesca ali desembarcadas.

A seguir, são apresentadas as localidades pesqueiras onde foram aplicados os formulários de socioeconomia com os pescadores (**Quadro 1**).

Quadro 1. Localidades pesqueiras contempladas pelo projeto.

Região	Município	Localidade
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Caieira
		Canto do forte
		Ilha da Draga
		Itajuru
		Parque Veneza
		Pontal de Santo Antônio
		Praia de Figueira
	Arraial do Cabo	Figueira
		Marina dos Pescadores
		Praia do Forno
		Praia do Pontal de Arraial do Cabo
		Praia Grande de Arraial do Cabo
	Araruama	Praia Seca
		Barra Nova
	Saquarema	Barrinha
		Itaúna
Vilatur		
Metropolitana I	Maricá	Itaipuaçú
		Ponta Negra
	Niterói	Boa Viagem
		Centro de Niterói
		Ilha da conceição
		Ilha do Caju
		Itaipu
		Jurujuba
		Piratininga
		Ponta D'areia
	São Gonçalo	Gradim
		Itaoca
	Itaboraí	Itambi

(Continua)

Região	Município	Localidade
Metropolitana II	Magé	Barão de Iriri
		Barbuda
		Canal
		Ipiranga
		Mauá
		Piedade
		Roncador
		Suruí
	Duque de Caxias	Chacrinha
		Sarapuá
	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca
		Barra de Guaratiba
		Copacabana
		Grumari
		Ilha do Governador
		Lagoa Rodrigo de Freitas
		Pedra de Guaratiba
		Ramos
		Recreio dos Bandeirantes
Sepetiba		
Costa Verde	Itaguaí	Coroa Grande
		Ilha da Madeira
	Mangaratiba	Centro de Mangaratiba
		Conceição de Jacarei
		Ilha da Marambaia
		Itacuruça
		Muriqui
		Praia do Saco
	Sahy	
	Angra dos Reis	Centro de Angra dos Reis
		Frade
		Garatuaia
		Ilha Grande
		Mambucaba
		Pontal de Angra dos Reis
		Praia de Vila Histórica
	Ribeira	

(Continua)

Região	Município	Localidade
Costa Verde	Paraty	Barra Grande
		Boa Vista
		Calhaus
		Corumbê
		Ilha das Cobras
		Jabaquara
		Laranjeiras
		Paraty Mirim
		Ponta Negra
		Pontal de Paraty
		Praia do Sono
		Praia Grande
		Rio Matheus Nunes
		Rio Perequê Açú
		São Gonçalo
Taquari		
Tarituba		
Trindade		

3. RESULTADOS

Neste projeto foram aplicados ao todo 2.859 cadastros socioeconômicos. Se considerarmos a quantidade de cadastros classificados como “recusa”, este número passa para 3.283 cadastros. Ao todo, 424 pescadores se recusaram a responder ao Cadastro Socioeconômico. A contabilização das “recusas” consistiu em uma estratégia metodológica visando uma aproximação do universo total de pescadores nas localidades de abrangência do estudo. Esses cadastros estão associados ao número de pescadores que se recusaram a ceder uma entrevista na íntegra. Entre as principais justificativas utilizadas para não responder ao questionário tem-se: falta de tempo; não estar autorizado a responder; não querer participar da pesquisa e não confiar no projeto.

Contudo, cabe esclarecer que os resultados que serão apresentados a seguir se referem aos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas na íntegra com os pescadores, por intermédio dos agentes de campo do projeto, assim como pela equipe técnica da FIPERJ. O **Quadro 2** abaixo apresenta a quantidade de cadastros socioeconômicos aplicados para cada município/região.

A região que obteve a maior quantidade de entrevistas realizadas foi a Metropolitana I, com 1.103 cadastros. Nesta região, os municípios de São Gonçalo e de Niterói obtiveram o maior número de cadastros. Esta quantidade é resultado de um esforço de coleta de dados redobrado para a região, uma vez que a mesma detém características bem peculiares. Os municípios que a compõem fazem parte do contexto político-administrativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, trazendo todos os passivos dela decorrentes, ou seja: violência, tráfico, poluição, vulnerabilidade socioeconômica, entre outros. Soma-se a isso o fato de ser uma região onde a pesca de média e grande escala são bem características, sobretudo em São Gonçalo e Niterói, apresentando um número elevado de pescadores por embarcação. Por estas razões, esta foi uma das regiões onde a equipe do projeto teve que desenvolver métodos alternativos de obtenção dos cadastros junto aos pescadores. Uma das principais soluções encontradas foram as incursões a campo no formato de “mutirões”, conforme já mencionado.

Quadro 2. Número de cadastros socioeconômicos realizados pela pesquisa.

Região	Municípios	Cadastros Realizados
Baixadas Litorâneas	Araruama	4
	Arraial do Cabo	133
	Saquarema	47
	Cabo Frio	162,0
	Total	346
Metropolitano I	Itaboraí	31,0
	Maricá	59,0
	Niterói	720,0
	São Gonçalo	293,0
	Total	1.103
Metropolitano II	Duque de Caxias	21
	Magé	233,0
	Rio de Janeiro	287,0
	Total	541
Costa Verde	Angra dos Reis	371,0
	Mangaratiba	107,0
	Itaguaí	62,0
	Paraty	329,0
	Total	869
Total		2.859,00

Cabe mencionar também que, ao longo do ano, o trabalho teve que ser cancelado em algumas localidades devido ao tráfico de drogas, muito peculiar na região. Em localidades como Itambi, as ações do projeto tiveram que ser interditadas de forma definitiva. Na Região Metropolitana II interrupções parciais também foram verificadas em localidades dos municípios de Magé (Barbuda), Duque de Caxias (Sarapuí) e Rio de Janeiro (Ilha do Governador e Ramos). Embora a Região Metropolitana II também apresente semelhanças no tocante ao cenário urbano (violência, tráfico e poluição), nos municípios que a compõem, a atividade pesqueira tem características mais artesanais, ao contrário do verificado para a Metropolitana I.

A região da Costa Verde foi a segunda a apresentar o maior número de cadastros socioeconômicos. Isso também se deve a um esforço de coleta direcionado para a região, uma vez que a mesma também tem uma quantidade considerável de pescadores industriais, além dos desafios inerentes a sua área de abrangência. Nesta região está concentrada, ainda, grande parte das unidades de conservação do estado, com muitas ilhas e enseadas, dificultando, muitas vezes, o acesso contínuo da equipe a esses locais. Em função de tais características, a equipe também promoveu diversos mutirões em localidades de moradia dos pescadores, não se limitando, portanto, aos locais de descarga.

A seguir são apresentadas figuras com as localidades a cada região, a saber: Região das Baixadas Litorâneas (**Figura 1**), Região Metropolitana I (**Figura 2**), Região Metropolitana II (**Figura 3**) e Região da Costa Verde (**Figura 4**). As localidades contempladas pelo projeto estão, conforme as figuras a seguir:

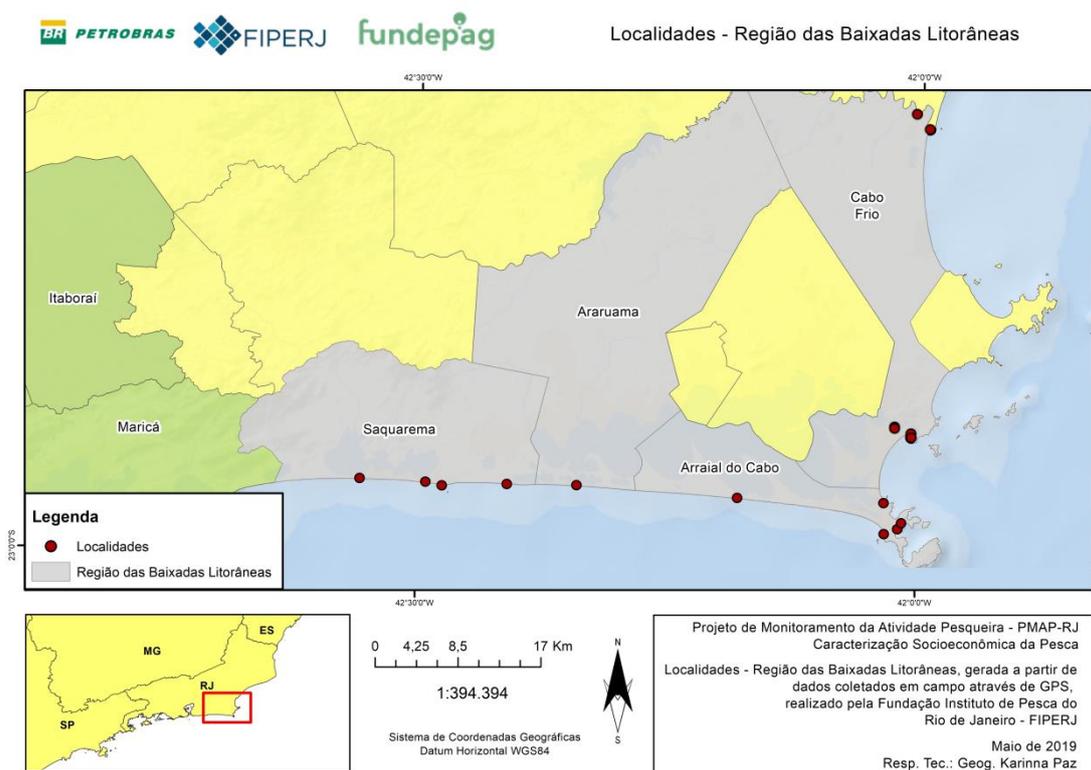


Figura 1. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região das Baixadas Litorâneas.

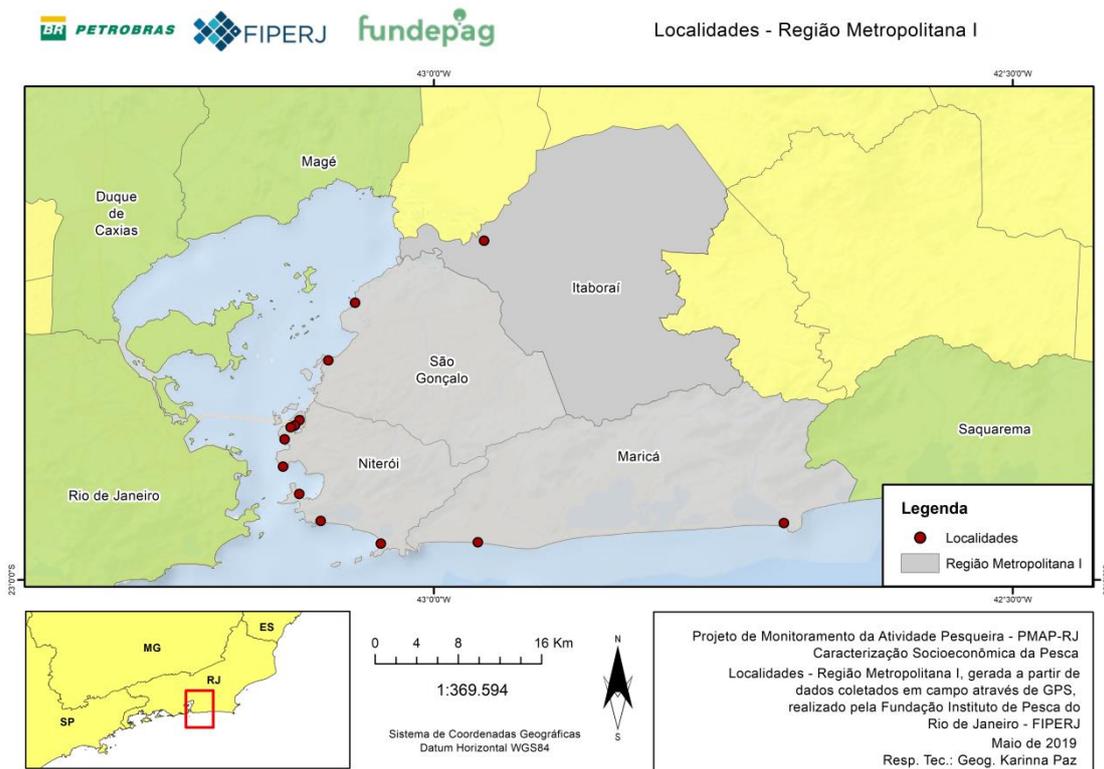


Figura 2. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região Metropolitana I.

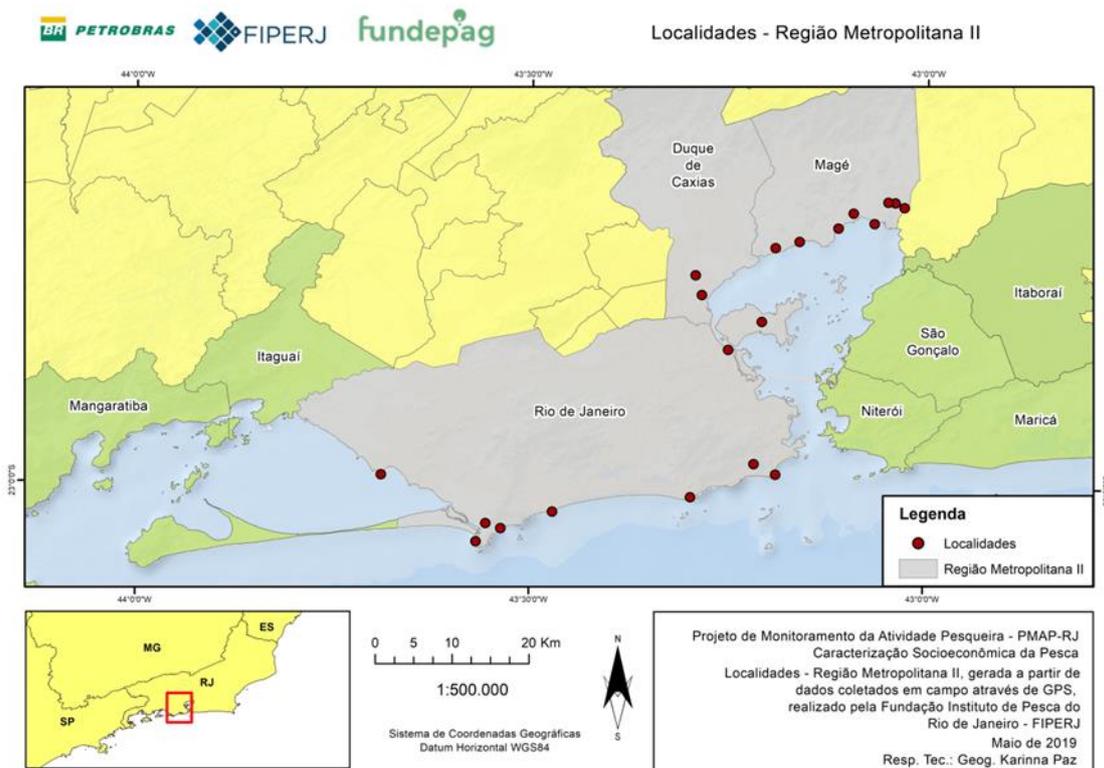


Figura 3. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região Metropolitana II.

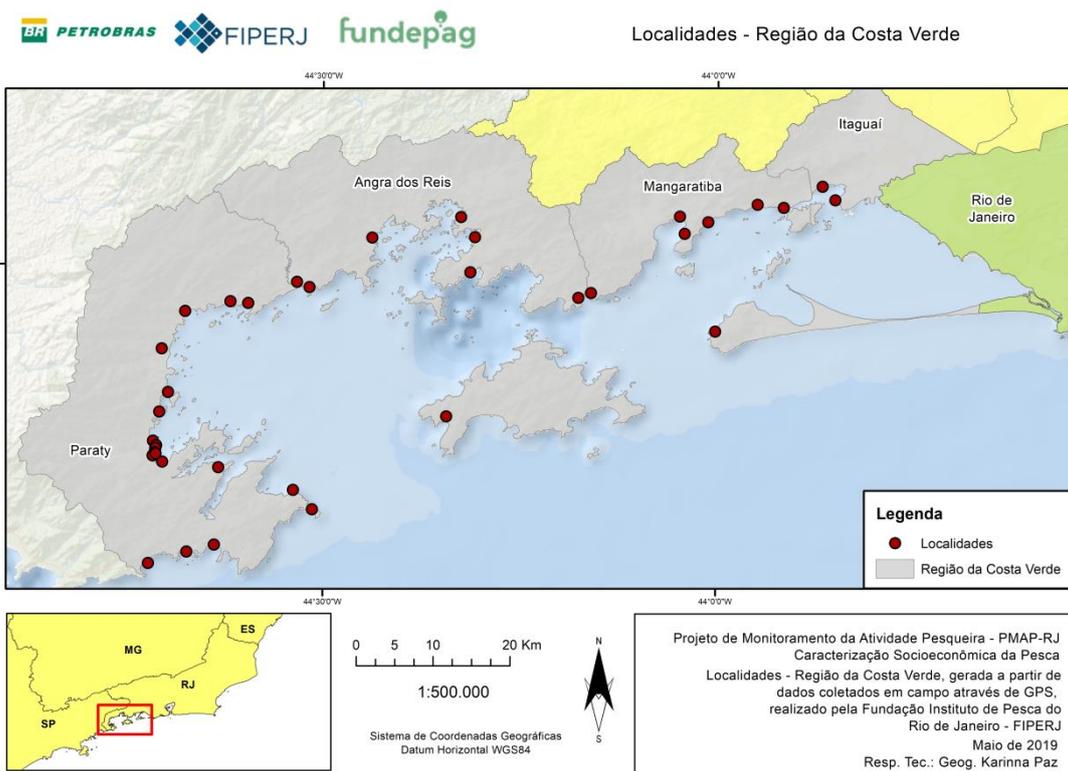


Figura 4. Distribuição espacial das localidades pesqueiras da Região da Costa Verde.

3.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PESCADORES

Esta seção apresenta os resultados encontrados para o perfil socioeconômico dos pescadores. A análise se baseia principalmente nos resultados obtidos por meio do questionário denominado “cadastro do pescador”. As informações apresentam um panorama geral em valores percentuais da composição etária e por gênero; renda e escolaridade. Além destas, foram também extraídas informações relativas às formas de produção dos pescadores, englobando o uso e a propriedade das embarcações; a utilização dos aparelhos de pesca; as principais formas de conservação; beneficiamento; e escoamento da produção. Também são apresentados os números médios de familiares envolvidos na atividade da pesca e se os mesmos têm a pesca como ocupação principal ou secundária.

Os resultados foram analisados seguindo os temas mencionados acima. Para cada tema, a análise foi feita de forma regionalizada, procurando destacar

particularidades municipais. Vale ressaltar que em Araruama, na Região das Baixadas Litorâneas, foram entrevistados apenas 4 pescadores, tendendo a elevar as médias encontradas para essa regional. Portanto, os dados apresentados para esse município devem ser relativizados. Por este motivo, optou-se por mostrar o seu n amostral a cada vez que o município for citado no texto.

Além disso, cabe esclarecer que as tabelas estão apresentadas de forma parcial ao longo do texto, sendo disponibilizadas na íntegra ao final do documento.

3.1.1. Composição por gênero da amostra de entrevistados

Estudo realizado por Maia e Alencar (2011) levantou o perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros, tendo como base o Registro Geral da Pesca - RGP. A pesquisa indicou que a maior parte dos pescadores do Brasil é do gênero masculino (65,73%). Se no Brasil a proporção de mulheres é de 34,9%, a região sudeste aparece com a menor proporção neste quesito, com apenas 19,90% de pescadoras.

Seguindo a tendência nacional, os dados da **Figura 5** indicam que, em todas as regiões pesquisadas pelo PMAP-RJ, a amostra de entrevistados foi composta predominantemente pelo gênero masculino, com percentuais variando entre 90% a 100% nos municípios analisados. Na maioria dos municípios também foram entrevistadas mulheres pescadoras, exceto em Arraial do Cabo, Araruama, Saquarema e Duque de Caxias. Os percentuais encontrados para o gênero feminino obtiveram percentuais muito baixos, variando entre 1,0% a 7,4%.

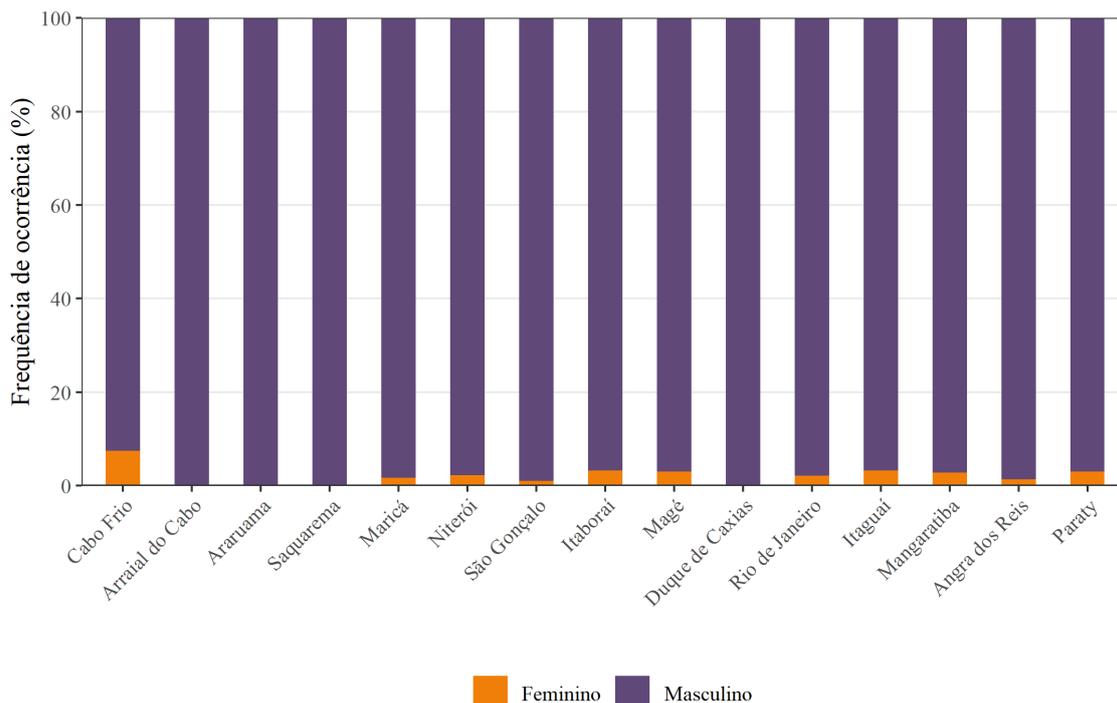


Figura 5. Composição por gênero da amostra de entrevistados.

3.1.2. Composição etária

De uma maneira geral, a idade média dos pescadores homens variou dos 42 aos 50 anos. (**Figura 6 e Tabela 1**). Nota-se que no município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana II, estão os pescadores do gênero masculino com maior faixa etária média (50,8 anos). Em seguida, estão os pescadores de Araruama (48,8 anos), seguido pelos de Itaboraí, Rio de Janeiro e Mangaratiba, todos com faixa etária média próxima dos 47 anos.

Em relação às mulheres entrevistadas, a idade média variou entre os 36 e 58 anos. O município de Itaguaí (58,5 anos) foi o que apresentou a maior idade média entre o gênero, seguido por Itaboraí (57 anos) e Maricá (52 anos). Como é possível perceber, as idades médias encontradas para as pescadoras mulheres foram superiores ao verificado para os homens. Como já salientado, em alguns municípios (Arraial do Cabo, Araruama, Saquarema e Duque de Caxias) não foram entrevistadas mulheres. Portanto, há de se considerar que a ausência dessas informações possa ter contribuído para a elevação desse

parâmetro, tornando-o superior ao verificado para os pescadores do gênero masculino. Da mesma forma, pode não ser representativo do universo da população, devendo ser interpretado com cautela.

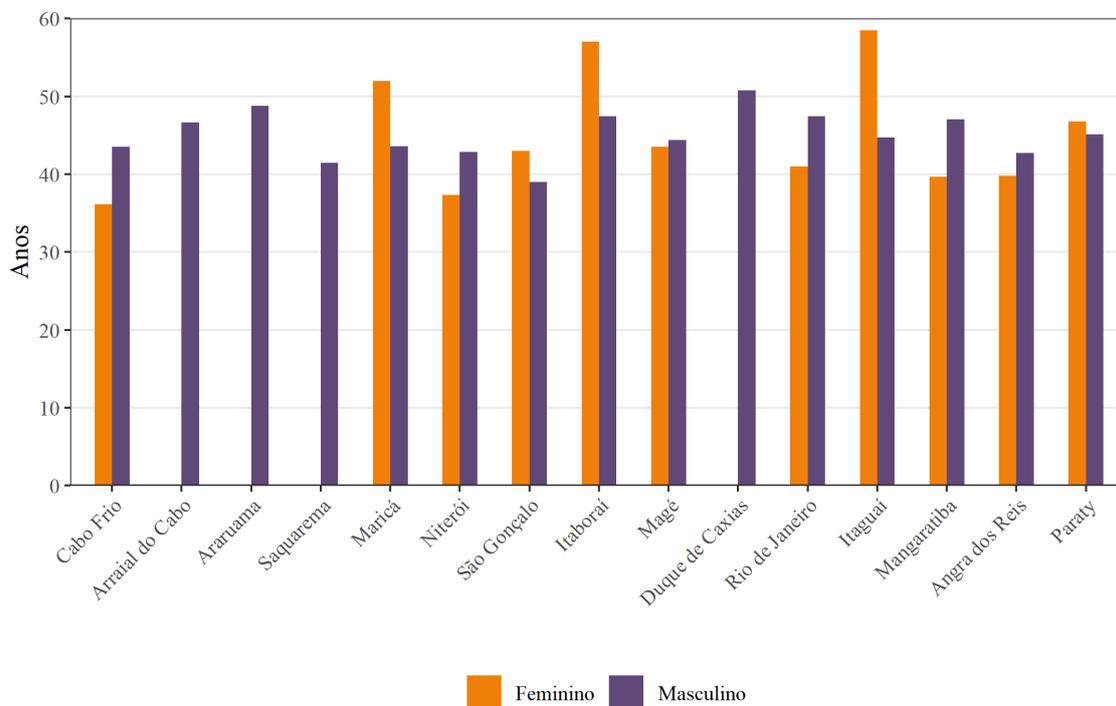


Figura 6. Composição etária por gênero da amostra de entrevistados nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 1. Composição etária por gênero dos pescadores nos municípios e localidades do litoral do estado do Rio de Janeiro, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).

Região	Município	Localidade	Feminino			Masculino		
			Idade	IC inferior	IC superior	Idade	IC inferior	IC superior
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Município de Cabo Frio	36,2	29,7	42,7	43,5	4,0	6,0
		Caieira	-	-	-	36,1	41,4	45,6
		Canto do forte	35,0	-	-	45,0	30,1	42,1
		Ilha da Draga	-	-	-	45,3	39,3	50,7
		Itajuru	-	-	-	51,1	42,1	48,4
		Parque Veneza	36,3	29,2	43,4	38,7	47,3	55,0
		Pontal de Santo Antônio	-	-	-	29,6	34,2	43,2
		Praia de Figueira	-	-	-	35,0	26,5	32,7
	Arraial do Cabo	Município de Arraial do Cabo	-	-	-	46,7	35,0	35,0
		Figueira	-	-	-	46,0	44,6	48,7
		Marina dos Pescadores	-	-	-	47,1	32,9	59,1
		Praia do Forno	-	-	-	66,0	44,4	49,9
		Praia do Pontal de Arraial do Cabo	-	-	-	55,3	44,0	66,0
		Praia Grande de Arraial do Cabo	-	-	-	44,9	40,8	69,7
	Araruama	Município de Araruama	-	-	-	48,8	41,9	48,0
		Praia Seca	-	-	-	48,8	41,4	56,1
	Saquarema	Município de Saquarema	-	-	-	41,4	41,4	56,1
		Barra Nova	-	-	-	42,5	38,2	44,7
		Barrinha	-	-	-	43,8	25,2	59,8
		Itaúna	-	-	-	39,6	39,1	48,5
		Vilatur	-	-	-	37,0	35,0	44,2

A seguir, encontram-se os resultados relativos à composição etária por gênero para cada uma das regiões pesquisadas:

Na região das Baixadas Litorâneas, o município cuja faixa etária masculina se mostrou mais elevada foi Araruama (48,8 anos; n=4), seguido de Arraial do Cabo (46,7 anos), Cabo Frio (43,5 anos) e Saquarema (41,4 anos). Destaca-se que

entre os quatro municípios da região, o único que apresentou informações sobre a faixa etária das mulheres foi Cabo Frio, cuja idade média encontrada foi de 36,2 anos. Para os demais municípios, não foram entrevistadas mulheres pescadoras.

Na Região Metropolitana I, o município de Itaboraí foi o que apresentou pescadores homens mais velhos (47,4 anos), seguido por Maricá (43,6 anos) e Niterói (42,9 anos). Em relação às mulheres, o município de Itaboraí também se destaca entre os que apresentam maior faixa etária (57 anos), seguido por Maricá (52 anos) e São Gonçalo (43 anos).

Os resultados encontrados para a Região Metropolitana II indicam que os pescadores com maior classificação etária se encontram em Duque de Caxias (50,8 anos). O município do Rio de Janeiro apresentou pescadores com idade média em torno dos 47,5 anos, seguido pelos pescadores de Magé, com 44,4 anos. Em relação às mulheres, o município de Magé apresentou a maior faixa etária média (43,5 anos), seguida pelo Rio de Janeiro (41 anos). Vale destacar que no município de Duque de Caxias não foram entrevistadas mulheres pescadoras.

Na região da Costa Verde, os homens mais velhos foram encontrados em Mangaratiba, com uma média de idade de 47,1 anos. Na segunda posição aparece o município de Paraty (45,1 anos) e por último Itaguaí (44,7 anos). As pescadoras com maior média de idade estão em Itaguaí (58,5 anos), seguidas por Paraty e Angra dos Reis com, respectivamente, 46,8 anos e 39,8 anos. Vale destacar que as mulheres de Mangaratiba apresentaram uma faixa etária de 39,7 anos, muito similar ao verificado em Angra dos Reis.

3.1.3. Escolaridade

Os resultados encontrados para a escolaridade corroboram aqueles encontrados por Maia e Alencar (2011). Esses autores verificaram que a maioria dos pescadores brasileiros possui apenas o ensino fundamental incompleto, com 75,51%, valores que quando somados aos que não possuem estudo, chegam a 83,62% dos pescadores brasileiros.

A **Figura 7** e **Tabela 2** apresentam os resultados de escolaridade (pescadores e familiares) encontrados para cada município/região. Seguindo a tendência nacional, os maiores percentuais de escolaridade foram encontrados para o ensino fundamental incompleto. Sem considerarmos Araruama (75%; n=4), os municípios com os maiores percentuais de pescadores com o ensino fundamental incompleto foram Mangaratiba (67,29%) e Paraty (66,26%). O único município onde essa tendência não foi verificada foi em Duque de Caxias, onde prevalecem os pescadores sem estudo, com 66,67%. Por outro lado, os municípios com os menores percentuais de pescadores sem estudo foram São Gonçalo (1,37%), Niterói (2,36%), Paraty (3,34%) e Maricá (3,39%). A maioria destes municípios está localizada na Região Metropolitana I, com exceção de Paraty.

Foram encontrados ainda pescadores com nível superior nos municípios de Cabo Frio, Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro, mesmo que em proporção muito pequena (inferior a 1%). Os baixos índices encontrados entre os que possuem ensino superior completo/incompleto na pesca também são verificados a nível nacional, cujo percentual é de apenas 0,65% (Maia e Alencar, 2011).

Assim como o verificado para os pescadores, os familiares também possuem o ensino fundamental incompleto em sua maioria (**Figura 8**). Os maiores percentuais de familiares com nível fundamental incompleto foram registrados nos municípios de Itaboraí (51,43%), Paraty (47,85%) e Magé (43,92%). É curioso notar que o maior percentual de familiares sem estudo foi encontrado no Rio de Janeiro, com 31%, justamente onde se concentram as maiores oportunidades de qualificação e acesso a políticas públicas.

Apesar dos baixos índices registrados, na maioria dos municípios foram identificados familiares com nível superior completo. O município de Saquarema se destacou com o maior percentual neste critério, com 14,29%. Para Araruama, Itaboraí e Duque de Caxias não foram encontrados familiares com ensino superior.

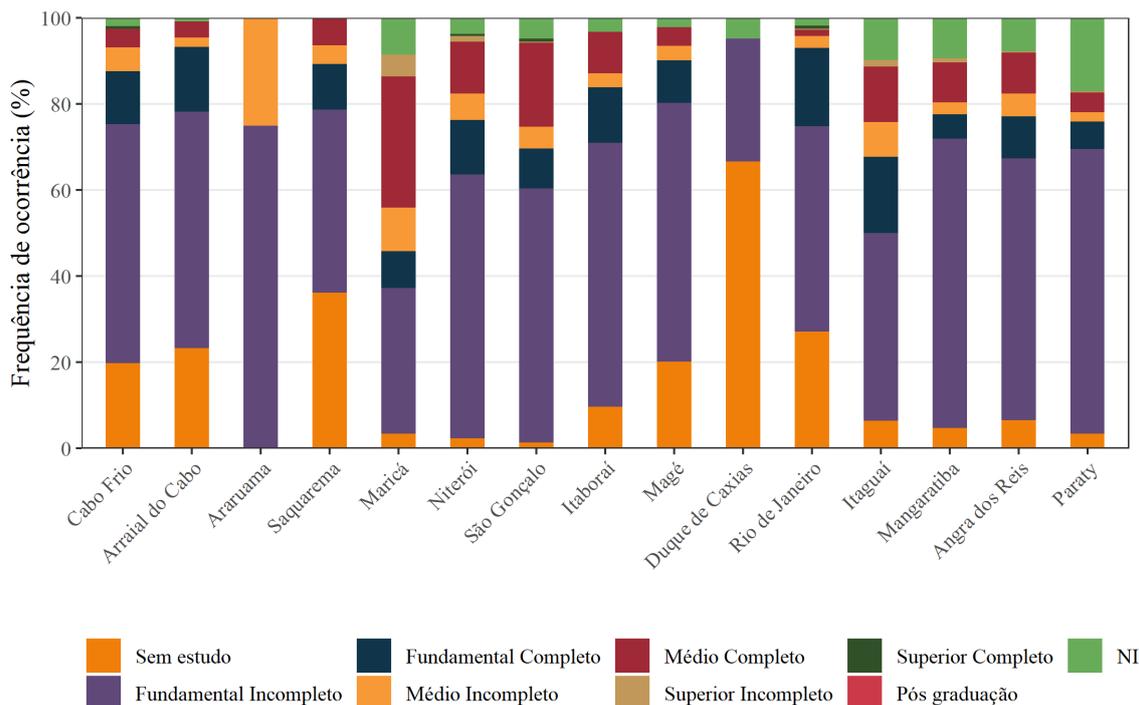


Figura 7. Escolaridade dos pescadores que participam da atividade pesqueira nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

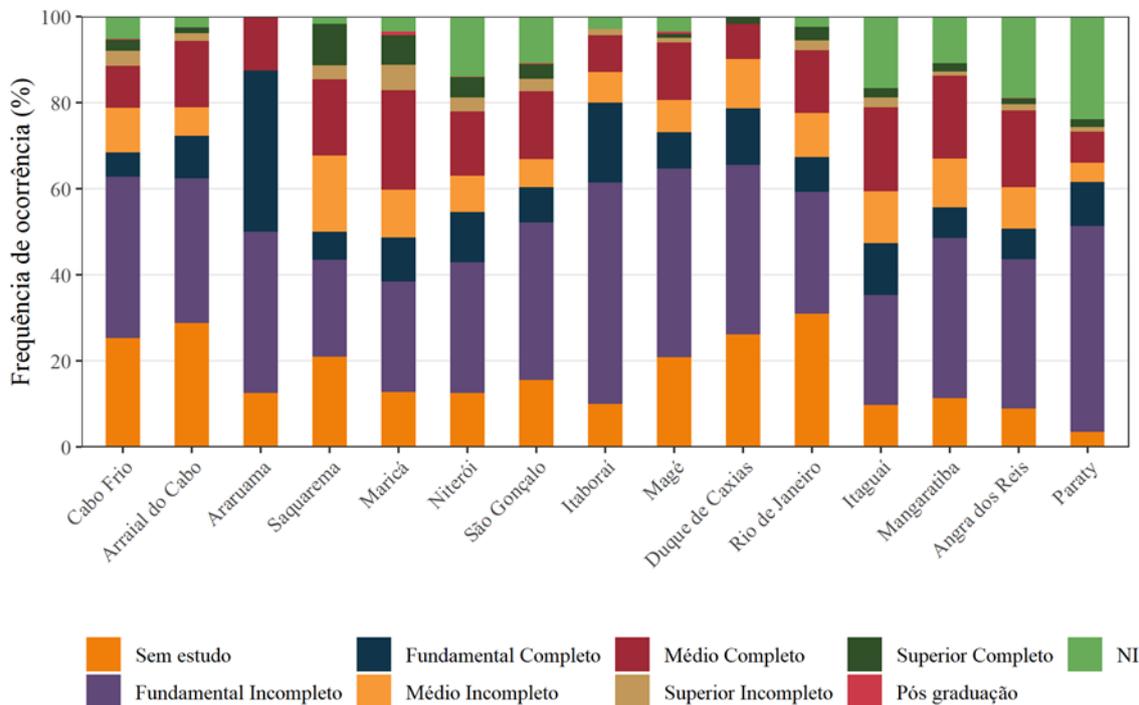


Figura 8. Escolaridade dos familiares que participam da atividade pesqueira nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 2. Percentual da escolaridade dos pescadores e familiares do estado do Rio de Janeiro.
(Continua nos Anexos).

Região	Município	Escolaridade	Pescadores		Familiares	
			%	%EP	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Sem estudo	19,75	0,20	25,27	1,45
		Fundamental incompleto	55,56	4,04	37,50	4,90
		Fundamental completo	12,35	1,33	5,71	3,84
		Médio incompleto	5,56	0,27	10,33	4,68
		Médio completo	4,32	0,55	9,78	3,58
		Superior incompleto	-	-	3,53	4,48
		Superior completo	0,62	0,36	2,45	2,25
		Pós-graduado	-	-	0,27	0,98
	Arraial do Cabo	Sem estudo	23,31	1,73	28,77	2,83
		Fundamental incompleto	54,89	0,78	33,68	2,36
		Fundamental completo	15,04	2,24	9,82	2,46
		Médio incompleto	2,26	4,04	6,67	1,34
		Médio completo	3,76	1,08	15,44	2,95
		Superior incompleto	-	-	1,75	0,94
		Superior completo	-	-	1,40	2,91
	Araruama	Sem estudo	-	-	12,50	1,18
		Fundamental incompleto	75,00	1,86	37,50	2,90
		Fundamental completo	-	-	37,50	2,27
		Médio incompleto	25,00	2,83	12,50	1,04
	Saquarema	Sem estudo	36,17	2,18	30,95	1,83
		Fundamental incompleto	42,55	0,04	33,33	0,15
		Fundamental completo	10,64	1,33	9,52	1,68
		Médio incompleto	4,26	1,07	26,19	1,46
		Médio completo	6,38	1,04	26,19	0,84
		Superior incompleto	-	-	4,76	2,65
		Superior completo	-	-	14,29	2,43

3.1.4. Participação dos familiares na pesca

Os resultados indicam que a pesca ainda é uma atividade familiar, uma vez que em todos os municípios os percentuais de familiares foram bastante elevados,

variando entre 90% a 100% (**Figura 9**). Na **Tabela 3** são apresentados os números médios de familiares que atuam na pesca. Os dados indicam que os pescadores têm entre 1 a 3 familiares envolvidos na atividade, sugerindo que os laços de parentesco ainda são uma característica marcante.

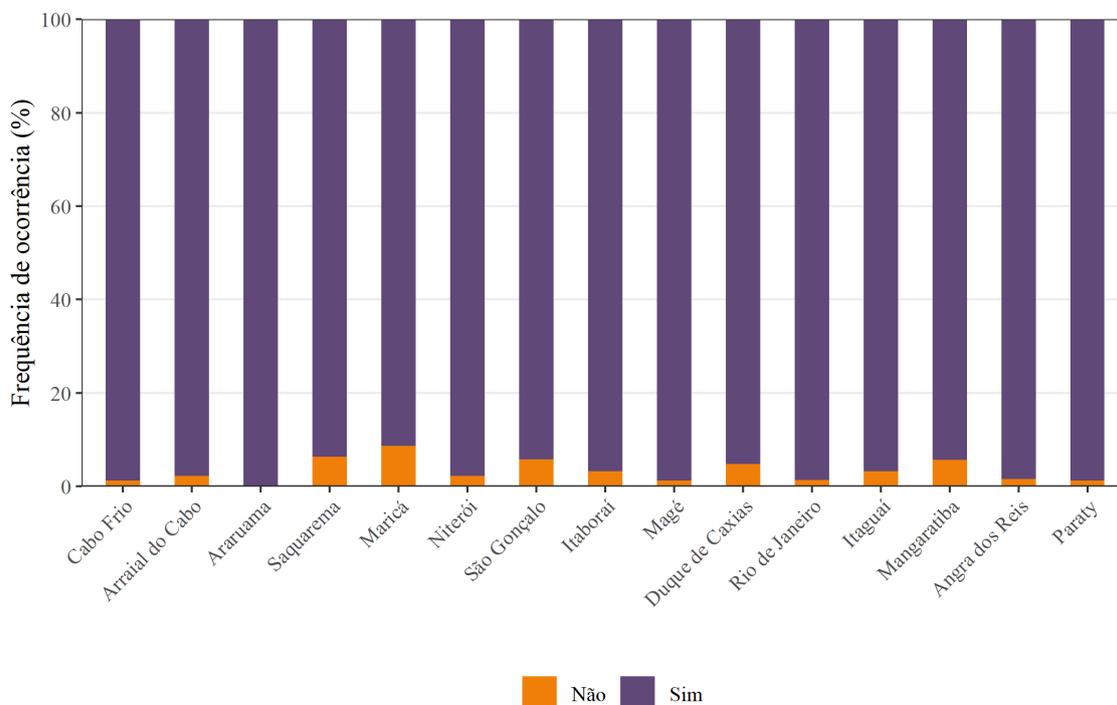


Figura 9. Percentual de pescadores com membros da família que trabalham na atividade pesqueira.

De todas as regiões, o município de Duque de Caxias foi o que apresentou maior número médio de familiares envolvidos na atividade pesqueira (2,90 pessoas), sendo que na localidade de Sarapuí, esse número médio foi ainda maior, com 3,5 pessoas. Em segundo lugar apareceu o município de Angra dos Reis (2,41 pessoas) seguido por Cabo Frio (2,27 pessoas) e Itaboraí (2,26 pessoas). Saquarema é onde se verifica a menor média de familiares na pesca, com 1,23 pessoas.

Tabela 3. Número médio de familiares que atuam na atividade pesqueira, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).

Região	Município	Localidade	Número médio de familiares	IC inferior	IC superior
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Município de Cabo Frio	2,27	1,27	3,26
		Caieira	1,80	0,80	2,80
		Canto do forte	1,18	0,18	2,18
		Ilha da Draga	1,98	0,98	2,98
		Itajuru	2,50	1,50	3,50
		Parque Venezia	3,02	2,03	4,02
		Pontal de Santo Antônio	1,00	0,00	2,00
		Praia de Figueira	2,00	1,00	3,00
	Arraial do Cabo	Município de Arraial do Cabo	2,13	1,13	3,12
		Figueira	1,57	0,57	2,57
		Marina dos Pescadores	2,03	1,03	3,03
		Praia do Forno	-	-	-
		Praia do Pontal de Arraial do Cabo	1,25	0,25	2,25
		Praia Grande de Arraial do Cabo	2,47	1,47	3,47
	Araruama	Município de Araruama	2,00	1,00	3,00
		Praia Seca	2,00	1,00	3,00
	Saquarema	Município de Saquarema	1,23	0,30	2,17
		Barra Nova	2,50	1,50	3,50
		Barrinha	0,95	0,05	1,85
		Itaúna	1,33	0,39	2,27
		Vilatur	2,00	1,00	3,00

3.1.5. Pescadores e membros da família atuando na pesca como ocupação principal ou secundária

Em todas as regiões foi possível verificar que os pescadores entrevistados consideram a atividade pesqueira como sua principal ocupação, com percentuais bastantes elevados, superiores a 80% (**Figura 10 e Tabela 4**). Esses dados sugerem que, apesar das constantes crises que o setor enfrenta (diminuição dos recursos pesqueiros, poluição, falta de investimentos e

recursos), a pesca ainda é um trabalho importante para um contingente considerável de pescadores.

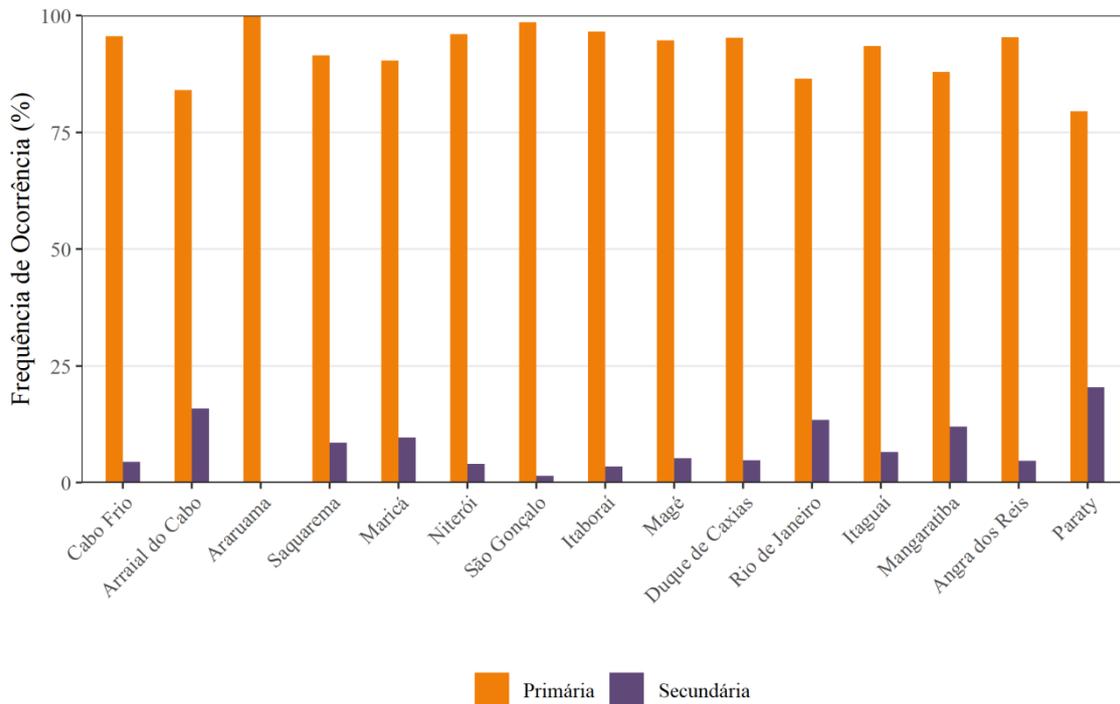


Figura 10. Percentual de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária.

No que se refere aos familiares de pescadores que também atuam na pesca, esses percentuais também são expressivos, exceto para alguns municípios (**Figura 11**). Em todos os municípios da Costa Verde, por exemplo, é possível verificar que os familiares dos pescadores têm na pesca a sua principal atividade, com Mangaratiba (25%) e Paraty (22,07%) ocupando as duas primeiras posições. No outro extremo, em que os familiares têm a pesca como atividade secundária, os municípios da Região Metropolitana II se destacam (Magé, Duque de Caxias e Rio de Janeiro), com o Rio de Janeiro apresentando o maior percentual (22,73%).

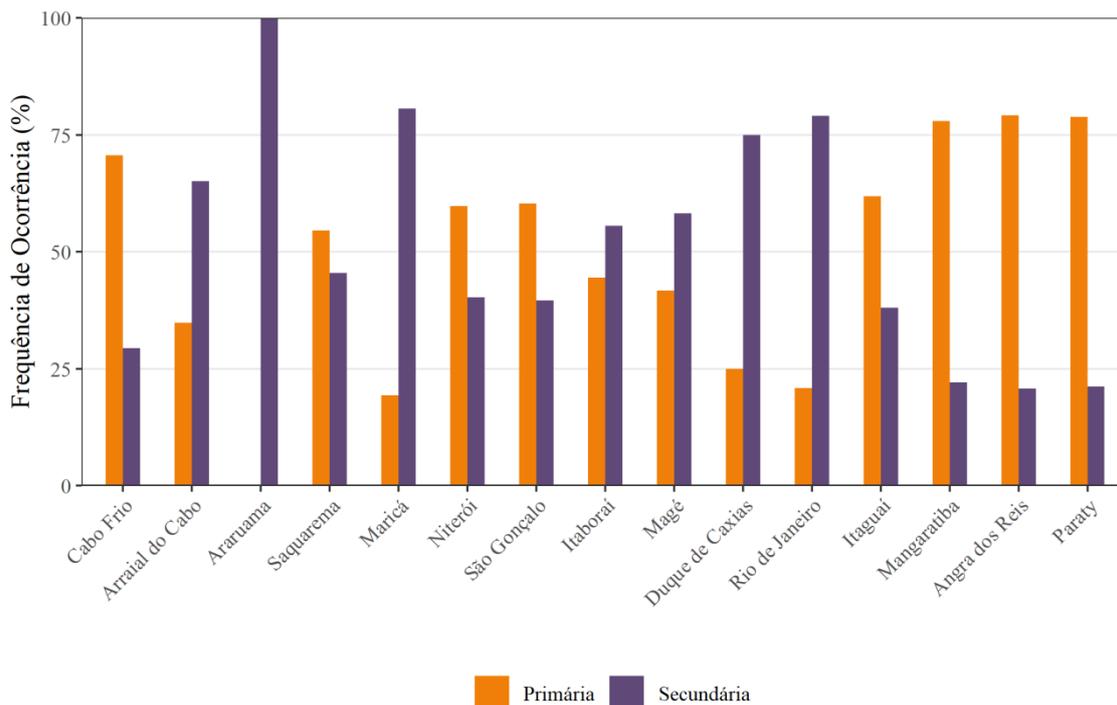


Figura 11. Percentual dos familiares de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária.

Tabela 4. Percentual das ocupações primárias e secundárias dos pescadores e familiares do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	Ocupação	Pescadores		Familiares	
			%	%EP	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Principal	95,00	0,70	17,66	0,57
		Secundária	4,38	0,71	7,34	0,69
	Arraial do Cabo	Principal	84,09	0,94	5,26	0,61
		Secundária	15,91	0,50	9,82	0,24
	Araruama	Principal	100,00	-	-	-
		Secundária	-	-	100,00	-
	Saquarema	Principal	91,49	0,73	19,35	0,27
		Secundária	8,51	0,59	16,13	0,16
Metropolitana I	Maricá	Principal	87,04	0,88	5,13	0,42
		Secundária	9,26	0,10	21,37	0,42
	Niterói	Principal	95,22	0,17	6,68	0,57
		Secundária	3,93	0,90	4,50	0,72
	São Gonçalo	Principal	96,44	0,09	6,67	0,88
		Secundária	1,42	0,09	4,38	0,84
	Itaboraí	Principal	93,33	0,29	5,71	0,93
		Secundária	3,33	0,47	7,14	0,73
Metropolitana II	Magé	Principal	93,51	0,54	14,73	0,83
		Secundária	5,19	0,94	20,54	0,19
	Duque de Caxias	Principal	95,24	0,24	1,56	0,86
		Secundária	4,76	0,70	4,69	0,61
	Rio de Janeiro	Principal	85,31	0,66	6,00	0,66
		Secundária	13,29	0,04	22,73	0,44
Costa Verde	Itaguaí	Principal	93,44	0,63	9,77	0,15
		Secundária	6,56	0,16	6,02	0,53
	Mangaratiba	Principal	85,44	0,13	25,00	0,12
		Secundária	11,65	0,98	7,08	0,78
	Angra dos Reis	Principal	94,55	0,53	11,00	0,36
		Secundária	4,63	0,38	2,89	0,95
	Paraty	Principal	78,83	0,78	22,07	0,78
		Secundária	20,25	0,56	5,93	0,92

3.1.6. Renda média per capita e renda média por gênero

De uma maneira geral, os dados relativos à renda per capita indicam que a mesma gira em torno de 1,0 a 2,0 salários mínimos (s.m). A única exceção verificada foi o município de Itaboraí, que apresentou renda média per capita inferior a um salário mínimo, com 0.60 (**Tabela 5**). Esse baixo percentual encontrado pode estar relacionado ao fato da pesca estar fortemente voltada à captura do caranguejo-uçá (principal recurso pesqueiro explorado) e do siri azul, que apresentam uma das menores produções pesqueiras do estado. Segundo dados divulgados pelo último relatório técnico do PMAP-RJ (novembro de 2018) o caranguejo-uçá foi responsável por 65,6% de toda a produção do município, seguido pelo siri azul, com 11,3%. As capturas estão concentradas na localidade de Itambi, nas proximidades de uma unidade de conservação, a APA de Guapimirim. Esta unidade de conservação foi criada, inclusive, como a finalidade de preservar o ecossistema manguezal, habitat natural das espécies mencionadas.

Além da pesca local possuir pouca diversidade de pescarias (armadilha de caranguejo, puçá e tarrafa) (PMAP, 2018), o baixo valor comercial da corda do caranguejo pode ajudar a explicar o valor reduzido do salário mínimo per capita do município. Outras razões que justificam esse baixo valor é que esses pescadores vivem em áreas de risco dominadas pelo tráfico e pela milícia.

De todos os municípios pesquisados, a maior renda média per capita registrada foi em Maricá, com 2,19 salários mínimos. Em seguida, aparecem os municípios de São Gonçalo (2,12 s.m), Araruama (2,10 s.m, n=4), e Niterói (1,94 s.m). Assim, é importante destacar que os municípios de São Gonçalo e Niterói foram os que obtiveram os maiores resultados para a renda média per capita e ambos estão localizados na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, constituem pólos importantes da pesca industrial fluminense, com elevados índices de produção pesqueira. Com resultado semelhante ao verificado em Niterói, o município de Paraty, na Região da Costa Verde, também apresentou uma renda média per capita de 1,94 salários mínimos.

Tabela 5. Renda média mensal dos pescadores nos municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).

Região	Município	Localidade	Renda Per Capita	IC inferior	IC superior
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Município de Cabo Frio	1,28	1,17	1,40
		Caieira	1,85	1,56	2,13
		Canto do forte	1,25	1,16	1,34
		Ilha da Draga	1,61	1,41	1,80
		Itajuru	1,44	1,24	1,63
		Parque Veneza	0,91	0,70	1,12
		Pontal de Santo Antônio	1,58	1,07	2,08
		Praia de Figueira	0,10	0,10	0,10
	Arraial do Cabo	Município de Arraial do Cabo	1,20	1,04	1,35
		Figueira	0,86	0,29	1,43
		Marina dos Pescadores	1,15	0,93	1,38
		Praia do Forno	NI	-	-
		Praia do Pontal de Arraial do Cabo	1,08	0,61	1,54
		Praia Grande de Arraial do Cabo	1,30	1,07	1,53
	Araruama	Município de Araruama	2,10	-0,05	4,25
		Praia Seca	2,10	-0,05	4,25
	Saquarema	Município de Saquarema	1,24	1,00	1,47
		Barra Nova	1,45	0,55	2,35
		Barrinha	1,10	0,92	1,28
		Itaúna	1,29	0,89	1,68
		Vilatur	NI	-	-

Quando a análise da renda média é feita em relação ao gênero, observa-se que os homens possuem uma receita superior à das mulheres em todos os municípios (**Figura 12** e **Tabela 6**). De um modo geral a renda média dos homens é superior à das mulheres em todos os municípios, exceto em Itaboraí, onde as mulheres ganham mais (1,10 s.m). Na Costa Verde as diferenças das rendas médias entre homens e mulheres são mais evidentes: em Paraty 2,0 s.m para os homens e 0,9 s.m para as mulheres. Na Região Metropolitana é onde as diferenças são aparentemente menores (Rio de Janeiro 1,4 s.m para os homens e 1,0 s.m para as mulheres), exceto em São Gonçalo (2,2 s.m para os homens e 0,60 s.m para as mulheres).

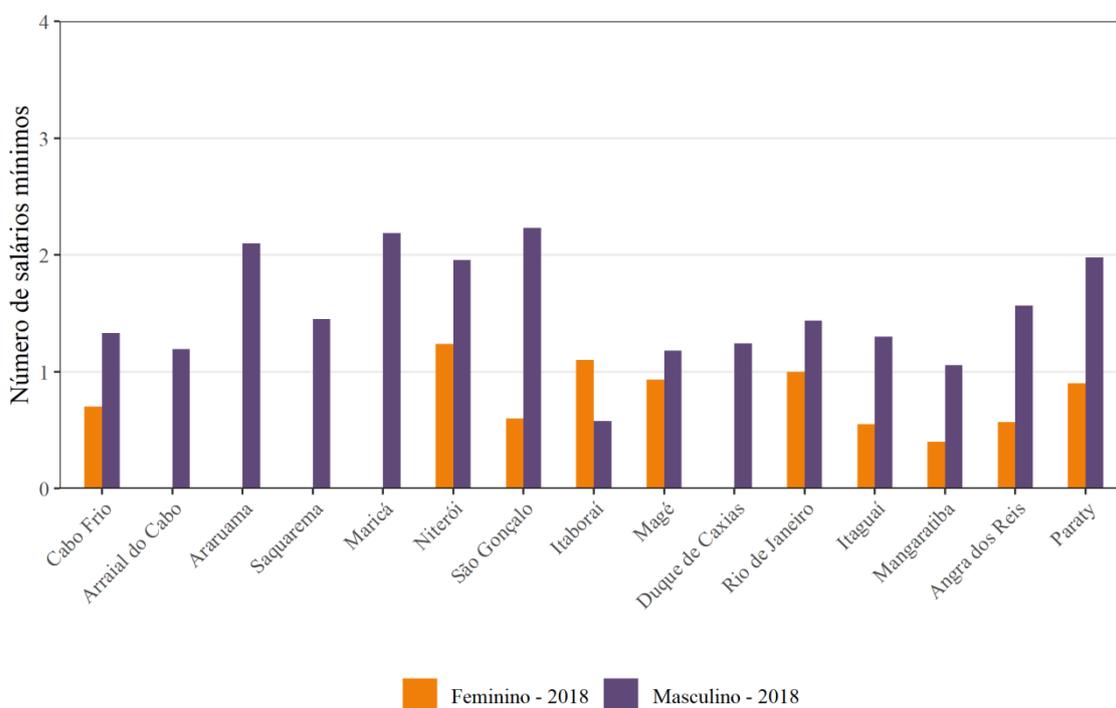


Figura 12. Renda média por gênero em salários mínimos.

Tabela 6. Renda média mensal dos pescadores por gênero nos municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo os intervalos de confiança inferior (IC Inferior) e superior (IC Superior). (Continua nos Anexos).

Região	Município	Localidade	Feminino			Masculino		
			Renda média	IC inferior	IC superior	Renda média	IC inferior	IC superior
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Município de Cabo Frio	0,70	0,48	0,92	1,33	1,21	1,45
		Caieira	-	-	-	1,85	1,56	2,13
		Canto do forte	NI	-	-	1,25	1,16	1,34
		Ilha da Draga	-	-	-	1,61	1,61	1,61
		Itajuru	-	-	-	1,44	1,24	1,63
		Parque Veneza	-	-	-	0,96	0,70	1,21
		Pontal de Santo Antônio	-	-	-	1,58	1,07	2,08
		Praia de Figueira	-	-	-	0,10	0,10	0,10
	Arraial do Cabo	Município de Arraial do Cabo	-	-	-	1,20	1,20	1,20
		Figueira	-	-	-	0,86	0,29	1,43
		Marina dos Pescadores	-	-	-	1,15	0,93	1,38
		Praia do Forno	-	-	-	NI	-	-
		Praia do Pontal de Arraial do Cabo	-	-	-	1,08	0,61	1,54
		Praia Grande de Arraial do Cabo	-	-	-	1,30	1,07	1,53
	Araruama	Município de Araruama	-	-	-	2,10	-0,05	4,25
		Praia Seca	-	-	-	2,10	-0,05	4,25
	Saquarema	Município de Saquarema	-	-	-	1,45	0,55	2,35
		Barra Nova	-	-	-	1,10	0,92	1,28
		Barrinha	-	-	-	1,29	0,89	1,68
		Itaúna	-	-	-	NI	-	-
		Vilatur	-	-	-	0,95	0,80	1,10

3.1.7. Uso e propriedade das embarcações

Os dados encontrados pela pesquisa indicam que em todos os municípios pesquisados, a maioria dos pescadores utiliza embarcações para realizar a atividade pesqueira. Conforme sinalizado na **Figura 13**, os percentuais encontrados para essa categoria foram bastante elevados, acima dos 90%.

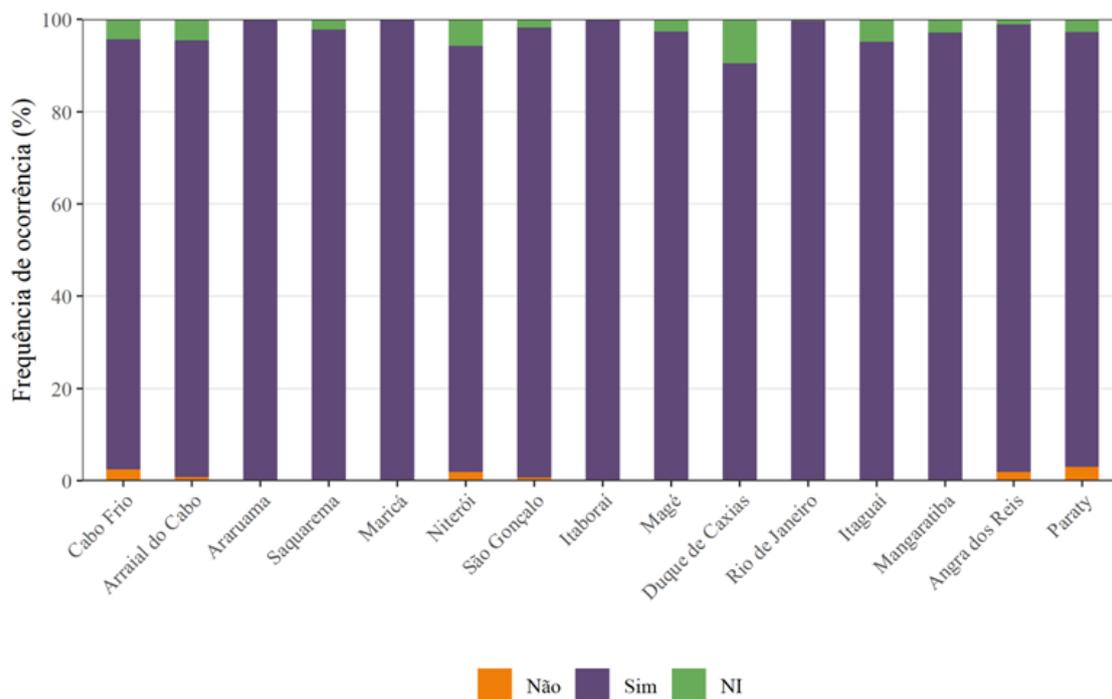


Figura 13. Valores percentuais do número de pescadores que utilizam embarcações na atividade de pesca nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.

Os pescadores que utilizam embarcações para pescar são, em maioria, proprietários e/ou responsáveis pelas mesmas (**Figura 14**). Os únicos municípios em que os pescadores não se incluem nessa categoria são os de Cabo Frio, Niterói, São Gonçalo e Angra dos Reis. Isso provavelmente está relacionado ao tipo de pesca desenvolvida nesses locais, já que são portos onde a atividade pesqueira industrial é bastante representativa no estado. Nesses casos, os pescadores trabalham para os armadores de pesca, configurando um modo distinto de relação deste trabalhador com o seu meio de produção (embarcação).

Quando se trata da pesca artesanal, entretanto, essa relação é um pouco diferenciada. Quase sempre esses pescadores são os proprietários e/ou

responsáveis de seus meios de produção (barcos e petrechos de pesca), não sendo raro compartilharem seus instrumentos de trabalho e ainda, pescarem em sistema de parceria.

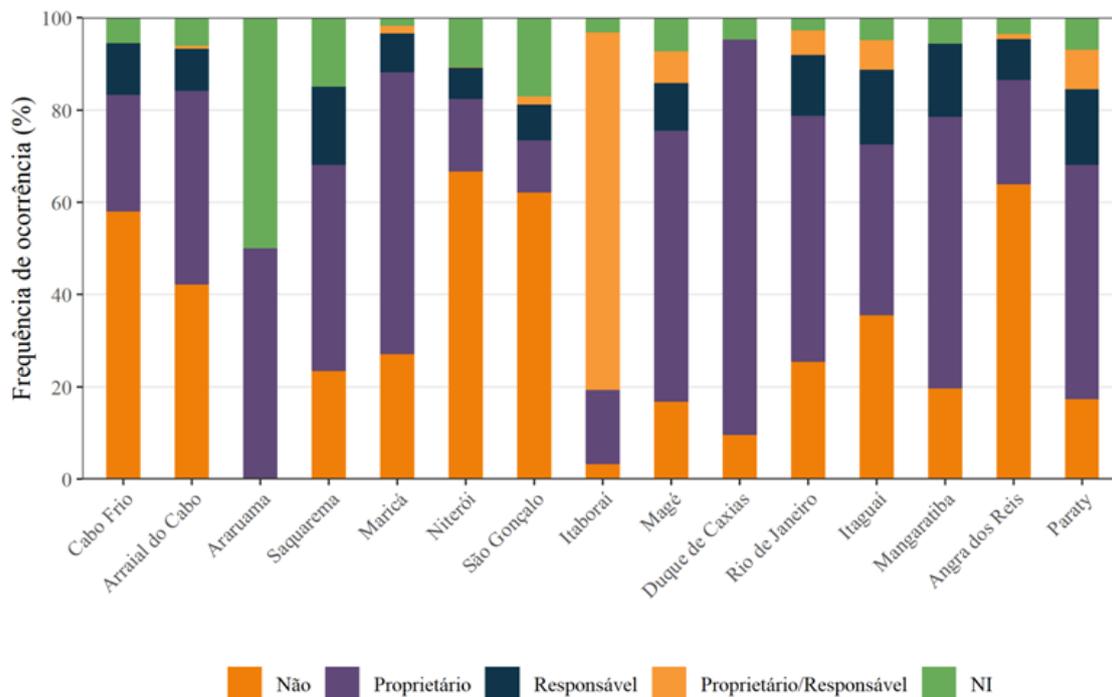


Figura 14. Valores percentuais do número de pescadores proprietários e/ou responsáveis por embarcações de pesca nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.

3.1.8. Aparelhos de pesca

Os dados de monitoramento do PMAP-RJ referentes ao período de janeiro a dezembro de 2018 indicaram um volume de descarga de pescado no estado de 27.178,3 t. Deste total, a pesca industrial é responsável por 70,8% e a pesca artesanal por 29,2%. Os dados apontam ainda, que dos quatro principais portos pesqueiros do estado, três concentram os maiores volumes em descargas industriais e artesanais, sendo São Gonçalo a exceção. Neste município, a produção oriunda da pesca industrial predomina, tendo a artesanal ocupado apenas a quinta posição no estado.

No que se refere aos aparelhos de pesca, o Cerco de Traineira (80,5%) e o Arrasto Duplo (10,6%) ocupam juntos as duas principais categorias na pesca industrial (PMAP, 2018). Na pesca artesanal, por sua vez, os principais aparelhos verificados, em termos de volume de produção, são: Cerco de

Traineira (50,9%), Redes de Emalhe (13,9%), Linhas Diversas (6,9%) e o Arrasto Duplo (6,6%). Cabe destacar que este trabalho registrou 19 tipos de aparelhos de pesca no período analisado (janeiro a dezembro de 2018). Contudo, alguns destes aparelhos podem ainda estar relacionados a nomenclaturas mais específicas, as quais fazem referência principalmente ao modo de utilização do petrecho. Essas nomenclaturas estão relacionadas a tradições locais e representam traços culturais da pesca artesanal, por exemplo: foram registradas 32 nomenclaturas diferentes somente para as Redes de Emalhe.

A seguir, apresenta-se uma breve descrição dos aparelhos de pesca para cada região (**Tabela 7**):

3.1.8.1. Região das Baixadas Litorâneas

Na Região das Baixadas Litorâneas, Arraial do Cabo foi o município que apresentou uma maior variedade de aparelho de pesca (14), seguido por Cabo Frio (13), Saquarema (7) e Araruama (2). Os 3 aparelhos mais frequentes foram: Linhas Diversas, Espinhel de Fundo, Redes de Emalhe. O município de Saquarema apresentou o maior percentual para Linhas Diversas, com 72,34%, seguido por Arraial do Cabo (60,90%) e Cabo Frio (30,86%). Os dois últimos foram os únicos municípios que citaram esta categoria como aparelho exclusivo, indicando que este aparelho é bastante utilizado junto com outros pela pesca artesanal.

O Espinhel de Fundo apareceu como a primeira categoria mais citada na região, e Cabo Frio foi o município que apresentou o maior percentual, com 28,40%, seguido por Araruama (25%, n=4) e Arraial do Cabo (23,31%). O Espinhel de Fundo aparece em Saquarema somente na terceira posição para o município, com 23,40%.

O município de Saquarema foi o que apresentou o maior percentual para Linhas Diversas, com 72,34%, seguido por Arraial do Cabo (60,90%) e Cabo Frio (30,86%).

No que se refere às Redes de Emalhe, elas parecem mais presentes nos municípios de Saquarema e Araruama. Depois das Linhas Diversas (72,34%),

este é o aparelho que apresentou maior percentual em Saquarema, com 34,04%. Saquarema é um município cuja atividade pesqueira é exclusivamente artesanal. Se considerarmos o volume de produção de pescado, as Linhas Diversas (31,6%) junto com as Redes de Emalhe (63%) representam 94,6% da produção total do município.

O Arrasto Manual, conhecido como “arrasto ou cerco de praia” é um aparelho de pesca tradicional e importante para a pesca artesanal de Arraial do Cabo. Esta foi a terceira categoria de aparelho de pesca mais frequente no município, com 14,29%.

A armadilha de caranguejo foi mais significativa, em termos percentuais, no município de Cabo Frio, com 24,69%. Importante registrar que, em termos de volume de descarga de pescado, em Cabo Frio a atividade pesqueira é predominantemente industrial, embora também apresente uma pesca artesanal relevante.

Os dados do monitoramento mostram que o Cerco de Traineira é responsável por 98,5% de todo o volume desembarcado pela pesca industrial no município. Para a pesca artesanal, esta modalidade representa 27,8% da produção do município. Apesar dos resultados do monitoramento apontarem o Cerco de Traineira como o principal aparelho em termos de produção, nesta pesquisa o cerco apresentou resultados menos expressivos, sendo 14,20% dos entrevistados. Esta diferença se deu devido à dificuldade de acesso aos pescadores industriais e a menor quantidade de embarcações industriais em relação às artesanais. Este aparelho também é importante para os pescadores de em Arraial do Cabo, com 13,53%. Vale destacar também que os dados do monitoramento pesqueiro têm demonstrado queda frequente nos últimos meses/anos para a pesca de Cerco de Traineira (artesanal e industrial).

3.1.8.2. Região Metropolitana I

Na Região Metropolitana I os aparelhos de pesca mais citados foram: Cerco de Traineira, Linhas Diversas, Redes de Emalhe, Arrasto Duplo e Espinhel de fundo, respectivamente. Nesta região, Niterói (16) foi o município que apresentou uma

maior variedade de aparelhos, seguido por São Gonçalo (12), Maricá (8) e Itaboraí (6).

Como já mencionado, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro responde por mais da metade de toda a produção pesqueira do estado, sendo a maior parte oriunda da pesca industrial (Cerco de Traineiras e Arrasto Duplo) desta região. Os resultados encontrados confirmam a vocação dos municípios de São Gonçalo e Niterói nessas duas categorias. O arrasto Duplo foi o aparelho mais citado em São Gonçalo (28,33%), seguido do Cerco de Traineira (21,5%). Enquanto que em Niterói, o Cerco de Traineira foi o segundo aparelho mais citado pelos pescadores entrevistados (19,58%) e o Arrasto Duplo o quarto (11,11%), mas ainda com uma representação bastante significativa visto a grande diversidade de aparelhos do município.

Os outros dois municípios da região apresentaram características predominantes da pesca artesanal, tendo como aparelhos mais citados as Armadilhas para Caranguejo (45,16%), Redes de Emalhe (29,2%) e Tarrafa (22,58%) em Itaboraí e Redes de Emalhe (79,66%) e Linhas Diversas (25,42%) em Maricá. O Arpão/fisga foi o terceiro aparelho mais frequente em Maricá, com 8,47%, reforçando o caráter artesanal da pesca. Niterói também apresentou um alto percentual de uso das Linhas Diversas (21,25%), sendo o aparelho mais citado no município.

3.1.8.3. Região Metropolitana II

Na Região Metropolitana II os aparelhos de pesca mais frequentes foram: Redes de Emalhe, Armadilha de caranguejo e Cerco Fixo. As Linhas Diversas também foram bastante citadas, porém raramente utilizadas sozinhas, sendo comum o uso deste como aparelho de pesca secundário. De maneira geral, a região se mostrou bastante diversificada em relação ao número de aparelhos de pesca utilizados, sendo comum o mesmo pescador utilizar mais de um aparelho de pesca. O município do Rio de Janeiro foi o que apresentou uma maior variedade de aparelhos, com 14 no total, seguido de Magé (7) e Duque de Caxias (4).

A pesca desenvolvida na região é exclusivamente artesanal. As Redes de Emalhe apresentaram maior importância para os municípios do Rio de Janeiro (78,75%) e de Magé (67,38%), enquanto que em Duque de Caxias, o aparelho foi o terceiro mais importante (14,29%). Este também esteve bastante associado com outros, sendo normalmente o principal aparelho de pesca nas pescarias artesanais multipetrecho da região.

A Armadilha de Caranguejo também é muito presente na região, especialmente para os municípios Duque de Caxias (42,86%) e Magé (22,75%). Nesses dois municípios, a captura do caranguejo é realizada nas áreas de manguezal do fundo da Baía de Guanabara. Os dados do monitoramento pesqueiro indicaram que este aparelho de pesca é responsável por 59,1% do total produzido pelo município de Duque de Caxias. Assim como em Magé, a captura com armadilha de caranguejo tem sido responsável por 51,8% da produção em 2018 (PMAP-RJ, 2018).

Cabe destacar também outro aparelho de pesca típico da região metropolitana, os currais de pesca (na Baía de Guanabara) e cercadas (na Baía de Sepetiba), aqui categorizados como “Cercos Fixos”. Ele foi o aparelho mais frequente em Duque de Caxias (61,90%) e o terceiro em Magé (18,95%). As cercadas no Rio de Janeiro são menos representativas em número de pescadores (2,79%), apesar de apresentarem uma produção de grande importância socioeconômica para o município (PMAP-RJ, 2018). Estes aparelhos têm alto valor histórico e cultural para as comunidades que o utilizam, além de serem artes fixas passivas que mantêm o pescado vivo até o momento da despesca, conferindo um caráter sustentável à sua pescaria.

3.1.8.4. Região da Costa Verde

Na Região da Costa Verde os aparelhos de pesca mais frequentes foram: Redes de Emalhe, Cercos de Traineira, Linhas Diversas, Cercos Flutuantes e Arrasto Simples, respectivamente. O município de Paraty foi o que apresentou uma maior variedade de tipos de aparelhos de pesca, 13 no total, seguido por Angra dos Reis (11), Mangaratiba (9) e Itaguaí (8).

As Redes de Emalhe foram o aparelho de pesca mais citados nos municípios onde a pesca artesanal é predominante, sendo eles Itaguaí (43,55%), Mangaratiba (81,31%) e Paraty (41,95%). Cabe destacar que em Mangaratiba a pesca de emalhe é a principal responsável pela produção pesqueira do município, com 62,6%.

O Cerco de Traineira foi o principal aparelho de pesca mencionado entre os pescadores de Angra dos Reis, com 67,92%. Os dados do monitoramento pesqueiro realizado pela Fiperj revelam que 67,4% de toda a produção do município é oriunda da frota de Cerco de Traineira. O aparelho apareceu também em Itaguaí (19,35%), dividindo a segunda posição com o Arrasto Duplo (19,35%).

As Linhas Diversas foram aparelhos bastante citados na região, principalmente em Paraty (27,66%) e Angra dos Reis (9,70%), sendo importando também em Mangaratiba (6,54%). Em Paraty, onde foi mais representativo, este aparelho foi citado principalmente junto com outros (como Redes de Emalhe e Arrasto simples), indicando maior uso deste aparelho em caráter secundário.

O Cerco Flutuante é um aparelho importante para a região, sendo mais frequente em Paraty (28,88%) e Angra dos Reis (7,28%). Constitui um tipo de arte fixa bem característica da Região da Baía de Ilha Grande, sobretudo na zona costeira de Paraty. É um aparelho tradicional, tendo sido trazido por imigrantes Japoneses há quase um século e adotado pelas comunidades caiçaras locais (FiPERJ, 2018) e mantém o pescado vivo até a despesca sendo um aparelho com alto nível de sustentabilidade. Foi responsável por 5,2% da produção artesanal de Paraty em 2018 e 7,28% da produção de Angra dos Reis (FiPERJ, 2018).

O Arrasto Simples foi citado principalmente em Paraty (25,53%) e Itaguaí (16,13%), enquanto que o Arrasto Duplo foi mais citado em Paraty (17,33%) seguido de Angra dos Reis (2,16%) e Itaguaí (19,35%). As modalidades de pesca de Arrasto, tanto duplo como simples, são de grande importância para a região.

Tabela 7. Percentual de utilização de aparelhos de pesca pelos pescadores artesanais nos municípios do estado do Rio de Janeiro. (Continua nos Anexos).

Região	Município	Aparelhos de pesca PMAP	Pescadores	
			%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Armadilha para caranguejo	24,69	3,39
		Arpão/fisga	0,62	0,62
		Arrasto duplo	3,09	1,36
		Arrasto simples	0,62	0,62
		Cerco traineira	14,20	2,74
		Coleta manual	5,56	1,80
		Espinhel de fundo	28,40	3,54
		Espinhel de superfície	9,88	2,34
		Linhas diversas	30,86	3,63
		NI	1,23	0,87
		Puçá	1,23	0,87
		Redes de Emalhe	18,52	3,05
		Tarrafa	1,85	1,06
	Arraial do Cabo	Armadilha para caranguejo	3,76	1,65
		Arpão/fisga	2,26	1,29
		Arrasto manual	14,29	3,03
		Cerco traineira	13,53	2,97

3.1.9. Destino da produção pesqueira

De uma maneira geral, as principais formas de escoamento da produção identificadas pelo estudo foram: atacado, varejo, venda direta e atravessadores. Entende-se como atacado a venda direcionada a estabelecimentos que, preferencialmente, não comercializam diretamente ao consumidor final. Nesta categoria, inclui-se a Ceasa, que é considerado o principal centro comercial atacadista de pescado do Estado do Rio de Janeiro (Martins e Monteiro-Neto, 2018). A Ceasa representa um conglomerado de estabelecimentos comerciais atacadistas, onde são realizadas negociações de compra e venda de uma ampla variedade de produtos, com diferentes representantes dos elos primários e intermediários da cadeia de valor do pescado (FIPERJ, 2018b).

No que se refere às vendas ao atacado, a pesquisa indicou que as maiores porcentagens encontradas foram para os municípios de São Gonçalo (94,54%), Arraial do Cabo (93,98%), Saquarema (93,62%) e Angra dos Reis (90,84%). Se levarmos em consideração os pescadores que mencionaram a Ceasa como destino de produção, esses percentuais são ainda maiores (Figura 15 e Tabela 8).

A venda no varejo, por sua vez, é realizada por estabelecimentos comerciais que vendem seu produto diretamente ao consumidor final, e estão geralmente associados aos tipos/conceitos de Mercados de Peixe, feiras-livres, supermercados e outros centros comerciais (FIPERJ, 2018b). Para o varejo, os municípios de Saquarema (85,11%), Maricá (79,66%) e Itaboraí (77,42%) se destacam entre os três principais nesta categoria.

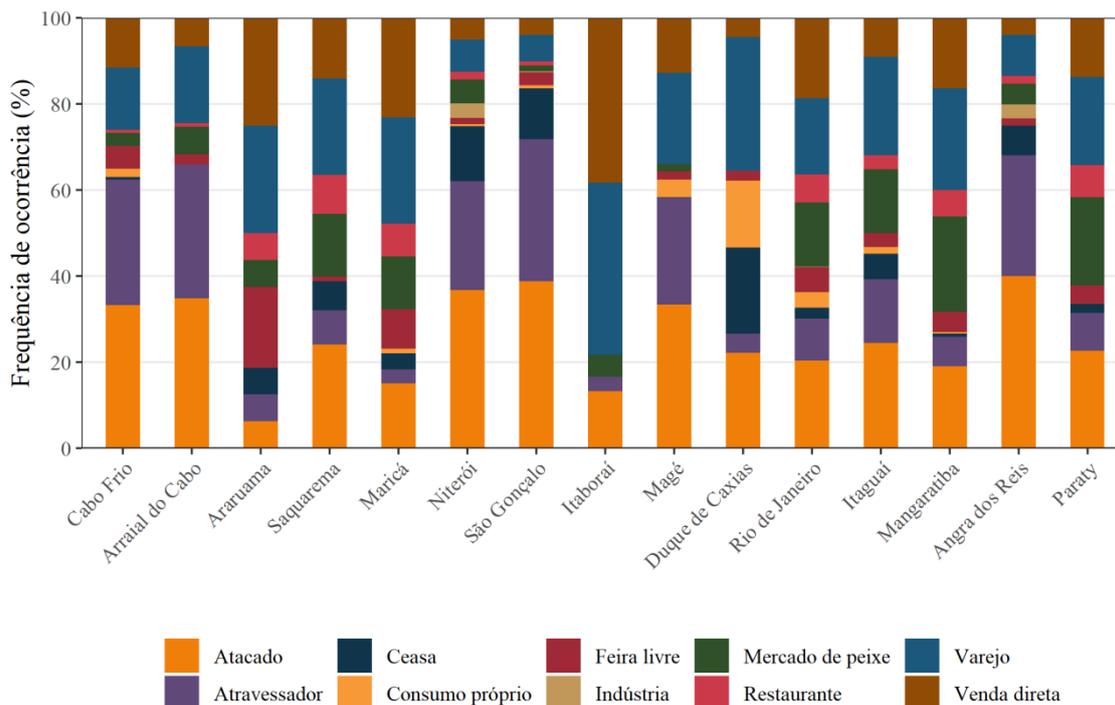


Figura 15. Valores percentuais do destino da produção de pescado nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Além do atacado e varejo, os pescadores ainda mencionaram outras duas formas de escoamento da produção: os atravessadores e a venda direta. Os resultados indicam que os atravessadores ainda são frequentes no momento da primeira comercialização do pescado. Esses intermediários da cadeia produtiva costumam se deslocar aos locais de descarga, dando início às negociações sobre o preço.

A presença dos atravessadores nos locais de desembarque pesqueiro apresenta vantagens e desvantagens. Por um lado, o atravessador acaba sendo a figura que possibilita o escoamento da produção, contudo, sua presença também pode resultar na diminuição do ganho do pescador e elevação do preço do pescado aos consumidores. Ao vender sua produção aos atravessadores, os pescadores têm a sensação de segurança de ter um comprador certo para seu pescado. Por conta disso, os intermediários acabam definindo os preços e as formas de pagamento, podendo gerar certa dependência. Além da baixa organização social e escolaridade dos pescadores, essa dependência é reforçada pela falta de uma

estrutura adequada de desembarque, armazenagem e conservação do pescado (Maruyama, Castro e Paiva, 2009).

Estudo realizado pela FIPERJ (2018b) revela que os revendedores levam seus produtos para serem comercializados na CEASA RJ na forma fresca, sob o preço de mercado ou revendem a um estabelecimento comercial do local. Entre os municípios que destinam sua produção para os atravessadores, os municípios de Arraial do Cabo (89,47%), São Gonçalo (84,98%) e Cabo Frio (79,63%) apresentaram os maiores percentuais.

No que se refere à venda direta, nesses casos o pescado é comercializado diretamente aos consumidores, sem a necessidade de intermediários e/ou estabelecimento comercial fixo. Os maiores percentuais foram encontrados em Araruama (100%, n=4), Saquarema (53,19%), Maricá (76,27%), Itaboraí (74,19%), Rio de Janeiro (65,16%), Mangaratiba (44,86%), entre outros. Como é possível constatar, a venda direta ocorre principalmente nos municípios onde a pesca artesanal é predominante.

Tabela 8. Valores percentuais do destino da produção de pescado nos municípios do estado do Rio de Janeiro. (Continua nos Anexos).

Regional	Município	Destino	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Atacado	79,01	4,02
		Atravessador	79,63	4,93
		Ceasa	1,85	0,66
		Consumo próprio	12,96	2,65
		Feira livre	4,94	0,76
		Mercado de peixe	1,85	0,32
		Peixaria	7,41	1,05
		Restaurante	1,85	0,76
		Varejo	35,80	2,47
		Venda direta	28,40	2,17
		Arraial do Cabo	Atacado	93,98
	Atravessador		89,47	3,04
	Consumo próprio		6,77	1,65
	Peixaria		17,29	1,19
	Restaurante		2,26	0,39
	Varejo		48,87	4,17
	Venda direta		18,05	1,21
	Araruama	Atacado	25,00	0,85
		Atravessador	25,00	0,85
		Ceasa	25,00	0,85
		Consumo próprio	75,00	2,15
		Mercado de peixe	25,00	0,01
		Peixaria	25,00	0,01
		Restaurante	25,00	0,01
		Varejo	100,00	4,38
		Venda direta	100,00	4,38
	Saquarema	Atacado	93,62	4,31
		Atravessador	31,91	1,75
		Ceasa	25,53	0,99
		Consumo próprio	4,26	1,36
		Peixaria	55,32	2,46
		Restaurante	34,04	1,93
		Varejo	85,11	4,68
		Venda direta	53,19	2,00

3.1.10. Formas de conservação do pescado comercializado

O pescado é um alimento altamente perecível. Aspectos ligados às condições higiênico-sanitárias devem ser verificados ao longo de toda a cadeia produtiva do pescado. A forma como o produto comercializado é conservado e manipulado poderá trazer impactos diretos na qualidade, no tempo de validade do produto e até na Saúde Pública. A figura abaixo apresenta os valores percentuais encontrados quanto às formas de conservação do pescado, a saber: *in natura*; fresco; resfriado; congelado e salgado. Os resultados encontrados indicam a

prevalência de duas principais formas de conservação: fresco e *in natura*, sendo o fresco mais recorrente (**Tabela 9 e Figura 16**). De uma maneira geral, em todos os municípios verificou-se certa variedade de formas de conservação do pescado. Entretanto, o único município onde foram encontradas apenas duas formas de conservação do pescado foi Duque de Caxias, sendo elas: *in natura* (90,48%) e fresco (4,76%).

O pescado *in natura* constitui a forma mais simples de comercialização do produto, indicando que não houve nenhum tipo de processamento e agregação de valor ao pescado comercializado. O pescado fresco, por sua vez, é aquele conservado apenas no gelo. Considera-se pescado resfriado aquele que foi devidamente conservado em gelo e mantido em temperaturas entre -0°C e -2°C . Para que isso seja possível, normalmente se usa uma câmara isotérmica de espera. O pescado congelado normalmente está associado a uma câmara de congelamento. Conforme indicado por Calixto e Ribeiro (2008), ambas as formas de conservação (resfriado e congelado) estão mais frequentemente associadas aos entrepostos pesqueiros.

Nos desembarques pesqueiros do estado do Rio de Janeiro, é comum o pescado, após desembarcado, ser colocado em caixas plásticas ou de isopor com gelo, que vão diretamente para os caminhões isotérmicos ou frigoríficos destinados a centrais de distribuição. As regiões da Metropolitana I e da Costa Verde destacam-se na categoria do pescado fresco. O município de Angra dos Reis foi o que apresentou maior porcentagem neste quesito, com 92,45%, seguido por Paraty com 89,97%, São Gonçalo, com 88,40% e Niterói (78,75%). Na maioria desses municípios (exceto em Paraty), prevalece a pesca industrial, que apresenta elevados volumes de captura e embarcações de médio a grande porte. Esses locais normalmente apresentam uma melhor estrutura de desembarque, podendo também dispor de áreas para comercialização e/ou fabricação de gelo.

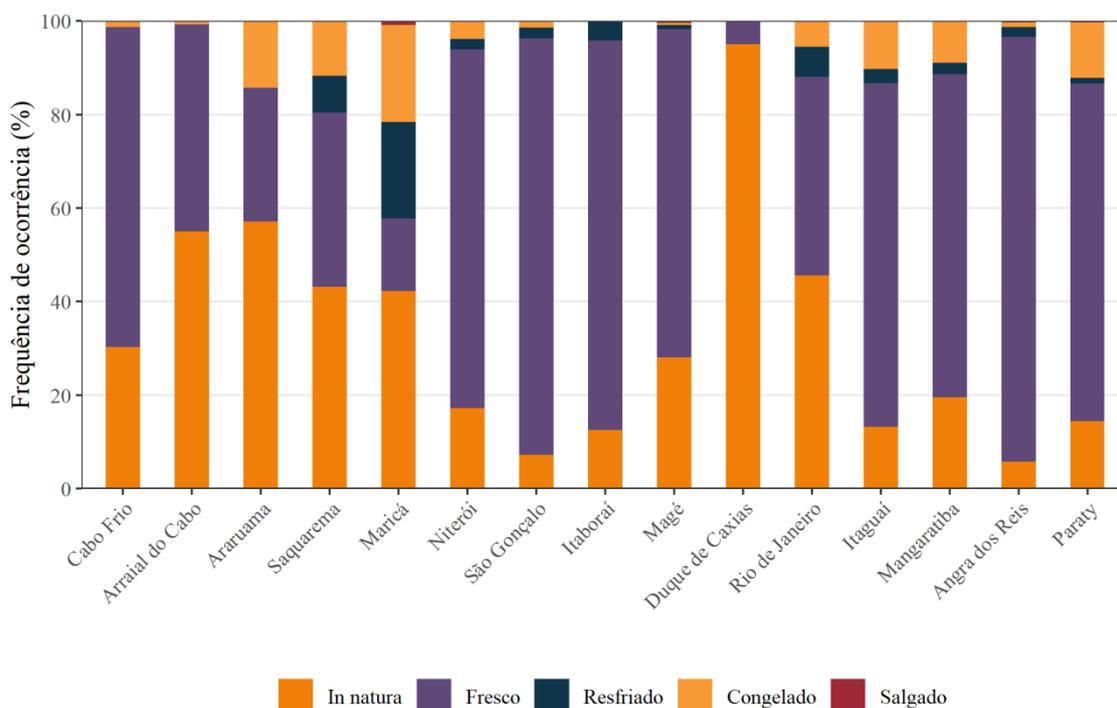


Figura 16. Valores percentuais das formas de conservação do pescado informados pelos pescadores entrevistados.

Nas regiões das Baixadas Litorâneas e Metropolitana II, o pescado comercializado *in natura* foi maioria entre os apontados pelos pescadores. Depois Araruama (100%, n=4), o município de Arraial do Cabo aparece em primeiro lugar, com 98,50%, seguido por Duque de Caxias (90,48%), e Rio de Janeiro (73,53%). O pescado vendido em seu estado natural pode estar mais fortemente associado aos pescadores artesanais, já que passam menos tempo embarcados, sendo as viagens de pesca mais curtas. Além disso, o gelo é um insumo relativamente caro, o que torna o seu uso ainda menos frequente, principalmente em localidades mais vulneráveis.

Depois do pescado fresco e *in natura* predominando entre as respostas, foram encontrados também registros para o pescado congelado e resfriado, porém em menor quantidade. Apesar de percentuais abaixo de 2%, cabe mencionar que os únicos municípios onde o processo de salga foi mencionado foram Maricá, Magé, Angra dos Reis e Paraty. Este tipo de conservação é um processo muito

antigo (antes mesmo da cadeia do frio) e tradicional, muitas vezes associado às comunidades caiçaras.

Tabela 9. Valores percentuais dos tipos de conservação do pescado utilizados pelos pescadores nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	Forma de conservação	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	In natura	30,25	1,25
		Fresco	64,20	2,32
		Congelado	1,23	0,21
	Arraial do Cabo	In natura	98,50	1,99
		Fresco	45,86	0,96
		Congelado	0,75	-0,01
	Araruama	In natura	100,00	0,01
		Fresco	50,00	-0,01
		Congelado	25,00	-0,01
	Saquarema	In natura	63,83	3,25
		Fresco	40,43	2,35
		Congelado	12,77	1,25
Resfriado		6,38	0,07	
Metropolitana I	Maricá	In natura	88,14	6,54
		Fresco	30,51	2,54
		Congelado	40,68	3,21
		Resfriado	40,68	3,21
		Salgado	1,69	0,01
	Niterói	In natura	21,39	2,11
		Fresco	78,75	5,62
		Congelado	3,89	0,26
		Resfriado	2,36	0,10
	São Gonçalo	In natura	14,68	2,30
		Fresco	88,40	6,59
		Congelado	1,37	0,58
		Resfriado	2,39	0,98
	Itaboraí	In natura	9,68	0,99
		Fresco	64,52	3,65
Resfriado		3,23	0,941	
Metropolitana II	Magé	In natura	38,20	3,65
		Fresco	67,38	6,51
		Congelado	0,43	0,01
		Resfriado	0,86	0,03
		Salgado	0,43	0,01
	Duque de Caxias	In natura	90,48	6,32
		Fresco	4,76	1,20
	Rio de Janeiro	In natura	73,52	3,21
		Fresco	50,52	2,54
		Congelado	6,62	0,97
		Resfriado	7,67	0,99

3.1.11. Formas de beneficiamento

O beneficiamento é uma forma de se agregar valor ao produto *in natura*, quando realizado de maneira adequada possibilita a comercialização do pescado de forma mais higiênica, aumentando a validade comercial. Na **Tabela 10** estão discriminados os resultados encontrados para as formas de beneficiamento do pescado nas seguintes categorias: cozido, defumado, descabeçado, descascado, descamado, desconchado, espalmado, eviscerado, filetado, inteiro e posta.

Como é possível verificar, em todas as regiões analisadas a principal forma de beneficiamento encontrado foi o pescado inteiro. Além deste, o pescado filetado (filés de peixe), eviscerado (sem as vísceras) e em posta estão entre as formas de beneficiamento mais frequentes, tendo sido mencionadas na maioria dos municípios.

A venda do pescado em postas e/ou filetado está mais associada ao pescado comercializado em peixarias e varejo. Dados da FIPERJ (2018b) sobre a comercialização do pescado indicam que peixarias são dotadas de mão-de-obra especializada no processamento do pescado fresco, oferecendo produtos acabados, congelados, filetados ou em posta. Esta forma de comercialização ocorre quando o pescado inteiro fresco é processado no momento da compra, de acordo com a solicitação do consumidor.

Os municípios do Rio de Janeiro, Mangaratiba, Niterói e Maricá foram os que apresentaram maior diversidade em formas de beneficiamento do pescado. Por outro lado, Duque de Caxias foi o único município onde a comercialização é realizada sem nenhum beneficiamento (forma de comercialização: inteiro) e, portanto, sem valor agregado. Esse dado corrobora com os resultados verificados em campo quanto à forma de conservação dominante no município, que foi o pescado *in natura*.

Apesar das baixas porcentagens, também foram obtidos registros para as categorias: desconchado, descascado, descabeçado e descarnado. Aparentemente esses resultados estariam associados a determinados municípios/localidades com traços característicos da pesca artesanal e

exploração de recursos específicos, tais como os mariscos (mexilhão, ostra) e crustáceos (caranguejos, siris e camarões).

A categoria desconchado, que pode estar associado à extração de mexilhões, apareceu em sete municípios, sendo os maiores percentuais registrados para Maricá (11,86%) e Niterói (5,14%), Saquarema (4,26%), Mangaratiba (1,87%) e Rio de Janeiro (1,05%). Apesar de apresentar baixo volume de produção, é um tipo de pesca que garante a manutenção de determinados grupos sociais, como por exemplo, em Niterói (nas localidades de Jurujuba, na lateral do shopping Bay Market, na praia da Boa Viagem) e no Rio de Janeiro (na Ilha da Marambaia), entre outros. Os “marisqueiros” costumam beneficiar o seu produto cozinhando e desconchando nas praias ou em áreas próximas e, geralmente, sem as condições “ideais”, definidas legalmente. Esse tipo de beneficiamento é bem tradicional de determinadas áreas apesar de não se enquadrar nos padrões de higiene e sanidade.

Descascado e descabeçado são formas de beneficiamento associadas, principalmente, ao camarão. O pescado descascado foi mencionado apenas nos municípios de Mangaratiba (6,54%), Rio de Janeiro (3,83%) e Paraty (2,74%). Para o pescado descabeçado, foram obtidos registros em Maricá (27,12%), Rio de Janeiro (10,80%), Mangaratiba (8,41%), Arraial do Cabo (5,26%), Niterói (3,89%), São Gonçalo (3,41%), Paraty (3,34%) e Itaguaí (1,61%).

O pescado descarnado apareceu nos municípios do Rio de Janeiro (3,48%), Maricá (3,39%), Itaboraí (3,23%) e São Gonçalo (1,37%). Esse tipo de beneficiamento é verificado em locais onde há a extração artesanal dos caranguejos e siris. Entre as localidades conhecidas pela extração desses recursos, destacam-se Itaoca, em São Gonçalo e Itambi, em Itaboraí. No Rio de Janeiro, ocorre em alguns pontos da zona oeste do Rio de Janeiro, como em Pedra de Guaratiba.

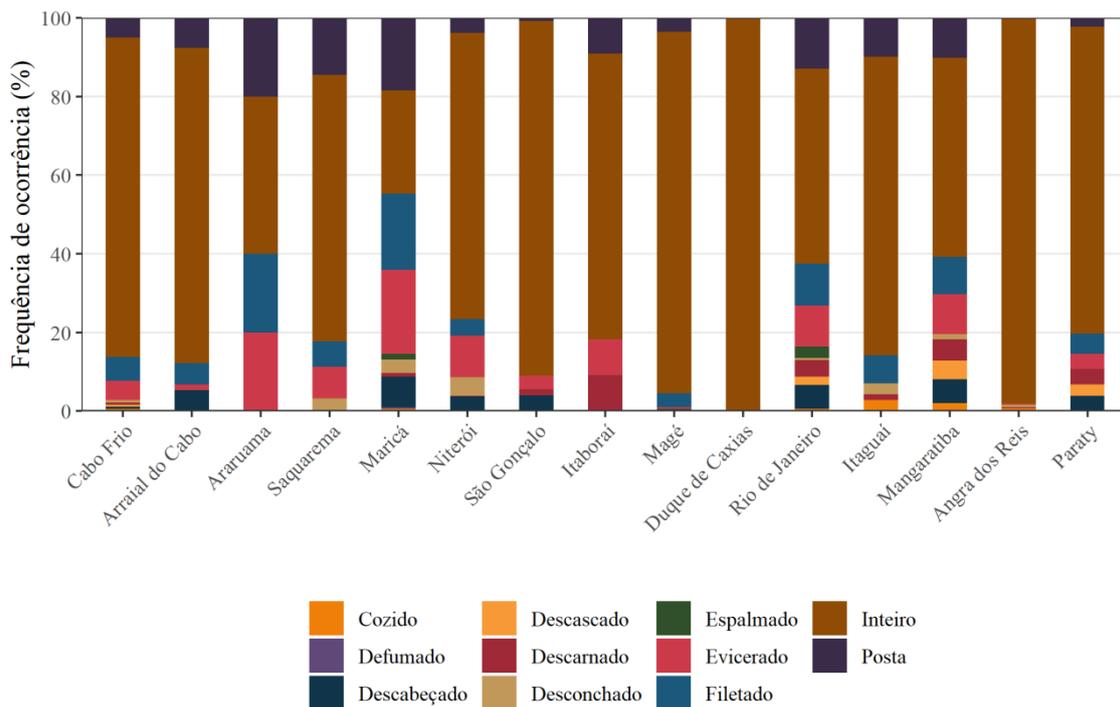


Figura 17. Valores percentuais das formas de beneficiamento do pescado informados pelos pescadores entrevistados.

Tabela 10. Valores percentuais referentes às formas de beneficiamento do pescado utilizados pelos pescadores nos municípios do estado do Rio de Janeiro. (Continua nos Anexos).

Região	Município	Forma de conservação	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Cozido	0,62	0,09
		Descabeçado	0,62	0,09
		Descascado	0,62	0,09
		Desconchado	0,62	0,09
		Eviscerado	5,56	1,25
		Filetado	6,79	2,65
		Inteiro	91,98	6,51
		Posta	6,17	2,54
	Arraial do Cabo	Descabeçado	5,26	0,26
		Eviscerado	1,50	0,26
		Filetado	5,26	0,26
		Inteiro	79,70	1,25
		Posta	1,50	0,26
	Araruama	Eviscerado	50,00	0,01
		Filetado	50,00	0,01
		Inteiro	100,00	0,02
		Posta	50,00	0,03
	Saquarema	Desconchado	4,26	0,91
		Eviscerado	10,64	0,58
		Filetado	8,51	0,45
Inteiro		89,36	3,54	
Posta		21,28	1,25	

3.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Nesta seção serão apresentados os dados relativos às formas de organização social dos pescadores. A análise se baseia em informações obtidas através de dois instrumentos de coleta de dados: 1) “cadastro do pescador” e; 2) “cadastro de entidades”.

As informações apresentam um panorama geral em valores percentuais do número de pescadores filiados a entidades de representação de classe, tais como: Colônias de Pescadores, Sindicatos e Associações (**Figura 18**). Além das entidades representativas de classe, foram mapeadas também as instituições de pesquisa, gestão e fomento que desenvolvem trabalhos e/ou projetos junto ao setor pesqueiro. Nesse levantamento, foram incluídas não somente instituições públicas, mas também a iniciativa privada e sociedade civil organizada. Essas instituições foram também classificadas conforme a finalidade de sua área de atuação (**Tabela 11**).

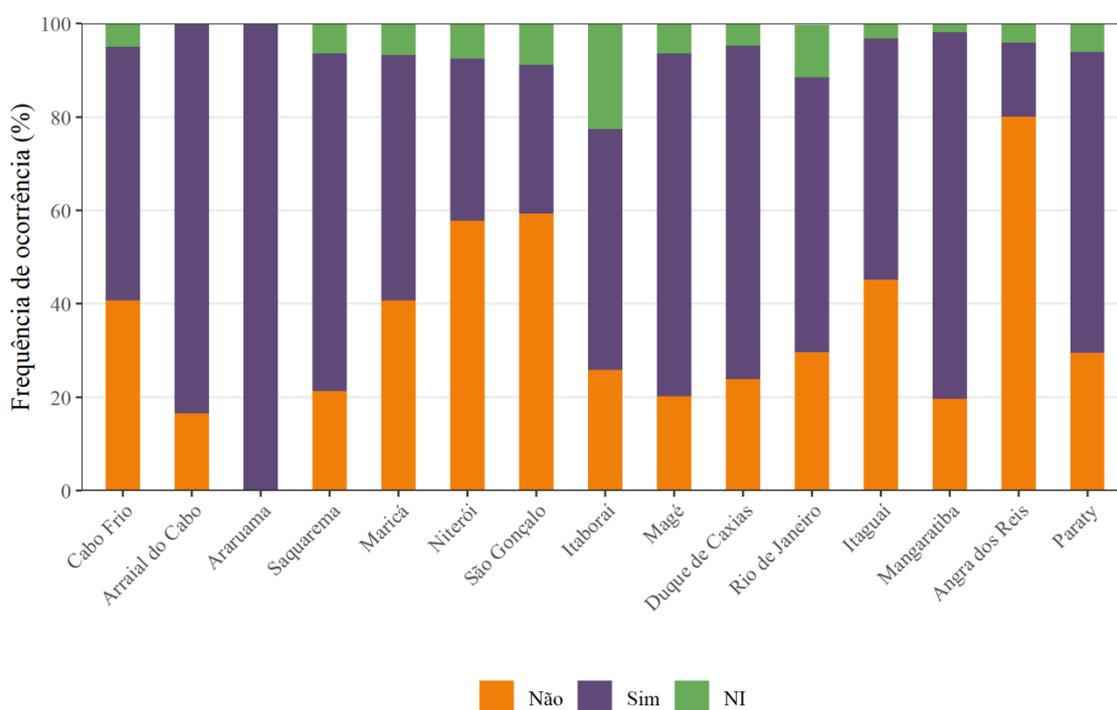


Figura 18. Valores percentuais do número de pescadores filiados às entidades de representação de classe (Colônia de Pescadores, Sindicatos e Associações).

Conforme demonstrado na figura, na grande maioria dos municípios, os pescadores encontram-se filiados a entidades representativas de classe, com percentuais acima dos 50%, exceto nos municípios de Niterói, São Gonçalo e Angra dos Reis. Nestes municípios, entretanto, predominam os pescadores sem filiação.

Importante salientar que dois destes municípios estão localizados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde estão sediadas várias instituições representativas da classe pesqueira. Em Niterói, por exemplo, além do município sediar algumas colônias e associações de pescadores (colônias Z-07 e Z-08, ALPAPI, ALMARJ, entre outras), é nele onde estão inseridos também os principais sindicatos ligados ao setor (FEPERJ, SAPERJ, SIPERJS). Apesar disso, foi verificada uma baixa adesão dos pescadores às entidades representativas localizadas na área. Aparentemente, a disponibilidade de instituições nessas regiões não é garantia suficiente para os pescadores se associarem.

Em Angra dos Reis foi encontrado o maior percentual de pescadores não filiados/associados, com 80%. Apenas 16% dos entrevistados fazem parte de alguma entidade representativa de classe e somente 4% preferiu não informar. Apesar de Angra dos Reis possuir uma extensa área, incluindo diversas ilhas, o município dispõe não apenas de uma colônia de pescadores (Z-17), mas também de associações e cooperativas de produtores.

Tabela 11. Dados cadastrais das entidades representativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro, abrangendo instituições de pesquisa, gestão, fomento e entidades de representação de classe em nível estadual, regional e municipal. (Continua nos Anexos).

Região	Município	Denominação	Finalidade	Endereço	Telefone	Num. Associados	Num. Pescadores	
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Associação dos Maricultores de Cabo Frio - AMAR	Representação de classe	Rua Princesa Isabel nº 16	(22) 998804970	-	-	
		Associação dos Pescadores do São João - APSJ	Representação de classe	Av. Beira Rio, 85	(22) 999895591	40	40	
		Colônia de Pescadores de Cabo Frio Z - 4	Representação de classe	Rua Major Belegard s/n, São Bento	(22) 998456547 / 26435525	2000	4000	
		Cooperativa de Pesca Cabo Frio LTDA - Coopescaf	Comercialização	Rua Major Belegard, S/N	(22) 26435525	25	-	
		Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER	Extensão e Fomento	Rua Professor Isimar Gomes de Azevedo, nº 13	(22) 26476311	-	-	
		Escritório Regional das Baixadas Litorâneas - ERBL/FIPERJ	Pesquisa, Extensão e Fomento	Rua Gustavo Berange, nº 267	(22) 99644632	-	-	
		Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Gestão e Fiscalização	Rodovia General Bruno Martins	(22) 26473466	-	-	
		Associação NEA - BC/Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos	Extensão	Av. Teixeira Souza, nº 11 - Sala 103	(22) 998117437	-	-	
		Prefeitura Municipal de Cabo Frio	Gestão	Praça Tiradentes s/n (Avenida Assunção, 760)	(22) 26434137	-	-	
		Petro_Rio/Programa de Extensão Observação	Extensão	Rodovia Amaral Peixoto, nº 496 loja B	(22) 26308568	-	-	
		Projeto Pescarte /Universidade Estadual do Norte Fluminense	Extensão	Av. Nilo Peçanha, nº 73 - Lojas	(22) 999515304	-	-	
		Projeto Territórios do Petróleo /Universidade Estadual do Norte Fluminense	Extensão	Rua Nilo Peçanha, nº 73 - Loja 11	(22) 997938932	-	-	
		Secretaria Municipal de Agricultura	Gestão	Rodovia Amaral Peixoto, KM 124	(22) 31999017	-	-	
		Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente	Gestão	Avenida Vereador Manoel Antunes, nº 336	(22) 31999017	-	-	
	Arraial do Cabo	Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - AREMAC	Representação de classe	Rua Manoel Félix, nº 210	(22) 23401062	2193	2193	
		Associação dos Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo - ACRIMAC	Representação de classe	Rua Tomé de Souza, 24	(22) 999910952	20	20	
		Associação dos Pescadores Artesanais no Parque das Graças Integrada	Representação de classe	Av. Pedro Francisco Sanches, nº 50	(22) 999246065	35	-	
		Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo - APAC	Representação de classe	Orla Flávia Alessandra, S/N	(22) 26229720	300	300	
		Associação dos Verdadeiros Pescadores e Turismo de Barco de Bocas Abertas do Município de Arraial do Cabo	Representação de classe	Rua Getúlio Vargas, 56	(22) 998123464	215	215	
		Associação NEA - BC/Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos	Extensão	Praça da Independência, nº3 - sala 15	(22) 997260786	-	-	
		Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo Z - 5	Representação de classe	Rua Machado de Assis, nº3	(22) 26221297	600	600	
		Cooperativa de Mulheres Produtoras da Pesca Artesanal e de Plantas Ativas da Região dos Lagos	Comercialização	Rua Assis Gomes Pacheco, 14, Casa 01	(22) 30532319	23	10	
		Cooperativa de Trabalho, Mulheres, Pescadores, Aquicultores e Artesãs da Prainha	Comercialização	Subida Manhã do Cabo, nº 09	(22) 26222514	20	48	
		Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo - FIPAC	Pesquisa e Extensão	Rua Santa Cruz	(22) 26223059	-	-	
		Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Gestão e Fiscalização	Rua Marechal Floriano Peixoto, S/N	(22) 26221980	-	-	
		Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo	Gestão	Av. da Liberdade, S/N	(22) 26221650	-	-	
		Petro_Rio/Programa de Extensão Observação	Extensão	Rua Campos Sales, 25 - sala 09	(22) 26222514	-	-	
		Projeto Pescarte /Universidade Estadual do Norte Fluminense	Extensão	Praça da Independência, 3 - sala 1	(22) 997938668	-	-	
		Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Gestão	Av. Leonel de Moura Brizola, nº04	(22) 2622330	-	-	
		União das Entidades da Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro - UEPA	Representação de classe	Rua João Cabral Neto, S/N	(22) 999591043	15000	15000	
		Araucária	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca - SMAP	Gestão	Rua da Batista, Fazendinha - Parque de Exposições Manoel Manhã	-	-	-
			Colônia de Pescadores de Araucária Z - 28	Representação de classe	Rua Cavalcante, nº 70, Arreal	(22) 988252765	258	182
			Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Gestão e Fiscalização	Rua Bernardo Vasconcelos, 154,	(22) 26651901	-	-
			Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER	Extensão e Fomento	Rua Bernardo Vasconcelos, 791	(22) 26655933	-	-
	Petro_Rio/Programa de Extensão Observação		Extensão	Av. Brasil, nº 10 / sl. 805 - Centro empresarial Delfim Carvalho	(22) 26654531	-	-	
	Prefeitura Municipal de Araucária		Gestão	Rua Jonh Kennedy, 120, Centro	(22) 26652121	-	-	
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca	Gestão		Estrada de Ubatuba	(21) 37314014	-	-		
Saquarema	Colônia de Pescadores de Saquarema Z - 24	Representação de classe	Rua Visconde de Baefendi, 137	(22) 26512790	1000	1000		
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER	Extensão e Fomento	Av. Saquarema nº 5122	(22) 26534493	-	-		
	Prefeitura Municipal de Saquarema	Gestão	Rua Coronel Madureira, nº 77	(22) 26512463	-	-		
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Gestão	Avenida Saquarema, nº 5483	(22) 20318584	-	-		
	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca - SMAP	Gestão	Rod. Amaral Peixoto, Km 54 - Sampaio Correa	(22) 26514827	-	-		

No que se refere aos resultados obtidos através dos “cadastros de entidades”, foram mapeadas ao todo 94 entidades. Vale esclarecer que, devido à capilaridade de atuação de algumas destas instituições, é possível que elas apareçam em mais de um município e/ou região, como é o caso da FIPERJ e EMATER, por exemplo. Além disso, muitas delas possuem diversas áreas de atuação e para facilitar a análise, foram categorizadas em oito tipos, a saber: a) comercialização; b) extensão; c) extensão e fomento; d) gestão; e) gestão e fiscalização; f) pesquisa e extensão; g) pesquisa, extensão e fomento; h) representação de classe.

Ao todo foram cadastradas:

- ✓ 04 entidades de Comercialização: cooperativas de pescadores localizadas na Região das Baixadas Litorâneas e Costa Verde;
- ✓ 08 entidades de Extensão: associações, empresas de consultoria, universidades;
- ✓ 05 entidades de Extensão e Fomento: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER, que possui escritórios regionais no estado;
- ✓ 17 entidades de Gestão: entre Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Agricultura, Abastecimento e Pesca, bem como suas respectivas Prefeituras;
- ✓ 4 entidades de Gestão e Fiscalização: Instituto Estadual do Ambiente - INEA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, localizados nas Regiões das Baixadas Litorâneas e da Costa Verde;
- ✓ 1 entidades de Pesquisa e Extensão: Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo - FIPAC;
- ✓ 7 entidades de Extensão, Pesquisa e Fomento: Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ e seus escritórios regionais;
- ✓ 48 entidades representativas de classe: 12 localizadas nas baixadas litorâneas, 23 nas regiões metropolitanas (I e II) e 8 na costa verde.

Vale destacar também que em alguns municípios foram mapeados projetos de educação ambiental que estão classificados como de *extensão*. Esses projetos

podem ser executados tanto por universidades, como por empresas de consultoria e associações. Por serem projetos relevantes a determinados contextos regionais, muitas dessas iniciativas passam a ser entendidas, pela comunidade, como “instituições”, como foi o caso dos Projetos Pescarte e o Territórios do Petróleo, nas Baixadas Litorâneas. Nestes casos, excepcionalmente, os projetos foram contabilizados de forma individualizada, como “instituições”, apesar de ambos serem executados por pesquisadores e técnicos do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/UENF.

Além destas organizações, foram identificadas duas instituições governamentais vinculadas à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, a Emater e a FIPERJ. Estas organizações realizam trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural e tem escritórios regionais em vários municípios do estado. A Emater, em teoria, tem maior capilaridade que a FIPERJ, por atender também os agricultores familiares. A FIPERJ, por sua vez, por estar mais voltada à pesca e aquicultura, tem seus escritórios regionais localizados nos municípios litorâneos e naqueles com potencial aquícola.

Na área de abrangência deste estudo, a Emater foi mapeada nos municípios de Cabo Frio, Araruama, Saquarema, Itaboraí e Paraty, enquanto a FIPERJ teve escritórios localizados em Cabo Frio, Niterói, Duque de Caxias, Angra dos Reis, além de dois postos avançados: um em Maricá e outro em Paraty. Cabe destacar também, a Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC, uma organização da estrutura do município de Arraial do Cabo que realiza trabalhos de extensão e pesquisa, como por exemplo, o monitoramento dos desembarques pesqueiros no município.

No que diz respeito aos órgãos de gestão da esfera municipal, em sete municípios foram identificadas Secretarias Municipais que possuem, entre suas atribuições, a gestão e o fomento à pesca. De uma maneira geral, estas Secretarias articulam a pesca a outras pastas, como por exemplo: aquicultura, agricultura, pecuária e abastecimento. Cabe ressaltar que, durante muitos anos, era comum encontrar a pesca vinculada ao meio ambiente. Contudo, a união destes dois temas era, na perspectiva de alguns segmentos, bastante

controversa, pois a atribuição do “meio ambiente” seria fiscalizar, enquanto a da pesca, realizar projetos de fomento e ordenamento pesqueiro. Neste trabalho não foi observada nenhuma Secretaria Municipal que reunisse estes dois temas.

Na esfera estadual e federal as entidades mapeadas foram, respectivamente, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. O ICMBio está voltado à gestão das áreas protegidas/unidades de conservação federais, já o INEA, também tem esta atribuição no nível estadual, contudo, ainda fiscaliza, licencia empreendimentos, é responsável pelos Comitês de Bacia Hidrográficas, desenvolve atividades de Educação Ambiental, etc.

A seguir, apresenta-se uma síntese sobre o total de instituições cadastradas para cada região:

3.2.1.1. Baixadas litorâneas

Nos municípios das Baixadas Litorâneas foram mapeadas ao todo 42 instituições. A região apresentou o maior número e diversidade de instituições mapeadas pela pesquisa e Arraial do Cabo foi o município que apresentou o maior número de instituições cadastradas, 16 no total. As principais categorias encontradas foram: (12) entidades representativas de classe; (11) de gestão; (8) de extensão; (3) de extensão e fomento; (3) de gestão e fiscalização (3); (1) de pesquisa, extensão e fomento; (1) de pesquisa e extensão (1); (3) de comercialização.

Cabe salientar que somente nesta região foram identificados projetos de educação ambiental categorizados pela pesquisa como de “extensão”. Esses projetos fazem parte do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, o PEA-BC. Os PEA possuem abrangência regional e são exigências do licenciamento ambiental das atividades marítimas de petróleo e gás, com o objetivo de mitigar/diminuir os impactos socioeconômicos dessas indústrias sobre as populações locais.

A ocorrência de duas cooperativas envolvendo o trabalho de mulheres ligadas à pesca, ambas localizadas em Arraial do Cabo, são elas: Cooperativa de

Mulheres Produtoras da Pesca Artesanal e de Plantas Ativas da Região dos Lagos e a Cooperativa de Trabalho, Mulheres, Pescadores, Aquicultores e Artesãs da Prainha é outra peculiaridade regional.

Outro diferencial é a existência de órgão público municipal que realiza atividades de pesquisa e extensão, a Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo - FIPAC. A FIPAC realiza também a estatística pesqueira do município.

Também foram cadastrados órgãos de gestão e fiscalização, como o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

3.2.1.2. Região Metropolitana I

Nos municípios da Região Metropolitana I foram mapeadas ao todo 19 entidades: (14) representativas de classe; (3) de pesquisa, extensão e fomento; (1) de extensão e fomento e (1) de gestão. A região apresentou o maior número de entidades representativas de classe, 14 no total. Apesar de não ter sido mapeada, cabe mencionar que em Niterói também está sediada a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento- SEAPPA.

Conforme já mencionado no início dessa seção, na Região Metropolitana I estão sediados os principais sindicatos de pesca, todos localizados no centro Niterói: Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ; Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ e; Sindicato dos Pescadores do Rio de Janeiro e Espírito Santo – SIPERJS.

Além dos sindicatos, também é possível encontrar duas colônias de pescadores, a Z-07 (Colônia de Pescadores de Itaipu) e Z-08 (Colônia de Pescadores de Niterói), além de diversas associações de pescadores (Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu – ALPAPI; Associação de Pescadores e Amigos de São Pedro; Associação de Pescadores de São Gonçalo; Associação de Pescadores e Escarnadeiras de Siri de Praia de Luz – APESCASIRILUZ, entre outras).

3.2.1.3. Região Metropolitana II

Na Região Metropolitana II foram cadastradas ao todo 13 entidades, a maioria classificada como de representação de classe. O município do Rio de Janeiro concentra o maior número de Colônias de Pescadores, 6 no total: Colônia de Pescadores de Magé Z-9; Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira - Colônia Z-10; Colônia de Pescadores de Ramos Z-11; Colônia de Pescadores de Copacabana Z-13; Colônia de Pescadores de Pedra de Guaratiba Z-14; Colônia de Pescadores de Sepetiba Z-15. Cabe esclarecer que em Duque de Caxias foi cadastrada uma entidade representativa de classe que se intitula como “colônia”, mas que ainda não foi registrada como tal pela Federação de Pescadores do Estado.

3.2.1.4. Região da Costa verde

Na Região da Costa Verde foram mapeadas ao todo 20 entidades, a maioria classificadas como entidades representativas de classe (10). Além destas, foram cadastradas ainda: (5) de gestão; (1) de comercialização; (1) de gestão e fiscalização; (1) de extensão e fomento; (2) de pesquisa, extensão e fomento.

No que se refere às entidades de classe, cabe mencionar que existem apenas duas colônias de pescadores para toda a região, a saber: Colônia de Pescadores de Angra dos Reis Z-17 e Colônia de Pescadores de Paraty Z – 18. Além das colônias, foram mapeadas ainda 4 associações de pescadores, a maioria delas localizadas no município de Mangaratiba. Entre as associações cadastradas, citam-se: Associação de Maricultores, Catadores e Pescadores de Mangaratiba; Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia – APMIM; Associação de Maricultores da Costa Verde – AMCOVERI; Associação dos Pescadores Artesanais da Praia Vermelha, entre outras.

Cabe ressaltar também a existência de uma cooperativa, a PROPESCAR (Cooperativa de Produtores da Pesca de Angra dos Reis) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio/APA Cairuçu, atuando tanto em gestão quanto na fiscalização de áreas protegidas. Embora não tenham sido mapeadas pela pesquisa, cabe ressaltar que existem ainda o Parque Nacional da Bocaina e a Estação Ecológica de Tamoios, localizadas em Paraty.

Ambas exercem alguma influência na atividade ou com as comunidades pesqueiras.

3.3. PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Nesta seção serão apresentados os resultados encontrados para os principais programas e ações governamentais destinados aos pescadores e à atividade pesqueira. As informações aqui apresentadas se basearam nas respostas obtidas pelos pescadores através do formulário “cadastro do pescador”. Elas apresentam um panorama geral em valores percentuais do número de pescadores beneficiados pelas seguintes políticas públicas:

- a) Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP): indicando, principalmente, os que não possuem o registro e, entre os que possuem, em qual modalidade – artesanal ou industrial.
- b) Seguro Defeso: indicando essencialmente os pescadores que foram contemplados com o benefício nos últimos anos;
- c) Bolsa Família, Pronaf, DAP, Subsídio do Óleo Diesel, Subsídio do Gelo, PROFROTA, Bolsa Verde etc.

3.3.1. Registro Geral da Atividade Pesqueira

Inicialmente, serão apresentados os resultados encontrados para o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), uma vez que ele constitui o documento base para a regularização do pescador e de sua atividade, sendo, portanto, um documento prioritário para ter acesso às principais políticas públicas, tais como DAP, PRONAF, Seguro Defeso.

Neste sentido, cabe esclarecer que para exercer a atividade pesqueira de forma legal, toda pessoa física ou jurídica, bem como sua embarcação de pesca, devem estar inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal – CTF ¹, na forma da legislação específica (MPA, 2013).

O RGP é um instrumento de gestão do Governo Federal, criado pela Lei nº 11.959, de 2009 onde são inscritos os dados básicos de todos aqueles que, de

¹Pessoas físicas e jurídicas que executam atividades passíveis de controle ambiental têm obrigação legal de realizar sua inscrição no CTF/APP de acordo com a Tabela de Atividades e os Artigos 2º e 10-B da [IN nº 06/2013](#)

forma licenciada, autorizada ou permissionada, exercem atividades relacionadas à pesca ou à aquicultura no Brasil (Lei da Pesca, 2009).

Esse processo se dá a partir da: (1) obtenção da carteira de pescador, documento que identifica o pescador; e (2) inscrição da embarcação de pesca, para obtenção do Certificado de Registro e Licença Prévia de Pesca, onde constam os dados relativos à propriedade, posse, características estruturais e modalidade de permissionamento (MPA, 2013).

No que se refere ao RGP, os resultados sinalizam percentuais elevados de pescadores que não estão regularizados, embora em alguns municípios este padrão não seja confirmado (Figura 19 e Tabela 12). De todos os municípios pesquisados, o maior percentual de pescadores sem o documento está em Itaguaí, na região da Costa Verde, com 64,52%. Em seguida aparecem os pescadores de Cabo Frio (61,73%), nas Baixadas Litorâneas e Maricá (59,32%), na Região Metropolitana I.

Cabe destacar que em 2015 o Ministério da Pesca e da Aquicultura - MPA foi extinto. Desde então, têm sido frequentes as mudanças entre pastas do órgão gestor responsável pela emissão do RGP e da atividade pesqueira. Atualmente, a pesca (artesanal e industrial) está sob a competência da Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP, diretamente vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Da mesma forma, o Sistema de Cadastro e Emissão de Licenças de pescadores e de suas embarcações – SISRGP tem passado por constantes processos de reestruturação nos últimos anos. Essas mudanças recorrentes reforçam as contradições e falhas do sistema, e contribuem também para o aumento do estado de irregularidade entre os pescadores. Exemplo disso é que o processo de emissão de novas licenças não tem ocorrido e muitos pescadores encontram-se com suas carteirinhas e/ou protocolos suspensos.

Por conta disso, em 2017 foi publicada a Portaria Nº 2.546-SEI/2017, regulando a autorização temporária da atividade pesqueira na categoria do Pescador Profissional Artesanal, até a finalização do recadastramento geral do Registro Geral da Atividade Pesqueira. Nessa Portaria, em seu Art. 2º, ficam validados os

protocolos de solicitação de Registro Inicial para Licença de Pescador Profissional Artesanal entregues a partir do ano de 2014, como documentos de regularização para o exercício da atividade de pesca.

Outro aspecto que também pode ajudar a esclarecer os percentuais elevados de pescadores sem o RGP consiste no fato do Escritório Federal da Aquicultura e Pesca no Rio de Janeiro – EFAP/RJ estar sediado na capital do estado. A falta de pessoal e capilaridade do órgão nos municípios fluminenses, como escritórios regionais, pode dificultar, ainda mais, o acesso dos pescadores ao registro.

Ao analisarmos os pescadores que afirmam possuir o RGP na modalidade artesanal, o município de Duque de Caxias apresentou maior percentual, com 66,67%, seguido por Mangaratiba (57,01%) e Magé (53,22%). Esses resultados confirmam a prevalência da pesca artesanal nestes municípios.

Os maiores quantitativos de pescadores industriais encontram-se nos municípios de Angra dos Reis (17,52%), na região da Costa Verde, e em Niterói (10,83%) e São Gonçalo (4,10%), os dois últimos localizados na Região Metropolitana I. Na Região Metropolitana II não foram encontrados números significativos entre os industriais, o que confirma a predominância de pescadores artesanais nesta região.

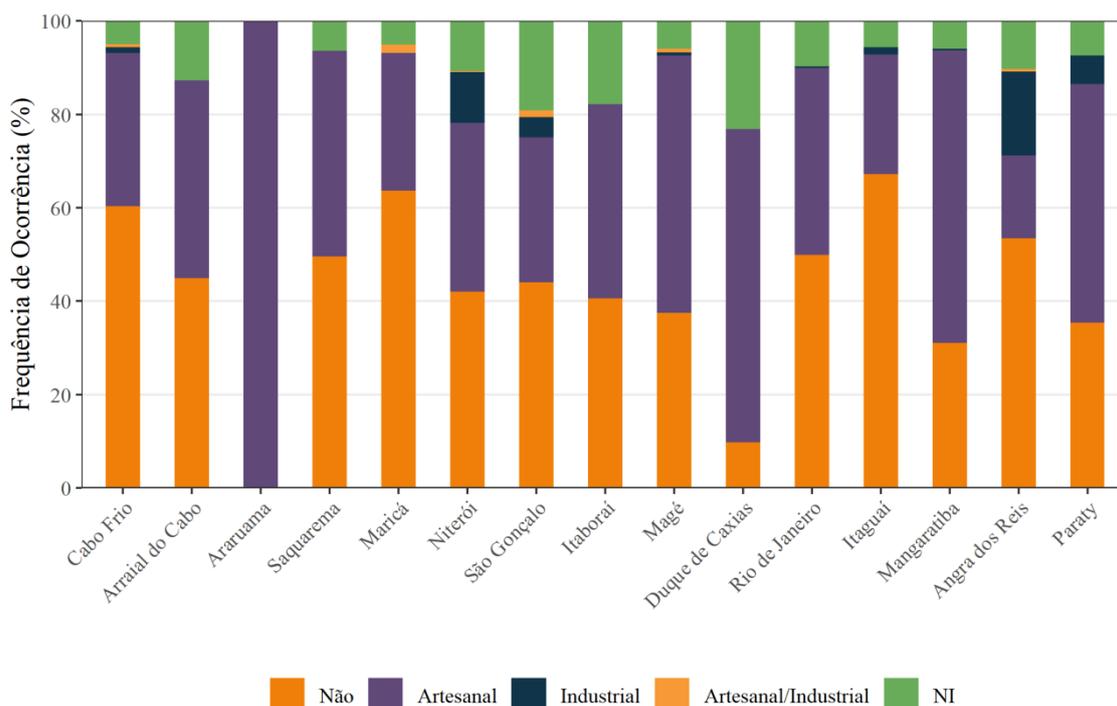


Figura 19. Registro de pesca artesanal e industrial em 2018.

Na Região das Baixadas Litorâneas, o município de Cabo Frio foi o que apresentou o maior percentual de pescadores que afirmam não possuir o RGP, com 61,73%, seguido por Saquarema (46,81%) e Arraial do Cabo (42,86%).

Entre os que possuem o RGP na modalidade artesanal, os pescadores de Araruama (100%, n=4), Saquarema (44,68%), Arraial do Cabo (43,61%) e Cabo Frio (29,63%) apresentaram os maiores percentuais. Apesar de registrar um dos principais volumes de descarga de pescado oriundos da pesca industrial, em Cabo Frio não foram encontrados percentuais elevados para pescadores com RGP nesta modalidade.

Na Região Metropolitana I, os maiores percentuais foram registrados para os pescadores sem registro, exceto em Itaboraí. O município de Maricá foi o que apresentou o maior percentual de pescadores sem o RGP (59,32%), seguido pelos os de Niterói (42,92%) e São Gonçalo (42,66%).

Entre os que possuem RGP artesanal, Itaboraí foi o município onde apresentou o maior percentual entre os entrevistados, com 45,16%. Na sequência, têm-se os pescadores artesanais de Niterói (36,11%), Maricá (33,90%) e São Gonçalo (30,72%). Vale mencionar que 21,50% dos pescadores de São Gonçalo não

informaram o status do RGP. Os municípios de Niterói (10,83%) e São Gonçalo (4,10%) foram os únicos a apresentar resultados para o RGP industrial na região.

Na Região Metropolitana II prevalecem os pescadores que possuem o RGP, com exceção do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro foi o município que apresentou o maior percentual entre os que afirmaram não possuir o registro, com 51,92%.

Entre os pescadores com RGP artesanal, o município de Duque de Caxias (66,67%) apresentou o maior percentual, seguido por Magé (53,22%), confirmando a presença da pesca artesanal na região. Vale destacar, entretanto, que 23,81% dos entrevistados de Duque de Caxias preferiram não informar o status de seu RGP. Para esta região não foram encontrados valores significativos entre os industriais.

Por fim, cabe notar que apesar dos pescadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (I e II) estarem relativamente próximos à sede do Escritório do Federal da Aquicultura e Pesca, esta condição não é suficiente para garantir o acesso dos mesmos à regularização.

Na região da Costa Verde o município de Itaguaí foi o que apresentou o maior percentual entre os pescadores que não possuem o RGP, com 64,52%, seguido por Angra dos Reis (50,94%). Entre os pescadores que afirmaram possuir o RGP, os municípios de Mangaratiba (57,01%) e Paraty (49,54%) se destacam entre os artesanais, seguidos por Itaguaí (27,42%) e Angra dos Reis (19,14%). A maior concentração de pescadores na modalidade industrial é verificada no município de Angra dos Reis, com 17,52%, percentual relativamente próximo ao verificado para os artesanais neste município (19,14%). Cabe destacar, por outro lado, que 11,59% dos entrevistados de Angra dos Reis não quiseram responder essa questão.

Tabela 12. Pescadores portadores do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) levantados nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	Não informado		Não possui		Artesanal		Industrial		Artesanal / Industrial	
		%	%EP	%	%EP	%	%EP	%	%EP	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	5,56	2,19	61,73	2,58	29,63	4,84	2,47	0,76	0,62	0,39
	Arraial do Cabo	13,53	0,49	42,86	3,76	43,61	0,40	0,88	0,03	-	-
	Araruama	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-
	Saquarema	8,51	4,68	46,81	2,55	44,68	1,25	-	-	-	-
Metropolitana I	Maricá	5,08	0,83	59,32	1,35	33,90	4,35	-	-	1,69	0,26
	Niterói	10,00	4,54	42,92	3,68	36,11	2,68	10,83	2,91	0,14	0,06
	São Gonçalo	21,50	2,93	42,66	1,93	30,72	4,56	4,10	0,68	1,02	0,25
	Itaboraí	19,35	2,74	35,48	3,36	45,16	4,75	-	-	-	-
Metropolitana II	Magé	6,44	3,38	38,20	4,52	53,22	4,04	0,43	0,08	1,72	0,06
	Duque de Caxias	23,81	4,20	9,52	3,09	66,67	2,03	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	9,76	2,04	51,92	0,24	37,98	4,07	0,35	0,06	-	-
Costa Verde	Itaguaí	6,45	0,54	64,52	2,94	27,42	2,76	1,61	0,37	-	-
	Mangaratiba	6,54	3,91	35,51	3,98	57,01	3,03	0,93	0,03	-	-
	Angra dos Reis	11,59	4,84	50,94	2,07	19,14	0,36	17,52	3,71	0,81	0,05
	Paraty	7,29	1,12	37,99	1,46	49,54	3,37	5,17	1,73	-	-

3.3.2. Seguro defeso

O seguro-defeso consiste numa assistência financeira temporária, correspondente ao valor de um salário mínimo mensal, concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso (Lei MTE N0 10.779/2003). O período do defeso, por sua vez, corresponde à paralisação temporária da pesca para fins de preservação da espécie, nos termos e prazos fixados pelos órgãos competentes.

A Lei 10.779/2003 que dispõe sobre a concessão do benefício, posteriormente regulamentada pelo Decreto 8424/2015, estabelece os critérios para a concessão do Seguro Desemprego aos pescadores artesanais durante os períodos de defeso. Neste Decreto estão estabelecidas uma série de procedimentos e critérios para os pescadores artesanais terem acesso ao benefício. A primeira delas consiste em ter o Registro como Pescador Profissional devidamente atualizado no Registro Geral da Pesca – RGP, na categoria artesanal, com antecedência mínima de 1 (um) ano da data do início do defeso.

A seguir estão listados os requisitos necessários para que o pescador possa ter acesso ao benefício:

1. Exercer esta atividade de forma ininterrupta (individualmente ou em regime de economia familiar);
2. Ter registro ativo há pelo menos um ano no Registro Geral de Pesca (RGP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na condição de pescador profissional artesanal;
3. Ser segurado especial, na categoria de pescador profissional artesanal;
4. Comercializar a sua produção à pessoa física ou jurídica, comprovando contribuição previdenciária, nos últimos 12 meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício ou desde o último período de defeso até o início do período atual, o que for menor;

5. Não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Assistência Social ou da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte;

6. Não ter vínculo de emprego, relação de trabalho ou fonte de renda diversa da atividade pesqueira.

Cabe salientar, entretanto, que nem todo pescador artesanal tem direito ao benefício, pois este é um direito garantido a quem vive exclusivamente da pesca de determinados recursos pesqueiros. Portanto, pescadores que capturam espécies que não apresentam período de defeso específico, não estão aptos ao acesso. O mesmo ocorre para os casos em que os pescadores utilizam determinados aparelhos de pesca que não estão legalmente permissionados pelo órgão competente, como por exemplo, os pescadores de redes de emalhe que capturam a tainha.

No estado do Rio de Janeiro existem ao todo, 10 tipos de defeso, são eles: sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*), tainha (*Mugil liza*), camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão-branco (*Litopenaeus schmitti*), camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis* e *F. brasiliensis*), camarão barba-russa (*Artemesia longinaris*), camarão-santana (*Pleoticus muelleri*), caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), caranguejo-guaíamum (*Cardisoma guanhumi*), mexilhão (*Perna perna*).

Os resultados encontrados pelo estudo revelam elevados percentuais (acima de 50%) de pescadores que afirmam não terem sido beneficiados pelo seguro defeso, em todos os municípios pesquisados (**Figura 20 e**

Tabela 13). A única exceção foi verificada no município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana II. Na contramão dos demais, este foi o município que apresentou o maior percentual de pescadores que dizem ter acessado o benefício, com 61,90%. Conforme já mencionado diversas vezes, a pesca em Duque de Caxias é predominantemente artesanal e muitos destes pescadores vivem da captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) praticada nos manguezais do fundo da Baía de Guanabara. Interessante perceber ainda que os resultados para o RGP na modalidade artesanal também foram bastante expressivos neste município. Como já mencionado, o RGP é uma condição básica para se ter acesso ao benefício.

Essas razões ajudam a explicar, em parte, os percentuais elevados de acesso ao seguro defeso neste município. Por outro lado, o município de Itaboraí, na Região Metropolitana I, apresentou baixos percentuais entre os pescadores beneficiados pelo seguro defeso, embora a captura do caranguejo-uçá também lidere a produção pesqueira do município. Por alguma razão, que foge o escopo desta pesquisa, a maioria desses pescadores não tiveram acesso ao benefício.

São Gonçalo, por sua vez, se destaca entre os que não tiveram acesso, com 91,13% dos pescadores entrevistados, seguido por Niterói e Angra dos Reis, com porcentagens acima dos 89%. Esse dado corrobora o fato da pesca industrial predominar nesses municípios.

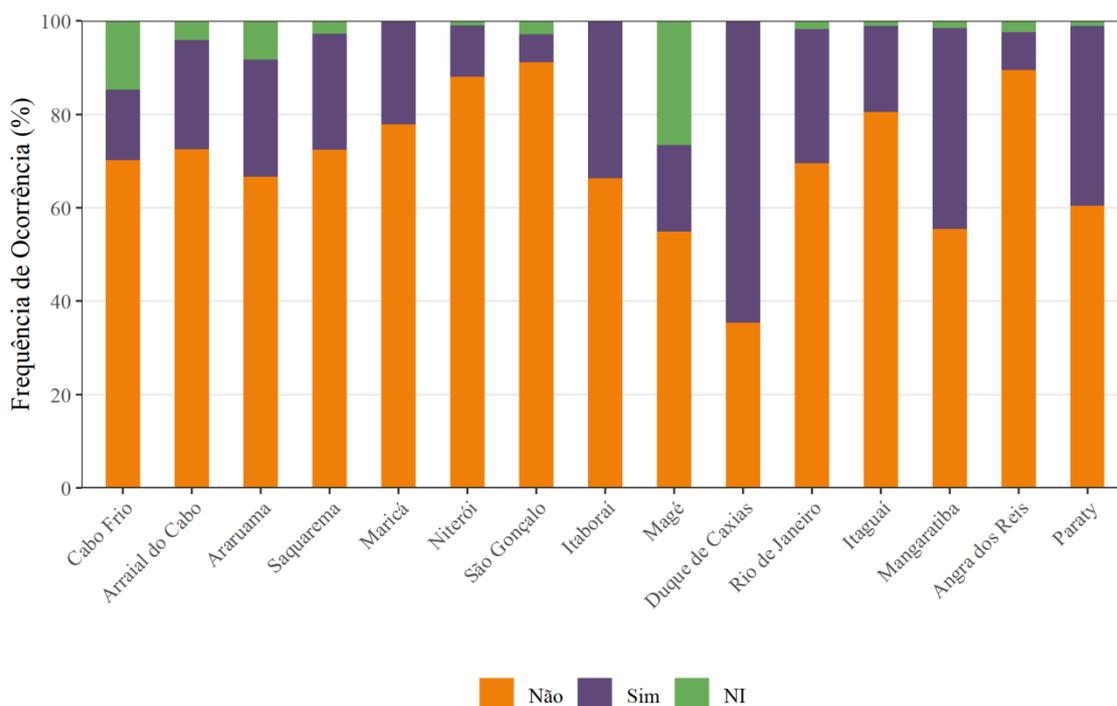


Figura 20. Percentual de pescadores beneficiados com o seguro defeso em 2018.

A seguir, apresentam-se os principais resultados verificados para cada região:

Nas Baixadas Litorâneas, a maioria dos pescadores afirma não ter sido beneficiada pelo seguro defeso, com percentuais elevados acima dos 50%. Os maiores percentuais foram registrados para os pescadores dos municípios de Cabo Frio e Saquarema, com valores em torno dos 72%. Na sequência encontram-se os pescadores do município de Arraial do Cabo, com 69,92%.

Entre os que possuem o benefício, Saquarema e Arraial do Cabo apresentaram os maiores percentuais, próximos dos 25%. Cabo Frio foi o município que apresentou o menor percentual entre os que possuem o benefício, com 12,96%.

Na Região Metropolitana I a maioria dos pescadores também não possui o seguro defeso, tendo sido registrados percentuais elevados acima de 60%. Como esperado, os municípios de São Gonçalo (91,13%) e Niterói (89,58%) obtiveram os maiores percentuais entre os que afirmam não possuir o benefício. Embora a pesca artesanal também possua relevância socioeconômica nesses

municípios, grande parte do volume de captura do pescado de Niterói e São Gonçalo é oriunda da pesca industrial.

Em Maricá e Itaboraí, por sua vez, predominam a pesca artesanal. Como verificado na seção anterior, em Maricá os resultados para o RGP indicam um elevado percentual de pescadores irregulares (59,32%). Essa talvez seja uma das razões que explicam o elevado percentual de pescadores sem acesso ao defeso neste município (72,88%).

Embora grande parte do volume de captura de Itaboraí seja proveniente da pesca do caranguejo-uçá (65,6%) e siri azul (11,3%), neste município, 64,52% dos pescadores também não foram beneficiados pelo seguro defeso. Do total amostrado, apenas 35,48% dos pescadores tiveram acesso ao benefício. Entretanto, os dados para o RGP artesanal de Itaboraí apresentaram percentual significativo (45,16%), o que leva a concluir, mais uma vez, que o fato de estarem “regularizados” não é garantia suficiente para o acesso ao benefício, embora seja uma condição para tal. Além do RGP, o pescador artesanal também deve se enquadrar numa série de outros requisitos (já listados anteriormente).

Na Região Metropolitana II, os municípios do Rio de Janeiro (70,38%) e de Magé (56,65%) foram os que apresentaram os maiores percentuais de pescadores que não tiveram acesso ao seguro defeso. Cabe ressaltar que em Magé, assim como em Duque de Caxias, a captura do caranguejo-uçá, também constitui a principal categoria de pescado no município, representando 51,8% do total produzido (PMAP, 2018).

Ao contrário do verificado em Magé, onde apenas 18,03% dos pescadores têm o defeso, o município de Duque de Caxias possui o maior percentual de pescadores que tiveram acesso ao benefício, com 61,90%. No Rio de Janeiro, esse percentual cai para apenas 28,22% dos pescadores. A exemplo do que ocorre nos demais municípios da região, no Rio de Janeiro também é verificada a pesca do caranguejo, principalmente em áreas de manguezal próximas à Reserva Biológica da Pedra de Guaratiba - RBG. Entretanto, as capturas para o caranguejo neste município representam menos de 10% do volume total de captura. No Rio de Janeiro prevalecem as descargas de tainha e corvina,

capturadas em grande parte, pelas redes de emalhe e pelo cerco fixo (curral e cercada). Apesar de serem espécies com período de defeso instituídos, as artes de pesca utilizadas na captura não tem permissionamento e, conseqüentemente, esses pescadores não acessam o defeso. Estas razões talvez ajudem a explicar os baixos percentuais de pescadores com defeso para esse município.

Na Região da Costa Verde, os maiores percentuais encontrados também foram para aqueles que não tiveram acesso ao seguro defeso nos últimos anos. Os maiores percentuais nesse quesito foram encontrados para Angra dos Reis (89,49%), Itaguaí (77,42%), e Paraty (62,92%). Embora Paraty seja um município onde a pesca artesanal do camarão (rosa, branco e sete-barbas) é muito importante, o município apresentou apenas 35,87% de pescadores com o benefício. Cabe ressaltar também a iniciativa da Prefeitura Municipal que implantou um sistema próprio de seguro defeso (Lei N^o 1.728/2010). O pagamento do benefício municipal funciona de forma complementar ao federal, e é concedido aos pescadores artesanais e profissionais que exercem a atividade de forma artesanal, durante o período de paralisação da pesca do camarão.

Tabela 13. Valores percentuais do número de pescadores beneficiados pelo seguro defeso entre os anos de 2016 e 2018 nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	NI		Não		Sim	
		%	%EP	%	%EP	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	14,81	4,49	72,22	4,98	12,96	4,07
	Arraial do Cabo	5,26	3,09	69,92	2,60	24,81	3,35
	Araruama	25,00	-0,01	50,00	-0,01	25,00	-0,01
	Saquarema	2,13	0,54	72,34	4,81	25,53	1,17
Metropolitana I	Maricá	-	-	72,88	2,48	27,12	3,10
	Niterói	0,97	0,78	89,58	2,44	9,44	2,30
	São Gonçalo	2,39	1,37	91,13	1,68	6,48	1,79
	Itaboraí	-	-	64,52	2,78	35,48	2,93
Metropolitana II	Magé	25,32	2,70	56,65	1,51	18,03	1,53
	Duque de Caxias	-	-	38,10	4,05	61,90	1,47
	Rio de Janeiro	1,39	1,75	70,38	3,01	28,22	4,14
Costa Verde	Itaguaí	1,61	0,59	77,42	2,61	20,97	3,31
	Mangaratiba	2,80	0,29	57,94	1,00	39,25	2,90
	Angra dos Reis	2,43	0,03	89,49	3,67	8,09	0,27
	Paraty	1,22	0,37	62,92	2,77	35,87	4,28

3.3.3. Demais Programas de Políticas Públicas

As principais políticas públicas mapeadas pelo projeto foram: Bolsa Família; Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa Sustentável de Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA, Programa de Subvenção do Óleo Diesel; Bolsa Verde. Os dados indicam que, de uma maneira geral, o acesso às principais políticas públicas é muito precário, tendo sido encontrados percentuais bastante baixos para todas as políticas. Portanto, a análise se baseia nos percentuais de respostas positivas encontradas, ainda que configurem minoria em relação à amostra.

Como se observa na **Tabela 14**, pode-se concluir que o Bolsa Família é um programa importante para os pescadores e que aparece em praticamente todos os municípios pesquisados. O Bolsa Família consiste em um programa de transferência de renda do governo federal às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza no país. O município de Itaboraí foi o que apresentou maior percentual para esta política pública, com 16,13%, seguido por Paraty (14,59%) e Cabo Frio (13,58%).

Além do Bolsa Família, os programas que apareceram com maior frequência entre as regiões foram a DAP, Pronaf, e, em menor quantidade, o Subsídio do Óleo Diesel.

A DAP é o documento que identifica o pescador artesanal, o aquicultor familiar e/ou suas formas organizacionais como possíveis beneficiários de programas governamentais, como Pronaf; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PANE; Minha Casa Minha Vida, entre outros. A emissão deste documento é gratuita e pode ser realizada por órgãos públicos e entidades privadas devidamente autorizadas/credenciadas²pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Os pescadores artesanais podem ter acesso a duas modalidades de DAP: Grupo B e Grupo V. O grupo B é caracterizado por aqueles que possuem renda bruta familiar anual de até R\$23.000,00 (vinte e três mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente. O grupo V, por sua vez, consiste naqueles em cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R\$415.00,00 (trezentos e sessenta mil reais). Os municípios onde os pescadores tiveram o maior acesso à DAP foram Itaboraí com 9,58%, seguido por Arraial do Cabo e Mangaratiba, ambos com percentuais próximos aos 4%. Importante salientar que esses municípios também tiveram percentuais relativamente expressivos para o RGP, que é um pré-requisito para o acesso à DAP.

O Pronaf, por sua vez, é um programa de apoio ao desenvolvimento rural por meio de financiamentos de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares (incluindo pescadores e aquicultores) e assentados da reforma agrária. Estão entre os possíveis beneficiários do programa: pescadores profissionais artesanais ou aquicultores familiares, suas esposas/companheiras; familiares, filhos e agregados; e organizações formais

² No Rio de Janeiro, a FIPERJ é uma das instituições autorizadas a realizar a emissão da DAP. Documentos necessários para o acesso: carteira de pescador profissional (RGP); carteira de identidade; CPF; comprovante de residência; comprovante de renda bruta anual (declaração emitida pela entidade a qual o interessado é vinculado, constando: nome, estado civil, endereço, CPF, identidade, carteira de pescador profissional e valor da renda bruta anual). O Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP (carteirinha de pescador) é um pré-requisito para ter acesso à DAP.

que se enquadram como produtores da economia familiar (LEI 11.326 DE 24/07/2006). As principais linhas de crédito que podem ser acessadas pelo programa são o Custeio; Programa Mais Alimentos – Investimento; Microcrédito Rural e Agroindústria.

Com relação ao Pronaf, os resultados da pesquisa indicam que Saquarema apresentou maior percentual entre os demais, com 10,64%, seguido por Maricá (6,78%) e Itaboraí (6,45%). Cabe destacar que Itaboraí está entre os municípios pesquisados com maior diversidade de políticas públicas acessadas pelos pescadores, apresentando os maiores percentuais encontrados para todas as políticas mapeadas, exceto com relação ao Pronaf. Neste programa, especificamente, o município de Saquarema foi o que apresentou maior percentual (10,64%). Cabe destacar também que os pescadores de Itaboraí foram os únicos a mencionarem o programa PROFROTA – Programa Sustentável de Modernização da Frota Pesqueira Nacional.

Entre os pescadores com menos oportunidades em termos de diversidade de acesso às políticas, estão os dos municípios de Saquarema e Duque de Caxias, que apresentaram apenas uma política pública mapeada. Em Duque de Caxias, por exemplo, os pescadores não tiveram acesso a nenhuma política relacionada ao setor pesqueiro, especificamente, já que a única política mapeada foi o Bolsa Família. Apesar dos dois municípios terem apresentado percentuais consideráveis quanto ao RGP artesanal (66,6% e 44,68%), por outro lado, esses pescadores não tiveram acesso à DAP, uma vez que esse documento não foi mencionado por nenhum dos entrevistados desses municípios.

Além disso, cabe esclarecer que, embora o RGP e a DAP sejam uma pré-condição para o acesso às políticas públicas, o simples fato do pescador possuir tais documentos não é garantia suficiente para o acesso ao financiamento. Para que isso seja possível, outras questões deveriam ser avaliadas e fogem do escopo deste projeto, como por exemplo, o estado de adimplência desses pescadores, assim como a disponibilidade ou não de linhas de financiamento pelas agências bancárias do Banco do Brasil a nível municipal.

Cabe ressaltar que o único município onde os pescadores tiveram acesso ao programa Bolsa Verde e a um programa do INCRA foi Arraial do Cabo, com 3,76% e 5,26%, respectivamente. O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. O programa funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem (MMA, 2019). Neste sentido, cabe destacar que a parte marinha do município de Arraial do Cabo é considerada uma unidade de conservação de uso sustentável, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – Resex-AC.

Tabela 14. Valores percentuais do número de pescadores beneficiados por programas de políticas públicas nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	Bolsa Família		Bolsa Verde		DAP		INCRA		PROFROTA		PRONAF		Subsídio do gelo		Subsídio do óleo	
		%	%EP	%	%EP	%	%EP	%	%EP	%	%EP	%	%EP	%	%EP	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	13,58	1,53	-	-	1,23	0,65	-	-	-	-	3,09	1,52	-	-	-	-
	Arraial do Cabo	5,26	1,19	3,76	0,09	3,76	0,77	5,26	1,62	-	-	2,26	0,11	-	-	-	-
	Araruama	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Saquarema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,64	2,89	-	-	-	-
Metropolitana I	Maricá	1,69	0,61	-	-	3,39	0,08	-	-	-	-	6,78	2,17	-	-	-	-
	Niterói	4,86	2,71	-	-	0,42	-0,01	-	-	-	-	0,56	0,01	0,14	-0,01	0,28	-0,01
	São Gonçalo	4,44	1,40	-	-	0,34	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Itaboraí	16,13	2,87	-	-	9,68	2,93	-	-	3,23	0,06	6,45	1,08	-	-	6,45	2,77
Metropolitana II	Magé	3,00	1,05	-	-	-	-	-	-	-	-	0,43	0,01	-	-	0,86	0,01
	Duque de Caxias	4,76	0,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	6,97	0,82	-	-	-	-	-	-	-	-	1,39	0,11	-	-	-	-
Costa Verde	Itaguaí	3,23	0,41	-	-	3,23	0,94	-	-	-	-	1,61	0,30	-	-	3,23	0,24
	Mangaratiba	8,41	1,28	-	-	3,74	0,41	-	-	-	-	1,87	0,77	-	-	-	-
	Angra dos Reis	12,67	1,27	-	-	-	-	-	-	-	-	0,54	0,04	-	-	-	-
	Paraty	14,59	1,35	-	-	0,91	0,03	-	-	-	-	6,08	1,89	-	-	0,30	0,01

Na Região das Baixadas Litorâneas o programa Bolsa Família foi verificado nos municípios de Cabo Frio (13,58%) e Arraial do Cabo (5,26%). A DAP, que dá acesso a diversas políticas, só foi identificada pelos pescadores de Arraial do Cabo (3,76%) e Cabo Frio (1,23%). O Pronaf, por sua vez, foi mencionado pelos pescadores de Saquarema (10,64%), Cabo Frio (3,09%) e Arraial do Cabo (2,26%). Saquarema apresentou o maior percentual neste quesito, porém, esta foi também a única política pública mencionada pelos entrevistados do município. O município de Arraial se destaca entre os demais da região por ser o único município do estado onde os pescadores mencionaram o programa Bolsa Verde (3,76%) e um programa de Reforma Agrária do INCRA (5,26%).

Os resultados encontrados para a Região Metropolitana I indicam que em todos os municípios desta região, os pescadores acessaram o programa Bolsa Família. Neste quesito, o município de Itaboraí se destaca entre os demais, com 16,13%. Em relação ao Pronaf e à DAP, identificou-se que os municípios de Itaboraí (6,45% e 9,58% respectivamente) e Maricá (6,78% e 3,39% respectivamente) apresentaram os maiores percentuais nestes programas. Itaboraí (6,45%) e Niterói (0,28%) são os únicos municípios da região onde os pescadores mencionaram ter acessado o programa de Subsídio do Óleo Diesel.

A subvenção do óleo diesel marítimo consiste em um programa que visa promover a equiparação do preço do óleo diesel marítimo nacional ao preço internacional praticado na venda às embarcações pesqueiras estrangeiras, possibilitando assim, o aumento da competitividade do pescado brasileiro no mercado exterior e consequente aumento da rentabilidade daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira.

Apesar do baixo percentual (3,23%), Itaboraí foi o único município a apresentar resultados relativos ao PROFROTA (3,23%). Com resultados ainda menos expressivos (0,14%), o programa de Subsídio do Gelo foi verificado apenas em Niterói. No município de São Gonçalo foram mencionadas apenas duas políticas públicas, o Bolsa Família (4,44%) e a DAP (0,34%).

Os resultados encontrados para a Região Metropolitana II indicam que esta é uma das regiões que mais carece de políticas públicas para o setor. O programa

Bolsa Família apareceu nos três municípios com baixos percentuais, sendo o maior percentual registrado para os pescadores do Rio de Janeiro com 6,97%. Apesar dos baixos percentuais, o PRONAF apareceu no Rio de Janeiro (1,39%) e em Magé (0,42%). Cabe destacar que a única política pública mencionada pelos pescadores de Duque de Caxias foi o Bolsa Família, com 4,76%.

Em todos os municípios da Região da Costa Verde os pescadores mencionaram que tiveram acesso aos Programas Bolsa Família e Pronaf. O município de Paraty foi o que apresentou o maior percentual para o Bolsa Família (14,59%), seguido por Angra dos Reis (12,67%) e Mangaratiba (8,4%). No que se refere ao Pronaf, o município de Paraty (6,08%) foi o que apresentou maior percentual da região, estando os demais com percentuais inferiores a 2%. Os demais programas aparecerem com percentuais inferiores a 5%.

3.4. CARACTERIZAÇÃO DAS FROTAS PESQUEIRAS (ARTESANAIS E INDUSTRIAIS)

As 2.855 embarcações que descarregaram nos portos pesqueiros do Estado do Rio de Janeiro entre julho de 2017 e dezembro de 2018 foram cadastradas ao longo do monitoramento no banco de dados ProPesqWEB. Destas, 20,8% não tiveram seus cadastros completados para a caracterização da frota pesqueira, isso significa que foram analisadas neste relatório 2.262 embarcações.

A frota classificada como artesanal é de 2.514 embarcações, porém 19,5% delas não tiveram o cadastro completado. Os dados apresentados a seguir são relativos a 2.024 embarcações artesanais. O município com maior quantitativo é Paraty, com 448 embarcações atuantes (Tabela 15), seguido pelo Rio de Janeiro (334) e por São Gonçalo (314). Cabe mencionar que 95 embarcações artesanais atuaram em mais de um município. A média de tripulantes por embarcação é de 3,72 pescadores.

Sobre possuir ou não motor, 61,8% possuem motor, 10,0% não possuem, e não há informação de 28,2% das embarcações. A potência média dos motores é de 32,45 HP. Sobre o tipo de embarcação, 51,8% são de boca aberta, 21,0% tem o convés fechado, e não há informação de 27,3% das embarcações (**Tabela 16**).

Sobre possui ou não casaria, 50,2% não possuem, 15,8% possuem casaria, e não há informação de 34,0% das embarcações.

A média de comprimento da frota artesanal é de 7,12 m, com arqueação média de 5,14 e média de capacidade de carga de 1.899,32 kg. As embarcações carregam alguns equipamentos eletrônicos: 35,4% levam celulares a bordo para comunicação; 9,3% possuem algum tipo de rádio (AM/FM, PX/amador, VHF); 9,2% estão equipadas com GPS; 7,5% possuem bússola; 5,0% possuem sonda; e não há informação de 62,3% das embarcações (**Tabela 17**).

A frota classificada como industrial é de 341 embarcações, porém 30,2% delas não tiveram o cadastro completado. Os dados apresentados a seguir são relativos a 238 embarcações industriais. O comprimento médio é de 19,05 m, a arqueação bruta média é de 54,46, e a potência média do motor é de 278,73 HP. Sobre a conservação a bordo, 63,3% informaram usar gelo no porão, e não há informação de 35,8% das embarcações. Sobre o material do casco, 43,1% é de madeira. A frota mais numerosa é a de Cerco, seguida pela de Arrasto duplo e Linha de mão (**Tabela 18**).

Tabela 15. Caracterização das embarcações utilizadas pela pesca artesanal nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	Embarcação Número Total	Possui Motor			Tipo de Motor				Potência do Motor			Tripulantes		
			NI	Sim	Não	NI	Ausente	Motor de Centro	Motor de Popa	HP	IC Inferior	IC Superior	Número	IC Inferior	IC Superior
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	219	19	199	1	212	-	7	-	77,19	65,78	88,60	4,42	4,17	4,67
	Arraial do Cabo	239	9	200	30	208	4	24	3	23,52	18,72	28,32	5,4	4,95	5,85
	Araruama	8	-	7	1	8	-	-	-	38,07	14,95	61,19	3,16	2,90	3,42
	Saquarema	41	-	36	5	40	-	1	-	59,44	45,89	72,99	3,5	3,14	3,86
Metropolitana I	Maricá	59	20	37	2	50	-	1	8	31,25	27,81	34,69	3,91	3,62	4,20
	Niterói	288	61	166	61	260	7	10	11	72,54	60,62	84,46	4,12	3,90	4,34
	São Gonçalo	314	148	142	24	290	3	20	1	32,05	25,12	38,98	2,86	2,60	3,12
	Itaboraí	47	15	32	-	36	-	-	11	8,34	7,20	9,48	2,67	2,37	2,97
Metropolitana II	Magé	259	66	179	14	247	1	9	2	9,51	8,90	10,12	2,58	2,47	2,69
	Duque de Caxias	3	3	-	-	3	-	-	-	NI	-	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	334	57	219	58	311	2	10	11	18,06	16,42	19,70	3,73	3,51	3,95
Costa Verde	Itaguaí	103	46	55	2	98	-	5	-	47,5	37,63	57,37	4,57	3,95	5,19
	Mangaratiba	124	30	91	3	104	-	19	1	22,08	18,09	26,07	4,26	3,73	4,79
	Angra dos Reis	126	23	95	8	89	-	37	-	81,23	71,13	91,33	4,93	4,32	5,54
	Paraty	448	212	194	42	339	10	94	5	39,21	34,86	43,56	2,93	2,65	3,21

Tabela 16. Caracterização das embarcações utilizadas pela pesca artesanal nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro II.

Região	Município	Tipo de Embarcação			Possui Casaria			Comprimento			Arqueação Bruta			Capacidade de Carga		
		NI	Boca aberta	Convés fechado	NI	Não	Sim	Metros	IC Inferior	IC Superior	AB	IC Inferior	IC Superior	Quilogramas	IC Inferior	IC Superior
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	22	34	163	50	32	137	10,12	9,72	10,52	11,37	10,68	12,06	6037,81	4854,17	7221,45
	Arraial do Cabo	8	183	48	14	177	48	7,23	6,90	7,56	6,25	5,88	6,62	2168,80	1782,16	2555,44
	Araruama	-	8	-	-	8	-	5,48	4,81	6,15	-	-	-	467,50	127,98	807,02
	Saquarema	-	41	-	-	41	-	5,78	5,40	6,16	3,00	-	-	507,69	392,44	622,94
Metropolitana I	Maricá	20	38	1	21	38	-	5,64	5,40	5,88	1,00	-	-	963,88	851,98	1075,78
	Niterói	68	131	89	125	131	32	3,35	2,96	3,74	17,15	16,24	18,06	3109,89	2424,36	3795,42
	São Gonçalo	128	149	37	151	149	14	6,91	6,73	7,09	11,81	10,85	12,77	3448,61	2836,06	4061,16
	Itaboraí	15	31	1	16	31	-	6,12	5,89	6,35	1,75	1,30	2,20	648,00	476,06	819,94
Metropolitana II	Magé	63	195	1	63	193	3	7,22	7,08	7,36	1,07	0,99	1,15	837,57	773,26	901,88
	Duque de Caxias	3	-	-	3	-	-	NI	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	50	246	38	59	236	39	6,22	6,06	6,38	1,32	1,17	1,47	732,87	592,12	873,62
Costa Verde	Itaguaí	30	47	26	36	46	21	8,02	7,51	8,53	7,16	6,29	8,03	3427,50	2579,56	4275,44
	Mangaratiba	27	68	29	29	65	30	7,09	6,75	7,43	1,63	1,42	1,84	1959,50	1355,59	2563,41
	Angra dos Reis	33	18	75	79	17	30	9,63	9,06	10,20	9,64	8,75	10,53	4809,66	-1213,53	1309,71
	Paraty	236	124	88	250	111	87	7,40	7,18	7,62	4,84	4,54	5,14	1411,30	1177,50	1645,10

Tabela 17. Percentual de utilização de equipamentos de pesca pelos pescadores artesanais nos municípios do estado do Rio de Janeiro (Continua nos Anexos).

Região	Município	Equipamento	%	%EP
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	Bússula	29,68	2,56
		Celular	45,21	2,00
		GPS	31,96	1,76
		Navegador	10,05	0,69
		NI	50,68	4,51
		Piloto	0,91	0,68
		Radar	1,37	0,55
		Rádio AM/FM	27,85	2,34
		Rádio PX/amador	24,20	1,44
		Rádio VHF	28,31	1,37
		TV	1,37	0,20
		Sonar	11,42	4,79
		Sonda	11,87	2,13
	Arraial do Cabo	Bússula	18,83	2,12
		Celular	61,51	4,89
		GPS	15,90	1,08
		Navegador	7,11	1,03
		NI	36,40	2,25
		Radar	0,84	0,35
		Rádio AM/FM	10,04	2,22
		Rádio PX/amador	6,28	0,15
		Rádio VHF	18,83	3,75
		TV	0,84	0,39
		Sonar	1,26	0,30
		Sonda	10,88	3,85
	Araruama	Celular	87,50	4,81
		GPS	37,50	1,58
		NI	12,50	0,68
		Rádio PX/amador	12,50	0,68
		Rádio VHF	12,50	0,68
		Sonda	12,50	0,68
	Saquarema	Bússula	4,88	0,40
		Celular	87,80	4,61
		GPS	70,73	2,54
		NI	9,76	3,63
		Rádio PX/amador	2,44	0,72
Rádio VHF		26,83	4,20	
Sonda		29,27	2,51	

Tabela 18. Caracterização das embarcações utilizadas pela pesca industrial nos municípios do litoral do estado do Rio de Janeiro, por frota.

Frota	N total	Tamanho (m)			Potência (HP)			Arqueação Bruta (AB)			Conservação (%da frota)			Casco (% da frota)		
		Min	Max	Média	Min	Max	Média	Min	Max	Média	Frigorífico	Gelo	Salmoura	Aço	Madeira	NI
Arrasto duplo	105	13,00	24,00	20,17	120,00	390,00	295,32	18,90	97,00	60,95	-	60,00	-	10,48	34,29	55,24
Cerco	121	11,00	30,50	17,46	115,00	600,00	263,93	12,00	212,00	49,01	-	57,85	1,65	4,13	45,45	50,41
Emalhe de fundo	19	17,23	24,00	20,81	268,00	366,00	317,43	38,00	120,00	75,62	-	78,95	-	0,00	84,21	15,79
Espinhel de fundo	25	10,80	16,00	13,89	170,00	200,00	185,00	19,34	30,30	24,82	-	76,00	-	0,00	52,00	48,00
Espinhel de superfície	11	18,00	22,00	20,25	280,00	320,00	297,50	50,00	50,00	-	-	72,73	-	0,00	54,55	45,45
Linha de mão	39	13,85	20,00	17,01	90,00	400,00	233,75	16,90	66,00	39,20	2,56	61,54	-	0,00	41,03	58,97
Pote	10	-	-	-	300,00	320,00	313,33	-	-	-	-	90,00	-	30,00	30,00	40,00
Vara e isca-viva	11	26,00	29,00	27,49	420,00	420,00	-	-	-	-	-	72,73	-	54,55	18,18	27,27

As traineiras de Cerco (121) possuem comprimento médio de 17,46 m, arqueação bruta média de 49,01 e potência média do motor de 263,93 HP. São construídas em maioria com casco de madeira, e conservam seu pescado com gelo no porão. Apenas duas embarcações informaram conservar em salmoura.

Os tangoneiros de Arrasto duplo (105) possuem comprimento médio de 20,17 m, arqueação bruta média de 60,95 e potência média do motor de 295,32 HP. A frota é composta por embarcações com casco em madeira (34,3%) e em aço (10,5%), e conservam seu pescado com gelo no porão.

Os barcos de Linha de mão (39) classificados como industriais possuem comprimento médio de 17,01 m, arqueação bruta média de 39,20 e potência média do motor de 233,75 HP. Parte da frota que informou a composição do casco é de madeira, e conservam seu pescado com gelo no porão. Apenas uma embarcação informou conservar em frigorífico a bordo.

As embarcações de Espinhel de fundo (25) possuem comprimento médio de 13,89 m, arqueação bruta média de 24,82 e potência média do motor de 185,00 HP. Parte da frota que informou a composição do casco é de madeira, e conservam seu pescado com gelo no porão.

A frota de Emalhe de fundo (19) industrial possui comprimento médio de 20,81 m, arqueação bruta média de 75,62 e potência média do motor de 317,43 HP. Parte da frota que informou a composição do casco é de madeira, e conservam seu pescado com gelo no porão.

Os atuneiros de Vara e isca-viva (11) possuem comprimento médio de 27,49 m e a única potência do motor informada de 420,00 HP. A maior parte da frota que informou a composição do casco é de aço, e conservam seu pescado com gelo no porão.

A frota industrial de Espinhel de superfície (11) possui comprimento médio de 20,25 m, a única arqueação bruta informada foi de 50,00 e potência média do motor de 297,50 HP. Parte da frota que informou a composição do casco é de madeira, e conservam seu pescado com gelo no porão.

As embarcações de Pote (10) são as menos numerosas, em parte pois se esquivam de colaborar com o PMAP-RJ. Só temos informações sobre a potência média do motor de 313,33 HP, se dividem em barcos com casco de madeira e aço, e conservam seu pescado com gelo no porão.

3.5. INFRAESTRUTURA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

Nesta seção serão apresentados os tipos de infraestrutura de apoio ligada à atividade pesqueira distribuída entre os 15 municípios de abrangência do projeto. Ao todo foram aplicados 761 cadastros e a infraestrutura mapeada foi classificada nas seguintes categorias:

- ✓ Abastecimento de óleo diesel – AOD;
- ✓ Aproveitamento industrial de resíduos – AIR;
- ✓ Beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado – BACP;
- ✓ Embarque e desembarque – ED;
- ✓ Fabricação e comercialização de gelo – FCG;
- ✓ Reparo e manutenção de embarcação e petrecho – RMEP.

Vale esclarecer, que apesar do objetivo inicial de mapear toda a infraestrutura existente nos municípios, não foi possível alcançar esse objetivo. Isso se deve à imensa complexidade verificada em algumas destas regionais, já que em muitos casos, esta infraestrutura está inserida em áreas urbanas, como é o caso do Rio de Janeiro e Niterói. A título de exemplo, seria impossível mapear todas as peixarias e feiras livres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por isso, em alguns locais é possível perceber que houve uma maior densidade de equipamentos e infraestrutura mapeados do que em outros. Sendo assim, o esforço de coleta foi diferenciado em algumas regiões, tornando inviável uma análise comparativa *stricto sensu* entre as mesmas.

A seguir são apresentadas e descritas as estruturas mapeadas para cada município/região. Ao todo foram registradas 1024 estruturas (**Tabela 19** e **Tabela 20**) de apoio à pesca, sendo:

- ✓ 49 de abastecimento de óleo diesel – AOD;

- ✓ 1 de aproveitamento industrial de resíduos – AIR;
- ✓ 415 de beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado – BACP;
- ✓ 191 de embarque e desembarque – ED;
- ✓ 123 de fabricação e comercialização de gelo – FCG;
- ✓ 245 de reparo e manutenção de embarcação e petrecho – RMEP.

Cabe salientar que, deste total, duas estruturas não fazem parte do escopo (abrangência) do projeto: 1 de Aproveitamento industrial de resíduos localizada no município de Tanguá e 1 de fabricação e comercialização de gelo, em Cachoeiras de Macacu.

O único registro (**Figura 25**); relacionado ao aproveitamento industrial de resíduos se refere à empresa Patense, especializada na produção de suplementos para rações. Segundo relatos obtidos pela equipe técnica do projeto, a empresa tem comprado grandes volumes de pescado (toneladas) de baixo valor comercial, como a sardinha boca torta e a savelha. A compra se dá nos diversos cais de desembarque da região metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo nos municípios de Niterói e São Gonçalo. A empresa estabelece cotas para cada cais/pescador e normalmente paga entre R\$ 0,10 a 0,30 centavos o quilo do pescado. Uma parcela do valor adquirido pela venda é destinada ao dono do Cais, sendo o restante dividido entre os pescadores. Esse tipo de prática cresceu bastante no último ano (2018), tendo sido responsável, inclusive, pelo aumento dos registros sobre os volumes de captura dessas duas espécies (boca torta e a savelha) no âmbito do PMAP-RJ. Normalmente a empresa desloca seus caminhões para os Cais (Jurujuba, Fênix, Ilha da Conceição, Ilha do Caju) e então recolhe o pescado para realizar o seu reaproveitamento industrial, cuja sede fica em Tanguá.

O levantamento indicou a existência de 49 estruturas relacionadas ao abastecimento de óleo diesel – AOD. A maioria (36) foi registrada na região metropolitana (I e II) do estado do Rio de Janeiro. A região onde foi obtida uma menor quantidade de registros para essa categoria foi a Região das Baixadas Litorâneas, com apenas 3.

De uma maneira geral, em todas as regiões foram registradas diversas estruturas de beneficiamento e comercialização do pescado, sendo que a maioria (249) está localizada na região metropolitana (I e II) do Estado. As estruturas ligadas ao beneficiamento englobam peixarias de pequeno e médio porte, barracas de venda de peixe nas praias, empresas tradicionais na área de comercialização do pescado, além dos mercados de peixe. Entre as empresas de beneficiamento e comercialização do pescado, vale mencionar a Brasfish Indústria Comércio Ltda., localizada na localidade da Caieira, em Cabo Frio e a Frescatto, na localidade da Figueira, em Duque de Caxias.

A região metropolitana do Rio de Janeiro agrega também a maior parte das estruturas de embarque e desembarque; postos de comércio e fabricação do gelo, além de um quantitativo considerável de locais que realizam o reparo e manutenção das embarcações. É no contexto metropolitano que se encontra também o maior centro atacadista de comercialização do pescado, CEASA (Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro). A CEASA é abastecida pelo pescado oriundo da pesca industrial e artesanal fluminense, bem como de outros estados. Além do pescado da pesca extrativa, grande parte desse pescado é oriundo da aquicultura desenvolvida em outros estados.

Tabela 19. Número total de estruturas de apoio à pesca nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Região	Município	Abastecimento de óleo diesel	Aproveitamento industrial de resíduos	Beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado	Embarque e desembarque	Fabricação e comercialização de gelo	Reparo e manutenção de embarcação e petrecho
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	3	-	46	19	9	4
	Arraial do Cabo	-	-	21	7	13	40
	Araruama	-	-	2	4	2	2
	Saquarema	-	-	3	4	3	-
Metropolitana I	Maricá	4	-	14	6	6	3
	Niterói	12	-	74	21	24	59
	São Gonçalo	7	-	36	18	18	18
	Itaboraí	-	-	1	2	-	-
Metropolitana II	Magé	5	-	6	14	2	10
	Duque de Caxias	3	-	3	2	2	2
	Rio de Janeiro	5	-	115	35	11	66
Costa Verde	Itaguaí	4	-	31	8	12	9
	Mangaratiba	5	-	19	12	8	10
	Angra dos Reis	1	-	37	17	4	12
	Paraty	-	-	7	22	8	10
Interior	Cachoeiras de Macacu	-	-	-	-	1	-
	Tanguá	-	1	-	-	-	-

Tabela 20. Caracterização das estruturas de apoio à atividade pesqueira nas localidades dos municípios do estado do Rio de Janeiro, classificadas de acordo com as categorias: abastecimento de óleo diesel (AOD); aproveitamento industrial de resíduos (AIR); beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado (BACP); embarque e desembarque (ED); fabricação e comercialização de gelo (FCG) e reparo e manutenção de embarcação e petrecho (RMEP). Já o tipo de acesso à infraestrutura está classificado em cinco categorias: fluvial (F); marinho (M); terrestre não pavimentado (TNP) e terrestre pavimentado (TP) – (Continua nos Anexos).

Nome	Qnt.	Latitude	Longitude	Distância mun. (m)	Tipo de infraestrutura						Tipo de acesso			
					AOD	AIR	BACP	ED	FCG	RMEP	F	M	TNP	TP
Estaleiro da Valinha	1	-22,590	-41,996	32.009						X	X		X	
Fábrica de Gelo do Francisco	1	-22,585	-42,002	32.527					X					X
Fábrica de Gelo do Russo	1	-22,597	-41,996	31.268					X					X
Parque Veneza	1	-22,588	-42,020	32.125				X			X		X	
Peixaria Beira Rio	1	-22,597	-41,996	31.269			X							X
Peixaria Biju	1	-22,597	-41,996	31.269			X							X
Peixaria do André	1	-22,597	-41,996	31.204			X							X
Peixaria do pontal	1	-22,597	-41,944	31.997			X		X					X
Peixaria do Russo	1	-22,597	-41,996	31.268			X							X
Peixaria Peroba	1	-22,597	-41,996	31.204			X							X
Peixaria Rosa de Saron	1	-22,597	-41,996	31.269			X							X
Pontal Santo Antônio	1	-22,597	-41,994	31.218				X				X	X	
Ponte Velha	1	-22,596	-41,995	31.302				X			X			X
Rampa do Pescador	1	-22,597	-41,994	31.216						X	X			X
Rampa do Seu Lêca	1	-22,596	-41,995	31.302						X	X		X	
Brasfish Indústria Comércio Ltda	1	-22,883	-42,006	1.196			X	X				X		X
Cais do Valtemir	1	-22,882	-42,007	1.126			X	X				X		X
Da hora	1	-22,881	-42,007	1.098			X	X	X			X		X
Gelo Forte	1	-22,882	-42,006	1.166	X		X	X	X			X		X
JB	1	-22,883	-42,006	1.213			X	X				X		X
Peixaria do Forte	1	-22,882	-42,007	1.076			X							X
Peixaria Shalon Adonai	1	-22,882	-42,007	1.091			X							X
Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda	1	-22,883	-42,006	1.253	X		X	X	X			X		X
Barracas de Peixe do Canto do Forte	8	-22,885	-42,006	1.341			X					X		X
Canto do Forte	1	-22,885	-42,006	1.341				X				X		X
Calçadão da Gamboa	1	-22,877	-42,020	341				X				X		X
Gamboa	1	-22,877	-42,020	341				X				X		X
Brafish	1	-22,876	-42,023	661			X	X	X			X		X
Braspesca	1	-22,874	-42,025	969	X		X	X	X	X		X		X

A seguir, destacamos algumas estruturas de apoio a pesca para cada região pesquisada.

3.5.1. Região das Baixadas Litorâneas

Na Região das Baixadas Litorâneas foram registradas ao todo: 3 estruturas de abastecimento de óleo diesel; 72 de beneficiamento e comercialização do pescado; 34 de embarque e desembarque; 27 de fabricação e comercialização de gelo e 46 de reparo e manutenção de embarcação.

A Brapesca, localizada na localidade da Ilha da Draga, em Cabo Frio, apresentou 5 tipos de infraestrutura: AOD; BAP; ED; FCG. A Brapesca é um ponto de desembarque utilizado na descarga de embarcações de cerco, linha, espinhel e covos. Segundo dados publicados pela FIPERJ (2013c), o cais possui uma área de desembarque de 123,76m² e acostagem de 47.6 m de comprimento. Além disso, é utilizado como distribuidora de gelo por empresas privadas, contando ainda, com sopradores de gelo com mangueiras de silicone reforçado – JVS (FIPERJ, 2013c).

Na localidade da Caieira, em Cabo Frio, encontram-se as estruturas Gelo Forte; e, ainda, a Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda, ambas com quatro tipos de infraestrutura: AOD; BAP; ED; FCG.

Segundo FIPERJ (2013c) o cais da Gelo Forte possui uma área de 328,35m² e acostagem de 46,78 m de comprimento. O cais é pavimentado e possui braços singelos nas cabeceiras e defensas feitas de pneu para amarração de embarcações. O local possui também uma fábrica de gelo que disponibiliza esteira mecanizada e sala de seleção do pescado com cobertura. Este ponto de desembarque é utilizado na descarga de embarcações de cerco, pote, linha e espinhel de superfície, e arrasto duplo.

A estrutura Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda. constitui um dos principais pontos de descarga de pescado do Município de Cabo Frio. A estrutura possui uma área de desembarque de 490 m² e acostagem de 70 m de comprimento, pavimentada com cabeços singelos de aço inox e ferro na cabeceira para a amarração das embarcações. Todo o terreno é pavimentado

com concreto e paralelepípedo, e o pescado é encaminhado por esteira mecânica de aço inox para a área coberta de seleção do pescado. Lá também existe uma fábrica de gelo. O combustível pode ser estocado ou vendido diretamente por caminhões tanque. Este ponto de desembarque é utilizado na descarga de embarcações de cerco e arrasto duplo (FIPERJ, 2013c).

Por fim, tem-se a Brasfish Indústria Comércio Ltda. e; Da Hora Pescados, apresentando três tipos de infraestrutura cada uma. A Brasfish possui dois cais: um na Ilha da Draga e outro na Caieira. O Cais da Ilha da Draga possui uma área de desembarque de 314 m² e acostagem de 54,19 m de comprimento, com cabeços singelos para a amarração das embarcações. O cais é pavimentado com piso concretado, e conta com área de lavagem de caixas e pau de manobra para retirada do pescado dos porões das embarcações. A estrutura também possui uma fábrica de gelo no local. Este ponto de desembarque é utilizado na descarga de embarcações de cerco, covos e espinhel.

O cais da Caieira, por sua vez, apresenta 348,59 m² de área de desembarque, e acostagem de 47,49 m de comprimento. Este cais também disponibiliza esteira de aço inox e área de seleção de pescado com cobertura e pavimentação de cimento queimado, com ralo longitudinal no centro da edificação. Possui ainda um tanque de combustível. Este ponto de desembarque é utilizado na descarga de embarcações de cerco, arrasto duplo, espinhel e covos I (FIPERJ, 2013c).

Segundo dados publicados pela (FIPERJ, 2013c) a “Da Hora Pescados” é uma indústria de processamento de pescado que possui uma área de desembarque de 525 m² e acostagem de 78,12 m de comprimento, com defensas feitas de pneus de caminhões e cabeços singelos de aço inox para a amarração das embarcações. Todo o terreno é pavimentado com concreto e a área de desembarque é descoberta. Porém, o pescado é transportado por esteiras mecânicas para a área coberta da estrutura. O local possui uma fábrica de gelo e o combustível é armazenado em tanques para ser comercializado posteriormente. Neste local existe também a opção da venda do combustível direto do caminhão tanque para as embarcações. Este ponto de desembarque é

utilizado na descarga de embarcações de cerco, arrasto duplo, e vara e isca-viva.

Além das estruturas acima mencionadas, cabe registrar também a existência de estabelecimentos comerciais varejistas importantes, como o Mercado de Peixes de Cabo Frio, na Ilha da Draga. A estrutura é um local de beneficiamento e comercialização do pescado, sendo também um ponto de embarque e desembarque, cujo acesso ao mercado se dá via marítima e por terreno pavimentado. Além do mercado, foram também mapeadas peixarias na região.

3.5.2. Região Metropolitana I

Na Região Metropolitana I foram registradas ao todo: 23 estruturas de abastecimento de óleo diesel; 125 de beneficiamento e comercialização do pescado; 47 de embarque e desembarque; 48 de fabricação e comercialização de gelo e 80 de reparo e manutenção de embarcação. Nos municípios de Niterói e São Gonçalo estão concentradas importantes estruturas de apoio à pesca no Estado.

A Companhia de Desenvolvimento da Pesca - CODEPE, na Ilha do Caju- Niterói, apresentou 5 tipos de infraestrutura: AOD; BACP; ED; FCG; RMEP. A CODEPE possui uma área de desembarque de 68 m² e acostagem de 40,42 m, com cabeços singelos de ferro para a amarração das embarcações e defensas feitas de pneus. O piso é todo pavimentado de concreto e possui cobertura de ferro com telhado de alumínio. A descarga do pescado do porão ocorre com guindaste estacionário de elevação, e esteiras mecânicas são usadas na seleção. Conta ainda com uma área de abastecimento geral de barcos, fábrica de gelo e uma loja de suprimentos. O ponto de desembarque é frequentado pelas frotas de arrasto duplo, cerco, espinhel, linha de superfície e pote (FIPERJ, 2013c).

Outra estrutura localizada na Ilha do Caju/Niterói é a Friduza, que apresentou 4 tipos de infraestrutura: AOD; BACP; ED; FCG. Este cais possui uma área de desembarque de 158,53 m² e acostagem de 25,32 m. Uma parte é pavimentada com concreto e sem cobertura, a outra, é coberta e pavimentada com cimento queimado. Além disso, essa estrutura possui uma área de estacionamento para

caminhões. A área possui uma esteira, soprador, guinchos de elevação de carga, área de depósito de peças e acessórios de embarcações. O ponto de desembarque é frequentado pelas frotas de vara e isca-viva, arrasto duplo, espinhel de superfície e cerco (FIPERJ, 2013c).

A Sardinha 88 é considerada o maior cais pesqueiro do município de Niterói e é conhecido por esse nome, pois o local já funcionou como uma fábrica de conserva, a *Sardinha 88*. O local apresentou 4 tipos de infraestrutura: AOD; BACP; ED; FCG. A estrutura possui uma área de desembarque de 1.364,42 m² e acostagem de 169,76 m de comprimento, construída de concreto com cabeços singelos para a amarração das embarcações. O terreno apresenta áreas de rolagem e estacionamento pavimentadas com asfalto, além de uma área de comercialização com piso de cimento queimado, onde ocorre o pregão de pescado durante a madrugada, três vezes na semana. Possui também uma área de abastecimento de combustível. O gelo é fornecido por empresa particular, mas o cais possui sopradores e mangueiras de silicone reforçado (JVS) de 100 mm. Este ponto de desembarque recebe embarcações de pequeno à grande porte das frotas de arrasto duplo, vara e isca-viva, espinhel, linha e cerco. Cabe salientar que no mesmo terreno localiza-se a sede do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ; do Sindicato dos Pescadores dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo – SIPERJES e; da Associação de Pregoeiros de Niterói – APANIT (FIPERJ, 2013c).

Na localidade Ponta D'Areia existem também dois locais importantes para a pesca em Niterói: Antártida e Funelli, ambas com 4 tipos de infraestrutura: AOD; BACP; ED; FCG.

A Antártida possui uma área de desembarque de 128,89 m², com acostagem de 27,70 m de comprimento, feita de madeira. A estrutura possui um pátio de concreto com cobertura, guinchos de elevação de carga, sopradores de gelo com mangueiras de silicone rígido (JVS) de 100 mm e esteiras mecânicas. O diferencial deste entreposto é a fabricação do próprio gelo, além de possuir uma área limpa, com piso de granitina para seleção e embalagem de pescado, câmara frigorífica e câmara isotérmica. O prédio conta com área administrativa,

restaurante e alojamento para os funcionários. Cais utilizado no desembarque de embarcações de grande porte das frotas de cerco e arrasto duplo. O Cais é utilizado para o desembarque de embarcações de grande porte das frotas de cerco e arrasto duplo (FIPERJ, 2013c).

A Funelli é considerada o principal entreposto pesqueiro do Município de Niterói e dispõe de 4 tipos de infraestrutura: AOD; BACP; ED; FCG. Ela possui uma área de desembarque de 184,36 m², com acostagem de 38,27 m de comprimento, constituída de madeira. O pátio é feito de granitina com cobertura contra intempéries, e o cais possui sopradores de gelo com mangueiras de silicone rígido (JVS) de 100 mm e guinchos de elevação de carga também com esteiras mecânicas para a seleção do pescado. É um cais particular que possui quadro de funcionários fixos, sendo utilizado na descarga de embarcações de cerco, arrasto duplo, linha e espinhel (FIPERJ, 2013c).

No Bairro de Jurujuba o cais apresentou 4 tipos de infraestrutura: AOD; BACP; ED; FCG e RMEP. Este cais foi construído por militares que o utilizavam como área de desembarque de armamento. Após o encerramento das atividades bélicas, há mais de 50 anos o local vem sendo utilizado para o desembarque de pescado. Possui uma área de descarga de 128,74 m² em píer de madeira e acostagem de 47,94 m, com terreno em concreto. No local há abastecimento de gelo e óleo diesel feito por empresas privadas, que estocam os produtos em tonéis de distribuição. O gelo é direcionado para as embarcações através de sopradores e mangueiras de silicone (JVS). Apresenta um escritório e uma área de estacionamento para caminhões. O ponto de desembarque é frequentado pelas frotas de cerco, espinhel de superfície e emalhe de superfície. A responsabilidade pela gestão desse ponto de desembarque é da Colônia de Pescadores Z-8 (FIPERJ, 2013c).

No município de São Gonçalo destacam-se duas estruturas: Fênix Pescados e a APELGA. A Fênix Pescados é considerada o principal entreposto pesqueiro do Município de São Gonçalo, com 5 tipos de infraestrutura: AOD; BACP; ED; FCG; RMEP. Possui uma área de desembarque de 259,77 m² e acostagem de 81,22 m de comprimento, com cabeços singelos para a amarração das embarcações.

Todo o terreno é pavimentado com concreto e conta com oficina, guinchos de elevação, dois contêineres, sopradores de gelo com mangueiras de silicone rígido (JVS), esteiras mecânicas para a seleção do pescado, loja de apoio à pesca, venda de água potável, banheiros e escritório. No local há abastecimento de gelo e óleo diesel feito por empresas privadas. Este ponto de desembarque é utilizado na descarga de embarcações de cerco, arrasto duplo, linha, vara e isca-viva, espinhel e emalhe (FIPERJ, 2013c).

O Cais da APELGA possui um pontilhão de concreto, cuja área de descarga é de 818,50 m² e acostagem de 352 m. O local apresentou 4 tipos de infraestrutura: BACP; ED: FCG; RMEP. Na cabeceira do pontilhão há um galpão com paredes, balaustrada e cobertura, para abrigar a balança usada na comercialização do pescado, além de um guincho com capacidade para duas toneladas. A gestão desse ponto de desembarque é da Associação de Pescadores Livres do Gradim - APELGA, com sede no local. Os pescadores que descarregam neste cais pescam dentro da Baía de Guanabara, com redes de emalhe, arrasto simples e cerco, além de espinhel e linha de mão (FIPERJ, 2013c).

Cabe mencionar que nesta região também são encontradas estruturas com características mais artesanais, como as encontradas na localidade de Itaoca, em São Gonçalo (Praia da Beira, Praia da Luz e Praia de São Gabriel), assim como em Niterói (Praia de Itaipu). Todas constituem locais de embarque e desembarque pesqueiro utilizados pela pesca artesanal, onde também é possível identificar pescadores realizando o reparo e manutenção de embarcações, além do beneficiamento do pescado. Em Itaipu, por exemplo, o desembarque e a comercialização ocorrem numa faixa de 100 m de areia, conhecida como “Canto de Itaipu”.

Por último, é preciso mencionar os Mercados de Peixes da Colônia Z-08, bem como o Mercado São Pedro, ambos localizados no centro de Niterói. A Colônia Z-8 tem em sua área de abrangência os pontos de desembarque de Jurujuba, Ponta da Areia, Praia Grande, Ilha da Conceição, Gradim, Itaoca e Itambi (IBAMA, 2002). O pescado desembarcado nos diversos locais da baía de

Guanabara chega à área adjacente à Colônia, onde ocorre a comercialização do pescado.

Na frente da Colônia Z-08 encontra-se o Mercado São Pedro. O mercado possui 40 boxes e é o principal centro de comercialização do pescado da região. Por ser um mercado tradicional, é frequentado por turistas. Grande parte do pescado vendido no mercado é proveniente da comercialização que ocorre na Colônia Z-8 (INFOPECA, 2010).

3.5.3. Região Metropolitana II

Nesta região foram registradas ao todo: 13 estruturas de abastecimento de óleo diesel; 124 de beneficiamento e comercialização do pescado; 51 de embarque e desembarque; 15 de fabricação e comercialização de gelo e 78 de reparo e manutenção de embarcação.

Na região predominam estruturas com características artesanais, tanto no tocante aos cais de desembarque quanto às formas de beneficiamento do pescado, ambas realizadas de forma improvisada e sem estrutura adequada. Vale destacar que uma parcela significativa desses desembarques se dá de forma pulverizada ao longo de toda a orla, e/ou em braços de rios que desembocam na baía de Guanabara. O gelo, importante para a conservação do pescado, é um produto que nem todos têm acesso, tendo sido poucos os registros encontrados no tocante às estruturas de fabricação e comercialização deste insumo. Esse cenário pode ser estendido aos três municípios que compõem a região: Duque de Caxias (Porto da Chacrinha e Sarapuí), assim como em Magé (“Porto do Canal”) e no Rio de Janeiro (Tubiacanga, Bancários, Freguesia, São Bento, Recôncavo, Tatu, Iate Clube).

Algumas localidades podem ser consideradas redutos tradicionais de pesca, ainda que inseridas em um contexto de degradação urbana. Em locais como Ramos, Bancários e Colônia Z-10, na Ilha do Governador, é comum encontrar pescadores tralhando redes de pesca e fazendo reparos e pinturas em seus barcos. Em alguns portos de desembarque de Duque de Caxias e Magé, por exemplo, grupos de pescadores se concentram para realizar o trabalho manual

de confecção das estruturas de curral de pesca, um tipo de pescaria tradicional praticada na Baía de Guanabara.

Outra estrutura que merece ser mencionada é o Posto 6, onde fica sediada a Colônia Z-13, em Copacabana. A Colônia existe no local desde 1923. Depois de desembarcado, o pescado segue para ser comercializado em bancas individualizadas (boxes) presentes no local. Se necessário, o beneficiamento do pescado é realizado, conforme o gosto do freguês. Nos arredores da sede é muito comum encontrar pescadores realizando o reparo e a manutenção de barcos e redes de pesca.

Além das formas artesanais de beneficiamento do pescado ao longo dos portos de desembarque, também encontramos estabelecimentos comerciais varejistas importantes, como o Mercado Produtor da Barra e o Mercado Neco Russo, além de peixarias diversas e uma indústria tradicional no processamento do pescado, a Frescatto (em Duque de Caxias).

O Mercado do Produtor fica localizado na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro. O mercado é composto por aproximadamente 18 peixarias, estando apenas 10 em funcionamento atualmente. Além deste, o Mercado de Peixe Neco Russo também aparece como um centro de comercialização importante para os pescadores da zona oeste, especialmente os da Pedra de Guaratiba. O mercado foi construído pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 2008 e atualmente conta com 9 boxes em funcionamento.

O Posto 12, no Recreio dos Bandeirantes, também aparece como uma estrutura importante para os pescadores artesanais da zona oeste. Além do embarque e desembarque, lá também são verificados o beneficiamento do pescado, a comercialização do gelo, além de atividades de reparo e manutenção das embarcações.

Cabe destacar ainda que o maior centro de comercialização atacadista de pescado do Rio de Janeiro encontra-se na região metropolitana II, em Irajá. ACEASA RJ é uma empresa estadual vinculada à Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SEAPPA). A estrutura é composta por um conglomerado de estabelecimentos comerciais atacadistas,

que realizam negociações de compra e venda de grande variedade de produtos, com diferentes representantes dos elos primários e intermediários da cadeia de valor do pescado. A administração dos estabelecimentos comerciais é privada, associada a uma entidade representativa de classe, a Associação dos Pregoeiros de Pescado do Rio de Janeiro - APPAERJ (FIPERJ, 2018b).

A CEASA, e o já mencionado Mercado São Pedro, de Niterói, compõem juntos, os dois grandes centros de comercialização do pescado capturado na baía de Guanabara.

3.5.4. Região da Costa Verde

Na região da Costa Verde foram identificadas: 10 estruturas de abastecimento de óleo diesel; 94 de beneficiamento e comercialização do pescado; 59 de embarque e desembarque; 32 de fabricação e comercialização de gelo; e 41 de reparo e manutenção de embarcações.

O Município de Angra dos Reis é um dos principais portos de descarga de sardinha-verdadeira do estado, onde descarregam embarcações não apenas do Rio de Janeiro, mas também de estados como São Paulo e Santa Catarina. Uma das principais estruturas do município é o cais público de Santa Luzia, que apresentou 4 tipos de infraestrutura: AOD; ED; BACP; RMEP. O cais é administrado pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e possui uma área de desembarque de 308,18 m² e acostagem de 154,09 m de comprimento. Os caminhões estacionam em uma rua asfaltada acessível a veículos e pedestres, e as descargas ocorrem na calçada. O local também oferece o serviço de abastecimento de combustível com uma bomba de gasolina. O cais é utilizado na descarga das frotas de cerco, arrasto duplo e arrasto simples (FIPERJ 2013c).

A Ebrapesca também foi uma estrutura mapeada e apresentou as seguintes categorias: BACP; ED; FCG. Ela consiste num cais particular com área de desembarque de 360 m², com acostagem de 95 m de comprimento, pavimentado com concreto e existência de argolas de aço inox para a amarração das embarcações. Além disso, possui uma área coberta com balanças, atendendo a três embarcações por vez. Neste entreposto também funciona uma fábrica de

gelo. Neste cais ocorre descarga das frotas de cerco, cerco flutuante, emalhe de fundo, espinhel de superfície e arrasto duplo (FIPERJ, 2013c).

A Propesca (Cooperativa de Produtores da Pesca de Angra dos Reis) apresentou 4 tipos de infraestrutura: BACP; ED; FCG. O cais tem uma área de desembarque de 394,65 m² e acostagem de 82,45 m de comprimento, além de um pátio pavimentado para o estacionamento de caminhões. Neste entreposto funciona uma fábrica de gelo e câmaras frigoríficas, sopradores com mangueiras de silicone rígido (JVS) e balanças, com capacidade para atender até 4 embarcações de uma vez. O local também oferece o serviço de abastecimento de combustível com uma bomba de gasolina. Neste cais ocorrem as descargas das frotas de cerco, arrasto duplo, emalhe de fundo, cerco flutuante e espinhel de superfície, (FIPERJ, 2013c).

O mercado de Angra, conhecido localmente como “mercado redondo” está localizado na praça Duque de Caxias, no centro da cidade. A construção original data de 1914 e foi revitalizada pela prefeitura em 2008. Possui 17 boxes, que são divididos entre os 30 comerciantes licenciados pela prefeitura. O mercado recebe pescado de todos os tipos e frotas (artesanal e industrial). O pescado oriundo da pesca artesanal normalmente é descarregado no cais do São Bento, enquanto que o da pesca industrial provém da EBRAPESCA, ou até mesmo da CEASA.

No município de Paraty uma estrutura importante consiste no Cais Ilha das Cobras (Cais do Pescador), no centro da cidade, que é onde fica o Terminal Pesqueiro. O terminal opera com diversos tipos de embarcação, incluindo as de recreio para o turismo. O cais também abriga o mercado de peixes e o reparo e manutenção de embarcações.

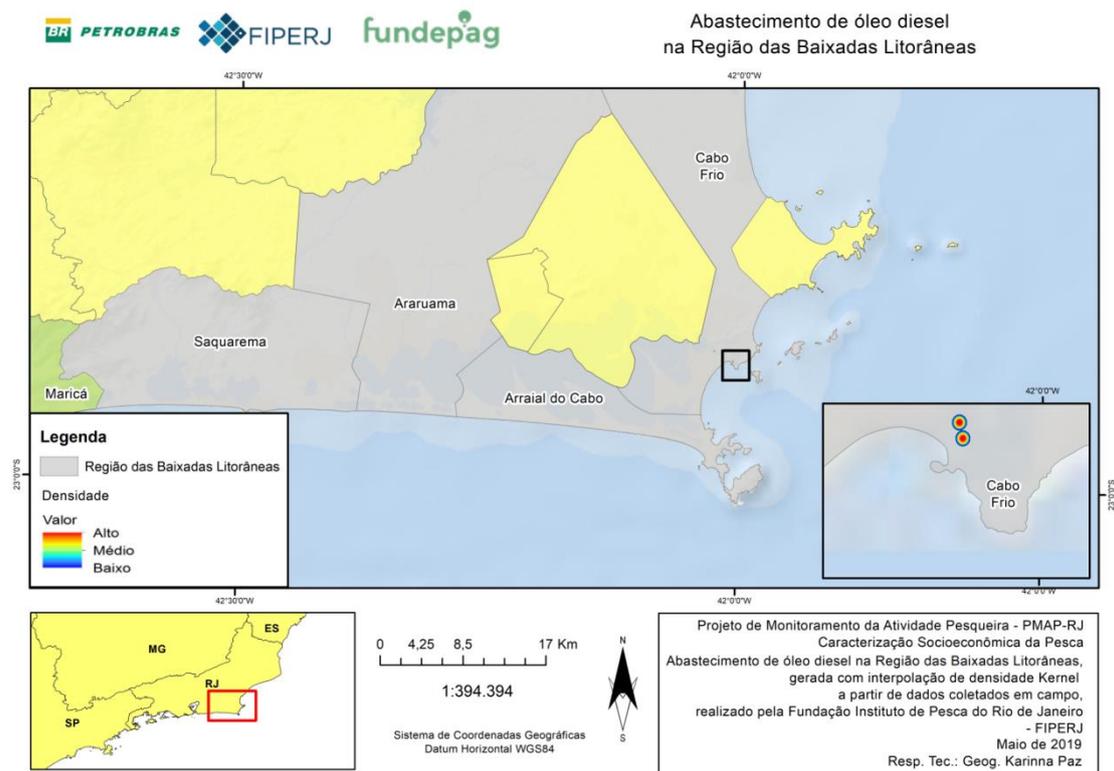


Figura 21. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região das Baixadas Litorâneas.

Abastecimento de óleo diesel
na Região Metropolitana I

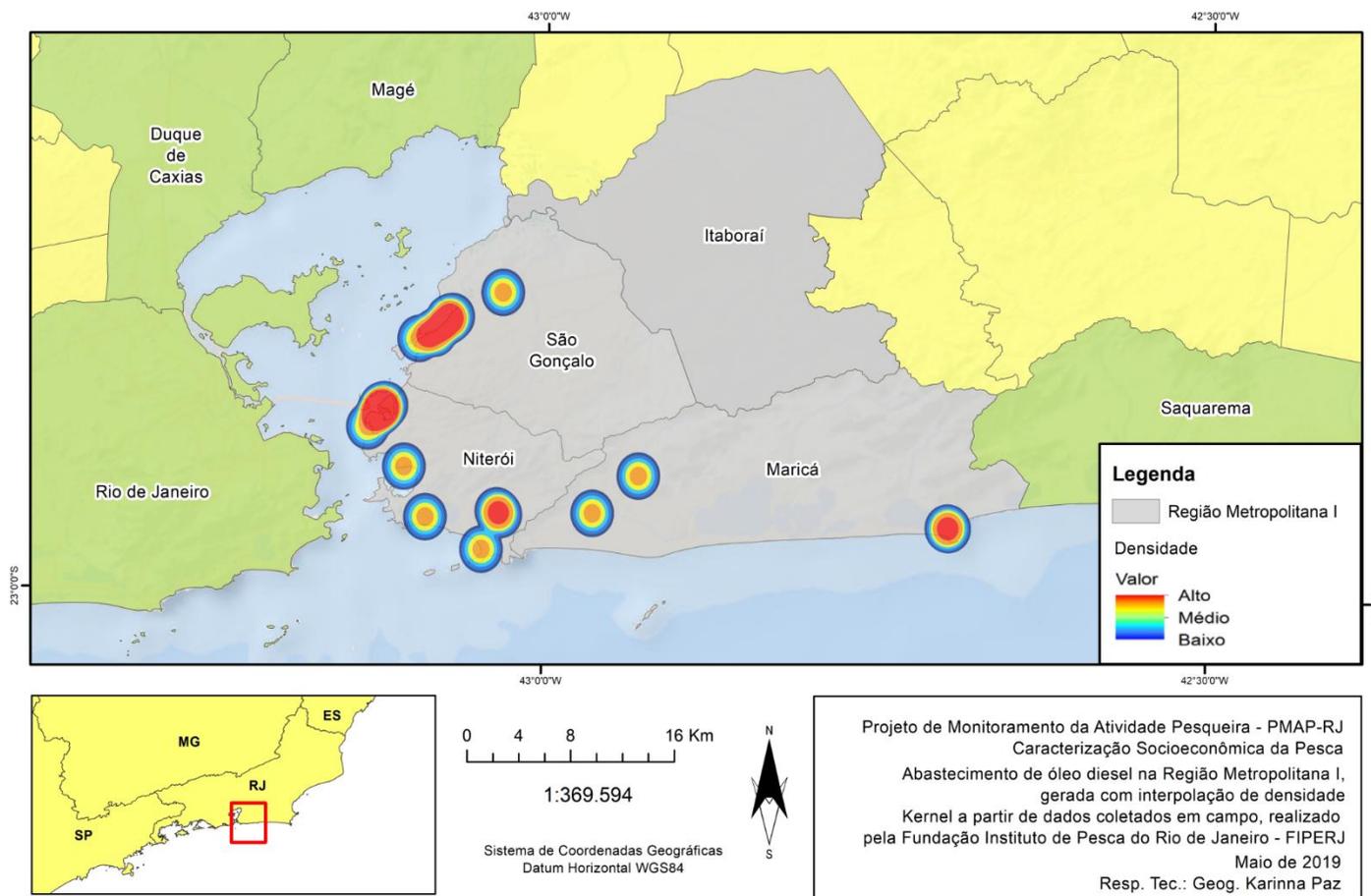


Figura 22. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região Metropolitana I.

Abastecimento de óleo diesel
na Região Metropolitana II

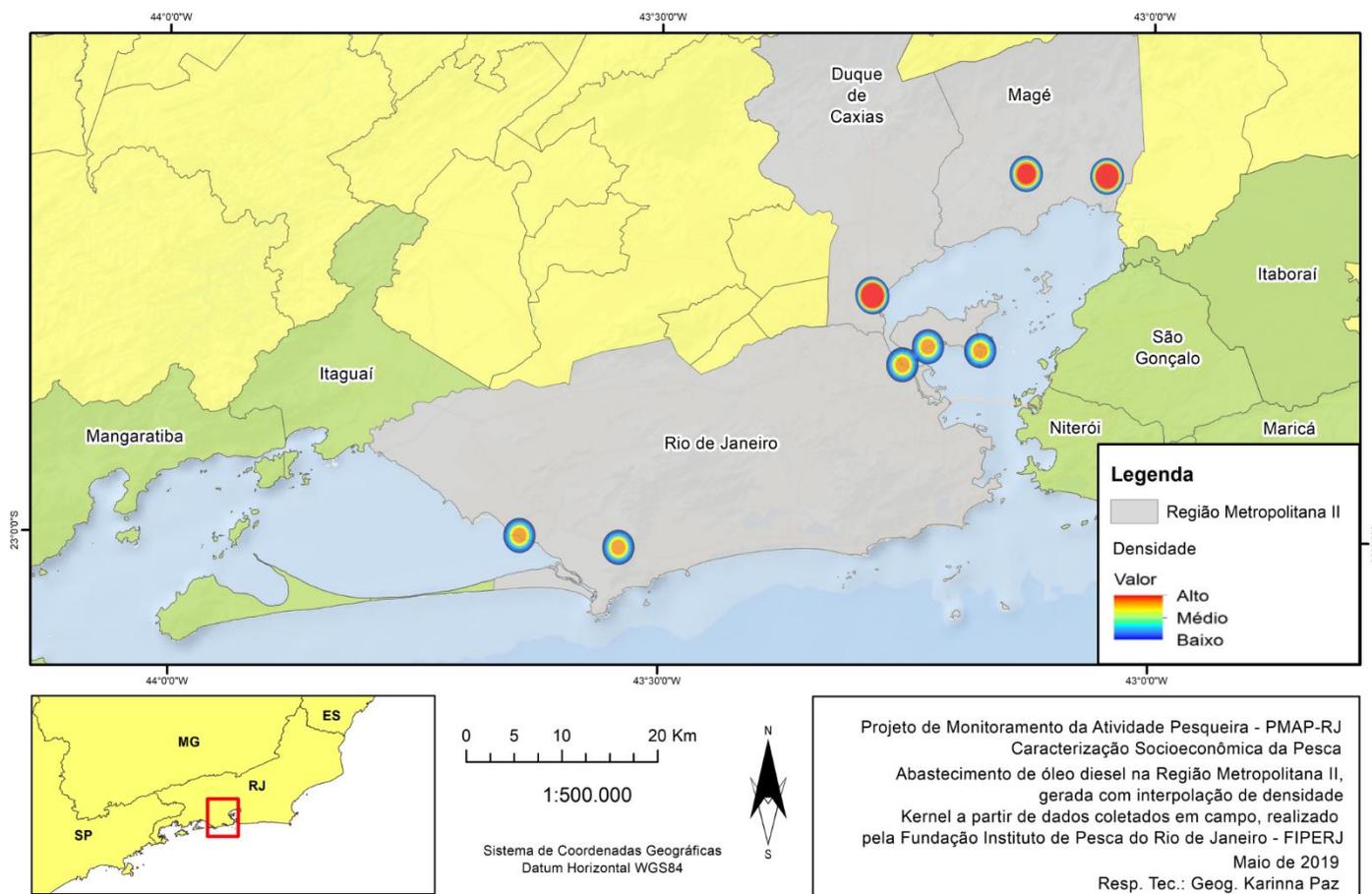


Figura 23. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região Metropolitana II.

Abastecimento de óleo diesel
na Região da Costa Verde

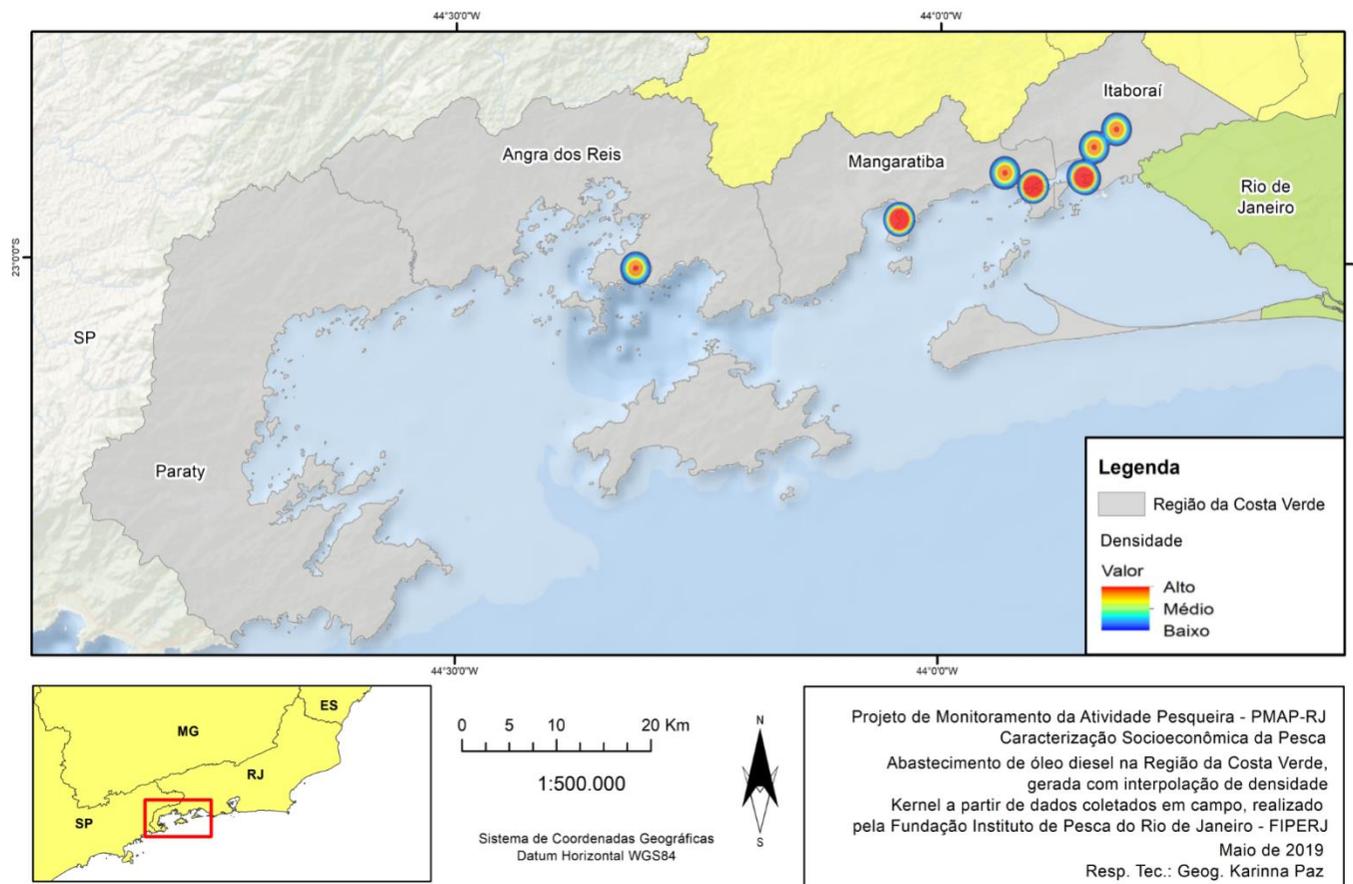


Figura 24. Distribuição espacial das infraestruturas de apoio do tipo abastecimento de óleo diesel: Região da Costa Verde.

Aproveitamento industrial de resíduos
Município de Tanguá/RJ

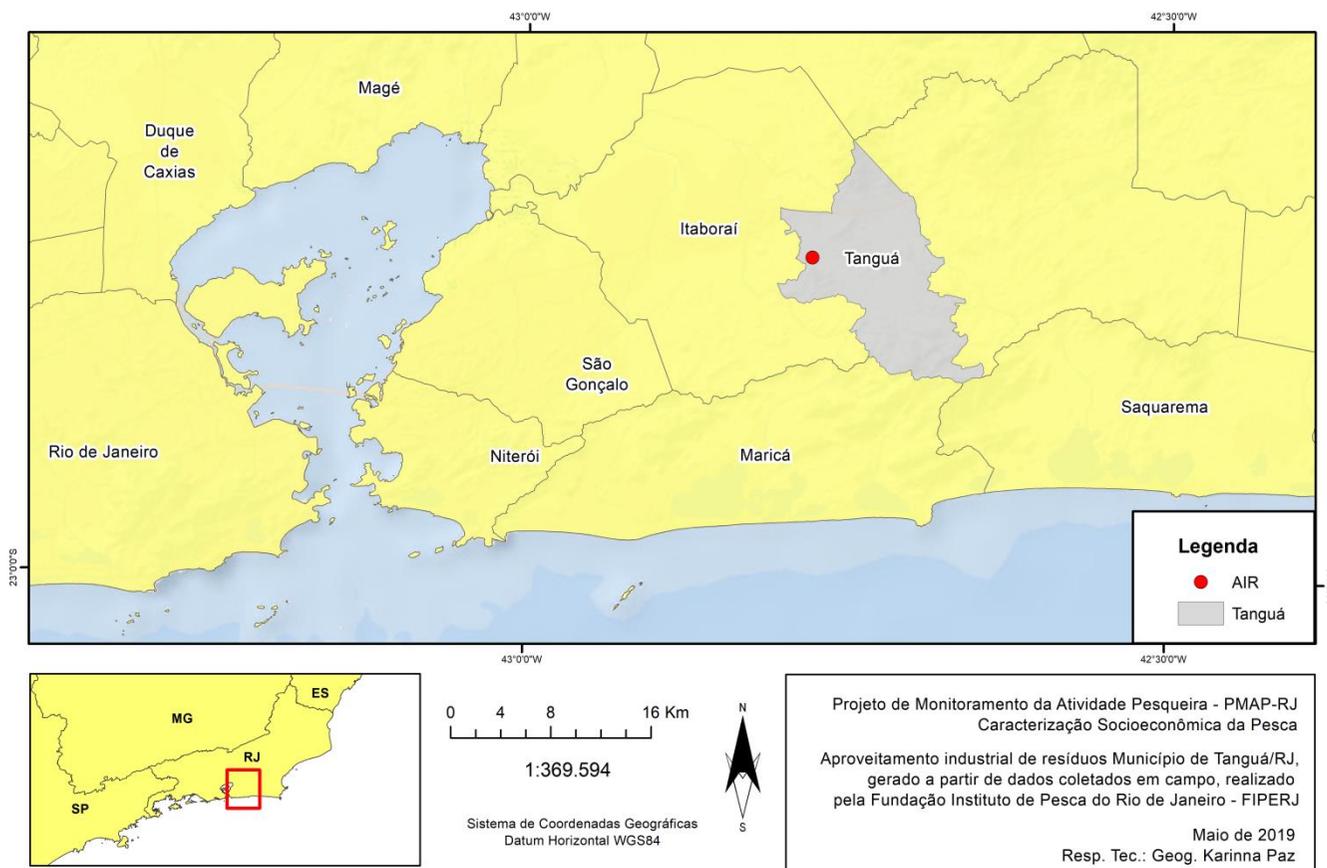


Figura 25. Infraestrutura do tipo aproveitamento industrial de resíduos em Tanguá.

Beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado
na Região das Baixadas Litorâneas

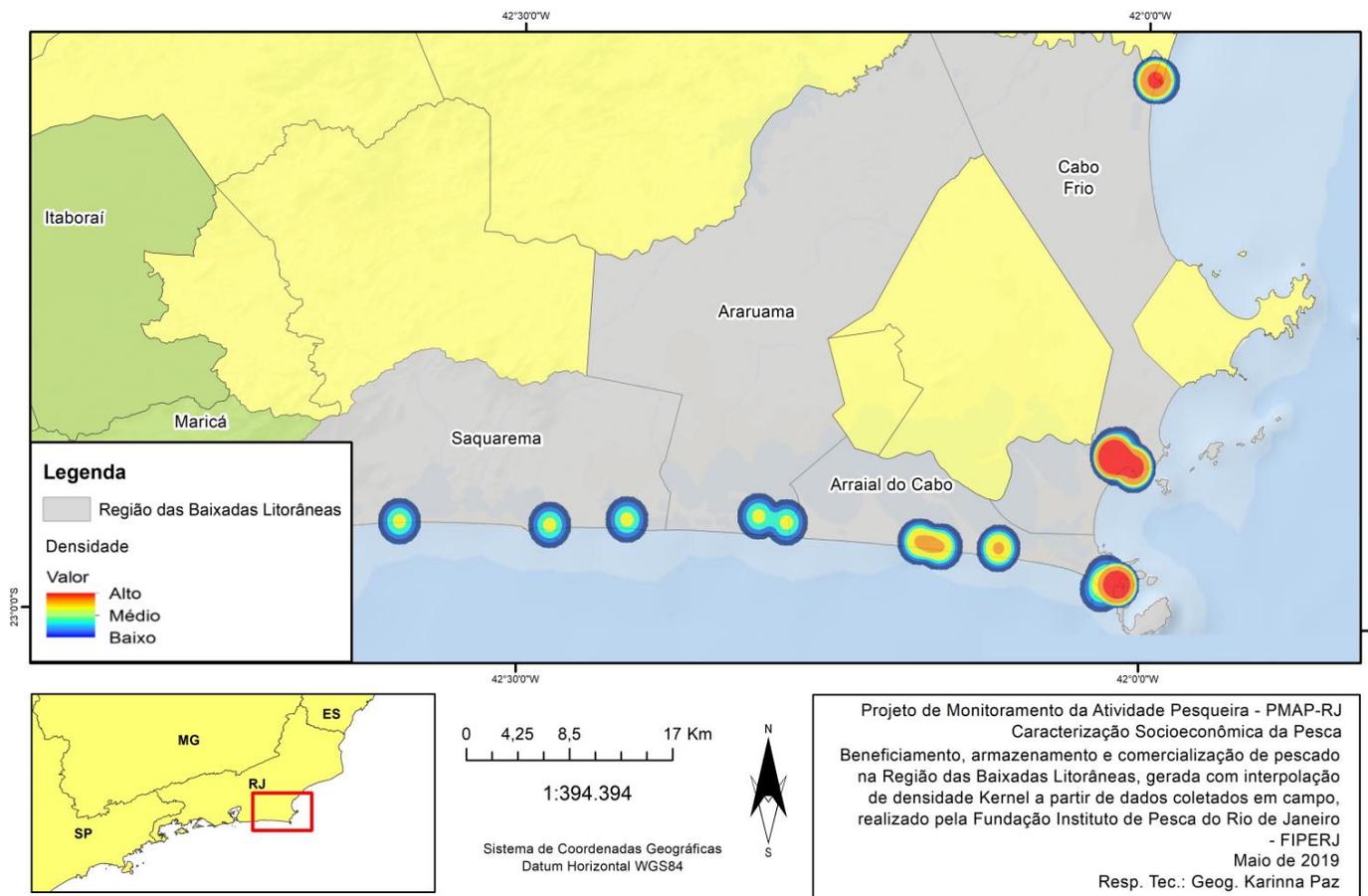


Figura 26. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região das Baixadas Litorâneas.

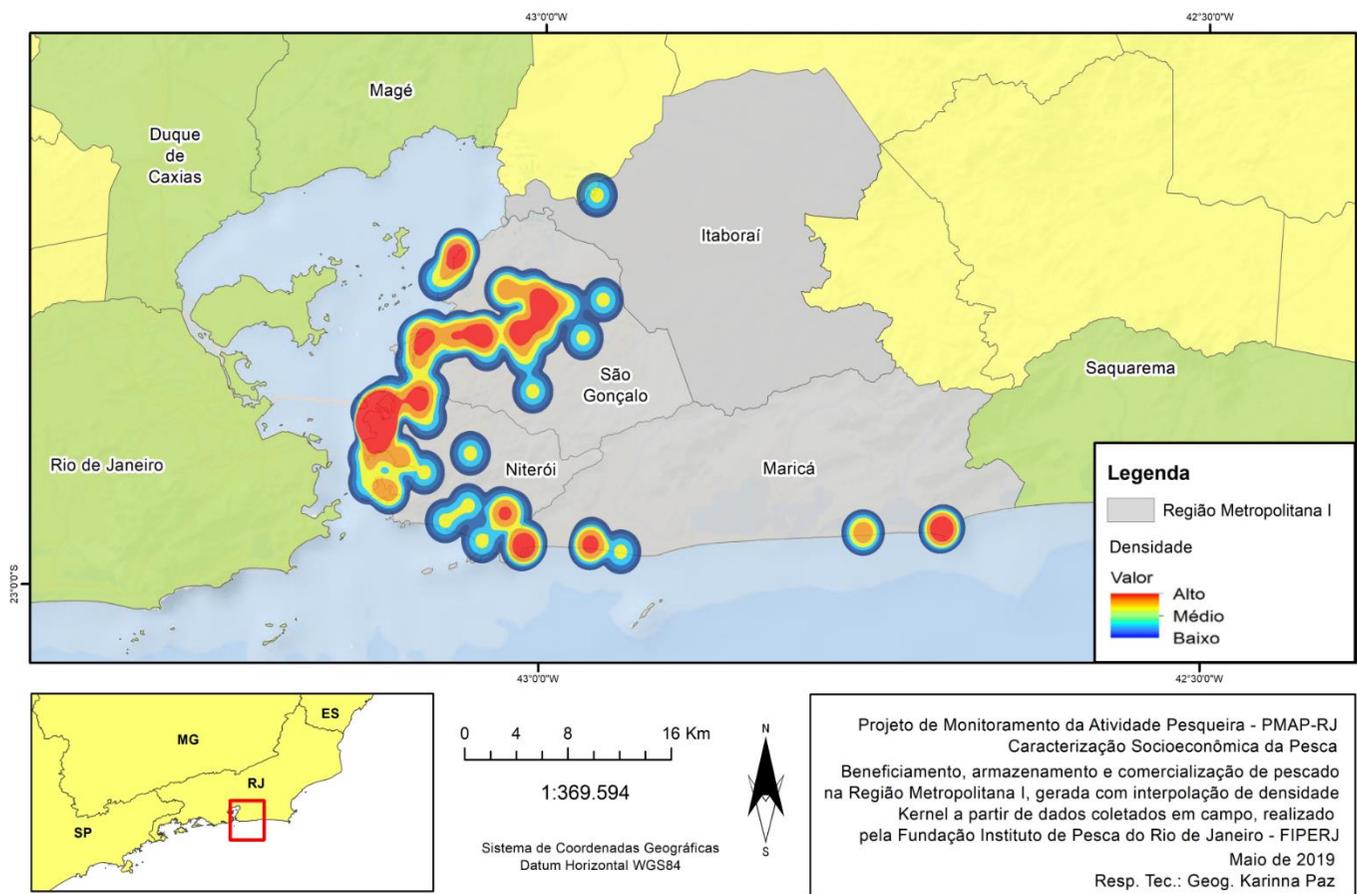


Figura 27. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região Metropolitana I.

Beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado
na Região Metropolitana II

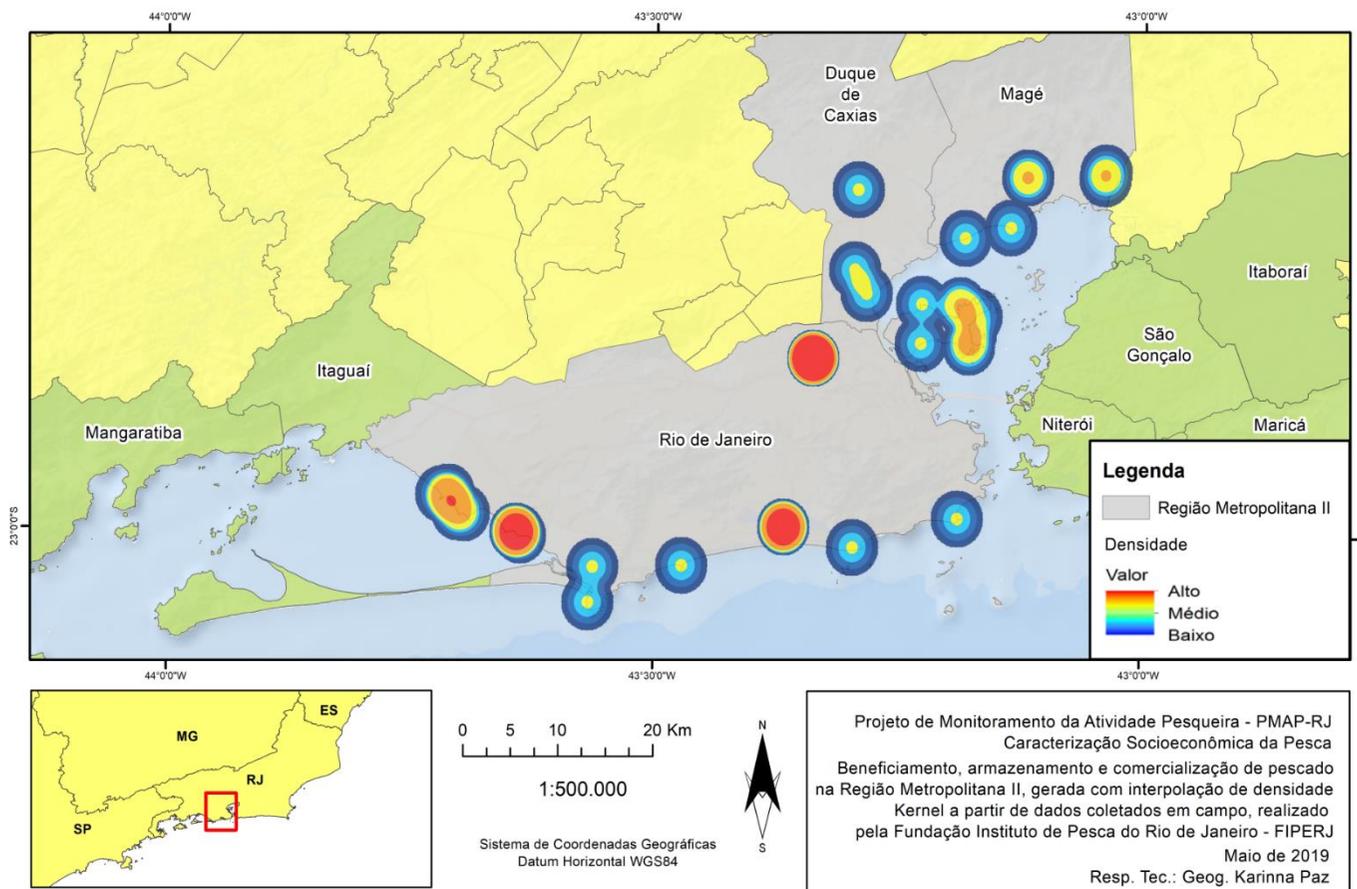


Figura 28. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região Metropolitana II

Beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado
na Região da Costa Verde

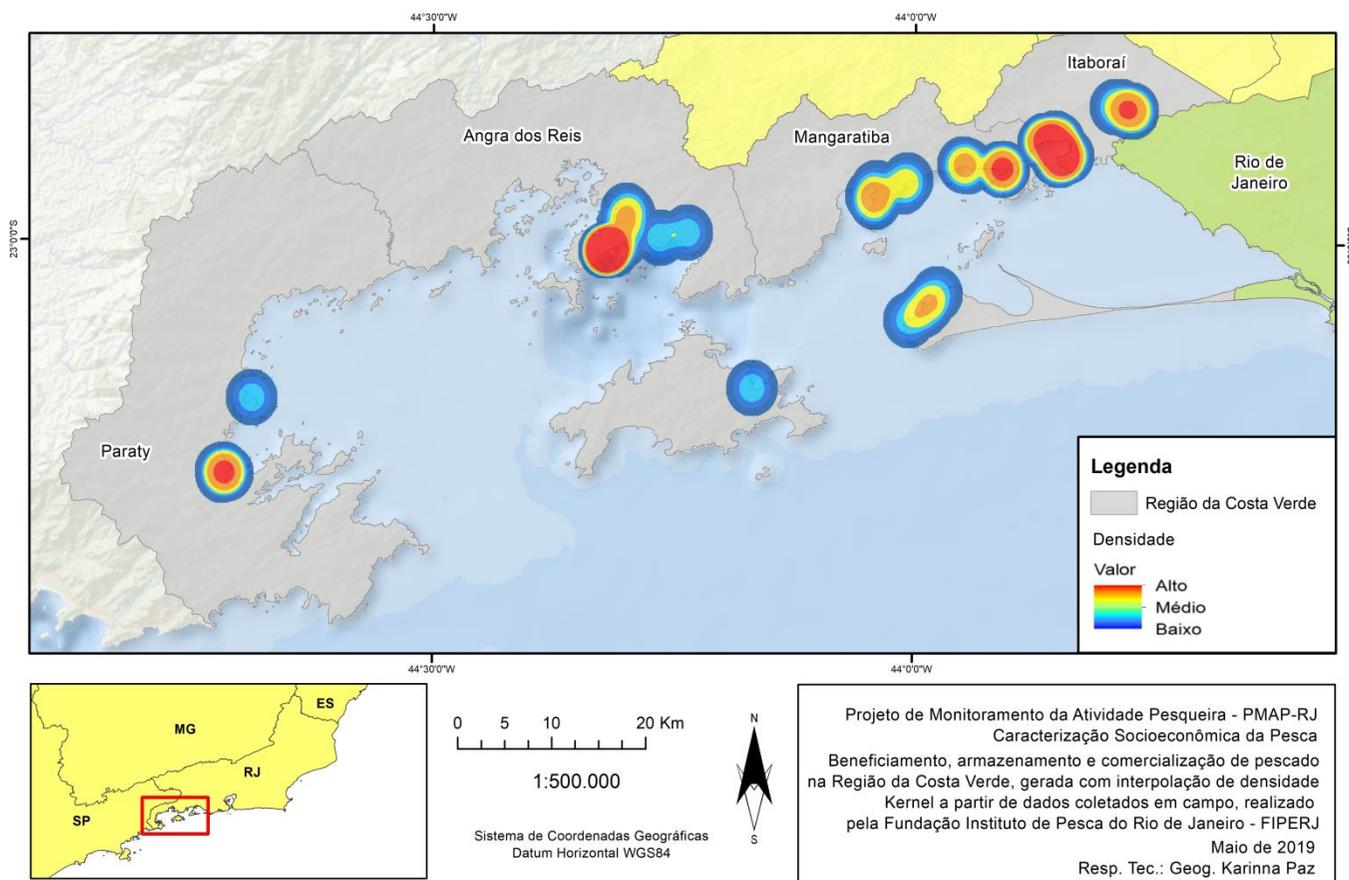


Figura 29. Distribuição espacial das infraestruturas do tipo beneficiamento, armazenamento e comercialização: Região da Costa Verde.

Embarque e desembarque
na Região das Baixadas Litorâneas

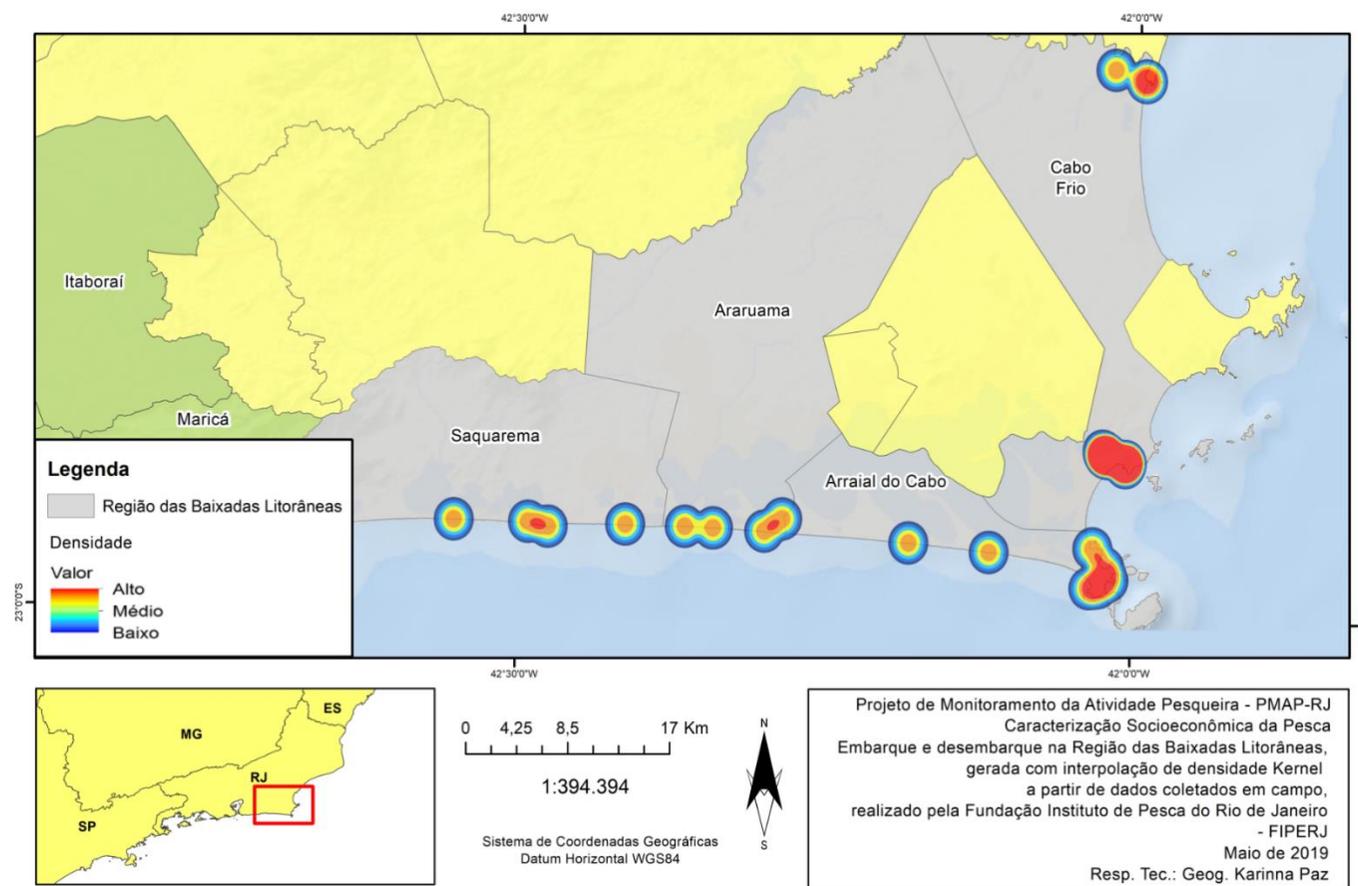


Figura 30. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região das Baixadas Litorâneas.

Embarque e desembarque
na Região Metropolitana I

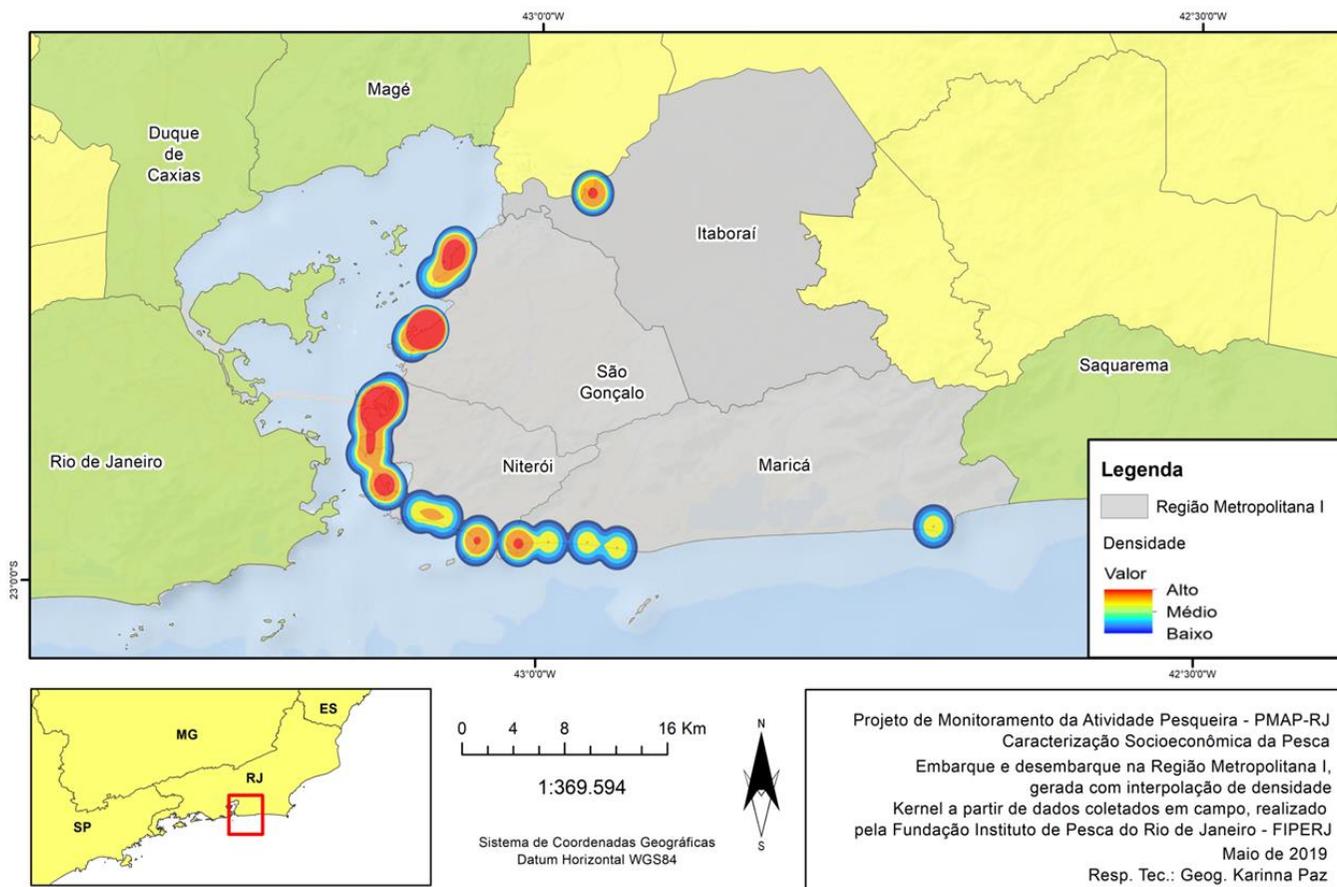


Figura 31. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região Metropolitana I.

Embarque e desembarque
na Região Metropolitana II

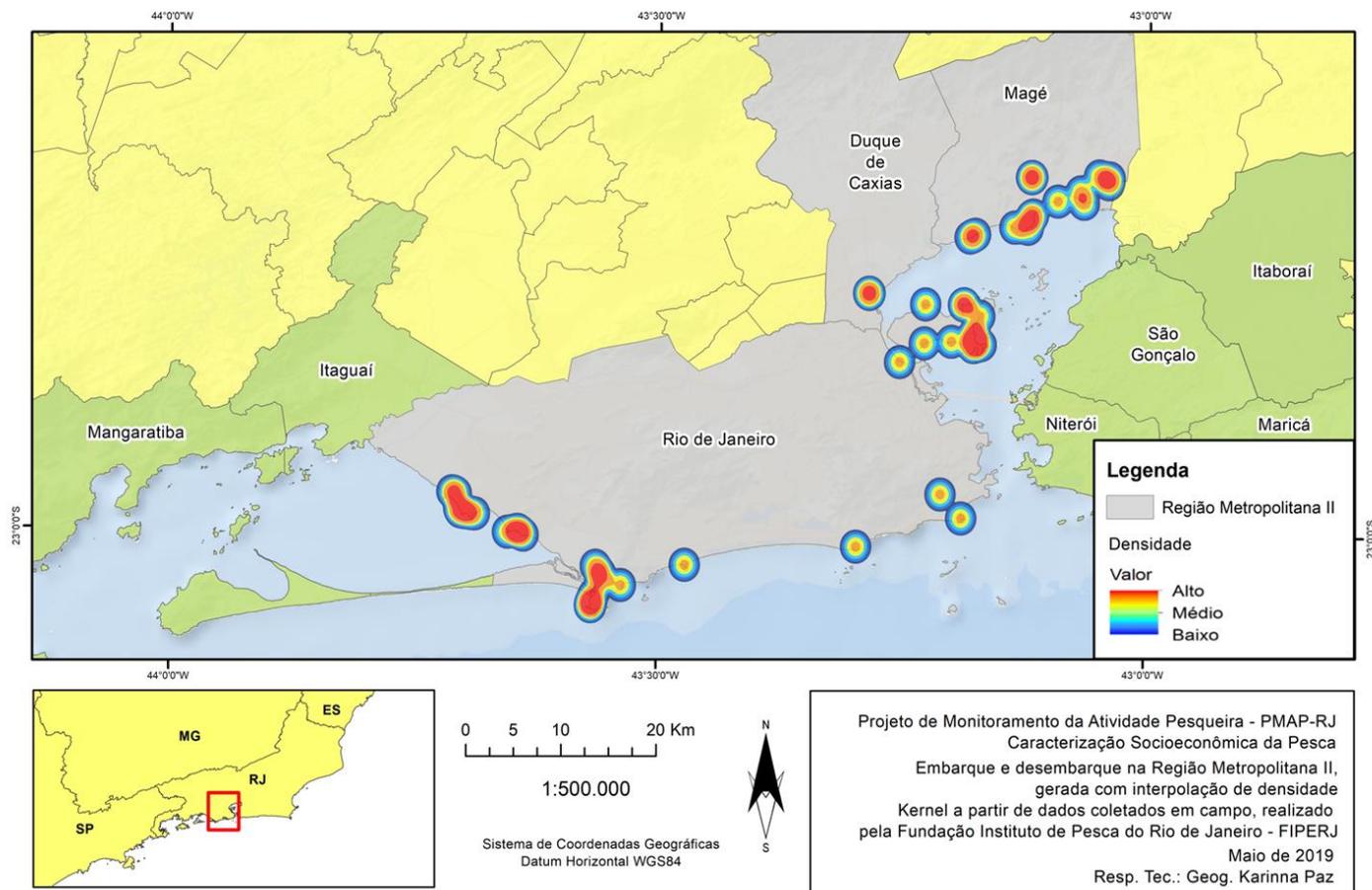


Figura 32. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região Metropolitana II.

Embarque e desembarque
na Região da Costa Verde

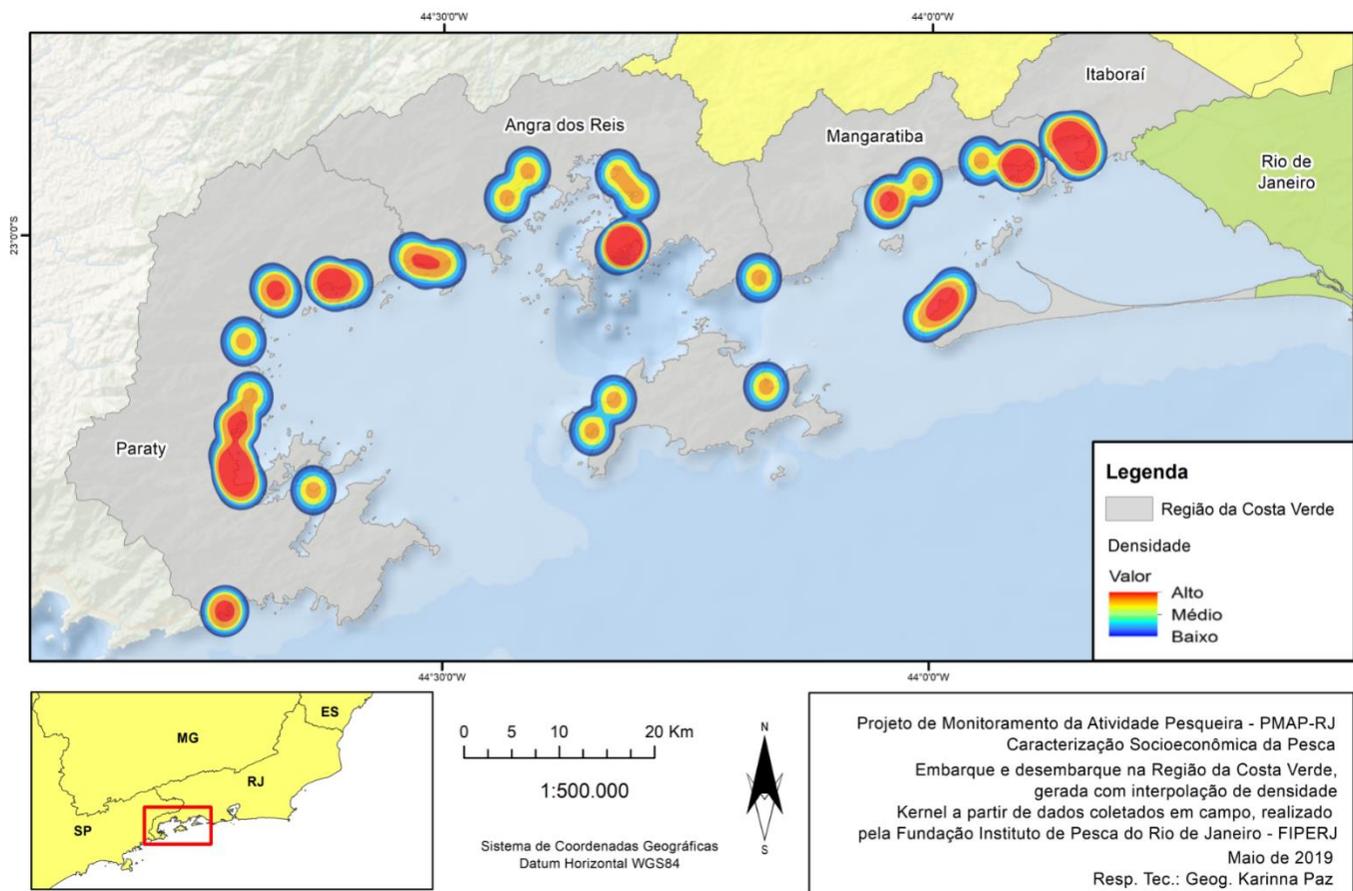


Figura 33. Distribuição espacial das infraestruturas do embarque e desembarque: Região da Costa Verde.

Fabricação e comercialização de gelo
na Região das Baixadas Litorâneas

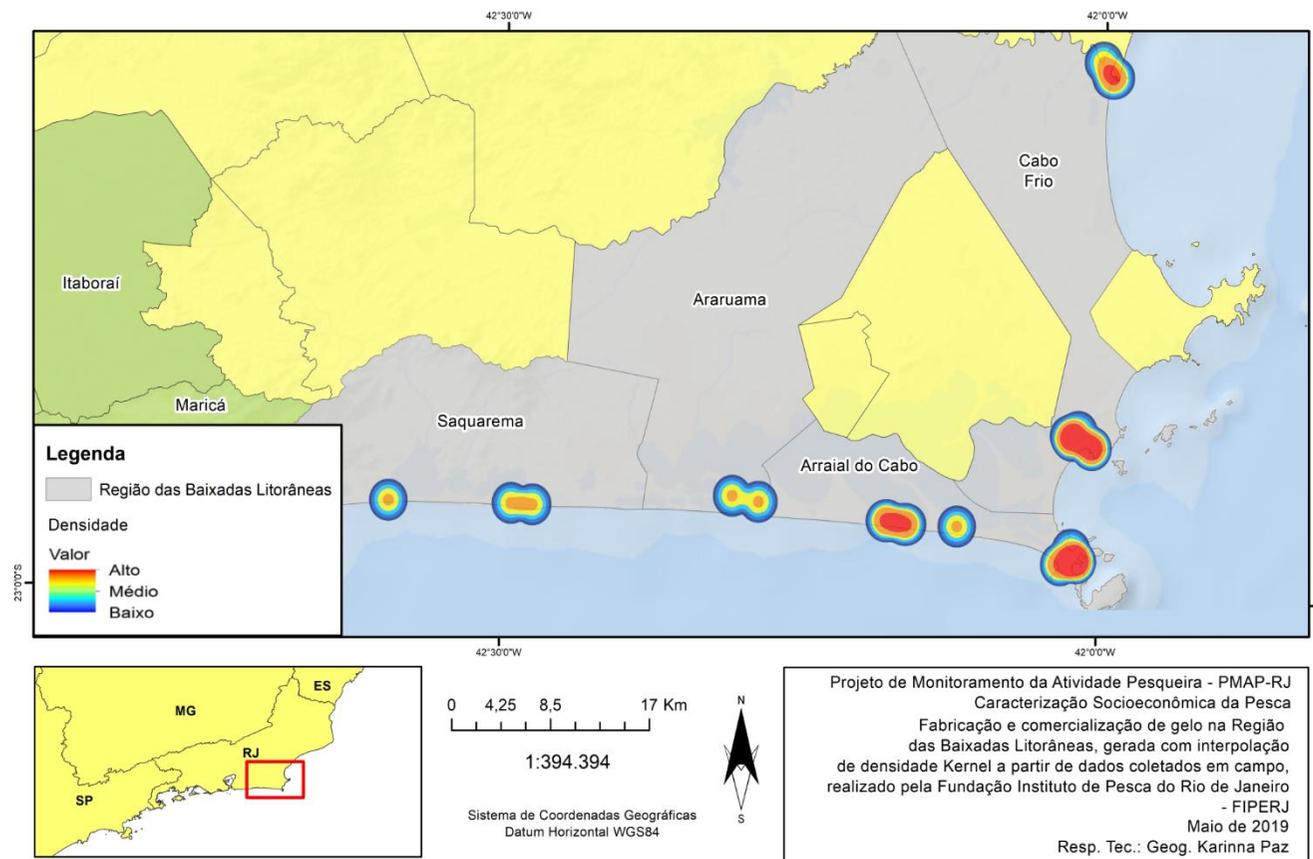


Figura 34. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região das Baixadas Litorâneas.

Fabricação e comercialização de gelo
na Região Metropolitana I

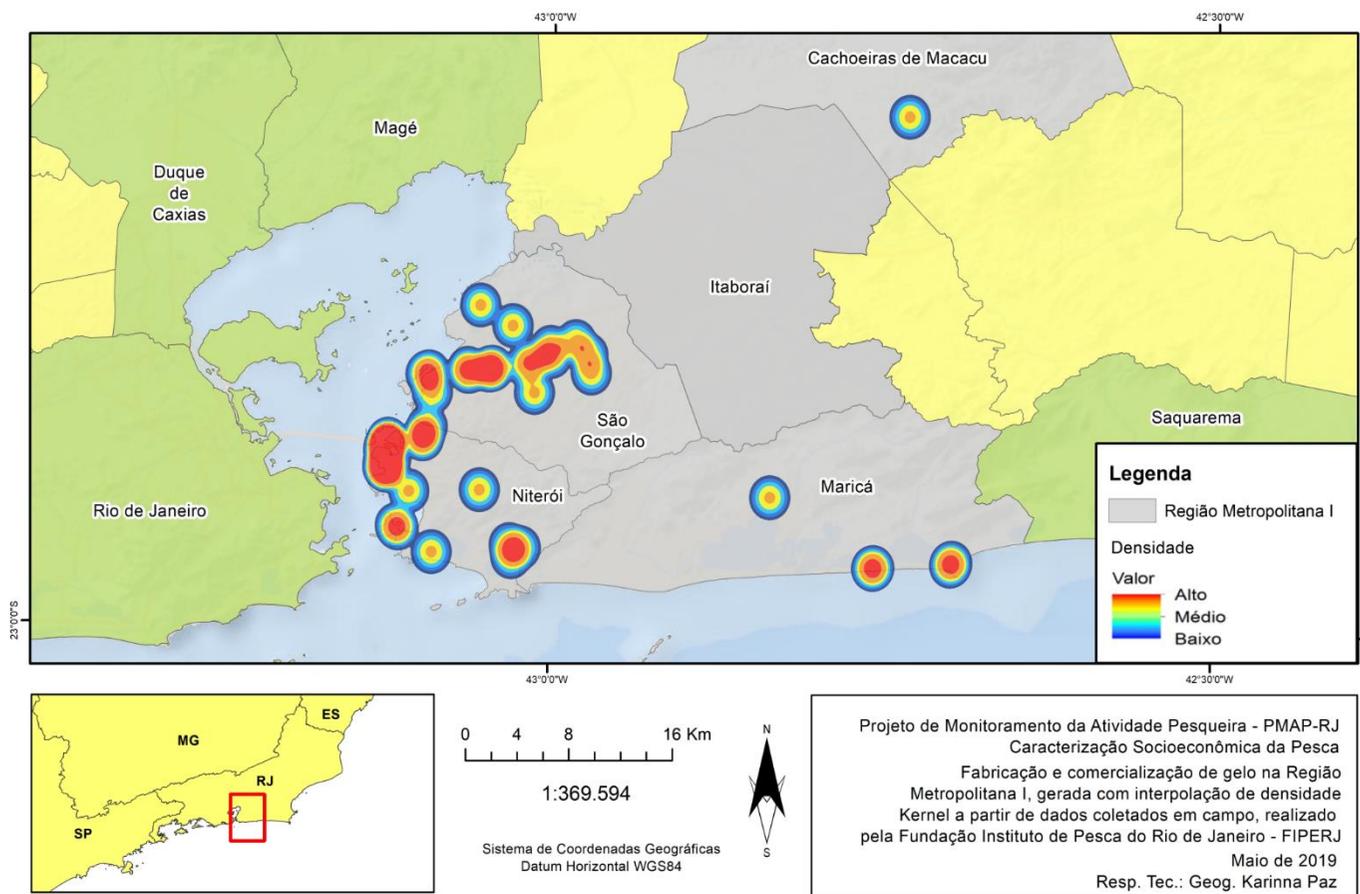


Figura 35. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região Metropolitana I.

Fabricação e comercialização de gelo
na Região Metropolitana II

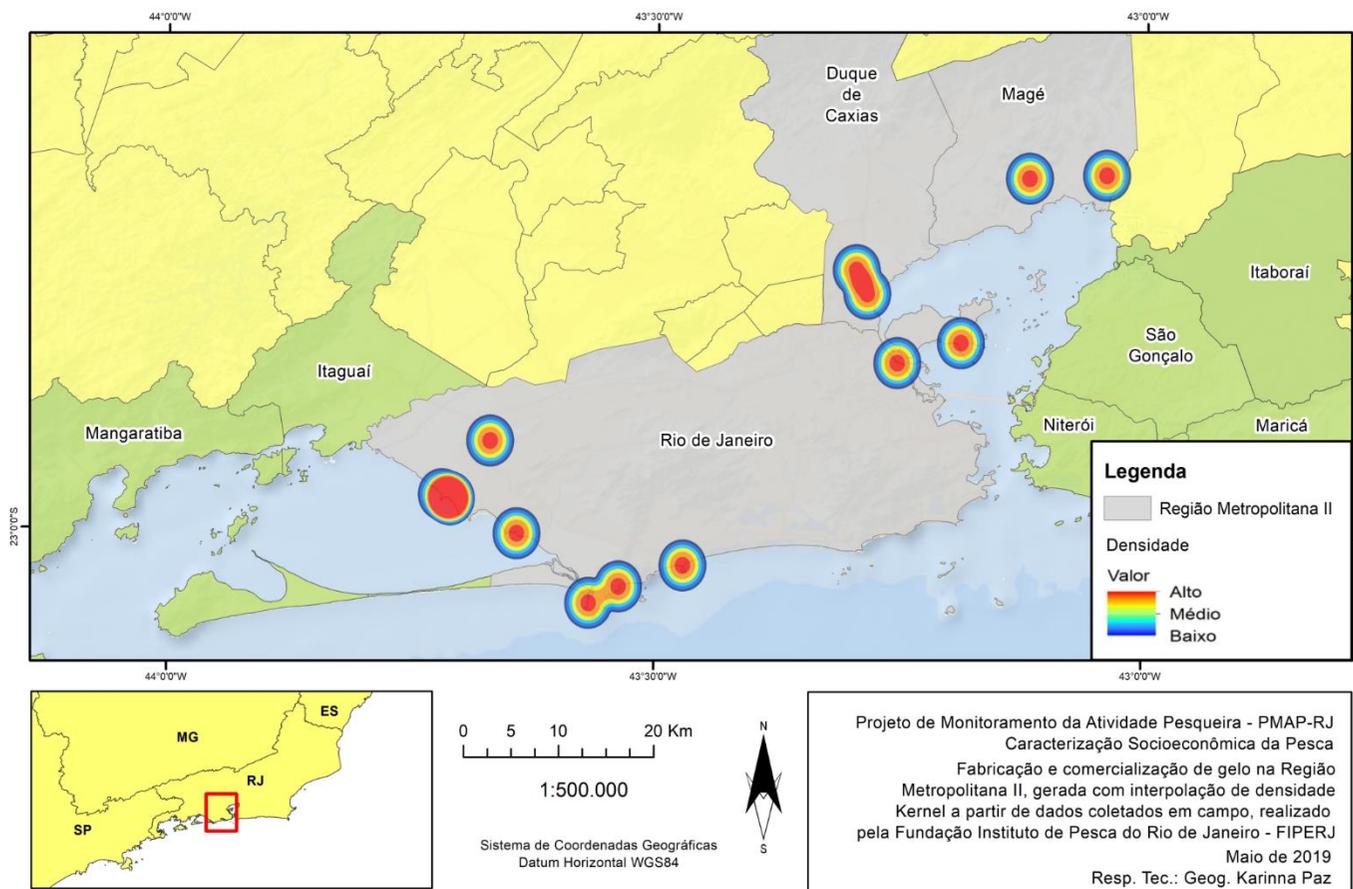


Figura 36. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região Metropolitana II.

Fabricação e comercialização de gelo
na Região da Costa Verde

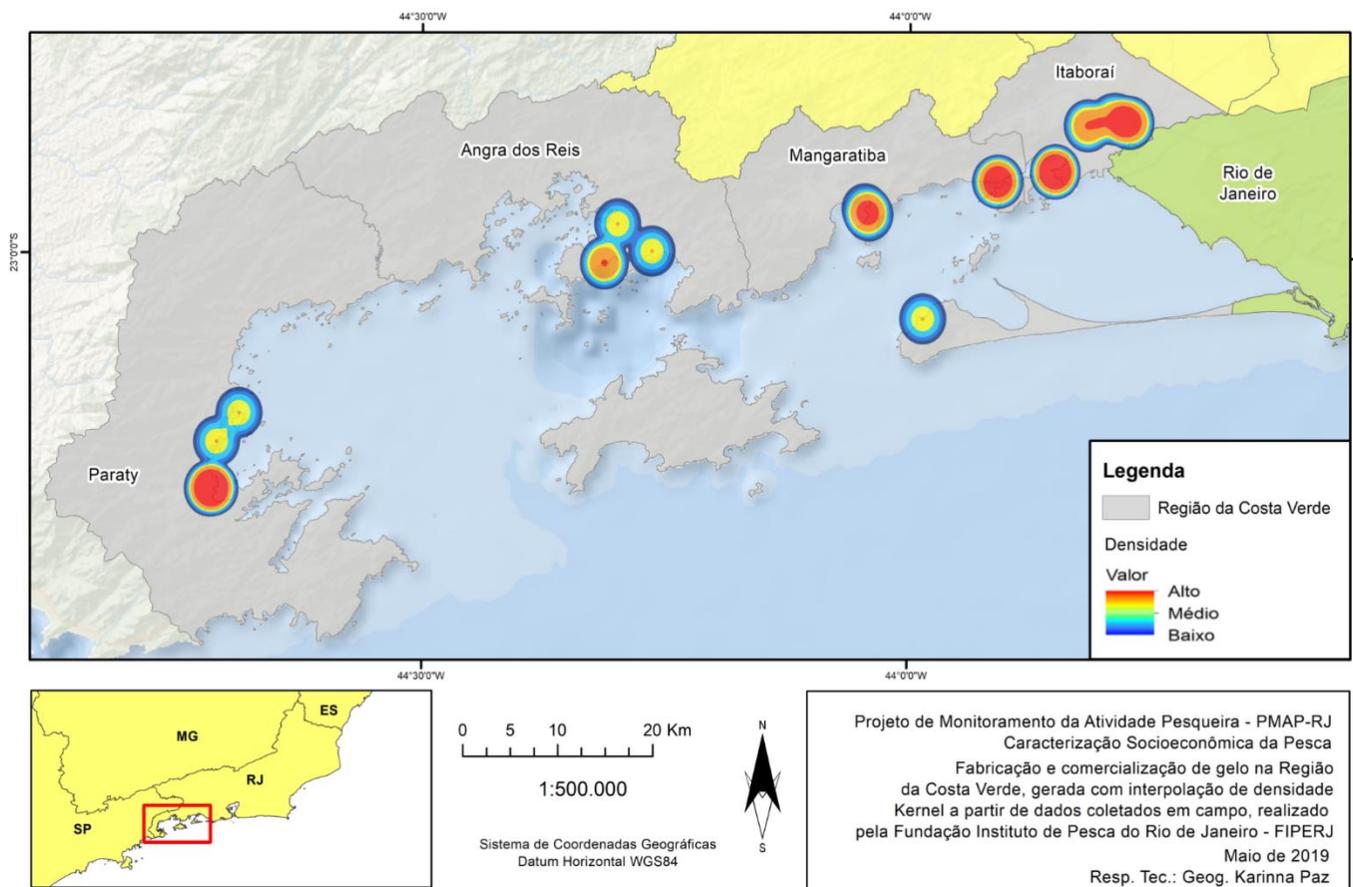


Figura 37. Distribuição espacial das infraestruturas de fabricação e comercialização do gelo: Região da Costa Verde.

Reparo e manutenção de embarcação e petrecho
na Região das Baixadas Litorâneas

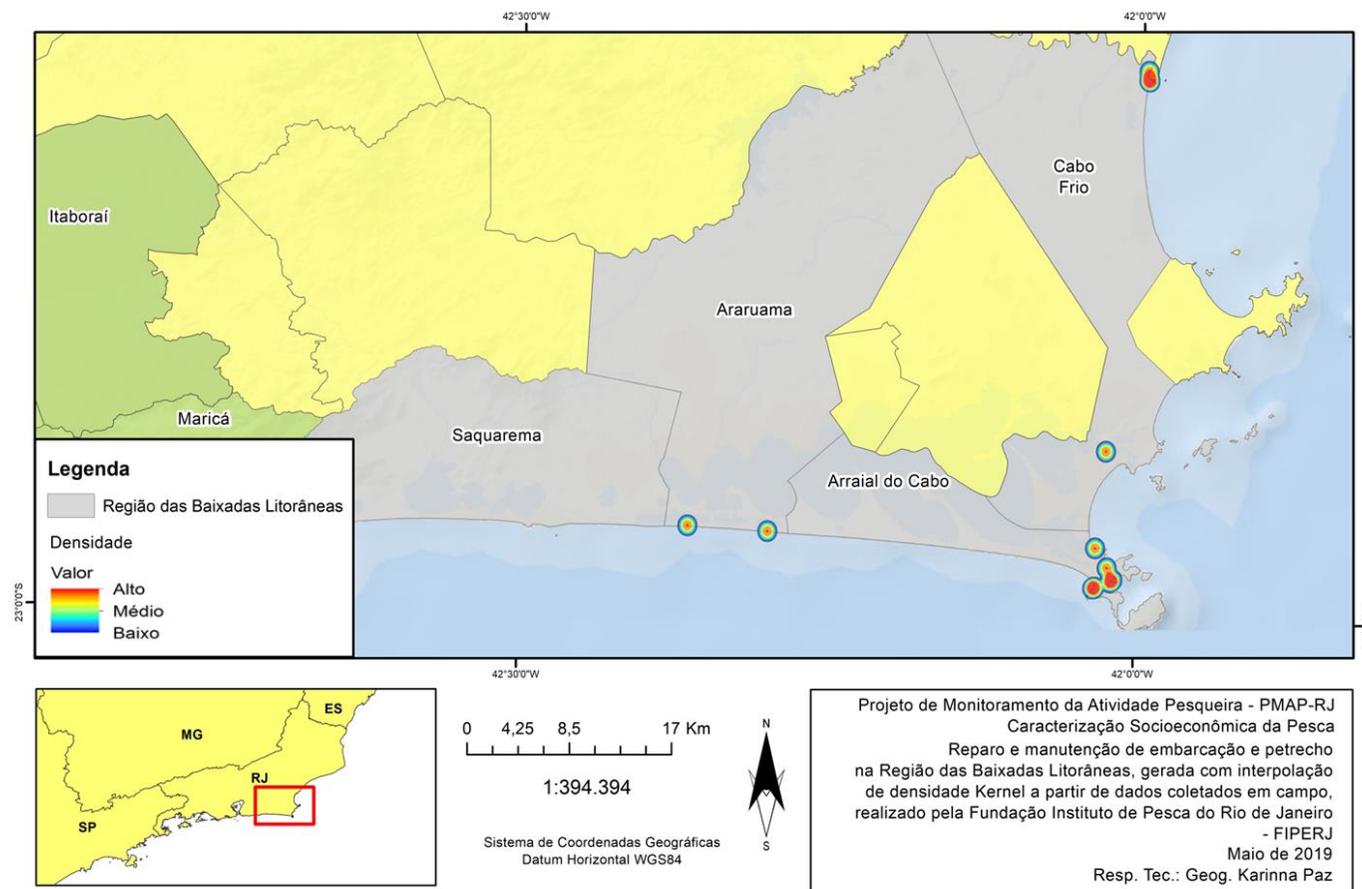


Figura 38. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região das Baixadas Litorâneas.

Reparo e manutenção de embarcação e petrecho
na Região Metropolitana I

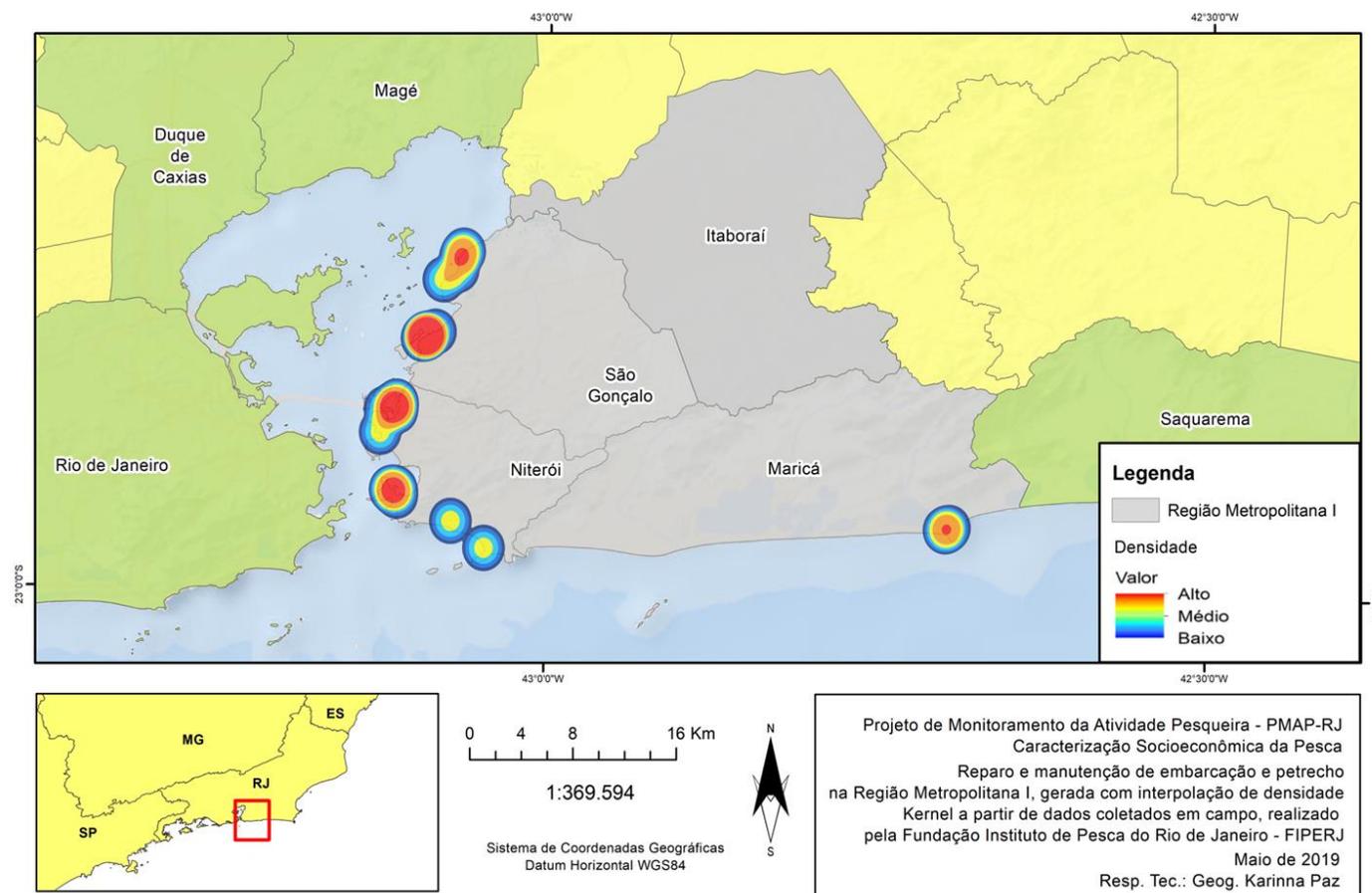


Figura 39. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região Metropolitana I.

Reparo e manutenção de embarcação e petrecho
na Região Metropolitana II

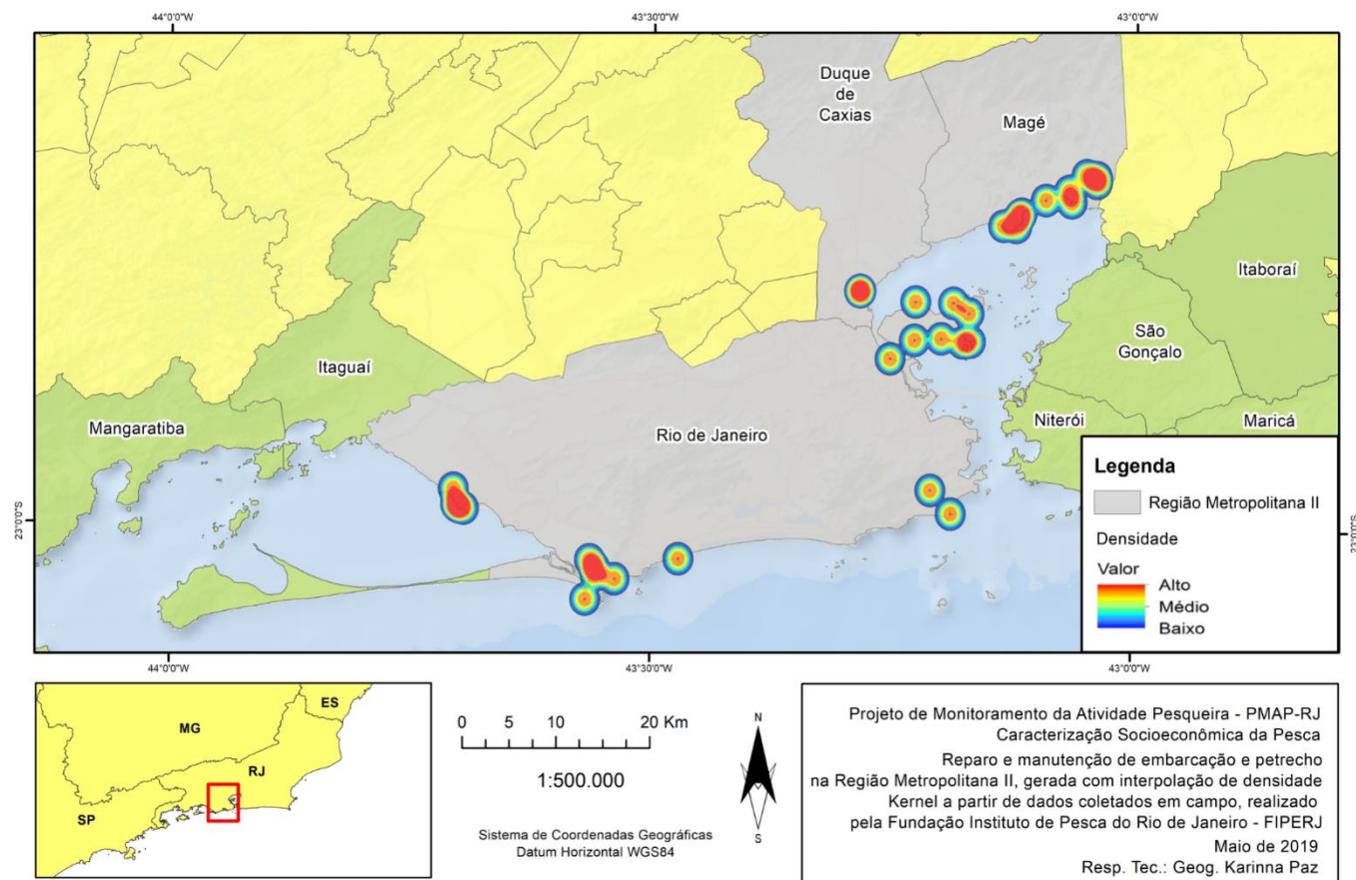


Figura 40. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região Metropolitana II.

Reparo e manutenção de embarcação e petrecho
na Região da Costa Verde

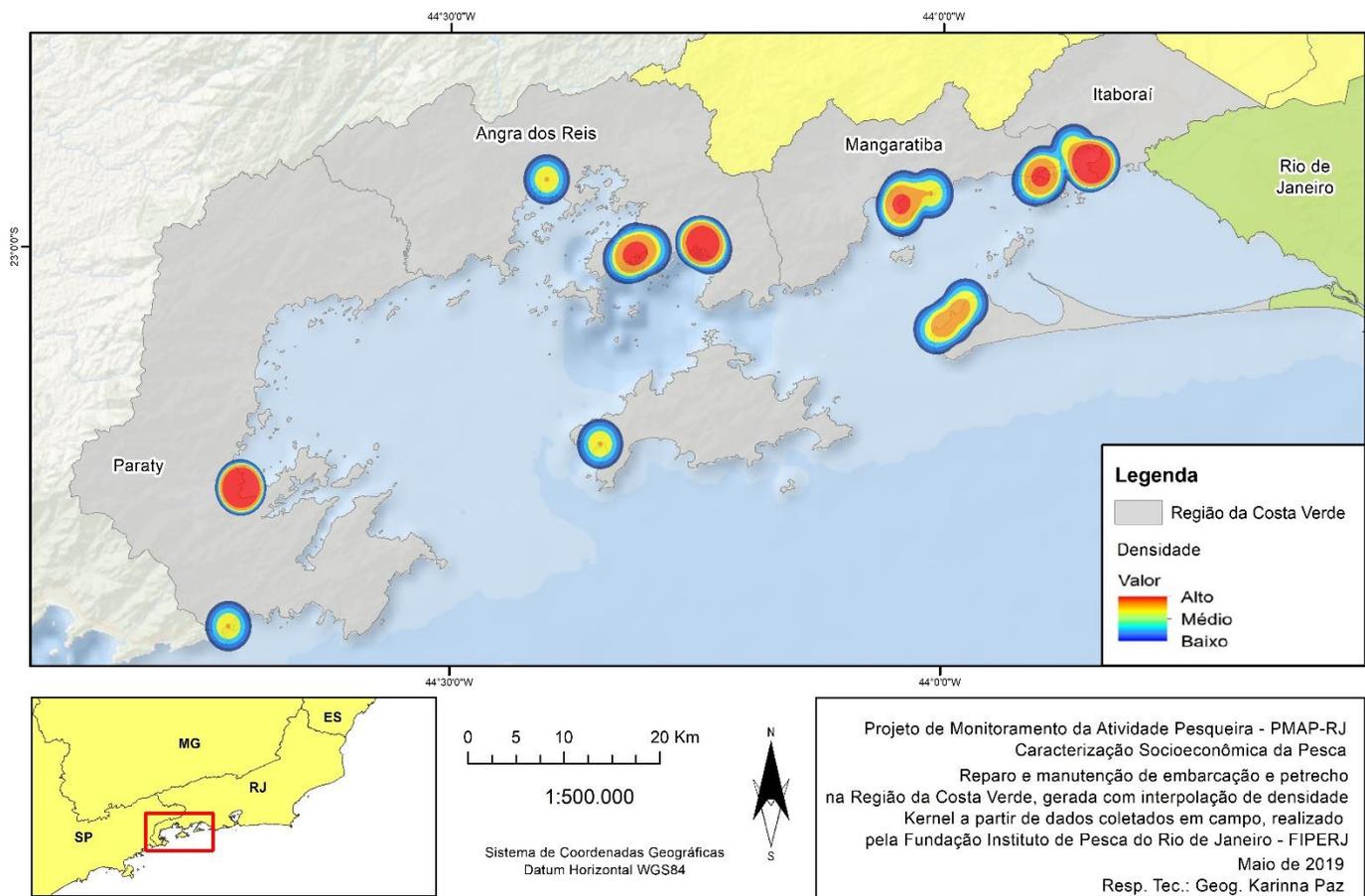


Figura 41. Distribuição espacial das infraestruturas de reparo e manutenção de embarcação e petrecho: Região da Costa Verde.

4. ANÁLISE COMPARATIVA

Esta seção tem por objetivo realizar uma análise comparativa dos dados socioeconômicos obtidos em 2014 durante o Projeto de Caracterização Socioeconômica Estrutural da Atividade da Pesca e da Aquicultura – PCSPA/RJ e, os de 2018, pelo Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira do Estado do Rio de Janeiro – PMPA/RJ. Inicialmente, cabe esclarecer que não somente a área de abrangência do estudo foi diferente entre os períodos, como também a metodologia de coleta dos dados. A adoção de metodologias distintas, inclusive para cada um dos temas pesquisados, ajuda a explicar, em parte, diferenças encontradas nos resultados para cada um dos períodos.

No que se refere à área de abrangência, em 2014 o levantamento englobou também os municípios de São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Guapimirim, assim como ecossistemas lagunares de Araruama, Saquarema e Maricá. Naquele momento, também foram considerados os pescadores de águas interiores (rios e lagos). Sendo assim, o universo amostral do PCSPA-RJ foi superior ao verificado em 2018 pelo PMPA-RJ.

No que se refere ao objeto de estudo, em 2014 o projeto considerou como potenciais entrevistados, pescadores (as) de todos os elos da cadeia produtiva, não se limitando aos envolvidos com a captura do pescado. Além disso, foram também entrevistados aquicultores. Outro diferencial está no conceito de “localidade”, que em 2014 incluiu também os locais de moradia dos pescadores, não se limitando aos locais de descarga.

Em 2018 estas estratégias metodológicas foram revistas. A área de abrangência envolveu apenas 15 municípios e o conceito de localidade pesqueira esteve associada aos locais de descarga mapeados pelo PMPA-RJ. As localidades foram classificadas considerando suas características ambientais e físicas, distâncias geográficas e, quando possível, a similaridade das frotas pesqueiras e atividades de pesca ali desembarcadas.

Conforme já descrito no início desse relatório, o PMAP-RJ entrevistou apenas os pescadores envolvidos na captura do pescado e cujas descargas já vinham sendo monitoradas pelo projeto. Isso foi feito visando obter um perfil socioeconômico completo do profissional da pesca, alinhando os dados de produção pesqueira aos de socioeconomia. Desta forma, minimizavam-se também as chances de se entrevistar pessoas que não fossem, de fato, ligadas à atividade. Em muitas dessas localidades, sobretudo na zona metropolitana do estado, há uma expectativa dos pescadores de serem ressarcidos dos prejuízos decorrentes do vazamento de óleo da Petrobras S.A, ocorrido em 2000, na baía de Guanabara. Assim, são comuns relatos dos próprios pescadores e das lideranças, de que quando o assunto é a Petrobras, logo surgem pessoas vindas de todas as partes, tentando se passar por pescadores, no intuito de conseguir algum auxílio financeiro ou outro tipo de benefício. Para evitarmos qualquer tipo de associação nesse sentido, é que a equipe do projeto aplicou o “Cadastro do Pescador” somente com aqueles que já vinham sendo acompanhados pelo PMAP-RJ.

Além disso, cabe ressaltar ainda as diferenças metodológicas quanto à forma de aplicação do cadastro de infraestrutura. Em 2018, teve-se um aumento relevante sobre o número de estruturas cadastradas. Visando alcançar um maior número possível de estruturas, a equipe estabeleceu o uso da metodologia “bola de neve”, mapeando e cadastrando os “equipamentos” conforme iam sendo indicados pelos pescadores e agentes de campo. Portanto, em algumas regiões, foram também cadastradas estruturas presentes em locais não mapeados pelo PMAP, mas que, de alguma forma, eram utilizados pelos pescadores. A título de exemplo, citam-se os postos de gasolina bastante utilizados pelos pescadores artesanais e que será mais bem detalhado ao longo do texto. Outro aspecto a esclarecer é que foi ampliada a aplicação dos questionários junto às grandes peixarias e pontos de comercialização do pescado.

Diante das diferenças metodológicas descritas acima (2014 e 2018), a análise comparativa que se apresenta a seguir deve ser feita de forma relativizada.

4.1. PERFIL DOS PESCADORES E DA FAMÍLIA

Em 2014, o PCSPA aplicou 5.384 formulários de caracterização socioeconômica, enquanto que o PMAP-RJ entrevistou 2.859 pescadores em 2018. O diferencial entre os dois períodos pode ser justificado, em parte, pelas diferenças metodológicas apontadas anteriormente.

Os dados relativos à escolaridade indicam que em ambos os períodos, foram encontrados baixíssimos percentuais entre os pescadores (**Figura 42 e Figura 43**). De uma maneira geral, prevalecem os que possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou os sem estudo.

Quando a análise de escolaridade é feita para os familiares, também prevalecem os que possuem o ensino fundamental incompleto, embora também tenham sido obtidos registros consideráveis para os sem estudo em 2018, com percentuais chegando próximo de 35% (**Figura 44 e Figura 45**). Porém, cabe registrar os elevados percentuais de NI (não informados) em 2014, tornando pouco precisa uma comparação entre os períodos.

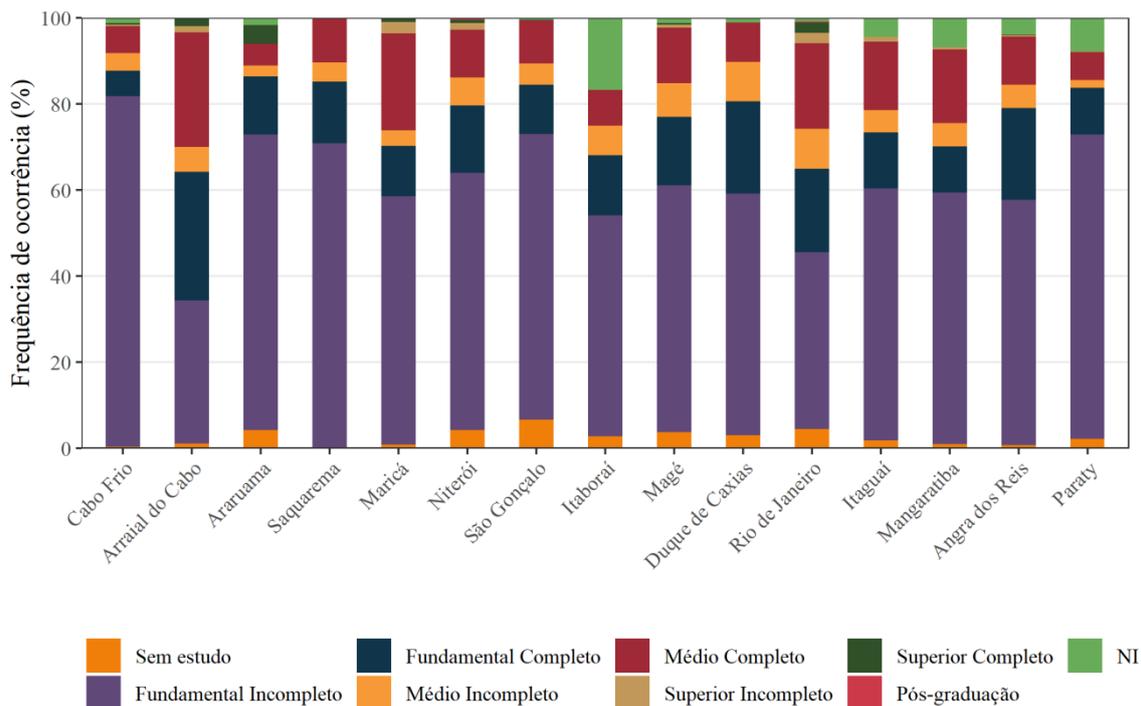


Figura 42. Escolaridade dos pescadores cadastrados em 2014.

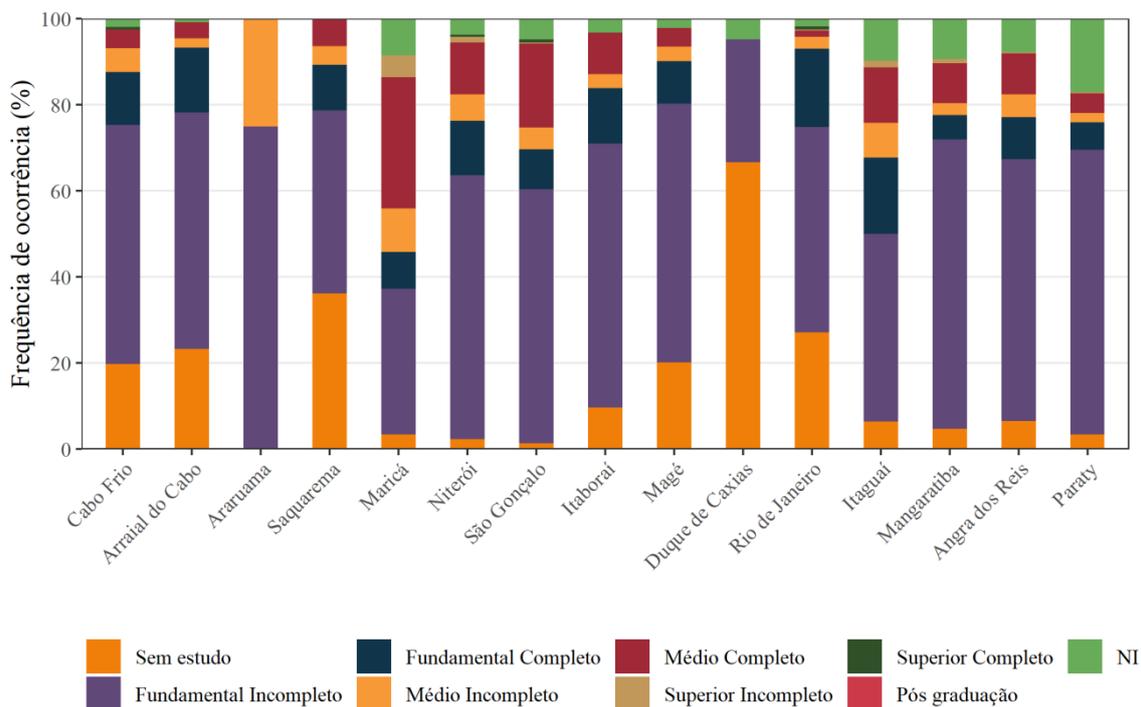


Figura 43. Escolaridade dos pescadores cadastrados em 2018.

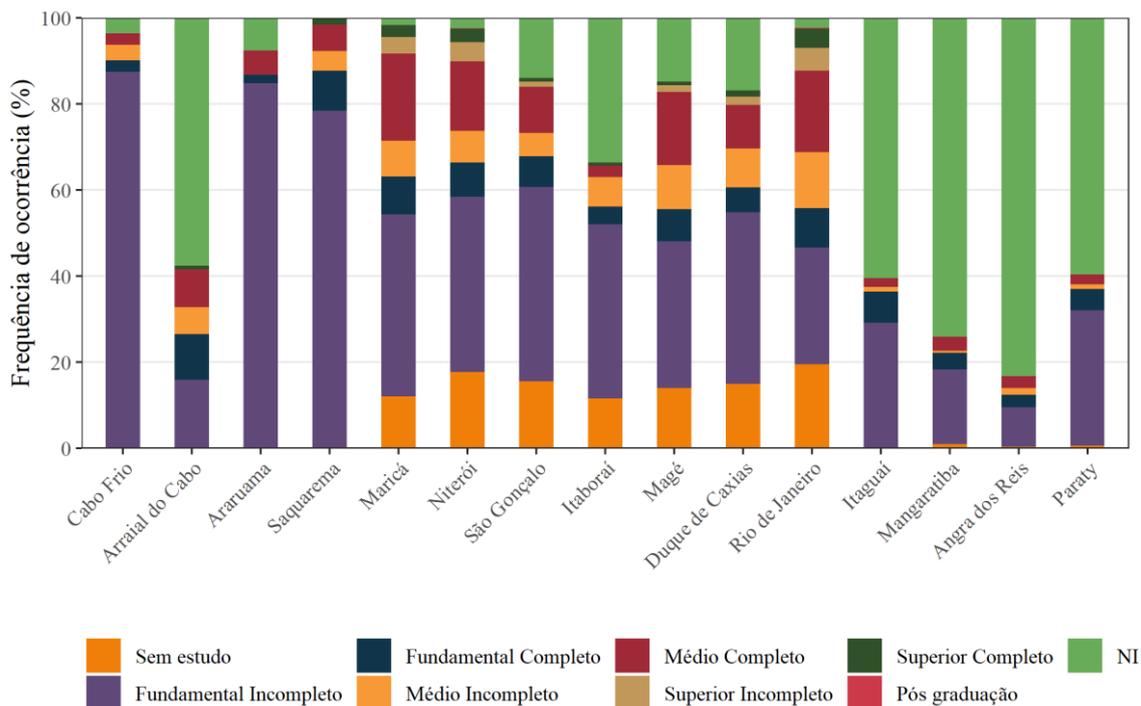


Figura 44. Escolaridade dos familiares de pescadores que participam da pesca, 2014.

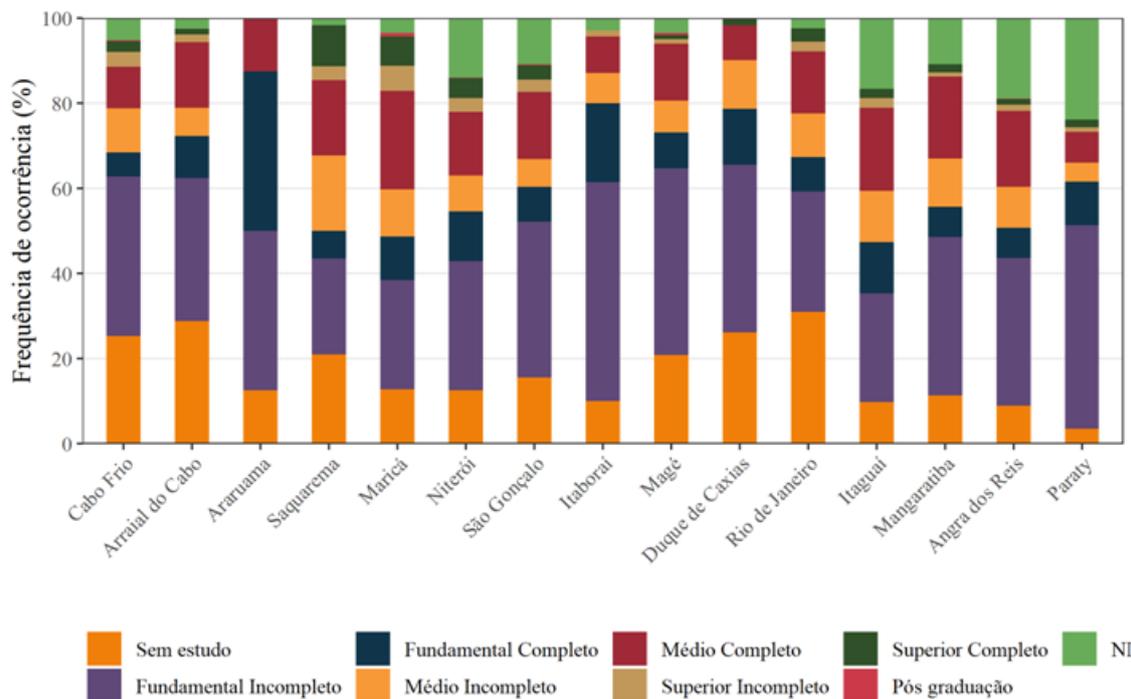


Figura 45. Escolaridade dos familiares de pescadores que participam da pesca, 2018.

As **Figura 46** e **Figura 47** apresentam os resultados encontrados para os percentuais de pescadores que tem familiares envolvidos na atividade pesqueira. Os dados revelam diferenças consideráveis entre os dois períodos. Como se observa, em 2018 a maioria absoluta dos pescadores afirmou que a pesca também é praticada por familiares, com percentuais variando entre 90% a 100%. Por outro lado, em 2014, a maioria dos pescadores não possuía familiares envolvidos na pesca.

Esse dado pode revelar em parte, os efeitos da crise econômica pela qual o país atravessa desde 2016. Com menos oportunidades, não é raro encontrar pessoas que se arriscam a iniciar na atividade como alternativa de ocupação e fonte de renda. Isso pode ser verificado, inclusive, através de relatos obtidos em campo. Por ser uma atividade que exige pouca qualificação, e que traz um retorno financeiro “rápido”, a pesca talvez esteja se apresentando como alternativa para essas pessoas, sobretudo entre os artesanais, já que é comum compartilharem seus meios de produção (rancho, embarcação, redes de pesca).

Nas **Figura 48** e **Figura 49** são apresentadas as porcentagens de pescadores que tem a pesca como ocupação principal ou secundária. Em ambos os períodos, a pesca constitui a principal ocupação entre os entrevistados. No caso dos familiares, a pesca também representou a principal ocupação dessas pessoas nos dois períodos, embora seja possível perceber um maior equilíbrio em 2018 entre as categorias “primária” e “secundária”. Em 2014, porém, apenas em Maricá e Niterói, o percentual de ocupação secundária entre os familiares foi superior aos de ocupação primária (**Figura 50** e **Figura 51**).

Os dados do censo demográfico do IBGE para pessoas ocupadas na pesca no estado do Rio de Janeiro indicam uma queda entre os períodos de 2000 e 2010. Em 2000, o número de pessoas acima dos 10 anos ocupadas na pesca (e serviços relacionados) era de 15.384, enquanto que em 2010, esse número baixou para 13.216 pessoas. Ou seja, havia uma tendência de diminuição das pessoas ocupadas na pesca no estado do Rio de Janeiro. Os dados obtidos para a ocupação do PMAP-RJ não permitem uma extrapolação para o estado, entretanto, pode-se verificar que, nos municípios onde a pesquisa foi realizada,

percebe-se que há, no momento, uma tendência reversa ao sinalizado pelos dados do IBGE. Ou seja, mais pessoas estão recorrendo à atividade como alternativa de ocupação. Os dados de ocupação para os familiares reforçam esta teoria. Como já mencionado, a pesca também se apresentou como ocupação para os familiares nos dois períodos, entretanto, em 2018, parece haver um maior equilíbrio entre as duas categorias (primária e secundária), ou seja, os familiares provavelmente realizam também outras atividades.

Mais uma vez, uma hipótese que ajuda a explicar esse fenômeno seja a crise vivenciada pelo país nos últimos anos, sobretudo no Rio de Janeiro.

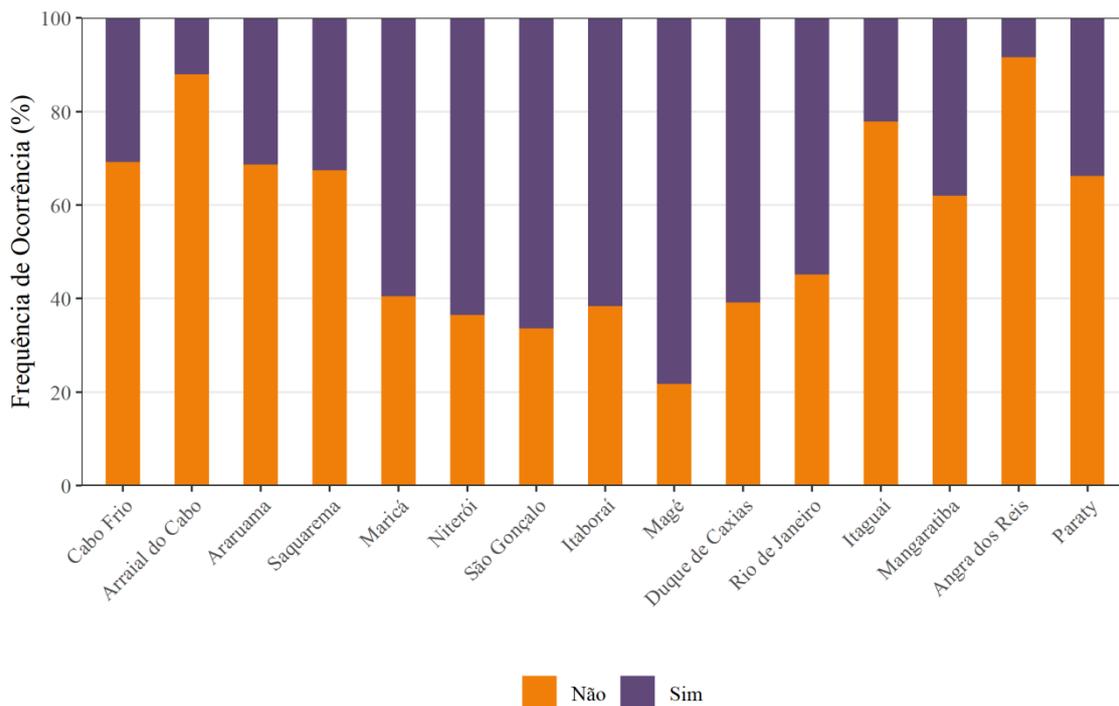


Figura 46. Percentual de pescadores com membros da família que trabalham na atividade pesqueira, 2014.

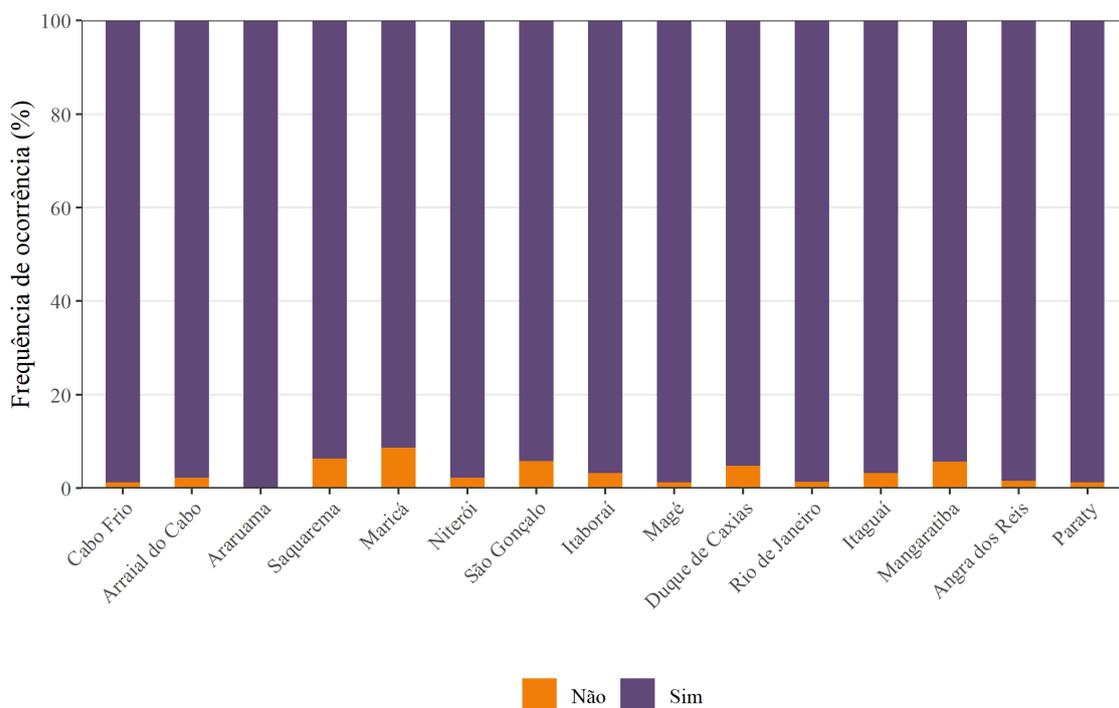


Figura 47. Percentual de pescadores com membros da família que trabalham na atividade pesqueira, 2018.

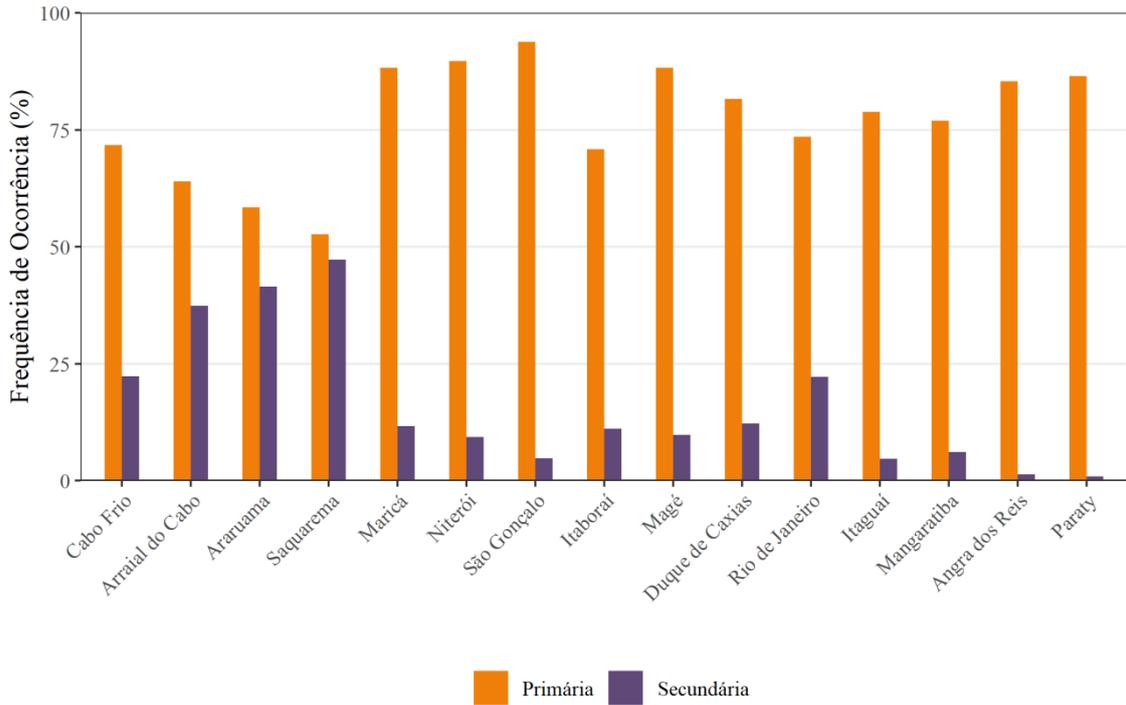


Figura 48. Percentual de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2014.

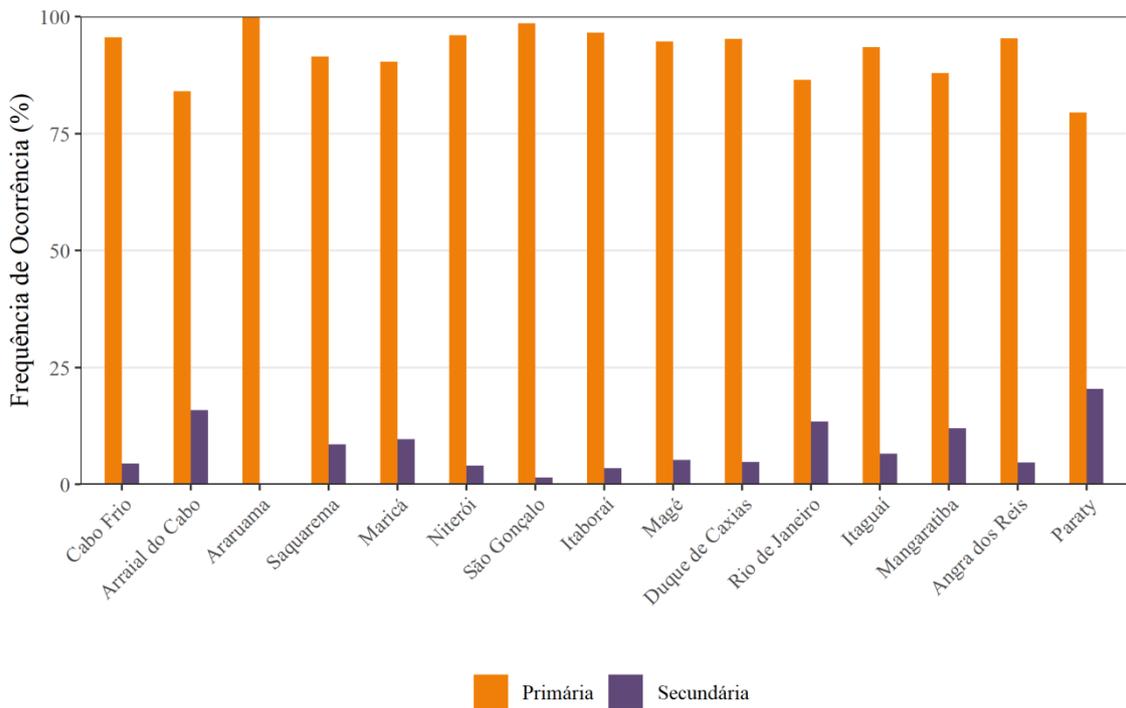


Figura 49. Percentual de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2018.

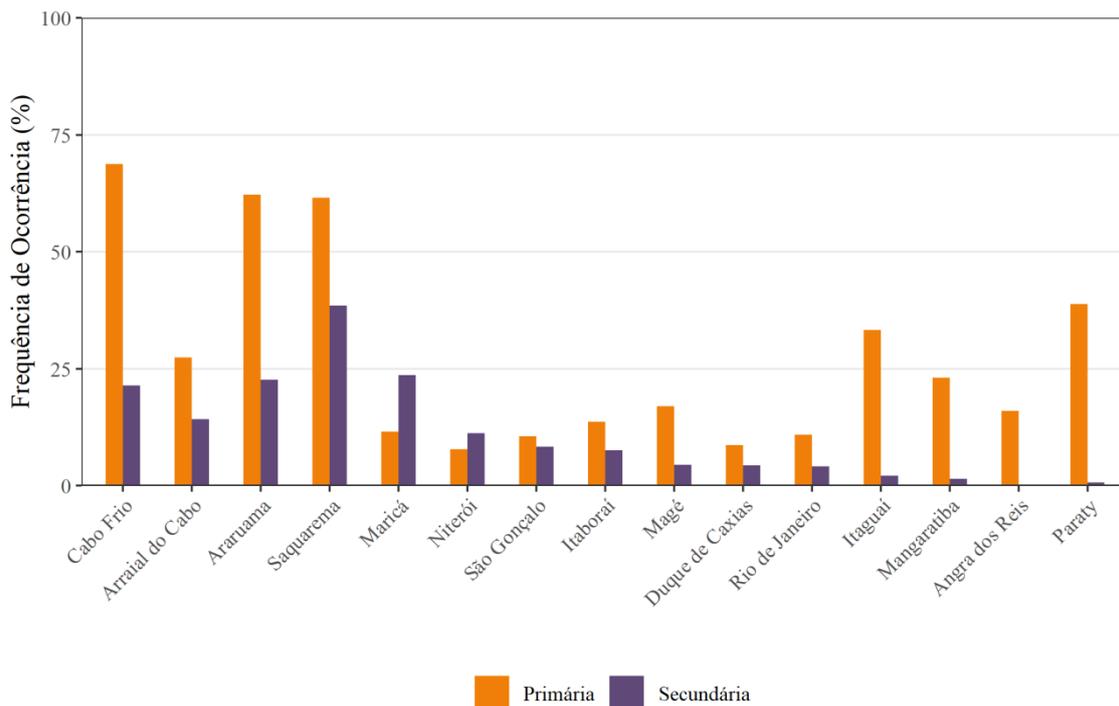


Figura 50. Percentual dos familiares de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2014.

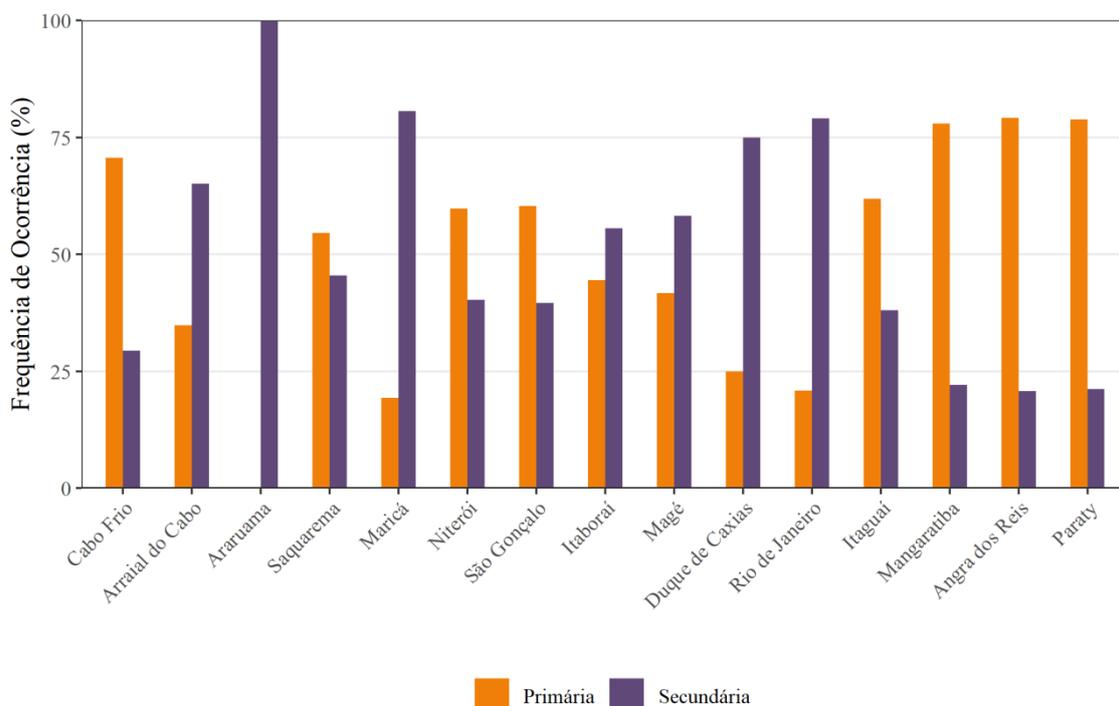


Figura 51. Percentual dos familiares de pescadores que atuam na pesca como ocupação principal ou secundária, 2018.

Os dados sobre a renda *per capita* dos pescadores indicam que os maiores valores foram encontrados em 2014, variando entre 2 a 3 salários mínimos nos municípios de Arraial do Cabo, Araruama e Angra dos Reis (**Figura 52**). Nos demais municípios, a diferença entre os dois períodos parece mais equilibrada, variando entre 1 a 2 salários mínimos. Ao analisar a renda média por gênero (**Figura 53** e **Figura 54**) verifica-se que os homens apresentaram renda superior ao das mulheres em ambos os períodos, embora algumas diferenças sejam mais evidentes para o período de 2018.

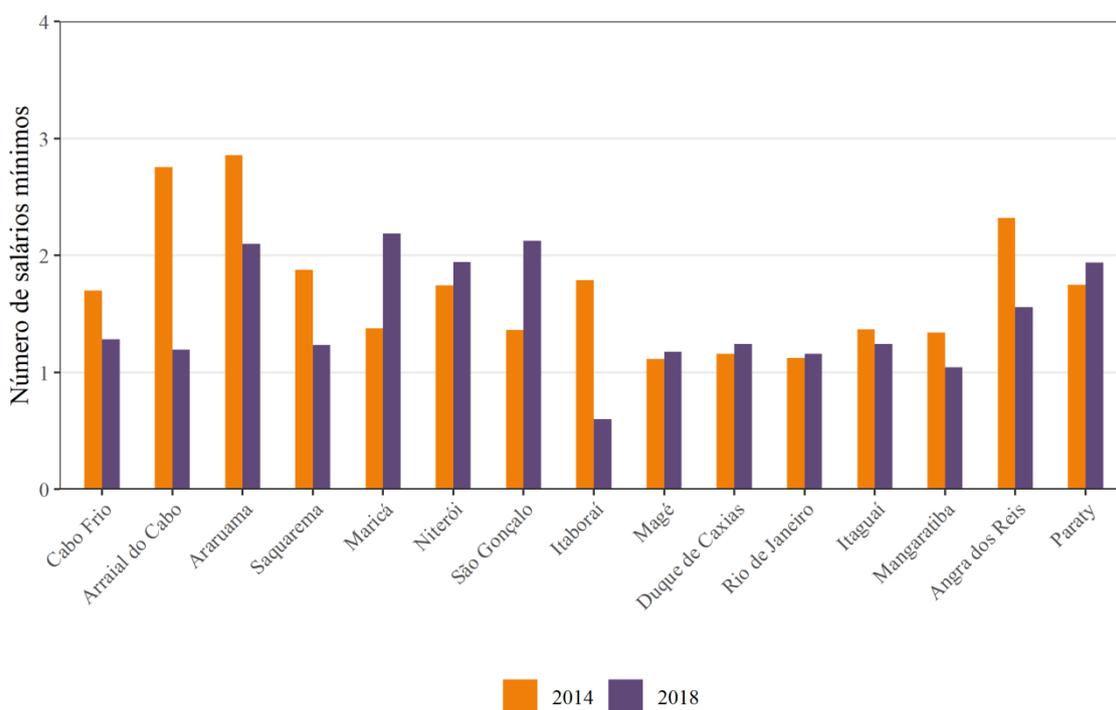


Figura 52.Comparativo da renda *per capita* em 2014 e 2018.

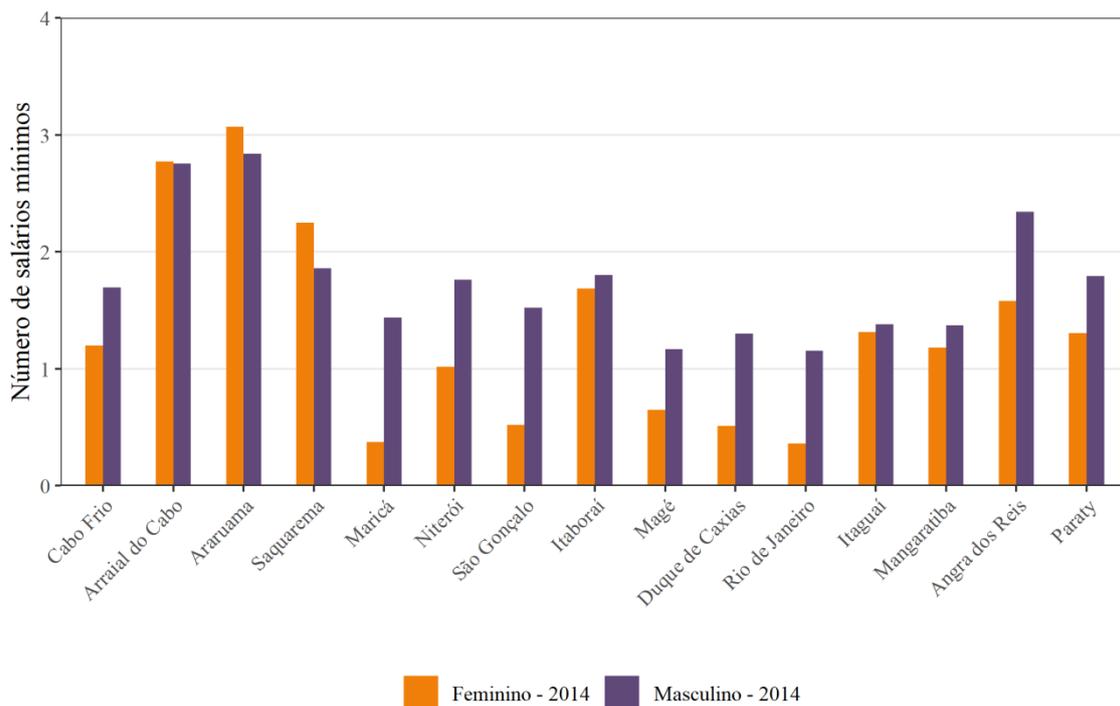


Figura 53.– Renda média por gênero em 2014.

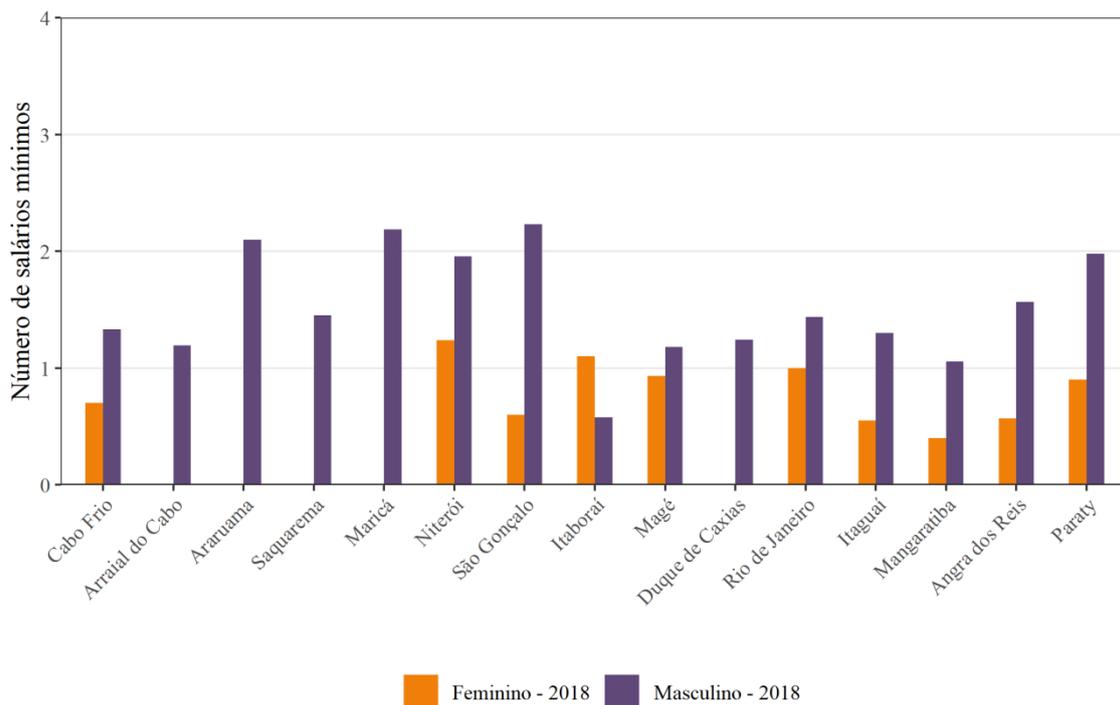


Figura 54.– Renda média por gênero em 2018.

As figuras abaixo apresentam os resultados sobre destino da produção do pescado entre os anos de 2014 e 2018. Em 2014, não foram observados resultados significativos para o atacado, prevalecendo a venda direta e os atravessadores. Na sequência têm-se as formas varejistas, com os mercados e feiras livres. Os resultados para 2018, porém, apresentam uma maior diversidade de formas de escoamento da produção para cada município, prevalecendo o atacado, varejo, venda direta e os atravessadores.

No tocante às formas de conservação do pescado, em ambos os períodos predominam o pescado *in natura* e o fresco. Em 2018, porém, foram observados também registros para as demais categorias, como por exemplo, o pescado congelado e resfriado, ainda que com percentuais menores (**Figura 55 e Figura 56**).

No que se refere às formas de beneficiamento do pescado, as **Figura 57 e Figura 58** indicam que nos dois períodos, o pescado comercializado inteiro prevaleceu. Portanto, a maioria dos pescadores não costuma realizar nenhum tipo de processamento sobre o pescado comercializado.

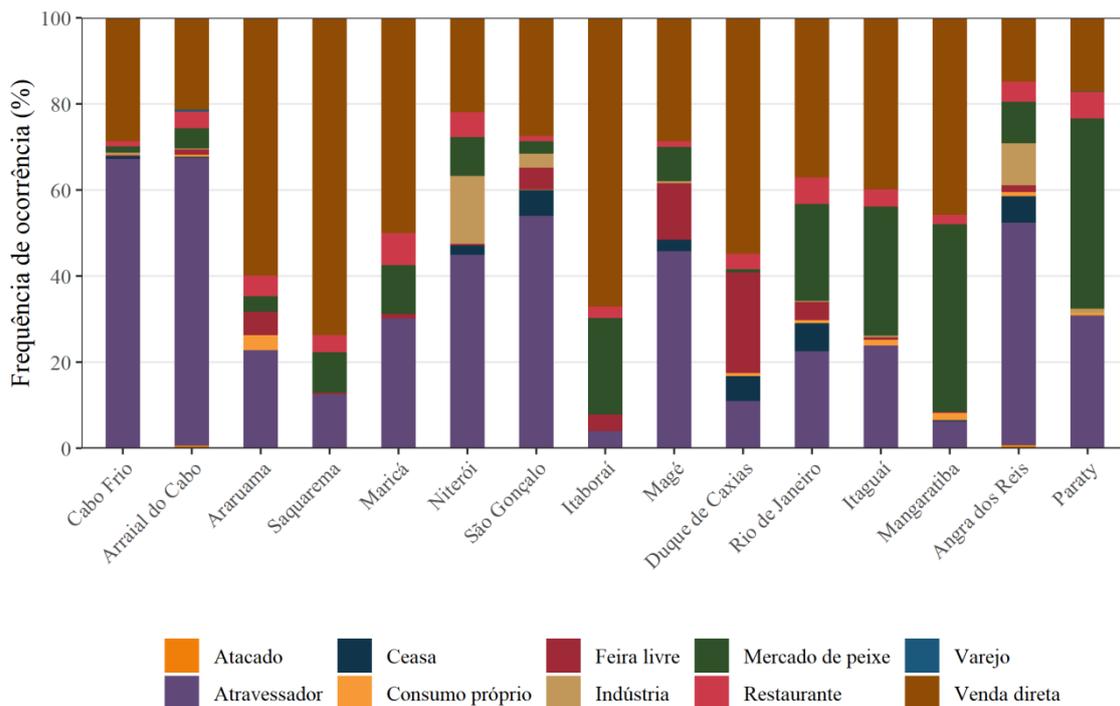


Figura 55. Valores percentuais do destino da produção de pescado em 2014.

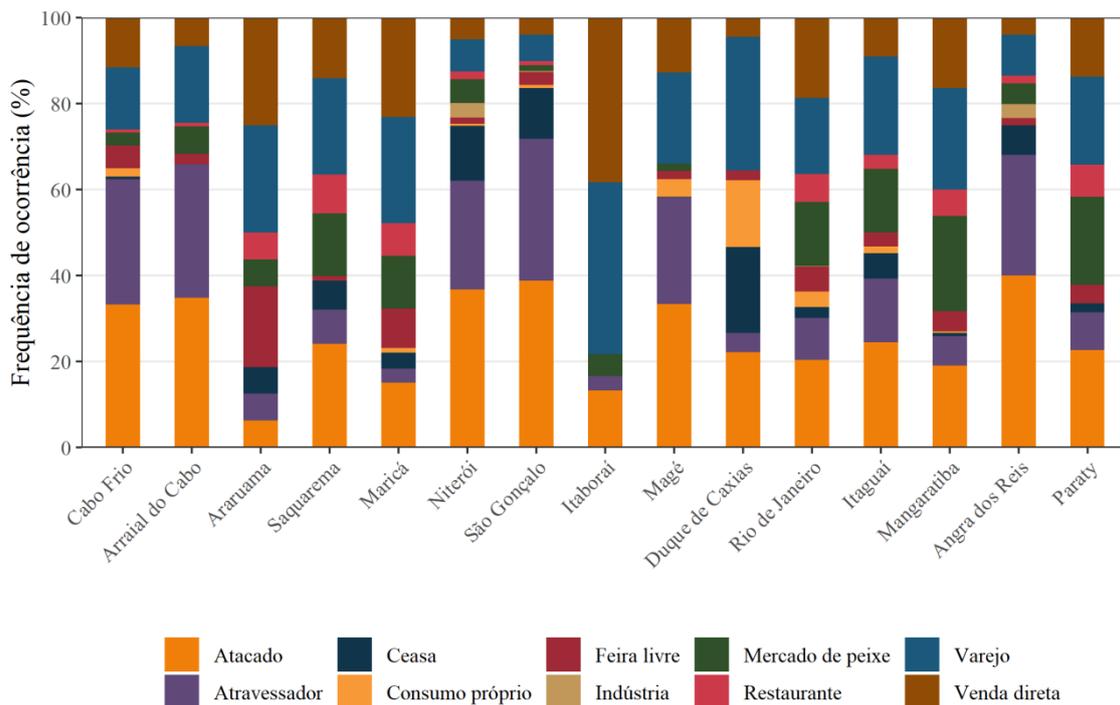


Figura 56. Valores percentuais do destino da produção de pescado em 2018.

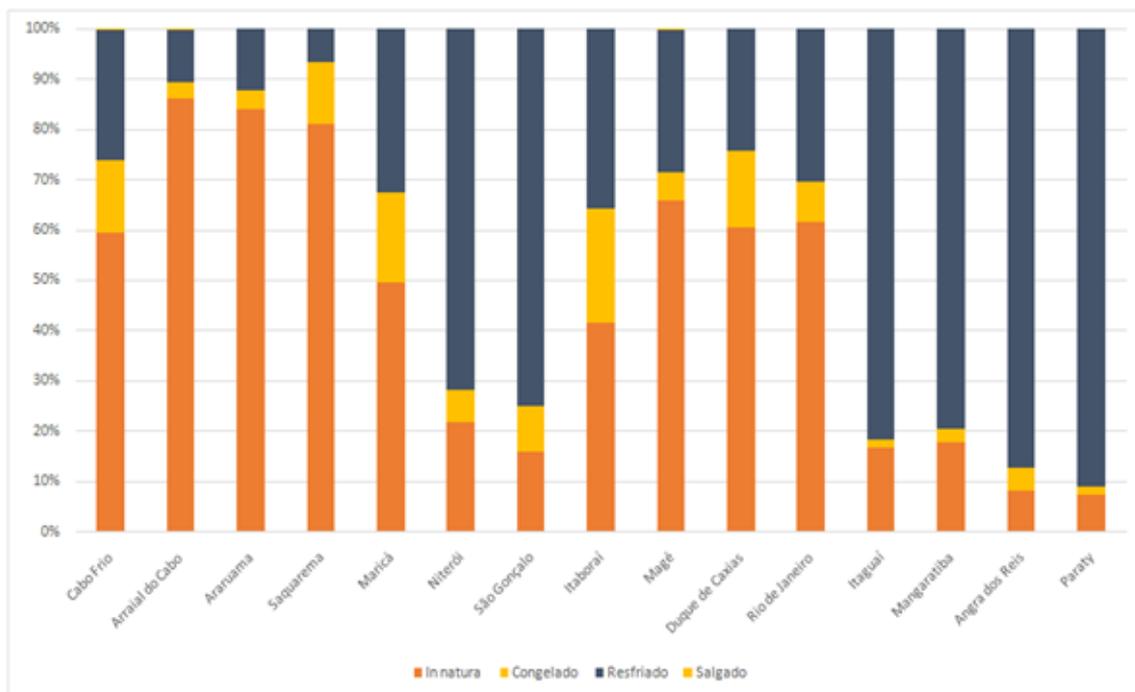


Figura 57. Valores percentuais das formas de conservação do pescado em 2014.

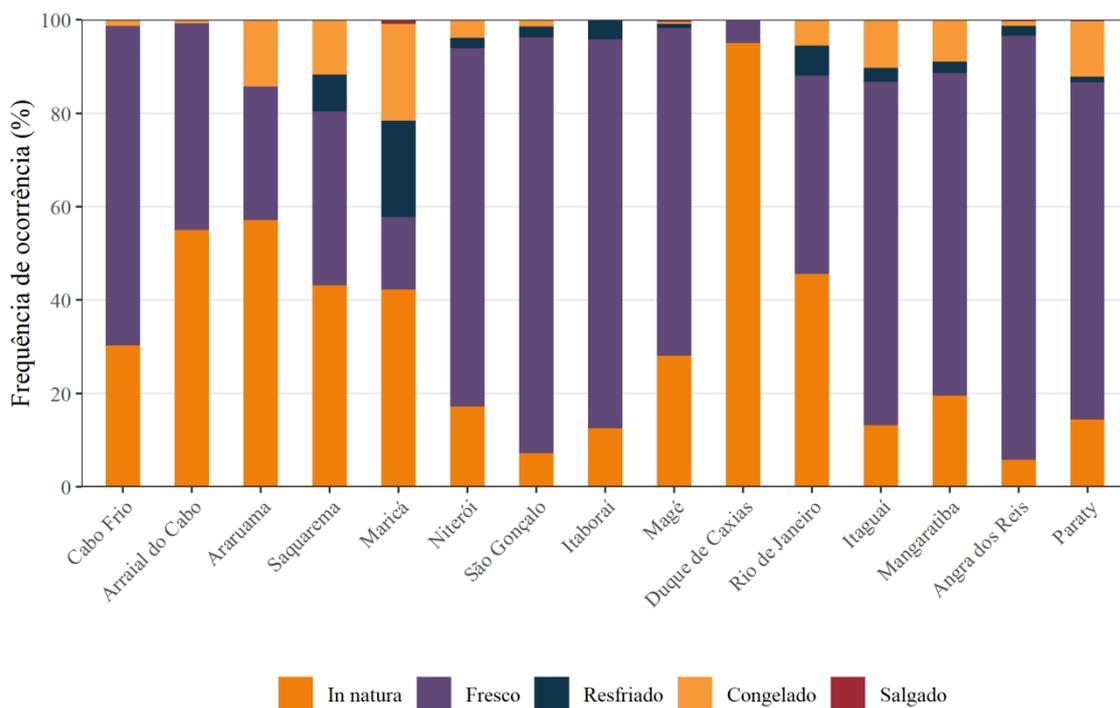


Figura 58. Valores percentuais das formas de conservação do pescado em 2018.

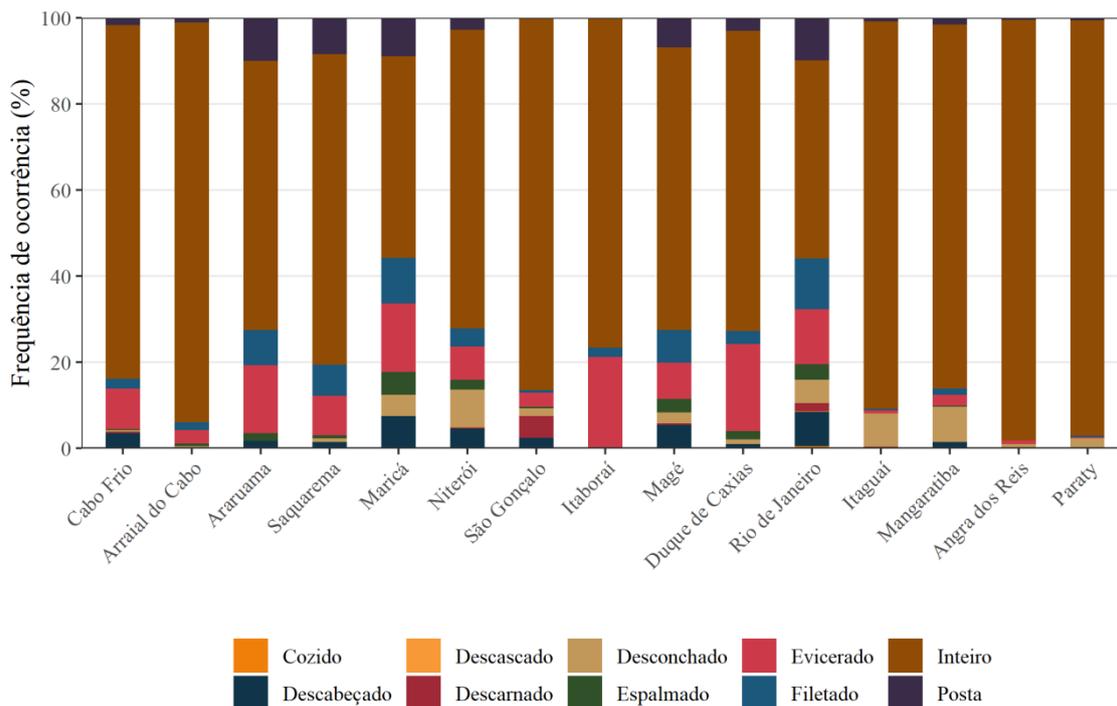


Figura 59. Valores percentuais das formas de beneficiamento do pescado em 2014.

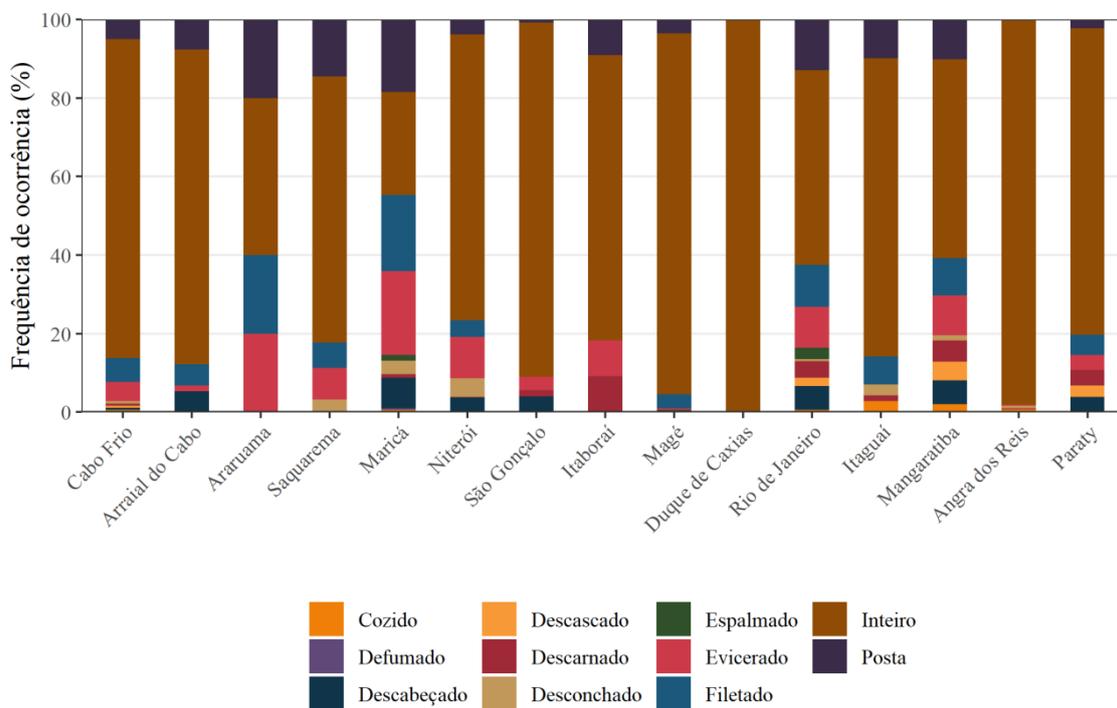


Figura 60. Valores percentuais das formas de beneficiamento do pescado em 2018.

4.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A **Figura 61** apresenta o número total de entidades cadastradas entre os períodos (2014 e 2018). Para o levantamento foram levadas em consideração não apenas as instituições representativas do setor (colônias, associações, sindicatos), mas também órgãos públicos (Secretarias Municipais, Prefeituras), iniciativa privada e sociedade civil organizada.

Em 2014 foram cadastradas 117 entidades de apoio à atividade pesqueira enquanto que em 2018, foram 94 organizações. É possível que a principal razão para a diminuição de organizações cadastradas em 2018 é que apenas instituições que, de fato, tinham alguma relação direta com a pesca ou que desenvolviam algum tipo de trabalho com o setor, foram registradas. Não foram consideradas, por exemplo, associações de moradores, como feito em 2014.

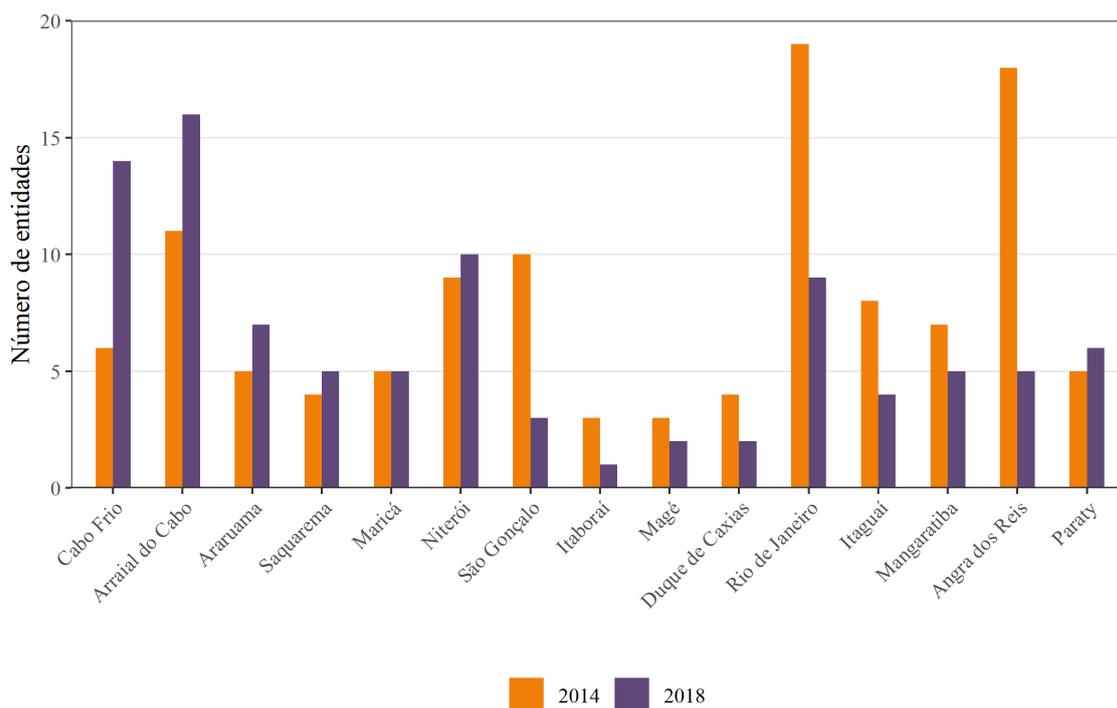


Figura 61.Comparativo do número de entidades cadastradas entre os anos de 2014 e 2018.

4.3. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E REGULARIZAÇÃO

Os dados comparativos do Registro Geral da Atividade Pesqueira (**Figura 62** e **Figura 63**) indicam que houve um aumento significativo do número de pescadores que não têm o RGP (“carteirinha de pescador”). Em 2014 esses percentuais não ultrapassavam os 20%, enquanto que em 2018, eles estiveram acima de 40% em quase todos os municípios (exceto Araruama n=4 e Duque de Caxias n=21). Em alguns municípios, como Maricá e Itaguaí, os percentuais ultrapassaram os 60%. De todo modo, não se pode deixar de considerar os elevados índices de “não informados” registrados em 2014. Não possuir a carteirinha de pescador, dependendo da perspectiva/objetivo, pode indicar que os pescadores estão exercendo a atividade de forma “irregular”. Assim, seria mais cauteloso não informar aos agentes de campo se possuíam ou não o RGP.

Outro fato que ajuda a explicar estes resultados é que, desde 2014, o Sistema de Cadastro e Emissão de Licenças de pescadores e de suas embarcações – SISRGP, do governo federal, tem apresentado problemas operacionais recorrentes. A morosidade no processo de reestruturação do SISRGP tem provocado o atraso na emissão de novas licenças, reforçando o estado de irregularidade dos pescadores. Estes atrasos ainda são agravados pelas constantes mudanças de pasta do órgão regulamentador da atividade pesqueira. Estes são alguns dos motivos pelos quais muitos pescadores estão com suas carteirinhas e/ou protocolos suspensos (ver seção 3.3).

As **Figura 64** e **Figura 65** indicam que a maioria dos pescadores não teve acesso ao Seguro Defeso. Os percentuais estão bastante elevados e equivalentes entre os períodos, podendo ser verificada pequenas alterações em alguns municípios. Duque de Caxias foi o único município onde houve um aumento no número de acessos. Provavelmente essa diferença esteja relacionada ao n amostral de cada período (n=97 em 2014; n=21 em 2018). De toda forma, cabe mencionar que em Duque de Caxias existem pescadores que dependem exclusivamente da pesca do caranguejo nos manguezais do fundo da Baía de Guanabara, justificando os percentuais encontrados para este município.

Vale salientar que no final do ano passado (dezembro de 2018) ocorreu um vazamento de óleo em um duto da Transpetro próximo ao rio Estrela, localizado entre os municípios de Magé e Duque de Caxias. Segundo dados divulgados pela mídia, o vazamento teve uma magnitude de 60 mil litros e a Transpetro, empresa responsável pela sua operação, alega que o escape do óleo teria sido provocado por uma tentativa de furto. A quantidade de óleo foi considerada grande ou moderada e afetou principalmente os catadores de caranguejo que trabalham nos manguezais do Rio Estrela e redondezas. Em decorrência do acidente, tiveram que parar suas atividades temporariamente e muitos compradores recusaram-se a comprar os caranguejos coletados próximos ao mangue, além dos danos materiais.

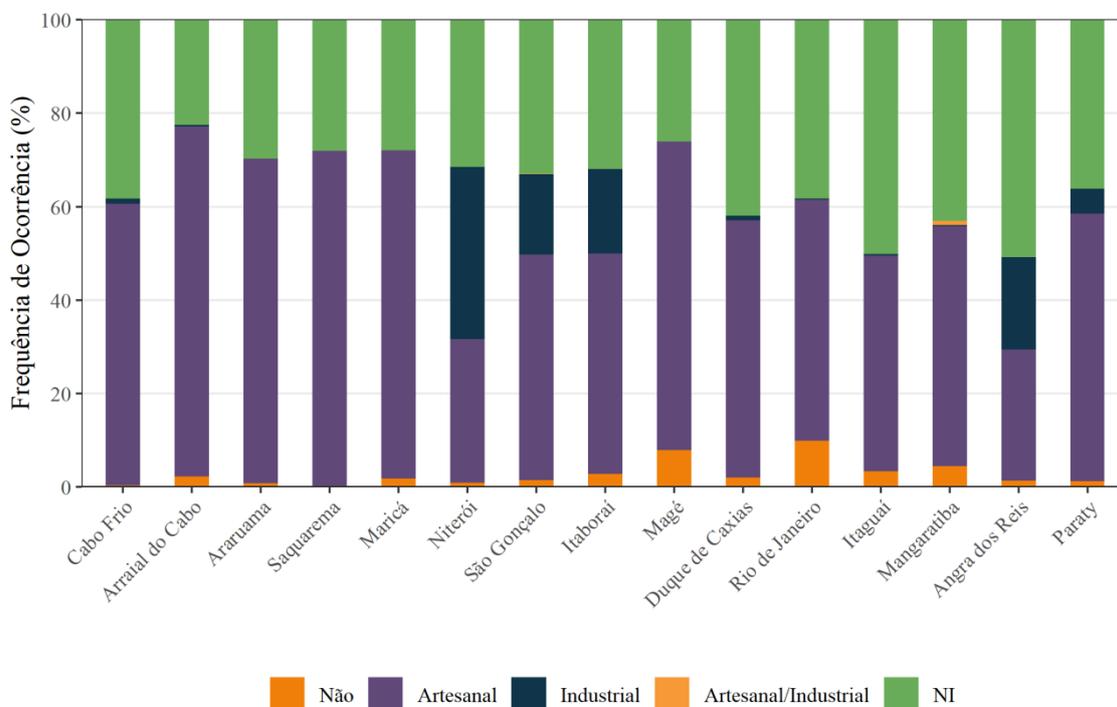


Figura 62. Registro de pesca artesanal e industrial em 2014.

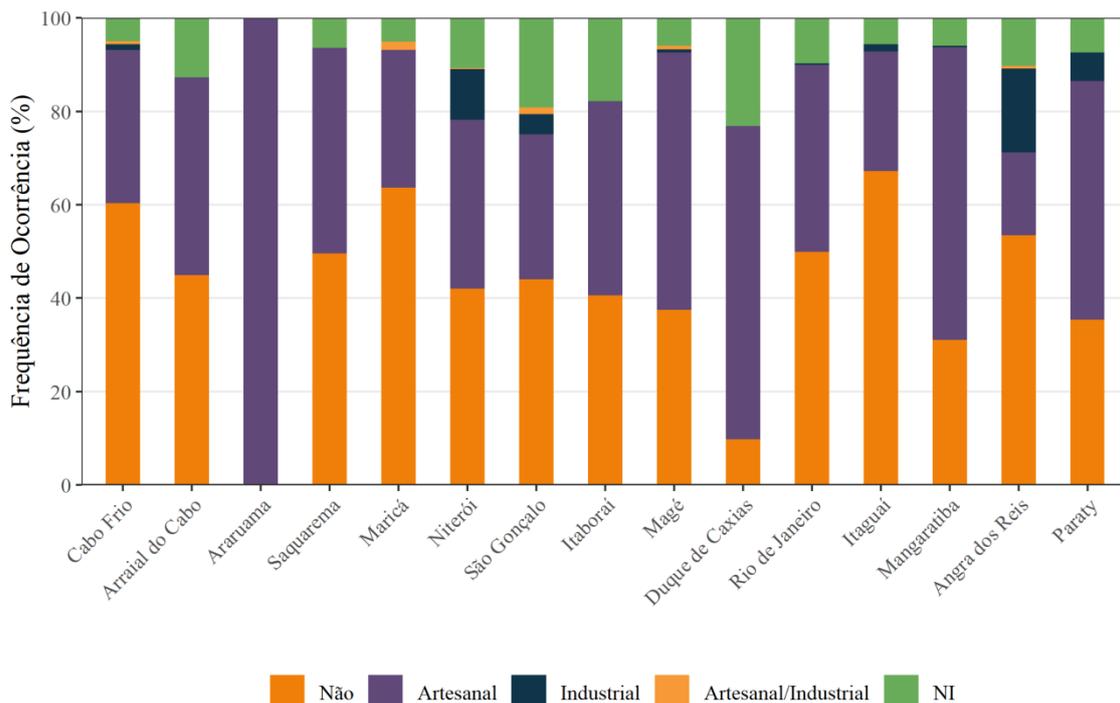


Figura 63. Registro de pesca artesanal e industrial em 2018.

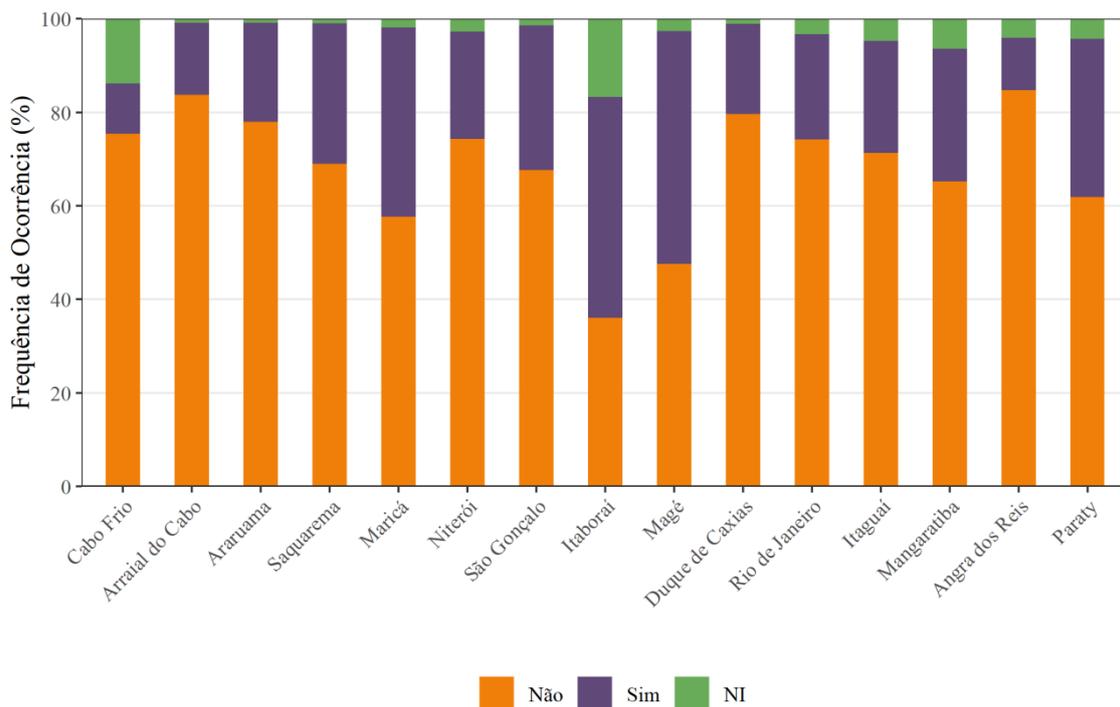


Figura 64. Percentual de pescadores beneficiados com o seguro defeso em 2014.

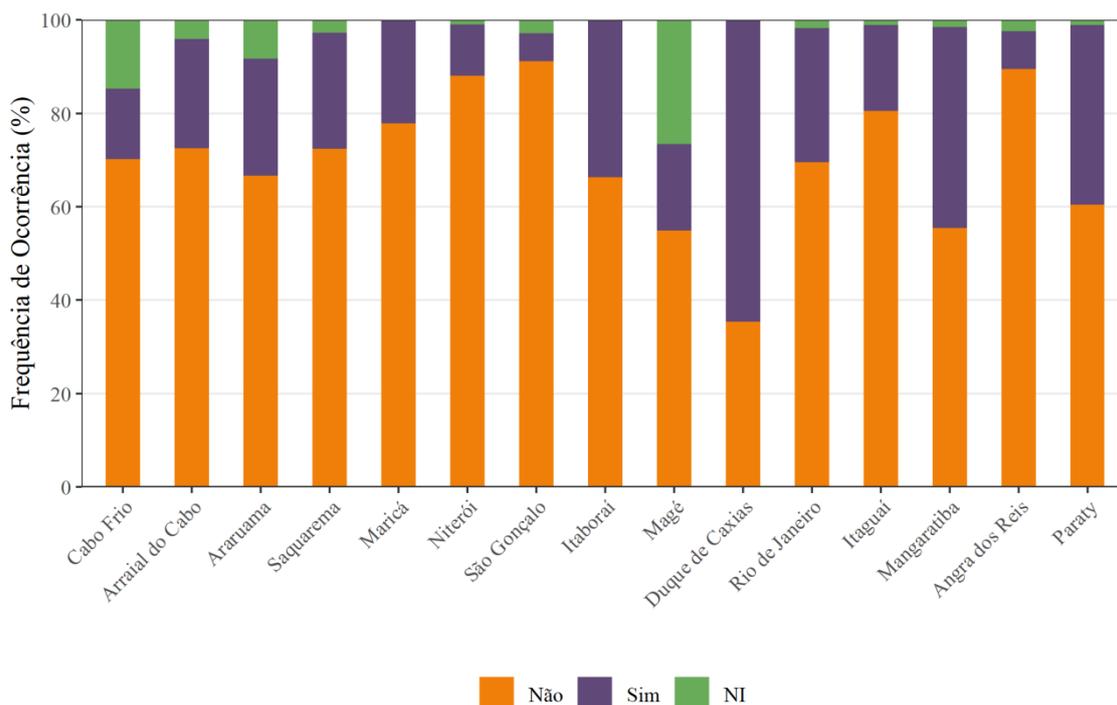


Figura 65. Percentual de pescadores beneficiados com o seguro defeso em 2018.

4.4. CARACTERIZAÇÃO DAS FROTAS PESQUEIRAS

Em 2014 foram cadastradas 2.762 embarcações classificadas como artesanais, enquanto que o PMAP-RJ cadastrou ao longo do monitoramento das descargas 2.514 embarcações, porém com informações sobre as características físicas de 2.024, apresentadas neste relatório. O maior número de embarcações nos dois períodos foi contabilizado no município de Paraty, seguido pelo Rio de Janeiro (**Figura 66**). Cabe destacar que, em 2014, nos municípios de Araruama, Saquarema e Maricá, as embarcações que atuaram nas lagunas desses municípios foram cadastradas, e atualmente esses ecossistemas não são monitorados pelo PMAP-RJ. Portanto, as embarcações que atuam nestes ambientes não foram cadastradas pelo PMAP-RJ.

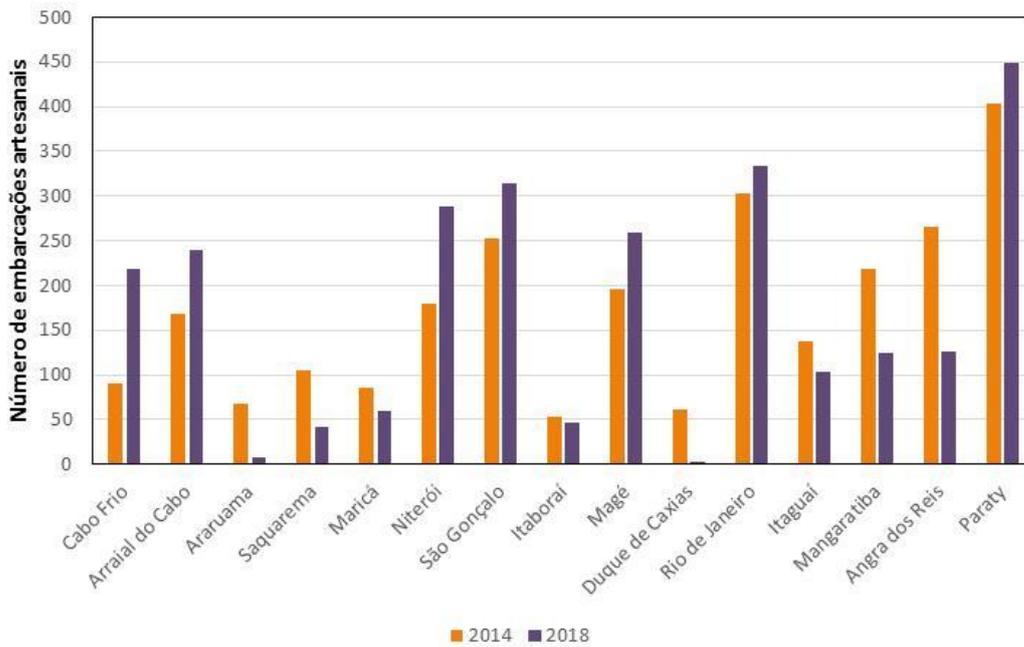


Figura 66. Comparativo do número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018.

O comprimento médio das embarcações artesanais cadastradas em 2014 foi de 6,96 m, muito próximo do resultado geral de 2017/2018, assim como a arqueação bruta média (5,52), e a capacidade de carga (2.065,17 kg). As embarcações de Cabo Frio e Angra dos Reis apresentaram os maiores comprimentos médios (**Figura 67**) assim como as maiores capacidades de carga médias (**Figura 68**), enquanto que Niterói e São Gonçalo apresentaram os maiores valores médios de AB (**Figura 69**).

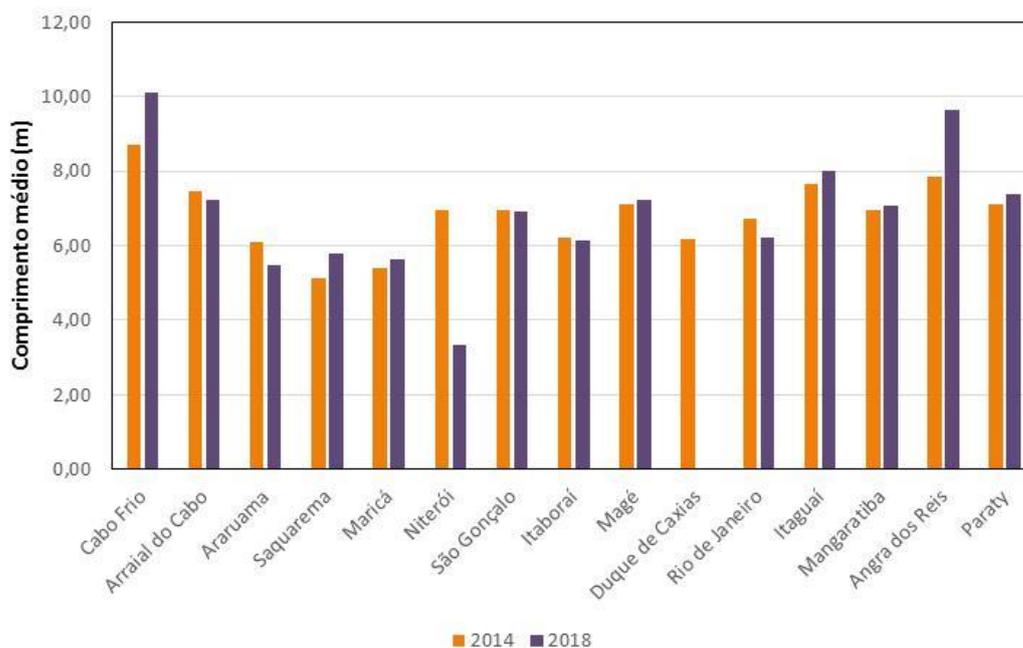


Figura 67. Comparativo do comprimento médio, em metros, das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018

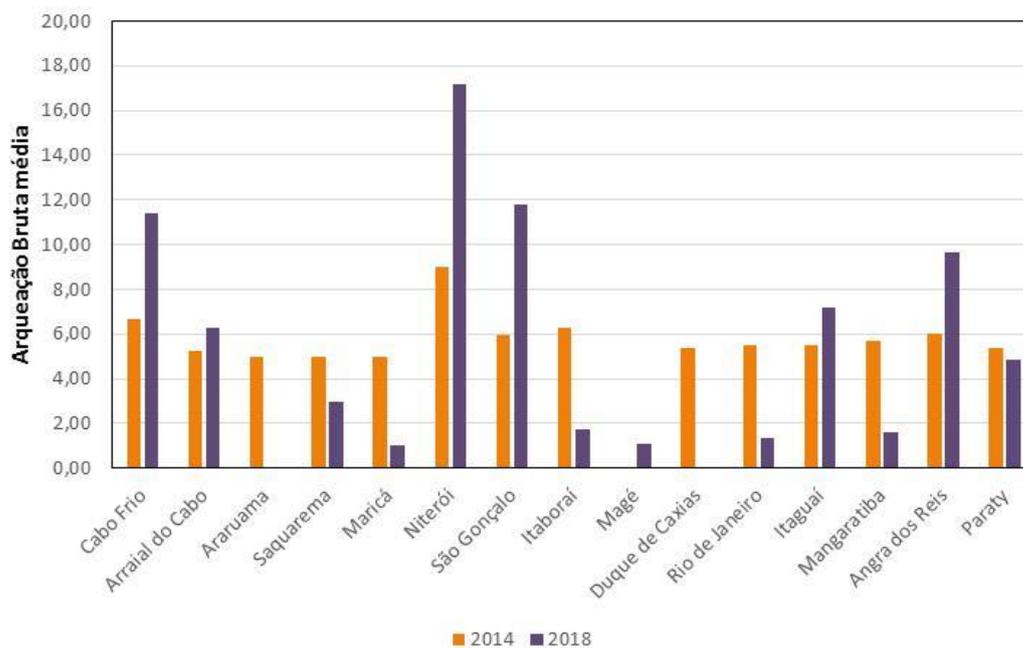


Figura 68. Comparativo da arqueação bruta das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018

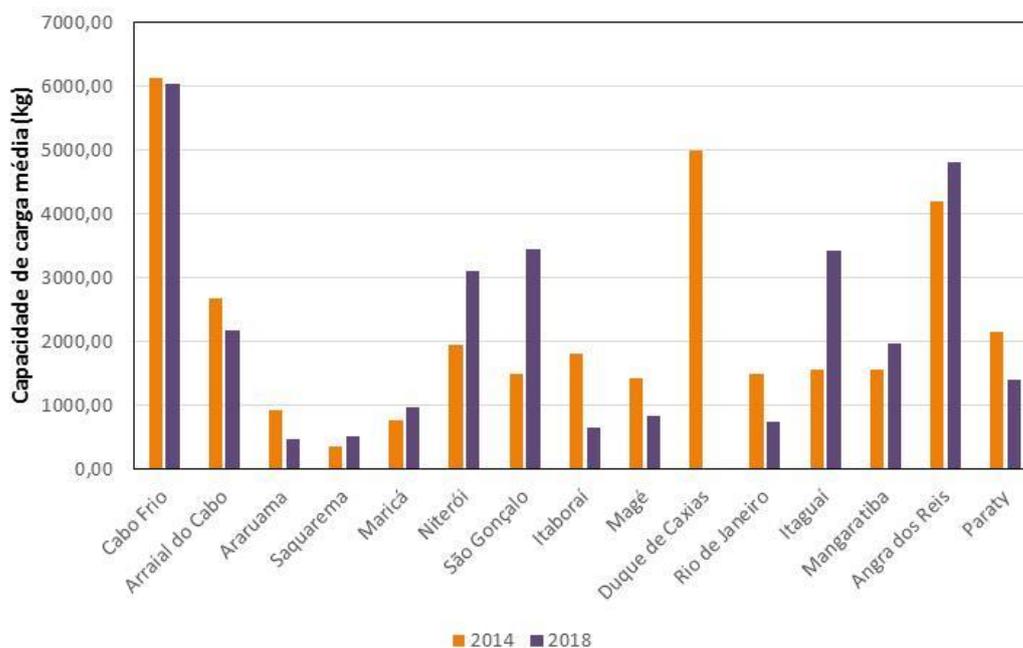


Figura 69. Comparativo da capacidade de carga média, em quilogramas, das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018.

Sobre o tipo de embarcação, 78,5% daquelas cadastradas em 2014 são do tipo boca aberta, e 71,1% não possuem casaria, com a maior frequência relativa em São Gonçalo e Rio de Janeiro (**Figura 70** e **Figura 71**). Pelo razoável percentual de não informados para as embarcações cadastradas em 2017/2018 (**Figura 72** e **Figura 73**), não é possível comparar com segurança os resultados dos dois períodos.

A maior parte das embarcações artesanais cadastradas em 2014 possui motor (75,1%), sendo 68,0% equipadas com motor de centro (**Figura 74** e **Figura 75**). O percentual de embarcações com motor no período 2017/2018 também é elevado (61,8%), apesar do razoável percentual de não informados (**Figura 76** e **Figura 77**). A média da potência dos motores é de 36,83 HP para 2014, próxima ao resultado mais recente (32,45 HP). Parece ter havido um aumento na potência média das embarcações de alguns municípios, como Niterói, Angra dos Reis e São Gonçalo (**Figura 78**), porém, é provável que essa tendência de aumento nos municípios de Araruama, Saquarema e Maricá reflita a realidade das embarcações que atuam na zona costeira, sem considerar aquelas que atuam nos ambientes lagunares.

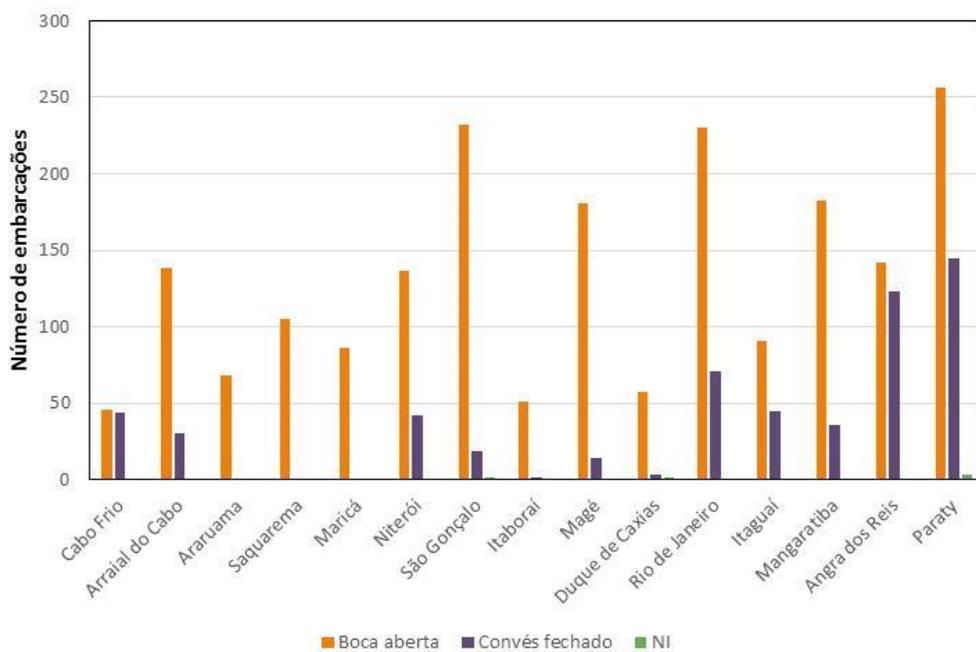


Figura 70. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 por tipo (boca aberta ou convés fechado).

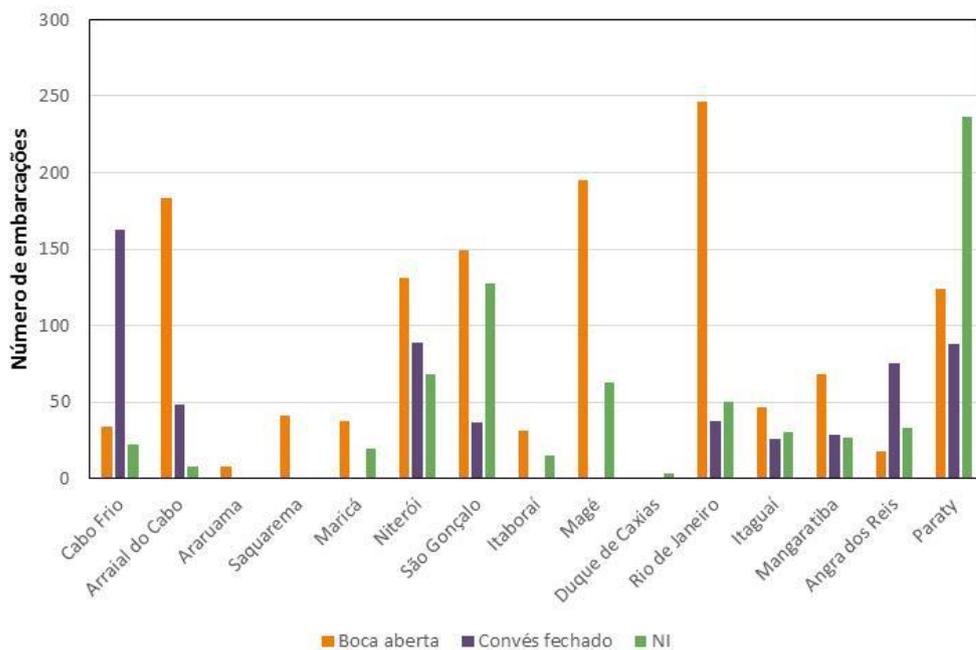


Figura 71. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 por tipo (boca aberta ou convés fechado).

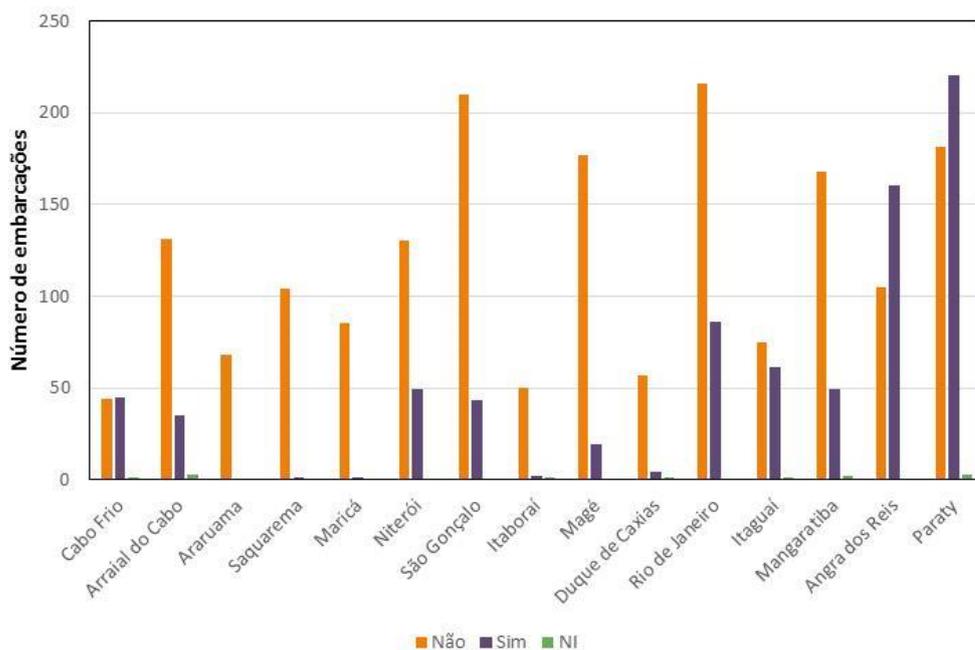


Figura 72. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 que possuem ou não possuem casaria.

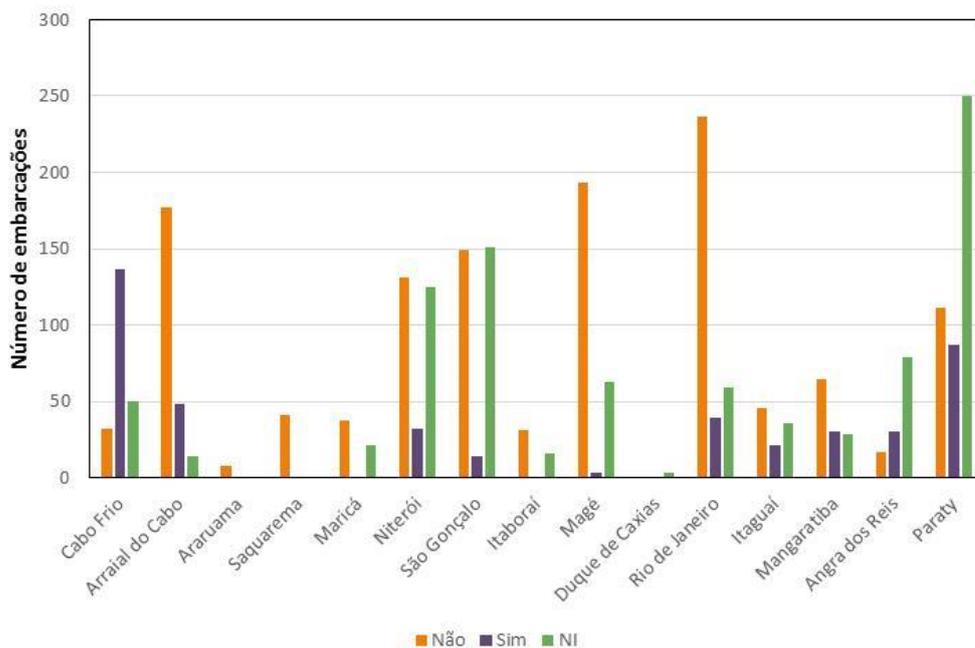


Figura 73. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 que possuem ou não possuem casaria.

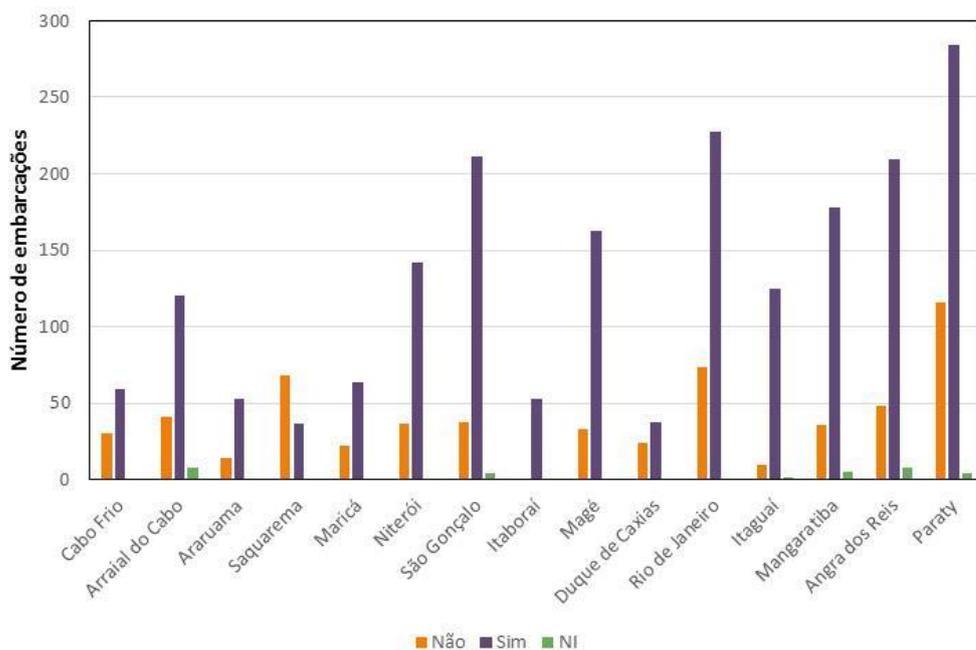


Figura 74. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 que possuem ou não motor.

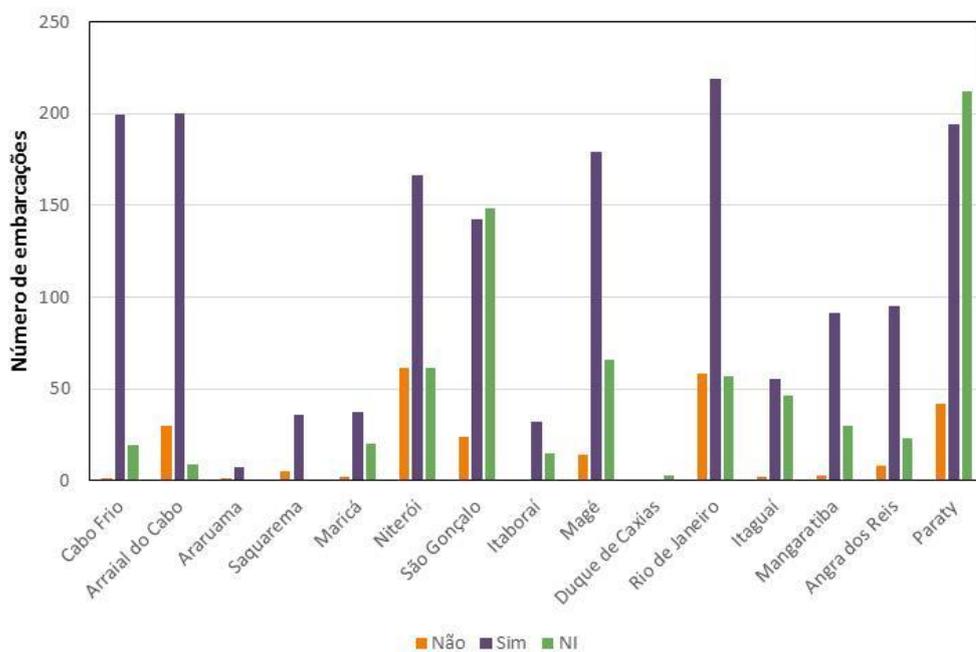


Figura 75. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 que possuem ou não motor.

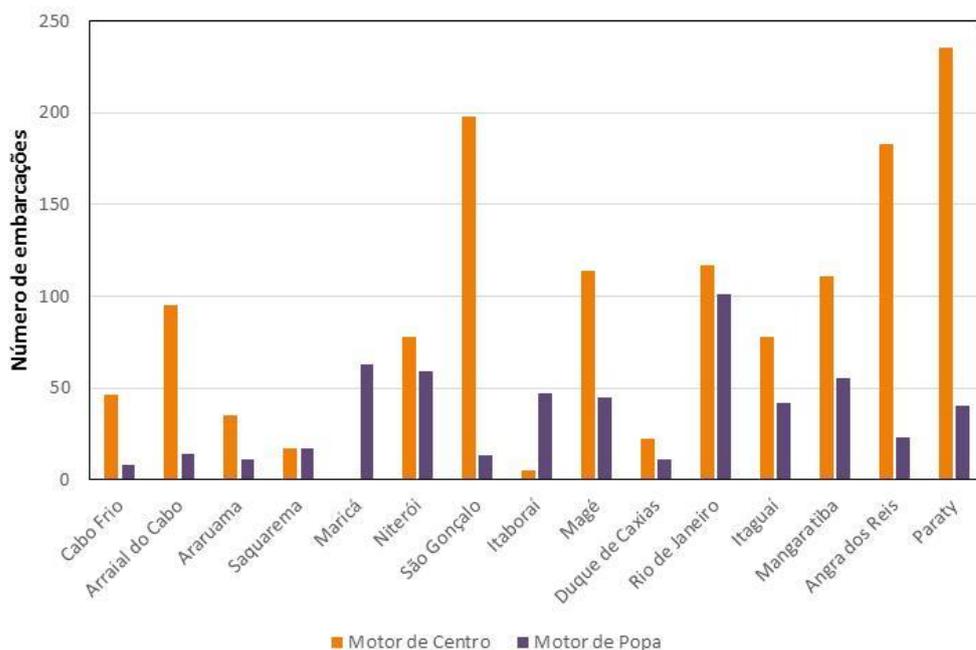


Figura 76. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2014 por posição do motor.

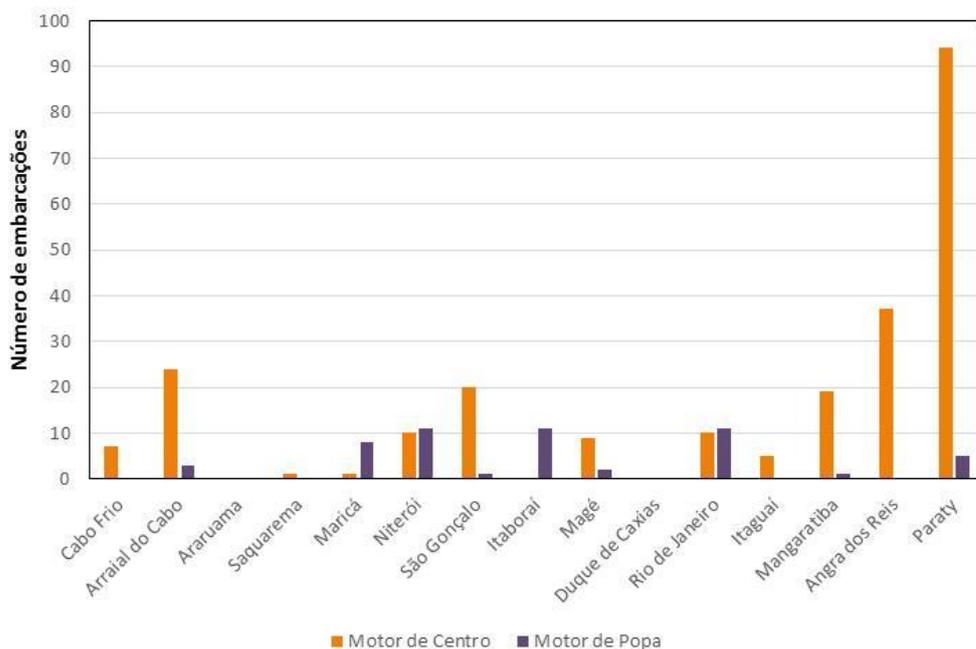


Figura 77. Número de embarcações artesanais cadastradas em 2017/2018 por posição do motor.

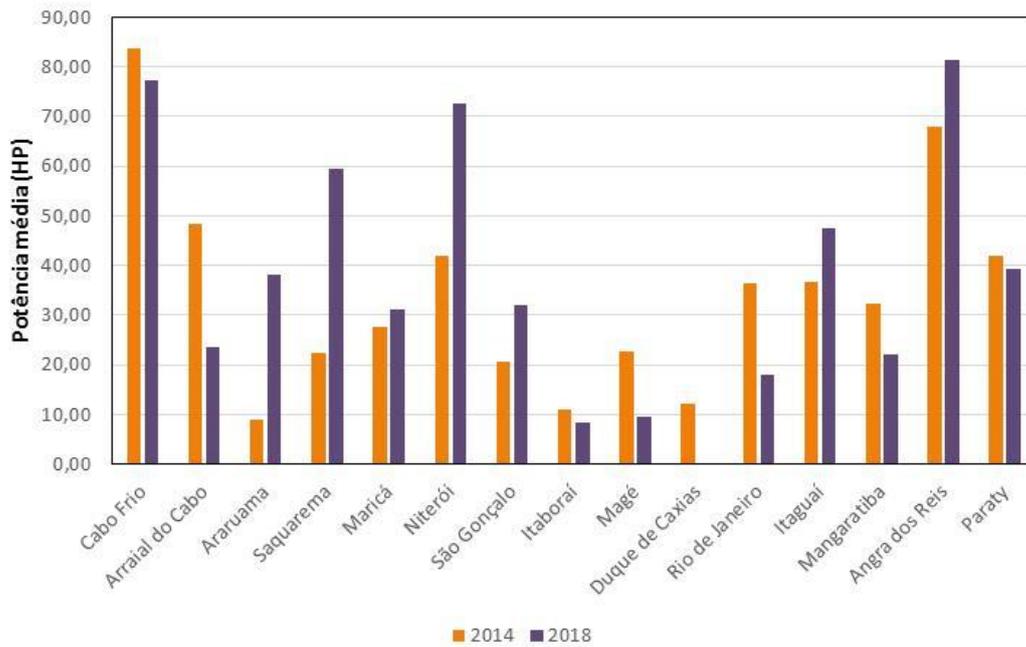


Figura 78. Comparativo da potência média do motor, em HP, das embarcações artesanais cadastradas em 2014 e 2017/2018.

Em 2014 foram cadastradas apenas 87 embarcações classificadas como industriais, enquanto que o PMAP-RJ cadastrou 238 (2,7 vezes mais), pois a pesca industrial não fazia parte do scopo do PCSPA-RJ, logo não havia o monitoramento das descargas de pescado de maneira sistemática, o que dificultou o acesso à frota industrial. Praticamente toda a frota informou conservar o pescado com gelo no porão, à exceção de um atuneiro de Vara e isca-viva, que era frigorificado (**Figura 79**). Sobre o material do casco, 88,5% era de madeira e 11,5% era de aço (**Figura 80**). Comparando-se com as características da frota industrial cadastrada entre 2017/2018, observamos o registro de embarcações de Pote nessa classificação. O tipo de conservação do pescado a bordo predominante permanece com gelo no porão (**Figura 81**), e o material do casco preferencial é a madeira **Figura 82**).

O comprimento médio era de 21,01 m, a arqueação bruta média é de 51,99, e a potência média do motor é de 282,41 HP. As médias são muito próximas àquelas encontradas para as embarcações cadastradas e, 2017/2018. Os resultados apresentados em 2015 apontavam a frota de Arrasto duplo como a mais numerosa, seguida pelas traineiras de Cerco. Atualmente sabe-se que essas

posições são trocadas, com a frota de Cerco mais numerosa que a de Arrasto duplo industrial. A elevada ausência de informações sobre as características físicas da frota industrial cadastrada pelo PMAP-RJ, não é possível analisar adequadamente as diferenças encontradas entre os resultados dos dois períodos.

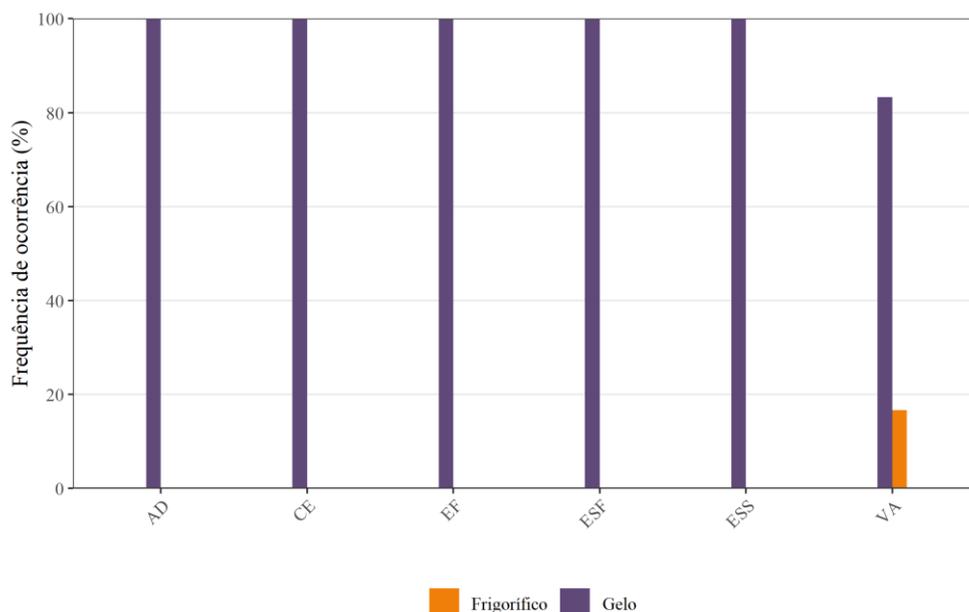


Figura 79. Composição da frota pesqueira industrial quanto aos métodos de conservação informados, para o período 2014. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva

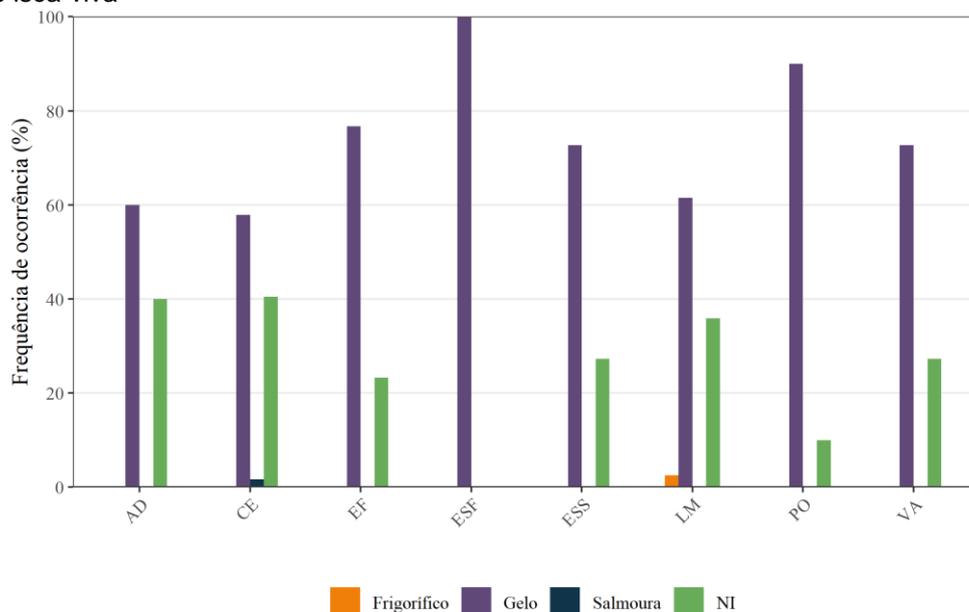


Figura 80. Composição da frota pesqueira industrial quanto aos métodos de conservação informados, para o período 2017-2018. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de

fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva.

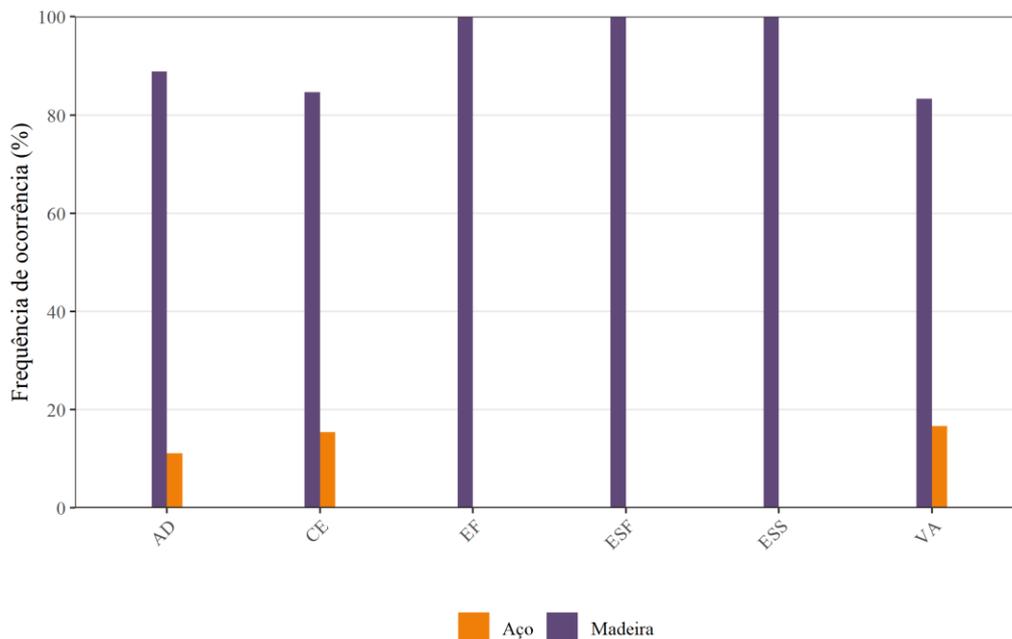


Figura 81. Composição da frota pesqueira industrial quanto ao material do casco da embarcação, para o período 2014. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva.

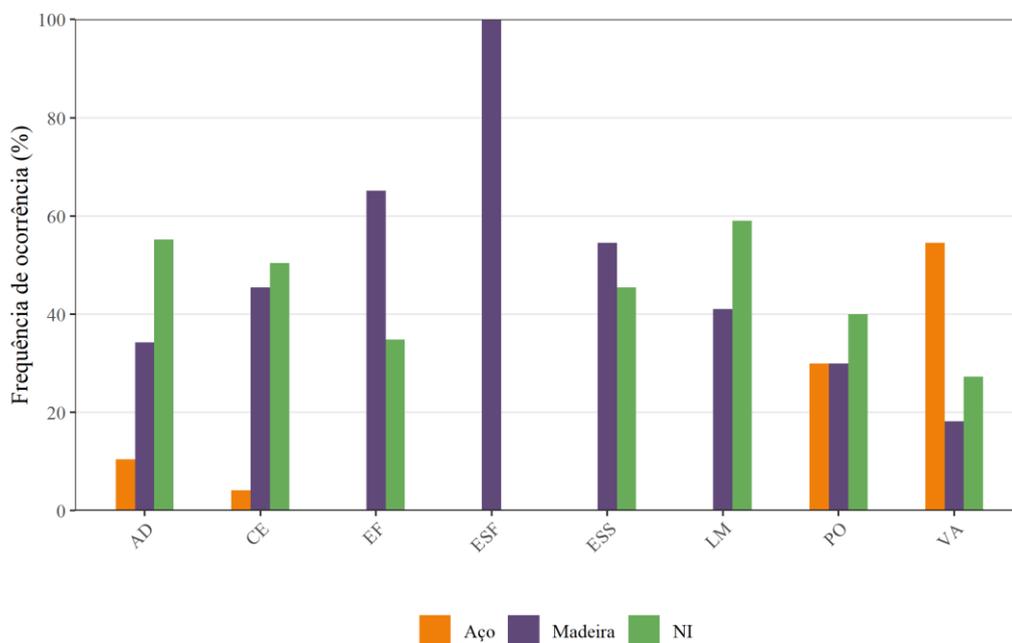


Figura 82. Composição da frota pesqueira industrial quanto ao material do casco da embarcação, para o período 2017-2018. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva.

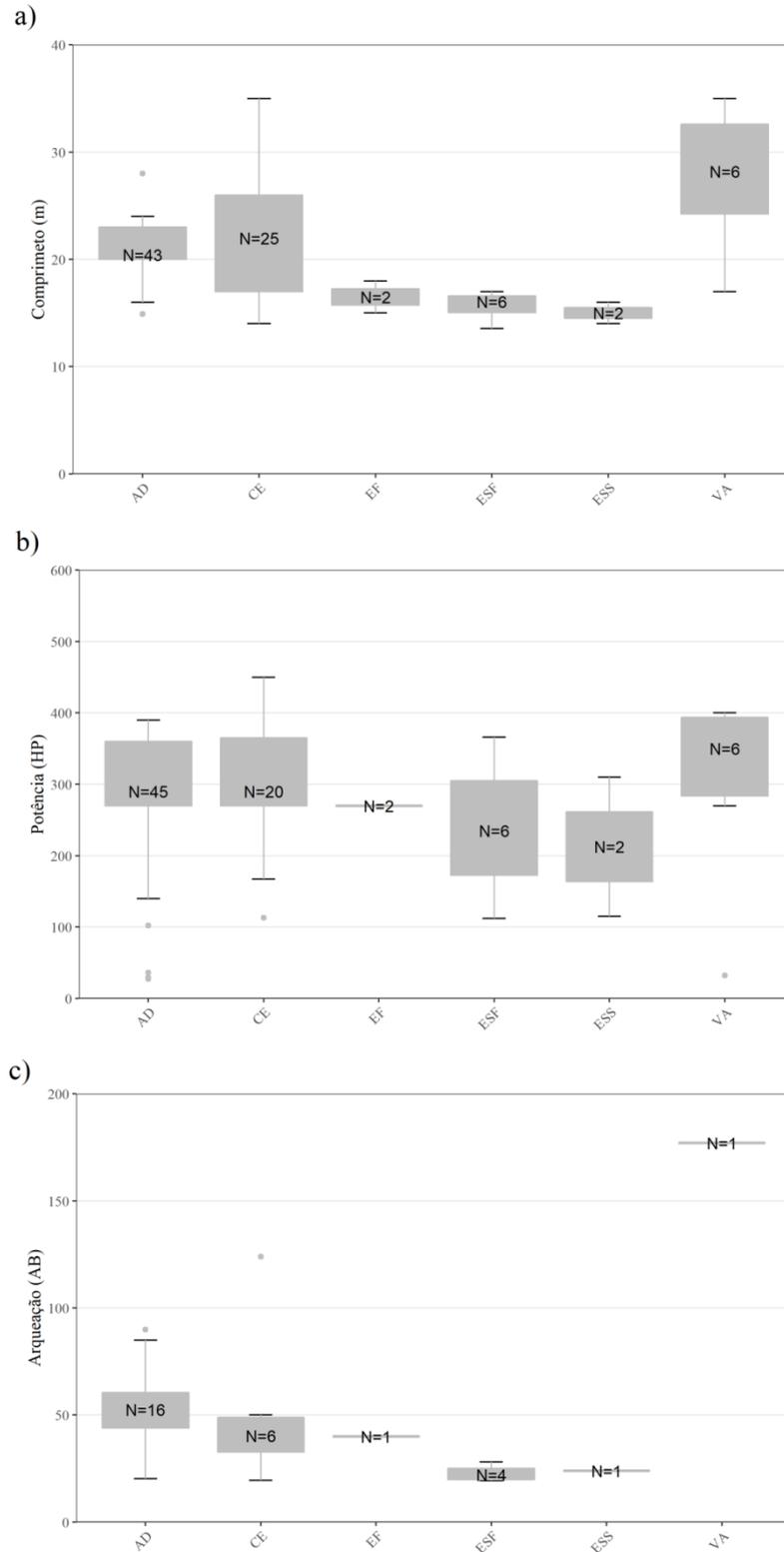


Figura 83. Diagramas de caixa apresentando as características físicas da frota pesqueira industrial atuante no estado do Rio de Janeiro, para o período 2014: a) comprimento, b) potência e c) arqueação bruta. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva.

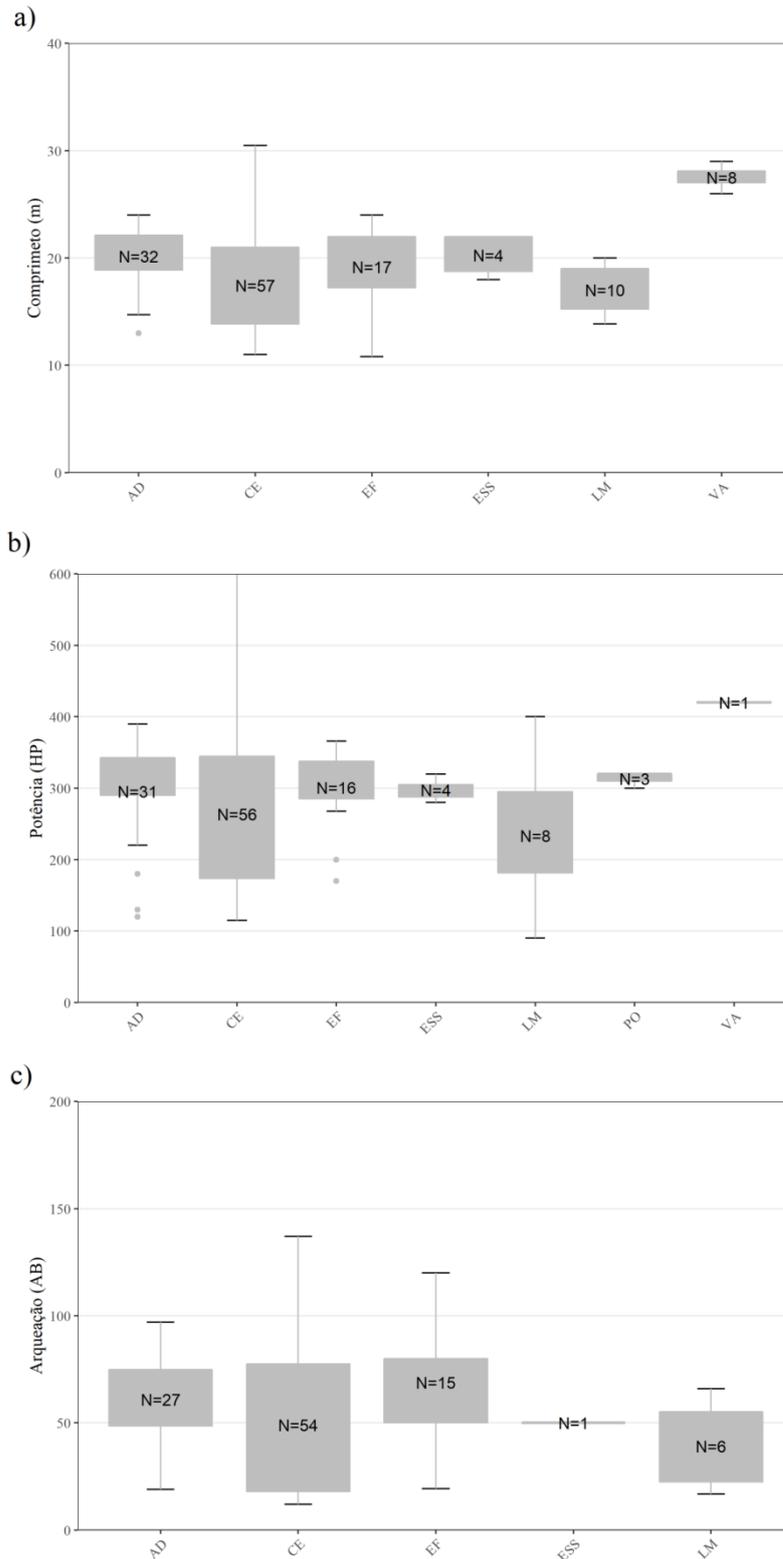


Figura 84. Diagramas de caixa apresentando as características físicas da frota pesqueira industrial atuante no estado do Rio de Janeiro, para o período 2017-2018: a) comprimento, b) potência e c) arqueação bruta. Frotas: AD = Arrasto duplo, CE = Cerco, EF = Emalhe de fundo, ESF = Espinhel de fundo, ESS = Espinhel de superfície, LM = Linha de mão, PO = Pote, VA = Vara e isca-viva.

4.5. INFRAESTRUTURA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

As figuras a seguir apresentam o total de infraestrutura entre os períodos, conforme as categorias: Abastecimento de Óleo Diesel (AOD), Aproveitamento Industrial de Resíduos (AIR), Beneficiamento, Armazenamento e Comercialização do Pescado (BAC), Embarque e Desembarque (ED) e Fabricação e comercialização do Gelo (FCG) e Reparo e Manutenção de Embarcações e Petrecho (RMEP).

Em 2014 foram mapeadas 660 estruturas de apoio à atividade pesqueira, enquanto que em 2018 esse número subiu para 1022. De uma maneira geral, os dados mostram que houve um aumento em 2018 no número de estruturas ligadas ao AOD, BAC, FCG e RMEP. A única categoria que apresentou diminuição do número de estruturas cadastradas foi para o AIR.

No que se refere ao abastecimento de óleo diesel, em 2014 foram registradas apenas 14 estruturas, enquanto que em 2018 esse número passou para 49. Os municípios que apresentaram maior quantidade foram Niterói e São Gonçalo (**Figura 85**), áreas que concentram grandes portos pesqueiros e que possuem uma estrutura de abastecimento de óleo diesel associada aos cais, em alguns casos. Além disso, em 2018 foi cadastrada uma quantidade maior de postos de combustível, comumente utilizados por pescadores artesanais. Em muitas localidades menores, os pescadores se deslocam até o posto de combustível mais próximo e colocam o diesel dentro de galões para, então, levá-lo ao local de atracação das embarcações.

Em 2018 foi identificada somente uma estrutura de aproveitamento industrial de resíduos (**Figura 86**), localizada em Tanguá, fora da área de abrangência da pesquisa. Trata-se de uma empresa que tem comprado o pescado de baixo valor comercial para fabricação de suplementos para rações e estabeleceu uma “parceria” com os pescadores e cais de desembarque da Região Metropolitana I (ver detalhes na seção 3.5).

A quantidade de estruturas relacionadas ao beneficiamento e comercialização do pescado também foi superior em 2018 (**Figura 87**), sobretudo em Cabo Frio, Niterói, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Angra dos Reis. O aumento do número de estruturas de BACP em 2018 pode estar relacionado, entre outras coisas, ao cadastramento de peixarias, barracas de venda direta de pescado em praias e boxes de comercialização da CEASA.

Entretanto, a quantidade de estruturas de embarque e desembarque (**Figura 88**) foram superiores no levantamento realizado em 2014, em especial nos municípios do Rio de Janeiro, Mangaratiba e Angra dos Reis. Por outro lado, percebe-se um aumento de estruturas de FCG (**Figura 89**) no período de 2018, aparecendo, inclusive, em municípios onde esse tipo de infraestrutura não havia sido cadastrada em 2014 (Maricá, Mangaratiba, Paraty). Os municípios de Niterói e São Gonçalo aparecem com as maiores quantidades em 2018.

No que se refere às estruturas de reparo e manutenção de embarcações e petrechos de pesca (**Figura 90**), em 2018 houve aumento de registros nos municípios de Arraial do Cabo, Niterói, São Gonçalo e o Rio de Janeiro. Esse aumento pode estar relacionado ao maior número de ranchos de pesca artesanais mapeados em 2018 nestes locais. Os ranchos são locais onde os pescadores artesanais costumam armazenar seus petrechos de pesca. Ficam geralmente próximos aos locais de embarque e desembarque e, em alguns casos, é possível verificar até mesmo equipamentos para o armazenamento do pescado. Um exemplo que vale ser citado são os ranchos localizados na Praia dos Bancários, na Ilha do Governador. Trata-se de estrutura localizada em antigas instalações de um estaleiro desativado. Aproximadamente 20 pescadores desembarcam neste ponto. A estrutura para os pescadores foi construída pela Petrobras, como medida compensatória, devido aos oleodutos que partem da refinaria de Duque de Caxias. A estrutura é bem precária e precisa de reforma.

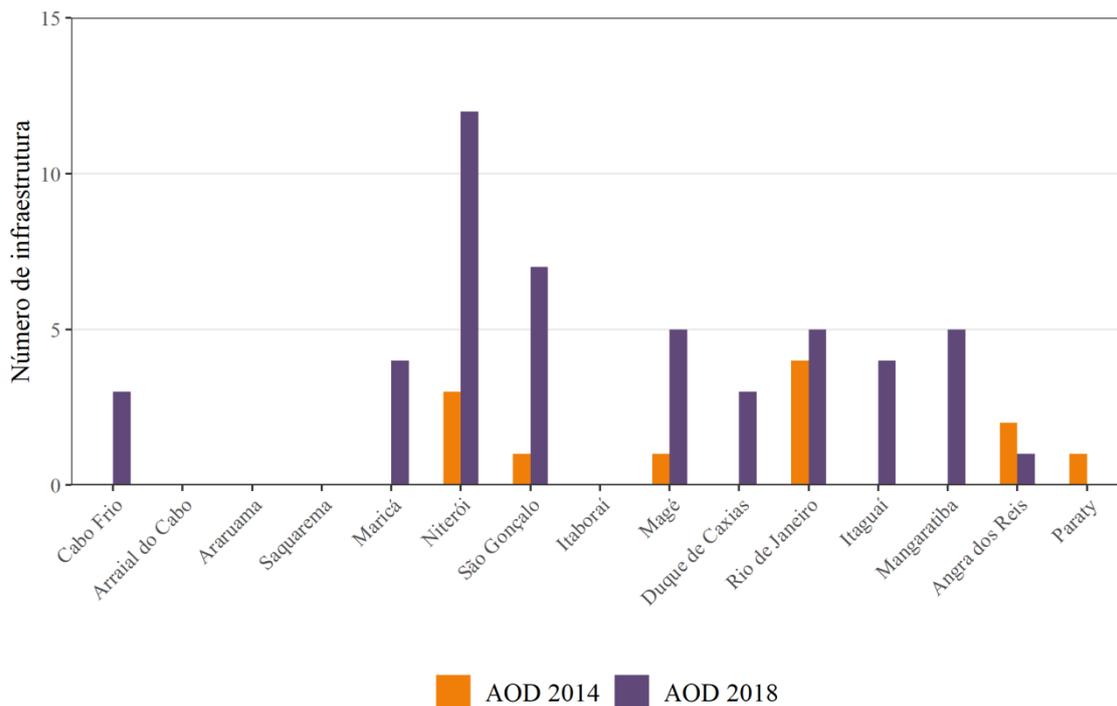


Figura 85.Comparativo das estruturas de Abastecimento de Óleo Diesel (AOD) em 2014 e 2018.

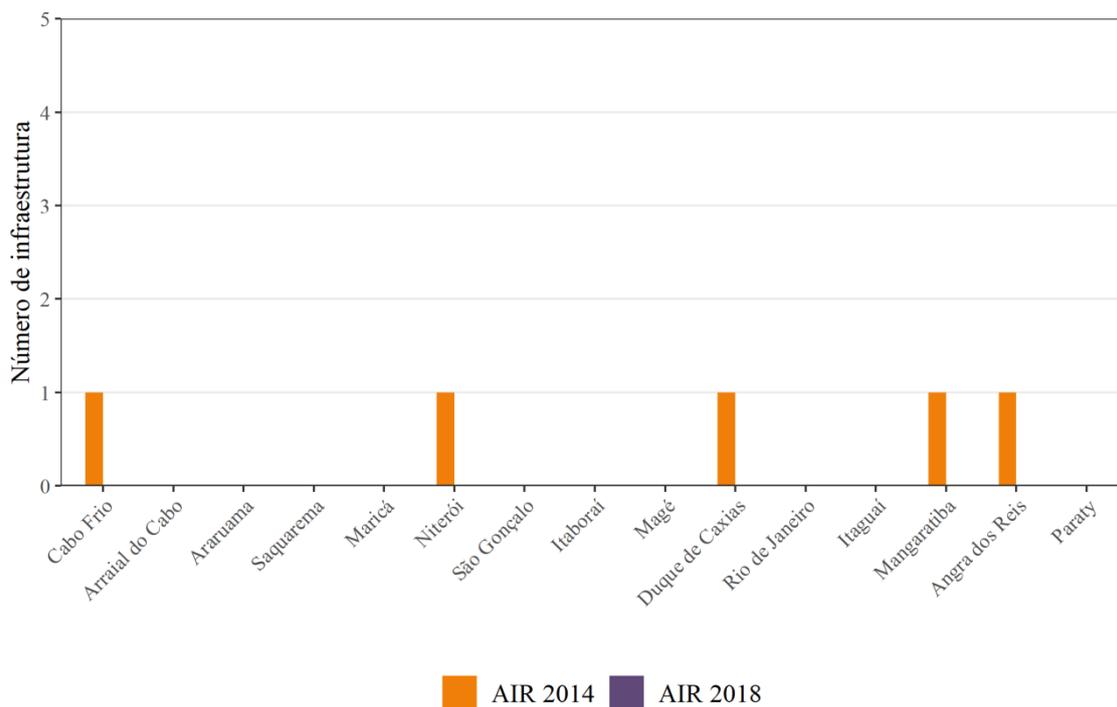


Figura 86.Comparativo das estruturas de Aproveitamento Industrial de Resíduos (AIR) em 2014 e 2018.

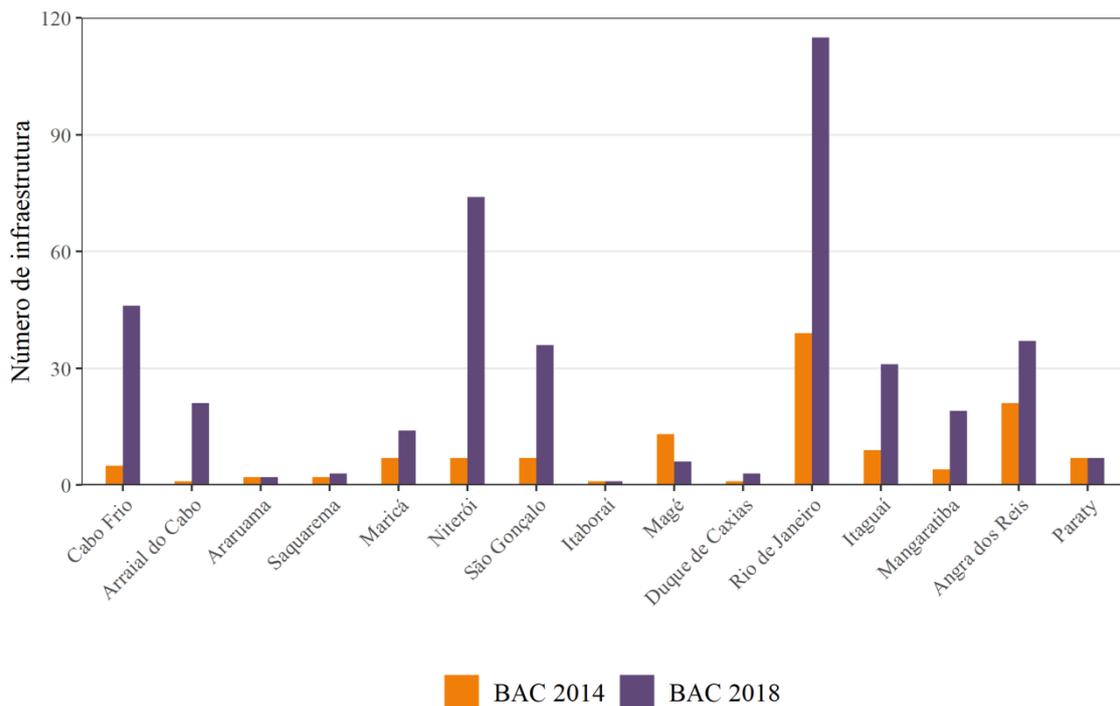


Figura 87. Comparativo das estruturas de Beneficiamento, Armazenamento e Comercialização do Pescado (BAC) em 2014 e 2018.

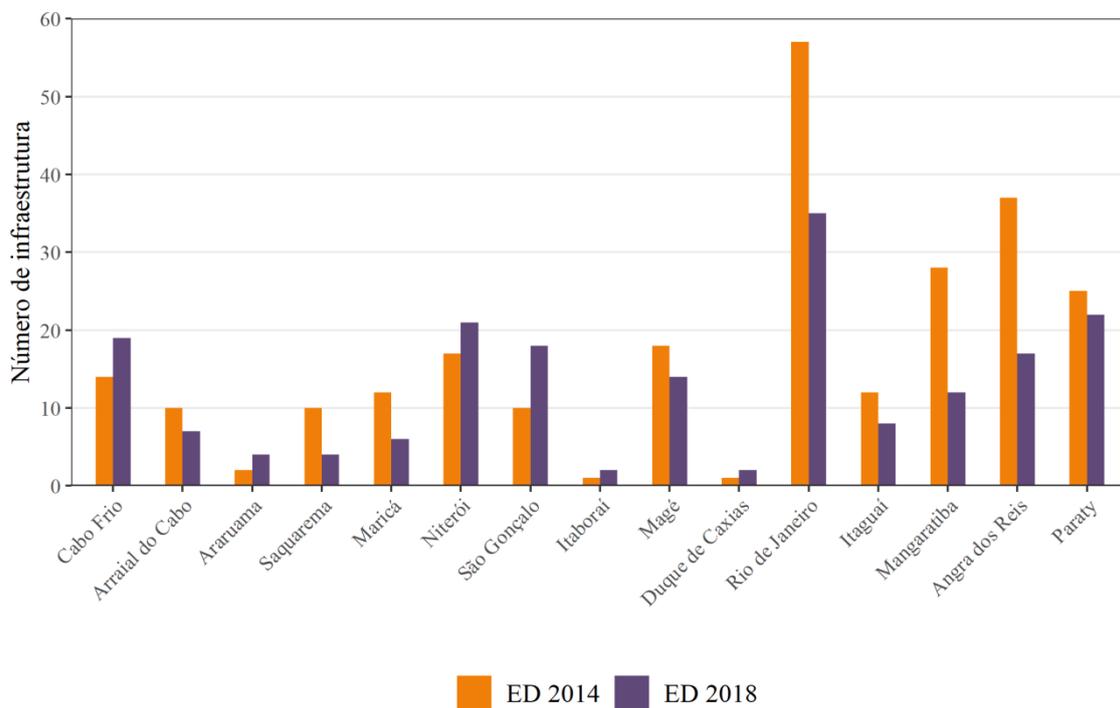


Figura 88. Comparativo das estruturas de Embarque e Desembarque (ED) em 2014 e 2018.

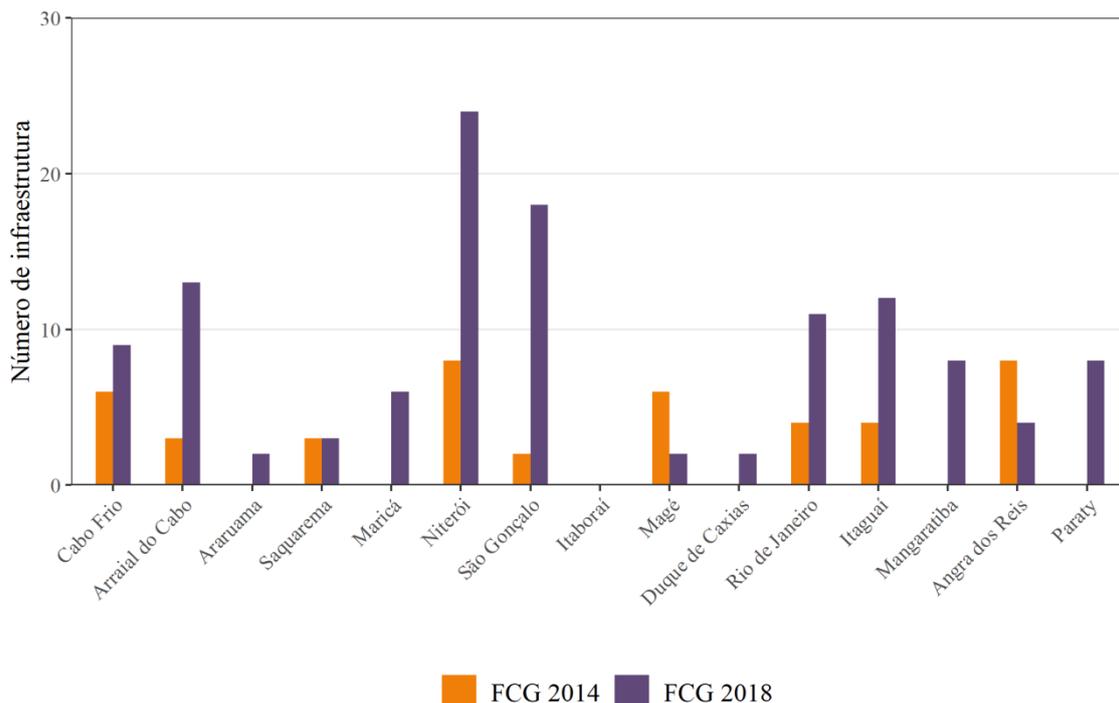


Figura 89. Comparativo das estruturas de Fabricação e comercialização do Gelo (FCG) em 2014 e 2018.

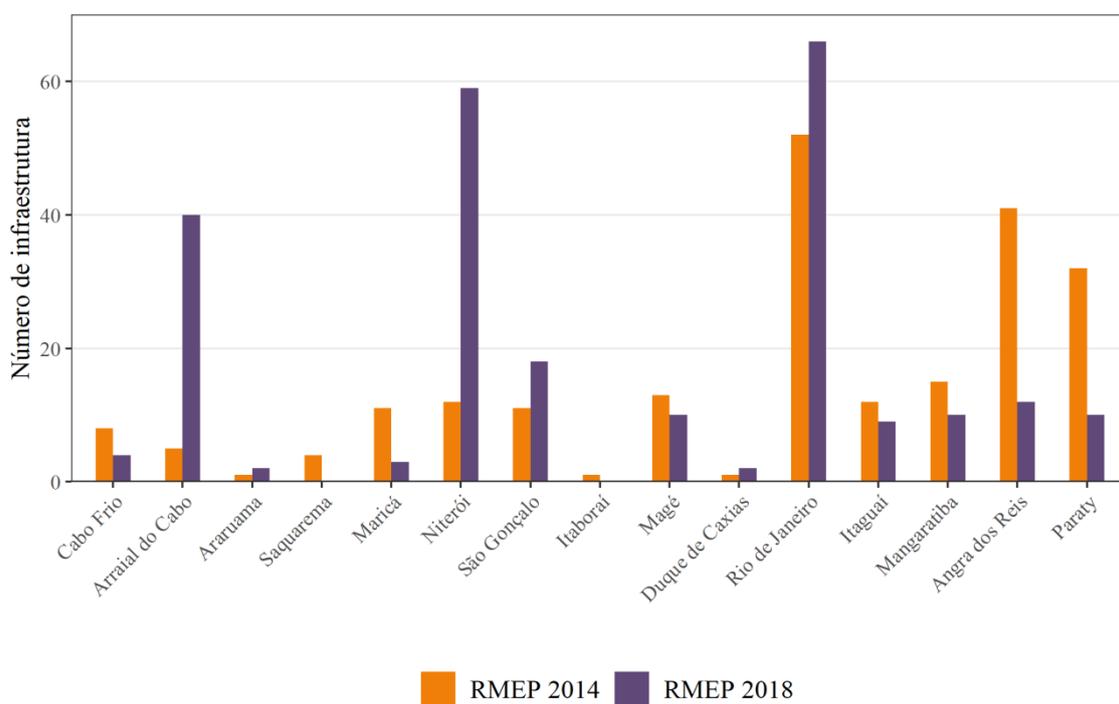


Figura 90. Comparativo das estruturas de Reparo e Manutenção de Embarcações e Petrecho em 2014 e 2018.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção foi apresentada uma análise comparativa entre os levantamentos realizados em 2014 pelo PCSPA-RJ e, em 2018, pelo PMAP-RJ. Conforme mencionado no início da seção, uma série de ponderações metodológicas foram feitas e devem ser levadas em conta. É importante considerar que a eficiência sobre o método de coleta dos dados é algo dinâmico e que vai se aperfeiçoando com o tempo, com os erros e acertos, ainda mais em se tratando de uma pesquisa com esta dimensão e características.

A possibilidade de comparação do levantamento socioeconômico entre períodos é importante, pois dessa forma é possível identificar mudanças ocorridas ao longo do tempo. A cadeia produtiva da pesca é complexa e envolve não apenas aspectos ecológicos e ambientais, mas também uma rede de agentes e relações econômicas que precisam ser acompanhadas para que as políticas possam ser efetivamente aplicadas/direcionadas.

Como foi possível perceber, em alguns atributos, foram obtidos resultados socioeconômicos distintos nos dois períodos, e isso certamente é fruto não apenas das limitações e ajustes metodológicos da pesquisa, mas também das mudanças internas à própria atividade. É preciso levar em consideração também as mudanças na conjuntura econômica, trazendo impactos também sobre a atividade pesqueira e seus trabalhadores.

6. CONCLUSÃO

Este relatório apresentou os resultados obtidos pelo projeto Caracterização Socioeconômica e Estrutural da Atividade Pesqueira, realizada no âmbito do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro – PMAP/RJ. O projeto foi executado pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio FUNDEPAG e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras.

O relatório apresentou dados atualizados sobre os aspectos sociais e econômicos da atividade pesqueira de 15 municípios fluminenses, trazendo, ainda, uma análise comparativa destes dados com os encontrados em 2014 pelo Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro – PCSPA-RJ. Em termos metodológicos, a pesquisa levou em consideração os dados primários obtidos por meio de entrevistas realizadas com os pescadores, onde foi possível realizar: a) o Cadastramento de Unidades Produtivas do Tipo Embarcação; b) o Cadastramento dos Pescadores; c) Cadastramento de Entidades e d) Cadastramento da Infraestrutura de apoio à pesca.

Os dados de 2018 revelaram que a amostra de entrevistados foi composta predominantemente pelo gênero masculino, com percentuais variando entre 90% a 100% em todos os municípios analisados. Os percentuais encontrados para o gênero feminino, portanto, obtiveram percentuais abaixo de 10%.

De uma maneira geral, a idade média dos pescadores homens variou dos 42 aos 50 anos, enquanto a das mulheres ficou entre os 36 e 58 anos. Como ressaltado no texto, no caso das mulheres há de se considerar o pequeno número de entrevistadas em alguns municípios, fazendo com que a média de alguns atributos possa ter sido elevada.

Os resultados de 2018 mostraram que a pesca ainda é uma atividade familiar, uma vez que em todos os municípios os percentuais de familiares envolvidos na atividade foram bastante elevados, variando entre 90% a 100%. Os dados

indicam que os pescadores têm média entre 1 a 3 familiares participando da pesca, sugerindo que os laços familiares são uma característica marcante. Esses percentuais são expressivos, embora tenha sido possível verificar diferenças consideráveis entre os dois períodos. Em 2014, por exemplo, a maioria dos pescadores não possuía familiares envolvidos na pesca.

Esse dado pode revelar em parte, os efeitos da crise econômica pela qual o país atravessa desde 2016. Com menos oportunidades, não é raro encontrar pessoas que se arriscam a iniciar na atividade como alternativa de ocupação e fonte de renda. Isso pode ser verificado, inclusive, através de relatos obtidos em campo. Por ser uma atividade que exige pouca qualificação e que traz um retorno financeiro relativamente rápido, a pesca talvez esteja se apresentando como alternativa para essas pessoas, sobretudo entre os artesanais, já que é comum compartilharem seus meios de produção (rancho, embarcação, redes de pesca).

A dedicação à atividade pesqueira é um fator importante para avaliarmos se a pesca provê, de forma integral, a subsistência dos pescadores. Em ambos os períodos, a pesca constitui a principal ocupação dos entrevistados. Neste quesito, foi possível constatar que, em todas as regiões pesquisadas, os pescadores consideram a atividade pesqueira como sua principal ocupação, com percentuais bastantes elevados, superiores a 80%. Esses dados confirmam, mais uma vez, que apesar das constantes crises que o setor enfrenta (diminuição dos recursos pesqueiros, poluição, falta de investimentos e recursos), a pesca segue sendo a atividade principal para um contingente considerável de pessoas. No caso dos familiares, em ambos os períodos a pesca também representou a sua principal ocupação, embora seja possível perceber um maior equilíbrio em 2018 entre as categorias “primária” e “secundária”, sugerindo que esses familiares, provavelmente, realizam também outras atividades.

Os dados relativos à escolaridade indicaram, em ambos os períodos, baixíssimos percentuais, prevalecendo os que possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou os sem estudo. Essa realidade também é verificada por muitos estudos relacionados ao perfil socioeconômico de pescadores no

Brasil. Os percentuais inexpressivos dos que têm escolaridade reforçam, em parte, a percepção de que a pesca representa um caminho viável para aqueles com poucas oportunidades de trabalho e qualificação.

Neste sentido, é possível traçar um paralelo entre a variável escolaridade com os baixos percentuais de acesso às políticas públicas direcionadas ao setor. Os baixos níveis de escolaridade, somados à baixa organização dos pescadores, fazem com que esse acesso seja ainda mais limitado.

Os dados comparativos do Registro Geral da Atividade Pesqueira indicaram, por exemplo, que nos últimos anos houve um aumento significativo do número de pescadores que não têm a “carteirinha de pescador”. Da mesma forma, os percentuais de pescadores que não tiveram acesso ao seguro defeso também são bastante elevados e equivalentes entre os períodos. Vale ressaltar que a demora no recebimento do RGP pode comprometer, inclusive, o recebimento do seguro defeso, já que para ter acesso ao mesmo, é preciso estar com a documentação atualizada.

Conforme mencionado ao longo do relatório, o RGP é uma condição, assim como a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, para que o pescador esteja devidamente habilitado a ter acesso às principais políticas. Entretanto, é preciso esclarecer que, embora sejam documentos necessários, não são suficientes para este que o acesso seja garantido. O estado de “irregularidade”, muitas vezes, é resultante da morosidade da burocracia dos próprios órgãos governamentais diretamente implicados na gestão.

Há de se considerar ainda que, embora muitos pescadores não precisem estar vinculados às entidades representativas de classe para ter garantido seus direitos, as instituições cumprem um importante papel no agenciamento das demandas dos pescadores. Estar associado a uma entidade representativa da categoria significa, portanto, maiores possibilidades de acesso às políticas públicas.

De uma maneira geral, os dados relacionados ao beneficiamento, conservação e escoamento da produção indicam que ainda há um longo caminho a ser seguido para que a cadeia produtiva do pescado fluminense alcance níveis mais

sustentáveis (tanto no que se refere ao preço justo, quanto à melhoria da infraestrutura como um todo). No que se refere às formas de beneficiamento do pescado, o produto comercializado *in natura* prevalece, sinalizando que a maioria dos pescadores não costuma realizar nenhum tipo de processamento ou agregação de valor ao pescado. Da mesma forma, a conservação desse pescado, como um todo, ainda precisa ser melhorada. Embora tenha sido possível perceber uma diversidade maior nas formas de escoamento da produção, a dependência ainda presente dos atravessadores pode estar associada, em grande parte, à falta de uma infraestrutura que centralize os desembarques e que seja provida de condições higiênico-sanitárias adequadas. Os atravessadores da cadeia produtiva acabam, muitas vezes, suprimindo essa carência quanto ao transporte e conservação do pescado, desempenhando um papel intermediário entre a produção e o consumo.

O fraco poder de mobilização e organização social do setor, associados ainda à baixa qualificação profissional/escolaridade, reforçam o caráter de dependência dos pescadores para com os atravessadores. Quando somados, todos esses fatores acabam refletindo sobre a renda, cujos dados revelaram oscilar entre um a dois salários mínimos em média.

Por fim, cabe fazer algumas considerações sobre a importância e limitações que uma pesquisa como esta representa/apresenta. Uma análise consistente e globalizante sobre a caracterização socioeconômica da pesca e de sua cadeia produtiva sugere que pesquisas com este perfil devam ser realizadas permanentemente.

De modo complementar, são importantes os estudos que tenham um olhar mais aprofundado sobre determinados aspectos da socioeconomia e da “cultura pesqueira”, isto é, o modo de viver e trabalhar dos pescadores. Investigações como os “Estudos de Caso” com abordagens mais qualitativas permitem que algumas questões sejam respondidas com mais detalhamento, possibilitando uma melhor compreensão da realidade.

Nesse sentido, somente aliando os dados de produção pesqueira e dados socioeconômicos dos pescadores, será possível obter um panorama ampliado da atividade pesqueira fluminense e de seus trabalhadores.

Há de se considerar ainda os desafios inerentes aos estudos voltados a uma atividade tão complexa e heterogênea como a pesca, ainda mais quando levamos em conta as particularidades e diferenças de cada tipo, artesanal e industrial.

Em se tratando do estado do Rio de Janeiro, esses desafios parecem ainda mais complexos, sobretudo nas áreas metropolitanas do estado. Nessas regiões, a pesca se mescla com as demais atividades e o cenário onde esses pescadores vivem e atuam já não são mais tão característicos/singulares. Assim, sofrem todos os passivos decorrentes da vida urbana, tais como a poluição e a violência, incluindo a presença do tráfico de drogas e das milícias.

Adicionalmente, cabe lembrar que nos últimos anos têm sido cada vez mais recorrentes os acidentes ambientais resultantes dos vazamentos de óleo dos dutos e/ou plataformas de petróleo, tanto em mar aberto, quanto em áreas próximas de estuários e manguezais, como no fundo das Baías de Guanabara e Sepetiba. Nestes ambientes, especificamente, uma parcela significativa de grupos sociais (marisqueiras, catadores de siri e de caranguejo) ainda resiste e vive exclusivamente dos frutos de sua atividade.

Por último, vale ressaltar que os dados gerados por este estudo poderão subsidiar os gestores públicos quanto à formulação das políticas públicas para o setor, como também os tomadores de decisão, empresas e a própria Petrobrás em eventuais acidentes ambientais oriundos da cadeia produtiva de petróleo e gás na área de influência do projeto. Portanto, esta equipe acredita que os ganhos resultantes de uma iniciativa como esta vão muito além do atendimento de uma regra formal (condicionante ambiental), pois vem suprir uma carência de informações e estudos que contemplam, simultaneamente, informações tão diversas (e importantes) sobre a atividade pesqueira fluminense.

7. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Karine Pinto – Coordenadora de Socioeconomia

Paula Ritter - Assessoria Regional de Socioeconomia

Francyne Vieira - Coordenadora Geral PMAP-RJ

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei N11959/2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 06 de janeiro de 2019.

BRASIL. PORTARIA Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2017. Dispõe sobre as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, suspensão, cancelamento e exercício do controle social da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

BRASIL. PORTARIA Nº 2.546-SEI, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017 Regula a autorização temporária da atividade pesqueira, na categoria do Pescador Profissional Artesanal, até a finalização do recadastramento geral do Registro Geral da Atividade Pesqueira.

BRASIL. [DECRETO Nº 8.424, DE 31 DE MARÇO DE 2015](#). Regulamenta a Lei n 10.779/2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.

BRASIL. Lei nº 11.326. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Site. Acesso em: <http://www.mma.gov.br/agenda-de-autoridades.html?view=autoridade&id=18&dia=2019-06-01>.

BRASIL. Lei N 10.779/2003. *Dispõe sobre o benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.*

FIPERJ. *Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro*. Projeto de Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – PMAP-RJ. Relatório Técnico semestral – RTS-02. Niterói, 2018a.

FIPERJ. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. *Diagnóstico da Pesca do Estado do Rio de Janeiro*. Projeto de Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira. Niterói, 2013b.

FIPERJ. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – PMAP-RJ. Relatório de comercialização – RC-01. Niterói, 2018c.

FIPERJ. 2013. *Boletim Estatístico da Pesca do Estado do Rio de Janeiro*. Convênio SEAP/PR 041/2008. Niterói. 93pp.

INFOPECA. *O Mercado de pescado da região metropolitana do Rio de Janeiro*. Série: O mercado do pescado nas grandes cidades latino-americanas, Rio de Janeiro, 2010.

MAIA, L.P.; ALENCAR, C.A.G. *Perfil Socioeconômico dos pescadores brasileiros*. Arquivos de Ciências do Mar, 44 (3):12-19. Fortaleza, Ceará, 2011.

PAIVA, P.; CASTRO, P.M.G.; MARUYAMA, L.S. *Pesca artesanal no médio Tietê*, São Paulo, Brasil: Aspectos estruturais e socioeconômicos. Boletim Instituto de Pesca, São Paulo, 35 (1): 61 – 81, 2009.

9. ANEXOS

Anexo 9. 1 - Planilha Digital Tabelas Consolidadas

Anexo 9. 2 - Material Informativo – Políticas Públicas

Anexo 9. 3 - Material Informativo – Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)

Anexo 9. 4 - Material Informativo – Períodos de Defeso no Estado do Rio de Janeiro

Anexo 9.1 - Planilha Digital Tabelas Consolidadas

Anexo 9.2 - Material Informativo – Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR – COMPREendem UM CONJUNTO DE DECISões, PLANOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS VOLTADOS PARA ESTE SETOR PRODUTIVO, VISANDO PROMOVER SEU DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO

DAP - DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF

DOCUMENTO QUE IDENTIFICA O PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL, O AQUICULTOR FAMILIAR E/OU SUAS FORMAS ORGANIZACIONAIS COMO POSSÍVEIS BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, COMO O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – **PRONAF**, O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – **PAA** E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – **PNAE**. A EMISSÃO DA DAP É GRATUITA.

PRONAF - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DE FINANCIAMENTOS DE CUSTEIO, INVESTIMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS.

QUEM PODE ACESSAR?

- TODA UNIDADE FAMILIAR RURAL: PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL OU AQUICULTOR FAMILIAR, SUA ESPOSA/COMPANHEIRA, FILHOS E AGREGADOS;
- ORGANIZAÇÕES FORMAIS QUE SE ENQUADREM COMO PRODUTORES DE ECONOMIA FAMILIAR (LEI 11.326 DE 24/07/2006).

PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF QUE PODEM SER ACESSADAS PELOS PESCADORES, AQUICULTORES E/OU SUAS FORMAS ORGANIZACIONAIS

CUSTEIO, MAIS ALIMENTOS - INVESTIMENTO, MICROCRÉDITO RURAL, AGROINDÚSTRIA.

PAA – PROGRAMA QUE VISA PROMOVER O ACESSO À ALIMENTAÇÃO E INCENTIVAR A AGRICULTURA FAMILIAR, ALÉM DE:

- GARANTIR A AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA POPULAÇÕES COM INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO;
- CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS;
- INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO FORTALECIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES.

PÚBLICO BENEFICIÁRIO

FORNECEDORES: AGRICULTORES FAMILIARES (INCLUINDO PESCADORES, AQUICULTORES, ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS) E/OU SUAS FORMAS ORGANIZACIONAIS;

CONSUMIDORES: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR, ASSIM COMO ENTIDADES FILANTRÓPICAS (CRECHES, ASILOS, ORFANATOS, IGREJAS), ALÉM DE OUTRAS INSTITUIÇÕES COMO PRESIDIOS, HOSPITAIS, ACADEMIAS DE POLÍCIA E RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS.

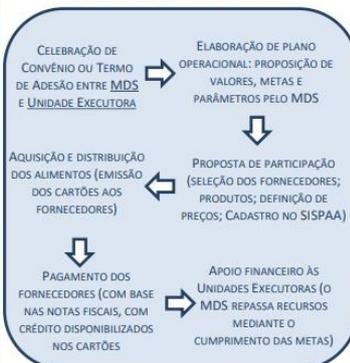
OPERACIONALIZAÇÃO

UNIDADE EXECUTORA: ESTADO, MUNICÍPIO, DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS; OU

ESTADOS, MUNICÍPIOS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE ADEÇÃO COM O MDS (LEI Nº 12.512/2011; DECRETO Nº 7.775/2012; RESOLUÇÃO Nº 72/2015). ESSE NOVO INSTRUMENTO POSSIBILITA A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, DIRETO AOS AGRICULTORES FAMILIARES, ATRAVÉS DE UM CARTÃO BANCÁRIO ESPECÍFICO PARA O RECEBIMENTO DOS RECURSOS DO PAA.

UNIDADE RECEBEDORA: RECEBE OS ALIMENTOS DOS FORNECEDORES E REPASSA AOS CONSUMIDORES DIRETAMENTE OU POR ENTIDADES CREDENCIADAS.

PASSO A PASSO DO PAA



PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O ACESSO AO PROGRAMA CONSULTE OS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA FIPERJ - WWW.FIPERJ.RJ.GOV.BR.



PNAE - PROGRAMA GERENCIADO PELO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). VISA CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO, APRENDIZAGEM, RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS E FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS, ALÉM DE:

- OFERECER ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO;
- INCLUIR SOCIALMENTE O CAMPO POR MEIO DO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

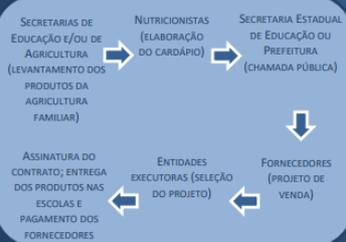
ENTIDADES EXECUTORAS

SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS.

FORNECEDORES

AGRICULTORES FAMILIARES (INCLUINDO PESCADORES, AQUICULTORES, ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS) E/OU SUAS FORMAS ORGANIZACIONAIS

PASSO A PASSO



SUBVENÇÃO DO ÓLEO DIESEL MARÍTIMO

PROGRAMA QUE VISA PROMOVER A EQUIPARAÇÃO DO PREÇO DO ÓLEO DIESEL MARÍTIMO NACIONAL AO PREÇO INTERNACIONAL PRATICADO NA VENDA ÀS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS ESTRANGEIRAS, POSSIBILITANDO ASSIM O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO PESCADO BRASILEIRO NO MERCADO EXTERIOR. MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O ACESSO AO PROGRAMA CONSULTE A "CARTILHA DO ÓLEO DIESEL" DISPONÍVEL NO SITE DA FIPERJ - WWW.FIPERJ.RJ.GOV.BR.

NOTA FISCAL DO PRODUTOR RURAL

DOCUMENTO FISCAL DE EMISSÃO OBRIGATÓRIA PARA A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ORIUNDOS DA ATIVIDADE PRODUTIVA. A NOTA FISCAL É LIBERADA GRATUITAMENTE PARA O PRODUTOR RURAL, POIS ELE É ISENTO DE RECOLHIMENTO DO ICMS. O ÚNICO CUSTO É COM A IMPRESSÃO DO TALONÁRIO. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE COMO OBTER ESSE DOCUMENTO CONSULTE O "MANUAL DO TALONÁRIO FISCAL" DISPONÍVEL NO SITE DA FIPERJ - WWW.FIPERJ.RJ.GOV.BR.



Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
Praça Fonseca a Ramos, s/nº - Sobreloja - Terminal Rodoviário
Roberto Silveira Centro, Niterói, CEP: 24030-020
Tel.: (21) 2705-0741

Escritório Regional Baixadas Litorâneas
Rua João Pessoa (esquina com a rua Casemiro de Abreu),
nº 50, Vila Nova, Cabo Frio, CEP: 28907-280
Tel.: (22) 2647-2445

POLÍTICAS PÚBLICAS



Anexo 9.3 - Material Informativo – DAP

 <p>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, Pecuária, PESCA E ABASTECIMENTO</p>  <p>FIPERJ FUNDAÇÃO INSTITUCIONAL DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</p> <h3>PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF DAP FÍSICA PESCADOR (A)</h3> <p>É o instrumento que identifica os pescadores artesanais como aptos a acessarem políticas públicas, como as linhas de crédito do PRONAF, que consistem em financiamentos (custeio e investimento), individuais ou coletivos, a juros muito baixos, que gerem renda. A DAP também permite o acesso a outros Programas do Governo, como PAA, PNAE, Minha Casa Minha Vida, etc.</p> <h4>DOCUMENTOS NECESSÁRIOS¹</h4> <p>Titular – ORIGINAL E CÓPIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carteira de pescador profissional (RGP)²; • Carteira de identidade; • CPF; • Comprovante de residência; • Comprovante de renda bruta anual: declaração emitida pela entidade a qual o interessado é vinculado, constando: nome, estado civil, endereço, CPF, identidade, carteira de pescador profissional e valor da renda bruta anual; <p>ESPOSA (O) OU COMPANHEIRA (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carteira de identidade; • CPF <p>¹Art. 14 da PORTARIA SEAD Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2017 ²PORTARIA Nº 2.546-SEI, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017</p>	 <p>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, Pecuária, PESCA E ABASTECIMENTO</p>  <p>FIPERJ FUNDAÇÃO INSTITUCIONAL DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL COSTA VERDE Rua do Comércio, 10, sobreloja – Centro - Angra dos Reis. CEP: 23909-560 Tel.: (21) 96559-0649</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL METROPOLITANO II Rua Ailton da Costa, nº 115, sala 606 – Centro - Duque de Caxias. CEP: 25.071-160 Tel: (21) 96529-1999</p> <p>SEDE - ESCRITÓRIO REGIONAL METROPOLITANO I Praça Fonseca Ramos s/n - Terminal Rodoviário Roberto Silveira - Sobreloja - Centro - Niterói. CEP: 24030-020 Tel: (21) 2705-5287</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL BAIXADAS LITORÂNEAS Rua Gustavo Beranger, 267 - Vila Nova - Cabo Frio. CEP: 28907-400 Tel.: (21) 96957-9300</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE FLUMINENSE II Av. Pres. Sodré, 466 – Centro - Macaé. CEP: 27913-080 Tel: (21) 96957-9494</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE FLUMINENSE I Avenida Alberto Torres, 371, Salas 209 e 210 - Centro - Campos dos Goytacazes. CEP: 28035-581</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL NOROESTE FLUMINENSE II Rodovia BR 356, Km 2 (Antigo Mercado do Produtor) - Cidade Nova - Itaperuna. CEP: 28300-000 Tel.: (22) 3822-5890</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL NOROESTE FLUMINENSE I Rodovia Prefeito Renato de Alvim Padilha, Km 2 - Divinéia - Santo Antônio de Pádua. CEP: 28470-000 Tel.: (22) 3853-1404</p> <p>ESCRITÓRIO DA REGIÃO SERRANA Rua Euclides Solon de Pontes, 30 - Centro - Nova Friburgo. CEP: 28625-020 Tel.: (21) 96559-0667</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL CENTRO NORTE FLUMINENSE Parque de Exposições Raul Veiga, s/n - Centro - Cordeiro. CEP: 28540-000 Tel.: (22) 2551-2358</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL CENTRO SUL FLUMINENSE Rua César Lates, 317 (Junto ao escritório local da Emater-Rio), Centro, Miguel Pereira. CEP: 26900-000 Tel.: (24) 2484-1249</p> <p>ESCRITÓRIO REGIONAL MÉDIO PARAÍBA Av. Gadalajara, 125 - Centro - Piraí. CEP: 27175-000 Tel.: (24)2431-6490</p>
--	---

Anexo 9.4 - Material Informativo – Tabela de Defesos

O que é o defeso?

É uma paralisação temporária na permissão de pesca de uma determinada espécie. Ou seja, todo pescador fica impedido de capturar aquela espécie por um período pré-definido durante o ano.

Essa medida é determinada pelo Governo Federal e varia de espécie para espécie e de ambiente.

Qual é o objetivo dessa paralisação?

Alguns dos recursos pesqueiros que consumimos estão com suas populações em constante declínio. Para tentar preservar os estoques pesqueiros, o período de defeso objetiva garantir que os eventos de reprodução e/ou de recrutamento das espécies aconteçam sem a interferência humana.

Essa estratégia foi pensada para a manutenção da atividade pesqueira de forma **sustentável**, o que significa que toda a cadeia produtiva do pescado tenha garantido seu meio de sustento, e a população, seu recurso alimentar.

E a moratória?

Essa é uma estratégia para quando o estoque de uma espécie está em níveis muito baixos e já não suporta mais capturas. Então, a pesca e a comercialização ficam proibidas por um longo período para que a espécie se recupere a níveis sustentáveis.

ATENÇÃO

Quem desrespeitar o defeso/moratória está sujeito à apreensão dos petrechos de pesca, multa e detenção (Lei 9.605 de 12/02/1998; Decreto 6.514 de 22/07/2008).

Se não posso pescar...

Já que nesse período a captura destas espécies é proibida, o pescador artesanal que explora exclusivamente este recurso fica impedido de pescar e pode receber o seguro desemprego (ou seguro defeso), no valor de um salário mínimo, por mês, durante o período da paralisação. Já no caso da moratória não há indenização. Os pescadores industriais não têm direito a este benefício.

O pescado capturado e estocado antes do defeso, pode ser comercializado durante a paralisação. Nesse caso, é necessário informar o quantitativo ao IBAMA através da Declaração de Estoque Pesqueiro.

Como contribuir?

- **Consumidor**, informe-se sobre a procedência e não compre pescado capturado em período de defeso.
- **Pescador/cidadão**, informe ao IBAMA sobre a ocorrência de pesca ilegal

(Linha Verde IBAMA – 0800-618080).





**SECRETARIA DE ESTADO
DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO**



FIPERJ
Fundação Instituto de Pesca
do Estado do Rio de Janeiro

**DEFESOS E
MORATÓRIAS**

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
Praça Fonseca a Ramos, s/nº - Sobreloja - Terminal Rodoviário
Roberto Silveira Centro, Niterói, CEP: 24030-020
Tel.: (21) 2705-0741

LISTA DE DEFESOS E DE MORATÓRIAS APLICADOS AOS RECURSOS PESQUEIROS



Conheça os períodos de defeso que ocorrem no estado

ESPÉCIE	LEGISLAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Sardinha-verdadeira <i>Sardinella brasiliensis</i>	IN IBAMA nº 15 21/05/2009												
Camarões (rosa/branco/sete-barbas/barba-ruça/vermelho) <i>Farfantepenaeus paulensis</i> , <i>F. brasiliensis</i> , <i>Litopenaeus schmitti</i> , <i>Xiphopenaeus kroyeri</i> , <i>Artemesia tonianaris</i> , <i>Pleoticus muelleri</i>	IN IBAMA nº 189 23/09/2008												
Tainha <i>Muqil liza</i>	P SEAP/MMA nº 24 15/05/2018												
Tainha – região estuarina-lagunar <i>Muqil liza</i>	P SEAP/MMA nº 24 15/05/2018												
Mexilhão <i>Perna perna</i>	IN IBAMA nº 105 20/07/2006												
Caranguejo-uçá <i>Ucidetes cordatus</i>	P IBAMA nº 52 30/09/2003												
Gualamun <i>Cardisoma guanhumi</i>	P IBAMA nº 53 30/09/2003												
Lagostas <i>Panulirus argus</i> e <i>P. laeviscauda</i>	IN IBAMA nº 206 14/11/2008												
Laguna de Araruama Todos os recursos pesqueiros	INI MPA/MMA nº 2 16/05/2013												
Piracema: Bacia hidrográfica do Paraíba do Sul Todos os recursos pesqueiros	IN IBAMA nº 195 2/10/2008												

E as moratórias...

MERO

Epinephelus itajara



ATÉ 02/OUT/2023

INI MPA/MMA nº 13 de
02/10/2015

CHERNE-POVEIRO

Polypriion americanus



INDETERMINADO

PI MMA/ MPA nº 14 de
02/10/2015

Legenda:

Mês de pesca proibida

Quinzena de pesca proibida

F

Proibida pesca de fêmeas

Períodos de proibição da pesca da tainha em mar aberto

Cerco/traineira

Emalhe costeiro até 10

Emalhe costeiro acima de 10 AB

Emalhe anilhado

Pesca desembarcada